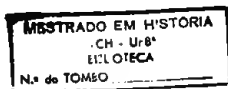


MARCOS PARAGUASSU DE ARRUDA CÂMARA

CONCEIÇÃO E PILAR

Freguesias Seculares do Centro Económico
e do
Porto de Salvador
até o século XIX

Orientadora: Prof. Kátia M. de Queirós Mattoso



Janeiro de 1989

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no
Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano Soares

Coordenação Técnica: Luis Borges



VIRTUTE SPIRITUS

2006

Contatos: lab@ufba.br / poshistro@ufba.br

CÂMARA, Marcos Paraguassu de Arruda.

CONCEIÇÃO E PILAR;

Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador até o século XIX.
Salvador, FFCH/Universidade Federal da Bahia, 1988.

Volume 1. Texto, 213 p., inclui bibliografia. Volume 2. Mapas, 10, vários formatos. Volume 3. Ilustrações.

1. Dissertação de Mestrado - História séc. XIX. 2. Evolução Urbana - Salvador. I. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA). II. Título.

Mestrado de Ciências Sociais - Área de Concentração em História - Orientação da Prof. Kátia M. de O. Mattoso

Banca Examinadora

Kátia M. de Queirós Mattoso
Pedro de Almeida Vasconcelos
Marco Aurélio Andrade de Filgueira Gomes

História Social
Geografia Urbana
Urbanismo

setembro de 1988

AGRADECIMENTOS

À professora Kátia Mattoso, pela orientação fundamental no campo da história de Salvador no século XIX;
Ao professor Pedro Vasconcellos, pela amizade, pela co-orientação e pela avaliação crítica minuciosa de todo o texto;
Ao professor Marco Aurélio, pela avaliação crítica;
A Antônio, Sônia Castro e Raul Vieira, cujo apoio foi indispensável para a montagem dos desenhos e realização das fotos;
À minha mulher e minha filha.

Apoio: DESEMBANCO

CONCEIÇÃO E PILAR

Freguesias Seculares do Centro Econômico e do Porto de Salvador
até o século XIX

SUMÁRIO

Apresentação.....	pg.005
Introdução.....	pg.006

PRIMEIRA PARTE: COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Capítulo 1: Quadro Teórico

1.1.Condições de Formação da Cidade Colonial.....	pg.008
1.2.Conceito de Cidade Colonial.....	pg.011

Capítulo 2: Quadro Bibliográfico

2.1.Considerações Preliminares.....	pg.015
2.2.Despolitização Histórica do Discurso	
2.2.1.Despolitização do discurso sobre o espaço construído.....	pg.017
2.2.2.Despolitização do discurso geográfico sobre o espaço urbano.....	pg.020
2.2.3.Discurso micro-econômico ortodoxo sobre o espaço urbano.....	pg.024
2.2.4.Discurso do planejamento urbano.....	pg.029
2.2.5.Discurso sociológico ortodoxo sobre o espaço urbano.....	pg.031
Escola de Chicago.....	pg.033
Escola Antropológica.....	pg.035
2.2.6.Crítica aos estudos apolíticos sobre o espaço urbano oriundos das diversas disciplinas..	pg.036
2.3.Renovação e Repolitização do Discurso sobre a Cidade	
2.3.1.Considerações Preliminares.....	pg.039
2.3.2.Discurso contemporâneo sobre renda fundiária urbana e mercado imobiliário.....	pg.041
2.3.3.Discurso contemporâneo sobre movimentos sociais urbanos.....	pg.043
2.3.4.Discurso contemporâneo sobre Estado e políticas urbanas.....	pg.045
2.4.Tendências do Discurso sobre a Formação Econômico-Social Brasileira	
2.4.1.O Novo Modo de Produção e Formação Econômico-Social.....	pg.048
2.4.2.Sobre Estado e Classes Sociais na Questão Urbana	pg.051

2.4.3.Sobre Reprodução da População Urbana	
.População Excedente ou Superpopulação Relativa?.....	pg.054
.Sub-proletários ou Marginais?.....	pg.055
.Trabalhadores Informais ou Trabalhadores de Reserva?.....	pg.057
2.4.4.Discurso sobre Modos de Urbanização.....	pg.058

Capítulo 3: Quadro Metodológico

3.1.Pressupostos para Investigação Histórica da Questão Urbana em Salvador	
3.1.1.Proposta de Recuperação do Urbano.....	pg.069
3.1.2.Hipóteses de Trabalho.....	pg.072
3.1.3.Considerações sobre o Período Histórico...pg.	073
3.2.Considerações sobre a Realidade Urbana de Salvador no século XIX	
3.2.1.Sobre a População Escrava.....	pg.075
3.2.2.Sobre a População e sua Distribuição no Espaço Urbano.....	pg.077
3.2.3.Sobre os Reflexos da Estratificação Social na Estruturação do Espaço Urbano.....	pg.078
3.2.4.Sobre a Repercussão das Atividades Econômicas na Estruturação do Espaço Urbano.....	pg.080
3.2.5.Sobre a Questão Fundiária.....	pg.084
3.2.6.Sobre as Políticas Urbanas.....	pg.085
3.2.7.Considerações Finais.....	pg.087
3.3.Considerações sobre as Freguesias Urbanas.....	pg.088
3.4.Considerações sobre os Objetivos da Pesquisa..pg.	090
3.5.Um Teste de Aplicação Metodológica	
3.5.1.Corte Epistemológico.....	pg.091
3.5.2.Corte Espacial.....	pg.092
3.5.3.Blocos de Pesquisas.....	pg.093

SEGUNDA PARTE: PESQUISA EMPÍRICA

Introdução

Capítulo 4: Sistemática da Pesquisa

4.1.Universo de Análise.....	pg.099
4.2.Avaliação da Iconografia.....	pg.100
4.3.Metodologia de Reconstituição.....	pg.104
4.4.Metodologia de Análise e Apresentação	pg.105

Capítulo 5: Processo de Desenvolvimento Urbano

5.1.Evolução dos Limites Territoriais.....	pg.109
5.2.Evolução Físico-Territorial	
5.2.1.Século XVI: Antes da fundação da cidade...pg.113	
5.2.2.Século XVI: Depois da fundação da cidade...pg.114	
5.2.3.Século XVII: De 1600 a 1631.....pg.116	
5.2.4.Séculos XVII e XVIII: De 1631 a 1715.....pg.118	
5.2.5.Século XVIII: De 1715 a 1777.....pg.120	
5.2.6.Século XVIII: De 1777 a 1797.....pg.121	
5.2.7.Século XIX: De 1800 a 1860.....pg.123	
5.2.8.Século XIX: De 1860 a 1894.....pg.126	
5.3.Evolução da Ocupação do Solo.....	pg.127
5.4.Evolução do Uso do Solo	
5.4.1.Considerações Metodológicas.....	pg.130
5.4.2.0 Porto e suas Fortificações.....	pg.131
5.4.3.A Alfândega e a Intendência de Marinha...pg.135	
5.4.4.As Igrejas do Bairro da Praia	
Inventário Histórico.....	pg.136
5.4.5.As Atividades Econômicas	
Considerações Preliminares.....	pg.138
Firmas e Escritórios.....	pg.139
Manufaturas.....	pg.140
Trapiches e Armazéns.....	pg.141
Lojas e Tendas.....	pg.144
Cantos.....	pg.149
5.5.Evolução da Toponímia.....	pg.150

Capítulo 6: Usuários do Espaço Urbano

6.1. Considerações Preliminares.....	pg. 164
6.2. População Total	
6.2.1. Crescimento Físico e Crescimento Demográfico	pg. 164
6.2.2. Crescimento Populacional das Freguesias do Porto	pg. 165
6.3. População Ativa.....	pg. 167
6.4. Irmandades.....	pg. 173

Capítulo 7: Agentes e Práticas de Produção do Espaço Urbano

7.1. Considerações Preliminares.....	pg. 177
7.2. Crescimento da Área Aterrada.....	pg. 178
7.3. Obras de Infra-estrutura e Melhoria Urbana.....	pg. 183
7.4. Ordenamento da Ocupação e do Uso do Solo.....	pg. 185

Capítulo 8: Conclusões

8.1. Quanto à Colocação do Problema.....	pg. 195
8.2. Quanto à Pesquisa Empírica.....	pg. 202

ANEXOS

1. Bibliografia

I. Geral e do Brasil

1. História Física
2. Geografia Urbana
3. Sociologia Urbana
4. Economia Urbana
5. Urbanismo
6. Economia Política da Urbanização
7. Sociologia Política da Urbanização
8. História Política e Administrativa

II. De Salvador

1. História Física
2. História Econômica
3. História Política
4. História Social
5. Fontes

2. Cartografia

APRESENTAÇÃO

Salvador é a cidade de Todos os Santos Brancos e de todos os Deuses Negros. É a cidade de todos os pobres e todas as oligarquias seculares. É uma cidade, assim, que apresenta as contradições mais chocantes.

Mas é uma cidade, também, que encanta e que espanta, a quem não conhece seus becos e seus fundos, seus vales e suas cumeadas, seus todos e seus nadas. É a cidade do canto e a cidade do vento; a cidade das janelas, a cidade das capelas; a cidade dos coqueiros, a cidade dos terreiros. Em Salvador, o século XX vive eternamente debruçado sobre o século XIX, esgarcando nos costumes e nas lembranças, nas tradições e nas crenças, na fé e nas esperanças. Aqui, persiste a herança colonial do branco e do negro no modo da morte e no modo de vida, no modo do trabalho e no modo da preguiça, no modo de amar e no modo de odiar.

O espaço urbano de Salvador, cenário desta paisagem viva, reflete estas contradições e formas do modo de ser e conviver com a terra. No desenho de suas praças voltadas para o poder, na organização das atividades econômicas em torno do porto, nas formas de periferização da miséria e da negritude, na maneira com que foi conquistado o solo por dominantes e dominados está sempre a presença inquestionável do passado colonial e escravista, o que não significa que Salvador não se modernize. Não é possível esquecer que o lixo petroquímico deteriora, hoje, suas praias, que seus rios estão sendo gradativamente mortos, que suas matas já não mais existem, que seu solo é abrigo de uma imensa fábrica de pobres.

Passado e presente de exploração e miséria andam, assim, sempre juntos por trás desta fachada de modernização e conservadorismo. Ao lado do ideário progressista dos shopping-centers e pólos industriais, permanece todo o imaginário conservador, imaginário cultuado, que transcende a realidade e impregna fortemente a vida social.

É difícil explicar esta realidade altamente contraditória a partir de posições tradicionais ou de um posicionamento meramente ideológico e aparentemente novo. Nem sempre se encontram categorias analíticas suficientemente desenvolvidas para uma aplicação correta.

Romper com o historicismo, com o discurso eclético, com as tendências ideologizantes é, assim, fundamental, para se tentar explicar um pouco destas raízes que ultrapassam as fronteiras da modernidade capitalista e se infiltram em todos os setores da vida social e de posse e uso do espaço da cidade.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre Conceição e Pilar, freguesias seculares do Centro Econômico de Salvador, é uma tentativa de aproximação da questão urbana brasileira no século XIX.

Esta dissertação está dividida em duas partes principais, segundo as normas que regem o Mestrado: a primeira, onde tento colocar o problema, e a segunda, onde apresento os resultados das pesquisas realizadas.

Reconheço que, na primeira parte, menos do que colocar o problema da área urbana de Salvador, com seus movimentos de centralização e periferação, nos quais se refletem, por um lado, as ações dos comerciantes brancos e dominadores em defesa do porto e dos espaços indispensáveis a seu entesouramento e, pelo outro, as ações dos negros em busca de um espaço de sobrevivência, tentei me aproximar do mesmo através de uma avaliação bibliográfica das posições teóricas sobre a questão urbana do século XIX, tomando como ponto de partida a evolução que, neste século, sofreu a teoria urbanística, desde suas tendências europeizantes até aquelas que começaram a enfocar a América Latina e o chamado Terceiro Mundo.

Dividi esta primeira parte em três grandes seções, as quais chamei de quadros: teórico, bibliográfico e metodológico.

No quadro teórico busquei indicar quais poderiam ser as principais condições para constituição da cidade colonial e, a partir destas, como poderia ser construído o seu conceito.

O quadro bibliográfico pauta-se na idéia de que houve despolitização do discurso burguês sobre a questão urbana desde o século XIX, na medida em que tentou separar o pensar sobre a cidade do agir do cidadão. Este discurso criou entraves sérios para a compreensão das cidades, tanto em sua trajetória histórica, quanto em sua perspectiva moderna.

Esta despolitização atingiu várias áreas do conhecimento. Repercutiu no discurso sobre o espaço geográfico e o espaço construído, e, portanto, sobre as teorias urbanas; no discurso sociológico e micro-econômico sobre o espaço urbano, criando explicações pouco convincentes sobre os movimentos de dominantes e dominados no centro e periferia das cidades; gerou, por fim, toda uma gama de disciplinas de planejamento urbano cujo objetivo, muito mais do que explicar, foi de tentar criar uma cidade moderna onde as contradições sociais pouco ou nada pudessem interferir na organização de seus espaços.

Tento, em seguida, demonstrar que, através da sociologia política e da economia política houve uma certa recuperação do discurso aristotélico original, no qual se prega a unidade entre a prática e a teoria política, entre o cidadão e a sua cidade, entre a gestão e a participação do urbano. Esta postura

significou a própria negação do discurso ortodoxo que, pouco a pouco, se viu transformado num conjunto de fórmulas frias e vazias, facilitando, assim, o caminho para explicações históricas mais convincentes.

Esta renovação teórica deu-se em três frentes: nos estudos sobre renda fundiária e mercado imobiliário, sobre Estado e políticas urbanas e, por fim, nos estudos sobre movimentos sociais urbanos.

A última parte do quadro bibliográfico tem como objetivo examinar, mais de perto, as principais tendências do discurso sobre a realidade histórica brasileira, envolvendo modo de produção e formação econômico-social, Estado e classes sociais, população e urbanização.

O quadro metodológico é desenvolvido, também, em três partes: pressupostos e hipóteses para recuperação na questão urbana do século passado; diversas considerações sobre Salvador pré-republicana, como, por exemplo, sobre população escrava, sobre atividades econômicas predominantes e sobre a questão fundiária; e, por fim, notas sobre o desenvolvimento das pesquisas empíricas, incluindo seus objetivos e limitações maiores.

Em resumo, tento privilegiar a análise específica das repercussões das políticas urbanas desenvolvidas pelo Estado e pela Igreja na área do porto de Salvador e adjacências, verdadeiro centro econômico da cidade até o início do século XX, em contraponto, por um lado, com o centro "histórico", louvado em verso e prosa pelos seus vestígios arquitetônicos e, pelo outro, com o centro da vida administrativa e social. Estas políticas centralizadoras representam a negação mais acabada das tendências de periferação que já se manifestavam entre os negros e as camadas mais pobres da população urbana.

A segunda parte refere-se às pesquisas, que envolveram a reconstituição da cartografia das freguesias de N. Sra. da Conceição e de N. Sra. do Pilar; a coleta de informações escritas sobre ocupação e uso de seu solo; o resgate e consolidação de informações indiretas sobre seu desenvolvimento espacial e sua realidade econômica e social.

Nestas pesquisas, tentei caracterizar o processo de desenvolvimento urbano, no que se refere à sua evolução físico-territorial, de ocupação e de uso do solo, desde o séc. XVI até o XIX. Tentei, também, a partir das informações disponíveis, traçar o perfil dos usuários e agentes do espaço urbano, assim como de suas práticas de atuação. Entre os usuários foi possível delinear o crescimento da população e uma de suas principais formas de organização social: a Irmandade leiga. Entre os agentes, com as bases de investigação existentes, foi possível avançar na avaliação de suas práticas mais comuns: aterro, obras mestras e ordenamento da ocupação e do uso do solo.

PRIMEIRA PARTE: COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

CAPÍTULO 1

QUADRO TEÓRICO

1.1. Condições de Formação da Cidade Colonial

O Brasil formou-se econômica e socialmente inscrito nos grandes movimentos de acumulação originária que ocorriam na Europa. Esta afirmação não chega aos argumentos extremos derivados da teoria da dependência, entre os quais se alinha a defesa de uma integração econômico-social dos países dependentes ao sistema capitalista mundial desde as suas origens.

A forma peculiar de integração aos primitivos e selvagens processos de acumulação de capital nas diferentes colônias se dava através da espoliação brutal da mão-de-obra, se possível escravizada; pela extração acelerada das riquezas naturais; pela transferência de maior parte das rendas geradas através do aproveitamento de produtos agrícolas primários.

Para sustentar esta forma de exploração econômica, o Estado Colonial foi organizado à imagem e semelhança da Metrópole, o que não significa que não assumiu, ao longo dos séculos XVII e XVIII, forma peculiar, dado o caráter da repressão escravista e a força dos interesses dos comerciantes locais, dos senhores rurais e dos proprietários de terras. O governo colonial, cúpula deste Estado, ainda que possa ser considerado um prolongamento do governo metropolitano, teve, assim, componentes específicos de nacionalismo e escravismo que geravam contradições secundárias entre seus diferentes níveis ou setores. Pode ser dito que o Estado Colonial, tendo sido implantado de fora para dentro, com forte tendência a defender ou privilegiar interesses nascidos fora da sociedade local e não no seu interior, forjava um Estado escravista moderno, mas não podia impedir a constituição de um Estado nacional; favorecia uma sociedade de senhores rurais de escravos, mas não podia impedir a gestação e o desenvolvimento de uma sociedade civil (burguesa). Era um Estado que representava, por um lado, os interesses das categorias reinóis portuguesas associadas ou não aos interesses de companhias mercantis sediadas em outros países da Europa, e pelo outro, atendia, em alguma medida, aos interesses das elites dominantes locais, nem sempre em consonância com aqueles.

Os interesses dominantes estavam, aliás, em permanente ou latente estado de conflito: quer os da Metrópole portuguesa com os de suas próprias Colônias, quer com os das demais Metrôpoles européias. Marcados, algumas vezes, por guerras ou invasões, revoltas e rebeliões localizadas, estes conflitos desapareciam diante do traço que os unia, evitando a fragmentação do sistema

colonial: a manutenção de sistemas econômicos baseados na exploração do trabalho escravo ou do trabalho liberto de baixa remuneração.

Um modelo de exploração colonial como este, exigia, para seu funcionamento, de toda uma rede entrelaçada de feitorias-forte e de áreas portuárias, segundo sua localização no território. Esta rede, locus da dominação, era vital tanto para a defesa da colônia da sanha dos concorrentes quanto para conter, subjugar ou esmagar militarmente toda e qualquer possibilidade de revolta nas colônias. Defesa externa e repressão interna: lema permanente da exploração colonial.

A hegemonia do capital mercantil no processo primitivo de acumulação, favorecia a articulação dos mais diferentes modos de produção no sistema capitalista mundial, sendo que, no caso, o escravismo constituía-se no modo mais favorável à formação de grandes cabedais ou a constituição de reservas nacionais para transferência da Colônia à Metrópole.

O escravismo era o carro-chefe da economia colonial, predominando em seus segmentos fundamentais. Este fato não obscurece o papel do capital mercantil; antes o reforça, pois sua relativa autonomia diante dos extremos da produção e consumo, é justamente o que exige custos baixos ou nulos para reprodução de mão-de-obra e favorece a acumulação originária.

Se o escravismo constituía o grosso do trabalho organizado, com isto não se quer dizer que não existissem e convivessem em harmonia com o trabalho escravo diversas formas de trabalho livre e liberto, quer de forma organizada, quer de forma anárquica. O grosso da população urbana estava inscrita em um mercado de trabalho altamente competitivo em termos de oferta e restrito em termos de demanda, no qual predominavam as formas de trabalho livre e liberto em competição com o escravo.

Não há provas que o trabalho escravo tenha numericamente predominado sobre o trabalho livre e liberto no âmbito das cidades; os Censos existentes para Salvador não permitem uma conclusão definitiva sobre o assunto. As tendências parecem indicar o contrário, principalmente a partir da primeira metade do século XIX.

O trabalho dos artesãos, por exemplo, enquanto trabalho organizado, chegou a ter certa importância econômica contando, inclusive, com representatividade política antes do século XIX. Embora tenha perdido grande parte de sua feição corporativa neste século, não deixou de manter alguns privilégios na sua inserção no mercado de trabalho, tais como o controle do acesso, extremamente limitado à condição de mestre, apesar de toda a abertura do mercado na aceitação de profissionais qualificados por seus anos de experiência; ou, ainda, a manutenção da barragem de ofícios nobres a negros. A possibilidade de exercer ofícios artesanais não deixava de depender de um aprendizado prévio, o

que, no período colonial/imperial implicava em ter condição de acesso a este aprendizado.

A frequência com que era utilizado o trabalho ocasional acentuava a instabilidade e a competitividade do mercado, mas não afetava a sua estrutura. Contribuiu também para esta condição o uso extensivo do trabalho feminino, do trabalho infantil e do trabalho de idosos, principalmente para serviços domésticos.

Por outro lado, as formas de remuneração do trabalho favoreciam, juntamente com as complexas relações que se estabeleciam entre senhores, escravos e libertos na execução de um determinado trabalho, a articulação entre as formas mais rudimentares de produção para a subsistência familiar e pessoal (produção doméstica de alimentos, produção simples de objetos de uso pessoal ou doméstico, tais como roupas, objetos de cozinha, etc.) e o trabalho escravo.

A compreensão do mercado de trabalho urbano no século XIX passa por dificuldades teóricas difíceis de serem superadas no atual estágio de conhecimento da sociedade da época. Os Censos ou restos de Censos que nos chegaram às mãos são pródigos, por exemplo, em designar agregados, categoria aparentemente sem expressão econômica no meio urbano. A sua quantidade é, entretanto, expressiva, ampliando o exército de reserva de mão-de-obra e contribuindo para o excedente populacional que caracterizava a superpopulação relativa em formações pré-capitalistas. A hipótese mais provável é de que a categoria dos agregados, dependentes, por definição, dos proprietários de "fogos", usufruam, de alguma forma, das rendas obtidas por estes, situando-se, a nível econômico, nas mesmas condições que outros membros de sua família. Na prática, a nível doméstico, articulavam-se com a economia escravista, quer auxiliando em pequenas tarefas, quer prestando serviços permanentes ou ocasionais. A categoria de agregados pode esconder, nesta linha de investigação, inclusive, muitos artesãos que trabalhavam para proprietários dos fogos onde moravam.

Entre os estratos sociais que viviam ao nível da subsistência, existiam, ainda, os desclassificados brancos e libertos que compunham as hostes de vagabundos, loucos, prostitutas, etc.

Não é nosso interesse aprofundar, neste trabalho, todos os aspectos relativos à formação econômico-social da Colônia, mas tão somente acentuar a possibilidade de que, desde o início de sua formação, já estavam claramente delineadas todas as condições necessárias para a existência de uma superpopulação relativa, que se concentraria historicamente nas vilas e nas cidades. É nesta formulação que vamos encontrar os primeiros pressupostos para conceituação da cidade colonial brasileira, onde os movimentos de centralização e periferização não podem ser subordinados a uma divisão formal entre a área urbana, instituída pelas Câmaras Municipais, e a área suburbana ou rural.

1.2. Conceito de Cidade Colonial

O modelo de cidade colonial voltado para a exportação trouxe embutido com sua importação burocrático/cultural, as condições para a existência de uma permanente superpopulação relativa, cuja sobrevivência estaria vinculada a execução informal de todos os trabalhos necessários à sua reprodução. Pode ser considerado que grande parte desta população era constituída de mão-de-obra de reserva, inclusive qualificada, para possível inserção em setores organizados, porém estreitos, do mercado de trabalho; que esta população nem sempre era economicamente visível, podendo apresentar-se à sombra da mão-de-obra ativa, relacionando-se com esta por laços de compadrio, amizade e parentesco; que os rendimentos desta população eram instáveis; que esta população excedente, de alguma maneira, sobrevivia sempre respeitando o princípio da troca de favores, num meio de trabalho não-organizado, mas regido por regras paternalistas e clientelistas.

Eventualmente, pequena parcela desta população alcançava as condições financeiras necessárias para manutenção de um pequeno negócio, manipulando, inclusive, micro-capitais. Dificilmente, entretanto, alcançava as condições necessárias para acumulação ou entesouramento. A característica mais importante desta população excedente era a instabilidade de ocupação, podendo exercer as mais diversas atividades e aceitar as mais diferentes modalidades de trabalho e remuneração, mantendo-se sempre ou praticamente ao nível da sobrevivência. Esta população excedente, mesmo liberta, encarregava-se de uma dupla tarefa de desenvolvimento: manter altos os níveis de oferta de mão-de-obra e baixos os custos de sua reprodução, além de desenvolver as mais diferentes atividades complementares àquelas organizadas pelo trabalho escravo, concentrado realmente nas atividades mais dinâmicas da economia colonial.

Nestes termos, é possível pressupor a existência desta superpopulação desde os momentos iniciais da colonização, quando foram implantadas as primeiras cidades-porto. A existência desta superpopulação distingue as cidades coloniais das cidades européias, na medida em que estas só vieram a produzir superpopulação relativa com as vagas de urbanização intensiva provocadas pela revolução industrial.

Além disso, diferentemente também das cidades européias, as cidades coloniais não puderam, em suas origens, dispor da transferência consolidada do mais-produto do campo, embora seu modelo estivesse voltado para assegurar as exportações e importações com produtos agrícolas ou reservas naturais. Tal situação refletia-se, espacialmente, na divisão física, em primeiro lugar, entre as áreas urbanas e rurais e, em segundo lugar, entre o centro e a periferia das áreas urbanas, cujas características eram inteiramente diversas daquelas predominantes nos países europeus.

A gestão administrativa das cidades coloniais, por sua vez, garantia o seu funcionamento econômico, sua defesa e segurança, seu abastecimento alimentar e o exercício da justiça, em seu sentido mais amplo, numa situação, também, bem diferente da gestão burguesa das cidades que ingressavam no modo capitalista europeu de produção.

Na América Latina, a burocracia encarregada desta gestão, precedia-a politicamente, em virtude da própria centralização metropolitana. Não é de se estranhar, assim, que a burocracia antecederesse a criação das cidades coloniais ou que a estruturação administrativa fosse o instrumento da política metropolitana em seu objetivo de aprimorar a arrecadação fazendária, tornando-a pré-condição, portanto, para a tomada de medidas vitais para as Metrôpoles, tais como o funcionamento dos portos e o incentivo às iniciativas dirigidas para a expansão das atividades comerciais de exportação e importação.

Acentua-se, neste modelo, não apenas a cidade como locus de poder, mas como um dos espaços essenciais à realização das políticas de dominação. As relações entre a cidade colonial e a burocracia [reino] eram profundas. Eram marcadas, a nível espacial, pela especialização de determinados espaços urbanizados. Para especializar tais espaços, a burocracia concentrava investimentos públicos em áreas de portos e centros comerciais. Em associação (ou representando) as categorias sociais dominantes, esta burocracia desdobrava-se para atender as exigências de crescimento do movimento comercial como um todo, interno e externo, em termos de infra-estrutura física.

O Estado Colonial, em toda sua administração civil, não tinha como objetivo o atendimento social. Em uma sociedade escravista, a prestação de serviços do Estado para o escravo, ou mesmo para libertos sem qualquer condição financeira, era inconcebível. A periferia da cidade colonial era, assim, uma realidade concreta e uma abstração política. Os estratos inferiores da sociedade, localizados na periferia urbana, não pertenciam juridicamente à mesma: os seus membros não eram cidadãos e não tinham direito algum sobre a cidade. Este era um direito metropolitano, constituído integralmente em torno da figura do monarca, de sua burocracia e de seus aliados.

É óbvio que tal situação era um manancial de conflitos sociais. Graves problemas de reprodução nesta sociedade estratificada multiplicavam-se e concentravam-se na área urbana, e eram frequentemente agravados por crises econômicas, guerras, epidemias, invasões, etc. Cobia, de certo modo, à administração eclesiástica ameaças, através da religião e de políticas específicas.

As relações entre a reprodução social da mão-de-obra, principalmente escrava, no meio urbano, e a gestão administrativa colonial concretizavam-se em dupla direção: por um lado, pela institucionalização de barragens econômicas à ascensão social e

fixação do negro à terra, e pelo outro, pela repressão aberta a quaisquer manifestações em contrário.

Na primeira direção, a discriminação ao escravo estendia-se, velada ou abertamente, ao negro liberto e a todas as categorias de mestiços em processo de embranquecimento. As práticas de discriminação iam da simples proibição ao ensino formal até a proibição do exercício de determinados ofícios, controle dos mesmos, interdição de acesso ao serviço público, impossibilidade de acesso à terra e, portanto, à moradia. Nesta direção, os abusos da ordem econômica, das tradições etnocêntricas e das normas de conduta social eram, até certo ponto, neutralizados pela ação da Igreja através das Irmandades. A Igreja facilitava a formação de grupos de ajuda mútua para os mais diversos fins, evitando, em última instância, pressões insuportáveis à gestão administrativa, principalmente a urbana, o que não quer dizer que não fosse parte integrante da ordem econômico-social vigente ou não compactuasse, em muitas ocasiões, com o seu caráter mais repressivo.

Na segunda direção, estas relações caminhavam sob as ações de uma política repressiva do Estado Colonial, que, às vezes, chegavam a ir contra regulamentos metropolitanos, aberta ou veladamente. A repressão ao escravo-coisa ia desde ameaças e chicotadas até os castigos em praça pública, desde a destruição de candomblés à política da terra arrasada em áreas de concentração de mocambos ou de quilombos. No plano formal, a repressão passava por toda uma série de rituais, nos quais a única justiça possível era a do burocrata e a do senhor.

A terceira característica da cidade colonial brasileira era sua inserção em um sistema de repartição e posse das terras que dificultava o seu acesso a populações mais pobres. A criação e implantação portuguesa da enfiteuse, tendo como repartição básica a sesmaria, trouxe a divisão jurídica entre o domínio útil e o domínio real da propriedade do solo, fundamentando as condições de controle institucional do mesmo. O domínio real do solo pressupunha um privilégio real; a terra era propriedade da Coroa que dela podia dispor para incentivar o processo de colonização e ocupação através de doações e venda.

O acesso à terra constituía-se, assim, em obstáculo à ocupação, física e demográfica face à estrutura rígida de posse e uso do solo, o que facilitava o controle de largas extensões de terra por parte de poucos proprietários. Este acesso só não encontrava bloqueios nas terras dominicais, pois, paradoxalmente, este mesmo sistema de repartição e domínio do solo reservava, enquanto prática comum, propriedades para a Comuna urbana. Era privilégio das Câmaras distribuir as terras doadas pelo monarca para incentivar e facilitar a ocupação ou a expansão da área ocupada.

A formulação do conceito de cidade colonial passa, portanto, pela compreensão de três problemas teóricos:

- integração e dependência econômica, incluindo os aspectos relativos à superpopulação relativa a partir dos postulados marxistas, e não malthusianos;
- papel da administração burocrática, civil ou eclesiástica;
- controle peculiar da repartição das terras.

E as consequências mais visíveis da dependência econômica associada à superpopulação, das formas de administração colonial, e do controle fundiário na organização do espaço urbano eram, sem dúvida alguma:

- a centralização das atividades econômicas nas áreas portuárias e, portanto, a concentração de investimentos públicos e privados nas mesmas;
- a centralização da vida social, religiosa e administrativa nas áreas mais nobres da cidade, portanto, dos investimentos privados nas mesmas;
- a periferização dos negros e das camadas mais pobres da população, antes mesmo da implantação de transportes urbanos, entendendo-se que esta periferização iniciava no interior do processo de centralização, através da ocupação dos espaços de rua e das "logeas".

QUADRO BIBLIOGRÁFICO

2.1. Considerações Preliminares

As cidades existem há milhares de anos, acomodando-se historicamente a sucessivas formações econômico-sociais. Já foram objeto, assim, dos mais diferentes estudos, métodos de análise, enfoques filosóficos e posturas ideológicas. A proliferação de estudos sobre a cidade deu-se, entretanto, com o modo de produção capitalista.

Nos últimos 150 anos, cresceram substancialmente os escritos sobre a cidade, sob influência direta das vagas de urbanização impulsionadas, num primeiro momento, pelo esfacelamento do modo feudal de produção, e, num segundo momento, pela revolução industrial (1).

Tal fato acentua a condição da cidade moderna, inscrita no Estado da burguesia, desenvolvida espacialmente em contraposição às áreas rurais, substancialmente diferente da condição da cidade-Estado, típica do mundo escravista da Antiguidade clássica.

Com a cidade moderna, sobreveio, também, a fragmentação do saber universal e o desenvolvimento das ciências sociais, que transferem, no século XIX, a atenção dos processos rurais para os processos urbanos. A visão da burguesia privilegia a cidade, já que nada se pode esperar do campo, mas, ao mesmo tempo, fragmenta esta visão e passa a apresentá-la de diversas formas. As relações entre o pensador moderno e a cidade moderna tornam-se bastante diversas das relações que existiam entre o pensador antigo e a cidade antiga.

Entende-se, assim, que, no plano da cultura e dos saberes, a cidade gerou diferentes concepções de mundo e alimentou formas diferentes de pensar as relações entre os homens, e as relações entre estes e a natureza. Não é à-toa, por conseguinte, que a filosofia clássica seja filha da cidade antiga, e as ciências modernas sejam filhas da cidade moderna. E, além disso, ao interrelacionar cidade e sociedade, no campo do conhecimento, as posições teóricas expressas nos estudos sobre a cidade também participaram ou sofreram influência das tendências e correntes culturais e ideológicas que predominaram em um ou outro momento na história das idéias.

No período áureo da civilização grega, por exemplo, o discurso sobre o urbano era intrinsecamente vinculado ao discurso político. Já no início do século XIX, com a luta da burguesia revolucionária pela conquista da hegemonia ideológica, perdeu-se, em nome de uma pseudo-objetividade científica (influência do

positivismo), a relação fundamental entre urbs e civitas, entre a cidade e o cidadão, despolitizando-se o discurso sobre o urbano. O pensamento sobre a cidade reduziu-se, assim, à análise de seus aspectos físico-territoriais, estreitando-se nos limites da geografia e da arquitetura.

De certo modo, cada uma destas questões tem implicações sobre as demais. A visão parcial e fragmentada (em seu sentido epistemológico) da realidade acentua o uso de categorias específicas não-adequadas à compreensão do urbano como um todo, facilitando a despolitização do discurso. O discurso despolitizado, por sua vez, busca em explicações parciais e pontuais a explicação de uma ruptura com o cidadão que está no próprio ato deste discurso.

Tal situação caminha de acordo com os interesses da burguesia em fragmentar o saber universal e obscurecer o conhecimento da nova realidade de exploração, construindo ideologicamente seu próprio mundo. Não lhe interessa desunir conflitos, mas sim perpetuar seu modo de organizar a sociedade.

A luta pela repolitização deste discurso, integrando-o a uma compreensão maior do contexto sócio-econômico onde se inscreve foi retomada por Engels, desenvolvendo formulações de Marx. Tornou-se claro, então, que uma das razões do ocultamento político da questão estava na opressão da classe operária por parte da burguesia, a quem não interessava sua participação em todos os aspectos da vida urbana.

Isto não significou, contudo, a derrota das tendências burguesas de cingir o discurso sobre o urbano nas amarras da pseudo-objetividade científica. Muito pelo contrário. Com o desenvolvimento de formas mais avançadas de organização do capital, principalmente em sua fase monopolista, redobram-se os esforços no sentido de formular teorias cada vez mais despidas de seu conteúdo político e ideológico, o que absolutamente não quer dizer que não tenham avançado o curso do conhecimento sobre a cidade, sobre sua produção e consumo, sobre sua importância como local, por excelência, do mercado capitalista, sobre seus significados culturais ou simbólicos, sobre sua influência no comportamento humano, acentuando a ruptura entre o homem e a natureza, etc., etc.

A luta pela repolitização do discurso sobre o urbano deve passar, assim:

- pelo estudo sistemático das relações sociais e de poder, e pelo estudo integrado das diversas escalas do cotidiano;
- pelo reconhecimento da luta de classes ou pelo reconhecimento de que as ações coletivas são os elementos de construção da história e que seus agentes definem os rumos destas ações;
- pela colocação do eixo de estudo na contradição entre submissão e rebeldia em cada processo social urbano específico;

- pela aceitação de que as leis do espaço urbano não são leis em si mesmas, mas sim leis de valor, ou seja, leis condicionadas pela produção, circulação e distribuição de mercadorias;
- pelo limpeza do entulho conceitual e pelo desnudamento epistemológico e metodológico oriundo do positivismo, para passu à criação de categorias adequadas às ciências para enfrentar esta tarefa que, no momento, são incapazes de levar adiante;
- pela eliminação da ruptura entre a cidade e o cidadão, entre o cenário e o processo, entre o meio ambiente e o homem;
- pela construção de uma nova sociedade.

O sentido, portanto, desta avaliação bibliográfica, é de verificar, em linhas muito gerais, os caminhos tomados para a politização e despolitização do discurso sobre o urbano, principalmente em sua dimensão histórica no caso da América Latina e do Brasil. Sem este eixo para a postura crítica, não teríamos condições de avaliar os estudos históricos sobre Salvador, e, muito menos, de formular qualquer hipótese ou realizar qualquer investigação sobre a cidade colonial, utilizando conceitos e categorias que fujam ao historicismo vulgar.

2.2. Despolitização Histórica do Discurso

Despolitização do Discurso sobre o Espaço Construído

Cardoso (1975:153) foi muito feliz ao afirmar que "cidade e política nasceram, na tradição ocidental, como conceitos e realidades interrelacionados. De resto, etimologicamente, as ligações são claras: civitas e polis são as raízes em distintos idiomas para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política" (2).

É possível ir ainda mais longe, verificando que, na democracia grega, a política era expressão de uma vontade coletiva e se fundamentava na filosofia, esta podendo ser considerada como filha da cidade. Não é, assim, à-toa, que se encontrem as primeiras concepções de cidades entre filósofos como Platão e Aristóteles e que, na cidade grega, a filosofia e a política fossem desenvolvidas e apresentadas em plena praça pública (3).

Os filósofos, no entanto, nem sempre apresentaram sugestões e propostas de estruturação social que favorecessem a estabilidade política das Cidades-Estado, frutos de um regime crivado de contradições entre os diversos segmentos de senhores de escravos (4).

O desenvolvimento posterior das Cidades-Império, a urbanização característica do modo feudal de produção, a reordenação política de todo o espaço europeu durante a Idade Média, e a unidade entre

Estado e Igreja enterraram, durante séculos, a possibilidade de restauração das relações entre o morar e o participar (5)

As únicas manifestações críticas neste sentido advinham dos pensadores que encontravam em suas utopias a única forma de protesto à organização política e social, como as de Moore, Thomas, no século XVI, (1937:213) e Campanella, Tomaso, no século XVII, (s/d:212).

A nova onda de urbanização que caminhou lado a lado com o período dos grandes movimentos de acumulação originária, na Europa, não se traduziu numa restauração das relações entre o urbano e a política. Os novos pensadores burgueses estavam muito mais preocupados em conquistar a hegemonia ideológica e lançar as propostas para a conquista, reestruturação e unificação do poder político do que em recuperar uma autonomia cidadina isolacionista já deslocada do centro dos conflitos sociais.

Uma das hipóteses prováveis para esta situação pode estar no fato de que grande parte das modernas cidades européias teria tido origem em burgos, cuja gestão, ainda que inscrita no sistema feudal e em regimes políticos monárquicos, apresentava traços de autonomia administrativa. Paradoxalmente, no entanto, esta autonomia não se coadunava com a necessidade de criação dos Estados modernos, que exigia exatamente a centralização de decisões políticas em cidades-capitais e a unidade das nações esfaceladas pelas disputas entre senhores feudais. No fundo, a perda parcial da autonomia urbana conquistada durante séculos de gestação capitalista parece ter sido o preço pago pela burguesia para conquistar a hegemonia na aliança com setores da aristocracia reinol para solapar o poder dos senhores feudais.

Qualquer que seja a explicação, entretanto, o fato é que não se encontram, entre as correntes e tendências intelectuais burguesas mais conhecidas dos séculos XVIII e XIX, estudos que relacionem cidade e política, tal como acontecera na Antiguidade greco-romana.

As cidades, enquanto foco de atenção de estudiosos, passam a ser, nesta conjuntura, meros cenários físicos, o que favorece a separação, no campo do pensamento, entre a polis e a urbs, entre a política urbana e seu próprio centro gerador. Não é à-toa, assim, que os trabalhos mais conhecidos do início do século XX sobre história de cidades se destaquem pelo formalismo. O interesse culturalista voltou-se para a feição estética das cidades antigas, muito ao gosto das Academias de Belas Artes (6).

Até mesmo trabalhos como o de Childe, Gordon (1936:006) e (1950:007) sobre urbanização primitiva e revolução urbana no ano 3000 A.C. não fogem também muito a esta regra (7).

A influência do historicismo e das correntes positivistas que, de revolucionárias em um primeiro momento, tornaram-se conservadoras no que diz respeito, principalmente, ao

entendimento das contradições entre a burguesia e o proletariado no âmbito das cidades modernas, em um segundo momento, favorecia esta postura ideológica. Nem mesmo a força renovadora do movimento modernista, que assumiu a modernização industrial como alavanca das mudanças formais no campo do urbanismo e da arquitetura foi capaz de gerar estudos que ultrapassassem os limites dos cenários físicos.

Apesar destas limitações, não é possível negar que os avanços em campos diversos do conhecimento humano tenham favorecido novas apresentações nos estudos de cidades antigas. Na década de 50, por exemplo, estes estudos passam a usufruir de métodos de análise que se aproximam da moderna geografia urbana e regional (8).

A influência do planejamento urbano também se faz sentir e, nesta linha, é publicada toda uma série de artigos na revista *Town Planning* sobre a origem das cidades (1950), o Egito (1949) e a Mesopotâmia Antiga (1950).

Só bem mais recentemente é que surgiram estudos que passaram a fugir desta visão conservadora, que se conjuga ao etnocentrismo europeu. São estudos que procuram focar a origem de cidades da Ásia, África e América Latina, tais como o de Harday sobre cidades pré-colombianas (1964:015) ou sobre urbanização na América Latina (1969:016) e (1978:017), cujos princípios teóricos já se aproximam de postulados sociológicos mais avançados.

Em estudos de arquitetura urbana é possível encontrar, também, referências que facilitam a compreensão da problemática urbana, embora pouco acrescentem no que diz respeito aos problemas centrais das relações entre política e cidade.

O primeiro e único trabalho arquitetônico da Antiguidade a chegar entre nós que poderíamos incluir dentro deste enfoque é o de Vitruvius (Século I.A.C.:004), tendo sido publicado em latim, Roma, 1486. Escrito em dez volumes, o *De Architectura Libri Decem* inspirou, na Renascença, Alberti (Século XV:001), Vignola (Século XVI:003) e Palladio (Século XVI:002).

Os princípios estéticos em que se fundamentam - comoditas, firmitas, voluptas (comodidade, firmeza, prazer)-, ainda que sejam reflexo da ideologia do senhor de escravos e do senhor feudal, para os quais o *simples* ato de trabalhar era indigno, traduziam-se, no que se refere ao espaço urbano, em preocupação pela:

- localização adequada (acesso, abastecimento de água e defesa militar);
- organização cênica para a monumentalidade representativa do poder político ou religioso.

No debate que antecede o movimento modernista, já sob pressão da ideologia burguesa, o princípio do prazer estético foi

substituído pelo princípio da utilidade. Utilitas, firmitas e venustas são os parâmetros que passam a ser defendidos pela Société des Historiciens d'Architecture e pela Société Centrale des Architects (9).

De acordo com Benevolo (1983:005), a "história do cenário físico da cidade... foi estudada de maneira decisiva somente nos últimos cinquenta anos, quando o movimento da arquitetura moderna fez nascer o interesse e o preparo mental para uma pesquisa semelhante, distinta da descrição topográfica ou do modelismo para a projeção do ex-novo" Nota-se, no entanto, na bibliografia que coleta, a ausência, nesta relação, de estudos sobre cidades da América Latina (10).

Se bem que a luta ideológica contra o formalismo nos estudos urbanos ainda esteja presente, a preocupação, por outro lado, pela política e pela formação econômico-social das cidades não pode esquecer que os espaços urbanos tem linguagem própria, embora não desvinculada dos processos sociais. Recentemente, surgiram estudos que procuram relacionar a morfologia dos espaços construídos com o comportamento humano e até mesmo com os processos políticos. São, em geral, baseados no pressuposto da percepção pelos indivíduos do ambiente construído que os cerca (11).

No Brasil, Nestor Goulart (1968:028) e (1967:029) apresenta um discurso bem mais próximo às ciências sociais. Evidenciando os problemas de origem da urbanização e da formação da rede urbana de 1500 a 1720, demonstra como o modo de produção das cidades coloniais era um estímulo ao processo de urbanização na Europa, e como o urbanismo colonial português tornava-se, quando lhe convinha, em instrumento de influência cultural.

Abreu (1987:025), estudando a evolução urbana do Rio de Janeiro apresenta, do mesmo modo, uma visão menos ortodoxa em relação ao espaço construído e à história da cidade, ainda que não apresente, com maior clareza, as categorias teóricas que devem ser trabalhadas no sentido de repolitizar o discurso sobre a cidade, mesmo no plano histórico.

Despolitização do Discurso Geográfico sobre o Espaço Urbano

O discurso geográfico abriu, ainda no século XIX, outra frente nos discursos sobre o urbano, também influenciada pelo ambiente político e cultural do iluminismo. E, nesta frente, não se apresentou de forma muito diversa do discurso dos urbanistas e economistas no que se refere à sua despolitização, desenvolvendo-se a partir da fragmentação do saber universal. De caráter enciclopédico, preocupada com classificações, recusou-se inicialmente a enfrentar as particularidades da moderna organização territorial gerada pelo modo de produção capitalista.

Ao longo do século XX, a cidade, tratada como objeto do discurso geográfico, tornou-se: ponto no território; contingência de ações humanas; paisagem específica na região; lugar centralizador de algumas atividades; pólo de conflito das relações entre o homem e a natureza, etc. Neste contexto, o discurso geográfico tanto poderia ser colocado no âmbito das ciências da natureza, quanto no âmbito das ciências humanas.

As principais correntes do pensamento geográfico, que emerge como corpo disciplinar a partir de 1870, são: o determinismo ambiental, o possibilismo, o método regional, a nova geografia e a geografia crítica. À exceção da última, que procurou incorporar o materialismo histórico, as demais trataram a cidade e o urbano em trilhas apolíticas, alimentando-se durante muito tempo, de noções importadas de outras disciplinas.

A corrente determinista, embora tenha suas origens nas teorias naturalistas de Lamarck e Darwin, rebatidas por Herbert Spencer nas ciências sociais, teve sua maior expressão em Frederic Ratzel (1914:037), que defendia a tese de que a geografia humana deveria ser fundamentada nas mesmas leis que regulam a difusão de toda a vida orgânica sobre a terra. Não contente de retirar todo e qualquer vestígio político do discurso geográfico, reduzia o ser social ao ser animal, a geografia do homem à geografia física, a história do homem à história natural, a luta pela existência à luta pelo espaço vital.

Nesta corrente, portanto, a natureza é sempre o elemento de determinação do comportamento humano, o que leva a enfatizar no enfoque sobre as cidades, suas condições geográficas, heranças de Vitruvius recheadas pelo discurso ideológico determinista. Neste âmbito, o urbano torna-se sempre uma contingência e a geografia torna-se uma geografia de lugares ou de regiões.

A corrente possibilista surge em reação ao determinismo ambiental, "na França no final do século XIX, na Alemanha no começo do século XX e nos Estados Unidos na década de 20". Sua tarefa política era desmascarar o conceito de espaço vital, oriundo do determinismo, que se tornara indispensável ao expansionismo germânico, sem "inviabilizar intelectualmente o colonialismo francês". O possibilismo acentua a contingência das ações do homem (que constituem um acervo de técnicas, hábitos, usos, costumes para utilizar os recursos naturais) e a permanência de suas obras, diminuindo a importância das "causas naturais". Sorre (1931:039) e (1952:040) é o grande mestre desta escola. Para ele, o "possibilismo" seria a teoria explicativa da influência da ação humana sobre o meio físico. Suas posições teórico-metodológicas realçam o dinamismo do fato geográfico, a ecologia, o complexo "patogênico", e tentam uma aproximação com a sociologia, através do uso de métodos quantitativos. No possibilismo, o conceito de paisagem toma corpo, embora este conceito esteja muito próximo ao de região, e ainda Sorre que tenta separar o urbanismo (disciplina prática), da geografia (disciplina teórica) (12).

A escola francesa de geografia urbana e regional teve grandes expoentes, tanto na geografia determinista quanto na possibilista, destacando-se nos debates epistemológicos e metodológicos sobre as cidades. Favoreceu o nascimento de estudos sobre redes urbanas e sobre formas de cidade determinadas por suas "funções". Buscou sempre certa aproximação com as ciências sociais, mas sem nenhuma simpatia pela política. Estudo típico desta escola é o de Tricart (1950:042) sobre estruturas urbanas e divisão regional com base em uma interrelação de fatores naturais, como clima e vegetação, com fatores humanos e econômicos, tais como os tipos adequados ao meio ou a produção agropecuária (13).

Vasconcelos prefere caracterizar as correntes determinista e possibilista do discurso geográfico sob o rótulo de clássicas, identificando cinco gerações de pensadores sobre a cidade, das quais as quatro primeiras teriam se desenvolvido entre 1870 e 1920, aproximadamente. A primeira geração teria simplesmente registrado a cidade como um lugar na paisagem rural. A segunda, lastreando-se na antropogeografia, teria feito algumas observações sobre os assentamentos urbanos. A terceira, seria representada pela escola inglesa, já tomando uma única cidade como objeto de estudo; a quarta, pela escola francesa, que levanta idéia de funções econômicas da cidade e apresenta as primeiras preocupações metodológicas sobre o assunto. A quinta, por fim, surgiria na década de 30, com estudos sobre a cidade européia e seus subúrbios, sobre cidades coloniais e sobre morfologia urbana. A partir daí, esta geração passaria a ser influenciada pelo regionalismo e possibilismo (14).

No Brasil, a geografia clássica, principalmente a francesa, influenciou diversos trabalhos sobre as cidades brasileiras, principalmente teses, que contemplaram as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Além disso, alguns autores europeus também escreveram sobre cidades brasileiras (15).

O método regional ou a geografia regional tem como objeto de estudo as relações da cidade com a região, com o país, e com o mundo. Busca um "conhecimento sintético sobre diferentes áreas da superfície da terra", havendo deterministas e possibilistas entre seus adeptos. O principal mestre deste método é Hartshorne (16).

A nova geografia surge após a Segunda Guerra Mundial. A nova divisão social e territorial do trabalho, as ondas de urbanização acelerada e a constituição de estruturas espaciais complexas inviabilizam os métodos anteriores. A nova geografia tem o papel ideológico de justificar a expansão capitalista, nascendo simultaneamente na Suécia, Inglaterra e Estados Unidos. Sua postura pragmática "associa à difusão do planejamento do Estado capitalista e o positivismo lógico como método de apreensão do real" (17). Procura leis ou regularidades empíricas em padrões espaciais, adotando técnicas estatísticas: por isso, é também chamada de geografia teórica ou geografia quantitativa (18).

Esta geografia teve poucos representantes no Brasil (19).

Para Vasconcelos, nas correntes do pensamento geográfico quantitativo, incluem-se, também, estudos de geógrafos sobre estrutura e crescimento urbano, que merecem ser considerados à parte, dados seus pontos de contato com a micro-economia.

Quer na proposta de Correa, quer na proposta de Vasconcelos, não há diferenciação entre os autores que buscam a compreensão das cidades a nível regional e os que buscam a compreensão das questões intra-urbanas. Desta forma, tanto os autores que tratam dos sistemas e classificação das cidades, das redes e hierarquias urbanas, quanto os que cuidam de padrões de localização a nível intra-urbano, são vistos em função do tratamento metodológico que utilizaram em suas análises. Há certa razão dose de razão: a proposta de Christaller, por exemplo, tem abrangência regional, mas seu modelo pode ser aplicado a nível urbano, tal como as propostas de Harris e Ullmann, de núcleos múltiplos, ou a de Brian Berry, sobre sistemas de cidade e sobre a cidade como sistema. Preferimos, no entanto, tratar o nível intra-urbano em separado, entendendo que a geografia teórica, tendo se alimentado da economia, abriu novos caminhos para compreensão das estruturas urbanas.

A primeira vista, esta geografia pareceu renovar-se. Lacoste (1973) lança dúvidas sobre estas contribuições, na medida em que questiona os objetivos da geografia enquanto ciência: não estariam elas a impedir a reflexão política sobre o espaço e a mascarar as estratégias espaciais dos donos do poder? (19A).

A força manifestada pela geografia crítica é bem mais recente, embora tenha apresentado precursores como Reclus (1830-1905) e Kropotkin (1842-1921), "ambos anarquistas e marginalizados do mundo acadêmico da época" (19B).

A geografia radical afirma-se nas obras de William Bunge, David Harvey, Quaini e Yves Lacoste, desenvolvendo-se através de diversos periódicos (Antipode., Hérodote, Espace Temps, etc.). Nesta geografia, procuram-se as "relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam os grupos sociais" (20). Vasconcelos chama a esta geografia de "radical", para a qual a geografia merece ser demolida enquanto baluarte do positivismo.

Quaini (1974:035) realiza uma crítica arrasadora da geografia tradicional. Realça, a partir do exame do pensamento de Marx, a necessidade de colar a geografia à economia política, destacando, como Harvey, a questão da renda e da propriedade do solo. Afirma que, por trás das sociedades historicamente determinadas, em todas as formações onde predomina a propriedade fundiária (caso do Brasil Colonial, p.e.), a relação do homem com a natureza ainda deve ser considerada, enquanto naquelas em que o capital já

domina, prevalece o elemento social, produzido ao longo da história.

Os destaques da geografia radical para tais temas favorecem a repolitização do discurso geográfico sobre a cidade.

A geografia crítica, no Brasil, aparece no final da década de 70, e seu marco foi o 33º Encontro Nacional de Geógrafos, em Fortaleza, 1978. Foi enriquecida por trabalhos de Milton Santos, que examina "circuitos" de economia urbana e elabora o conceito de formação sócio-espacial, assim como por trabalhos de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa, que introjetam a teoria do valor na análise espacial, ou de Maurício de Abreu, que disserta sobre a histórica segregação da cidade do Rio de Janeiro, a partir das relações entre classes dominantes e Estado (20A).

Preferimos destacar, da análise deste conjunto de correntes de pensamento geográfico sobre a cidade, os estudos que foram influenciados fortemente pela economia ou pela sociologia, quer a nível interurbano, quer a nível intra-urbano.

A nível interurbano, focalizando especificamente a distribuição de cidades em regiões, utilizando métodos quantitativos e parte do aparelhamento conceitual fornecido pela micro-economia, foram desenvolvidas duas teorias principais sobre a organização urbana, enquanto variantes das teorias de localização. Foram as seguintes:

- a teoria do lugar central;
- a teoria dos pólos de desenvolvimento.

A teoria do lugar central baseia-se na ideia de que o espaço ou o território de uma nação é estruturado economicamente por uma rede de sistemas que o qualifica de maneira funcional. Esta teoria pretende explicar a distribuição, tamanho e quantidade de cidades de uma determinada região. Partindo do conceito de "alcance", segundo o qual cada consumidor deve percorrer diferentes distâncias até atingir o ponto onde pode adquirir o serviço ou mercadoria demandado, propõe uma malha teórica hexagonal para distribuição de núcleos hierarquizados em função dos serviços neles concentrados. Desta forma, o conjunto de consumidores garantiria o mercado e permitiria a sobrevivência dos vendedores e prestadores de serviços (21).

A teoria dos pólos de desenvolvimento foi elaborada inicialmente por Perroux. Tinha como objetivo o equilíbrio social a partir de um desenvolvimento econômico harmônico (22).

Rochefort, no estudo sobre a Alsácia, e Hautreux desenvolveram, com os mesmos pressupostos, ou seja, de que uma determinada atividade econômica gera fluxos de distribuição de bens ou serviços para um determinado espaço de mercado, onde se encontram os consumidores destes mesmos bens e serviços, uma

proposta de regionalização menos rígida. Nesta proposta, cada cidade torna-se centro de atração regional na medida em que abriga múltiplas atividades geradoras de fluxos (23).

O pensamento geográfico influenciou, também, teorias de estrutura urbana, como a teoria dos núcleos múltiplos, que, tal como as teorias que se orientam para aspectos intra-urbanos, serão tratadas no ítem seguinte.

Despolitização do Discurso Micro-Econômico Ortodoxo sobre o Espaço Urbano

No nascedouro, o pensamento econômico lutou para se libertar da história e da geografia; sua batalha principal foi contra o hábito das classificações que abundavam nos estudos geográficos e históricos. Seu caminho foi o da descoberta de leis gerais.

Especificamente no que se refere ao espaço, este sempre foi entendido como espaço de realização de processos sociais, como a polaridade, centralidade e densidade.

Em resumo, desenvolveram-se três correntes de pensamento sobre o espaço da cidade em economia (24):

1. A dos clássicos, incluindo Ricardo e Marx, cujos elementos centrais para análise do espaço das cidades seriam a renda da terra e a distribuição da produção social;
2. A dos neo-clássicos keynesianos, cujo entendimento da cidade prende-se aos estudos de diminuição dos custos de circulação de mercadorias e pessoas;
3. A dos neo-marxistas, cujos estudos sobre a cidade se voltam para os custos de produção, entre os quais privilegiam os custos específicos de produção e reprodução da força de trabalho.

O discurso micro-econômico ortodoxo sobre o espaço urbano, no entanto, centralizou-se nas teorias de localização, cuja origem pode ser encontrada em parte na economia clássica não-marxista e, em parte, na economia neo-clássica keynesiana, em seu desdobramento marginalista posterior.

As teorias de localização tentam recuperar as cidades enquanto categoria teórica, após quase cem anos de esquecimento, tentando estabelecer os princípios de uma economia urbana.

Sem dúvida alguma, as relações entre a burguesia e a indústria já foram sobejamente exploradas; foram elas que favoreceram o processo cada vez mais complexo de divisão de trabalho em formações econômico-sociais avançadas e foram elas que permitiram a defesa de unidade formal entre os espaços da produção e do consumo, acentuando, ao mesmo tempo, as contradições entre produtores e consumidores; foi nelas, por fim, que se instaurou o processo de acumulação primitiva e se desenvolveu o comércio.

Como já vimos anteriormente, as cidades perderam prioridade no pensamento da burguesia diante de seus projetos políticos na formação das nações do século XIX, o que não significa que elas não continuassem a desempenhar seu papel no mercado interno.

Seus limites econômicos foram definidos pela divisão de trabalho com as áreas rurais, ou o campo - na tradição europeia, na medida em que se consolidaram através da absorção do produto gerado pelo excedente agrícola, bem diverso do que aconteceria no Novo Mundo, em que as cidades eram fundadas sem este excedente. As leis de crescimento da cidade confundiam-se, assim, com as leis decorrentes desta divisão de trabalho, ou seja, com as leis de mercado. Os limites de seu crescimento estavam impostos pelos limites de crescimento de cada mercado urbano em particular, pela expansão da divisão específica de trabalho no interior destes limites, pelas fronteiras políticas onde se processava esta divisão, e, por fim, pelas limitações financeiras ao lucro decorrentes dos custos de transporte das mercadorias comercializadas.

É exatamente sobre os problemas que estes custos apresentam ao processo de acumulação que a economia urbana vai encontrar sua chave, desenvolvendo o conceito de economias de aglomeração. Em tese, estas "economias" compreenderiam as economias de localização (vantagens decorrentes da proximidade dos centros de consumo, da proximidade dos locais de fornecimento de insumos, das possibilidades de colocação dos produtos no mercado) e as economias de urbanização (vantagens decorrentes da existência de infra-estrutura, de proximidade de fora de trabalho disponível, de condições de "amenidade"). É nesta armadura teórica que crescem as teorias de localização com todas as suas variantes, recuperando simultaneamente a idéia de unidade entre cidade e nação no modo capitalista de produção.

A retórica da economia burguesa criou, assim, ao lado de conceitos sobre renda, custos de produção e de comercialização, na verdade custos provenientes do processo de acumulação do capital, toda uma teoria para favorecer a acessibilidade aos produtos, na qual sobressai a questão de transportes.

Richardson (1969:116) e (1971:117), um dos mais recentes teóricos desta renovação da economia clássica a nível do urbano, assim se pronuncia a respeito, no primeiro parágrafo da introdução de seu livro sobre economia urbana:

"A análise da localização de tipos particulares de atividades e a estrutura espacial de uma cidade como um todo deve iniciar-se por três fatores importantes para a economia urbana: as leis de mercado e as restrições sobre as mesmas; as externalidades e outras aglomerações econômicas; e os custos de transportes".

Em síntese, algumas das interpretações das teorias de localização são baseadas no capitalismo concorrential, em que os dados de custo da produção seriam determinados pelas condições de

equilíbrio entre a oferta e a demanda e outras que encontram suas explicações na fase monopolista do capitalismo, em que as decisões sobre o custo da produção seriam definidas, em última instância, pelos monopólios.

Entre as primeiras, para efeito de ilustração, podemos citar a de Isard (1949:115), pelo seu caráter pioneiro. Isard acentua a incorporação das "externalidades" (valorização da produção através da implantação próxima de atividades afins ou complementares, acompanhada pela valorização de toda a área de produção, por exemplo) ao processo de produção. Neste sentido, Isard acompanha os passos de Albert Weber (1950:056), com sua Teoria de Localização Industrial, em 1909 e 1914, que apresenta postulados semelhantes, centralizando suas análises nos efeitos sobre a composição de custos de produção das distâncias necessárias para o transporte dos componentes desta mesma produção.

Formulação mais moderna é a de Losch (1945), que recupera, em um novo patamar teórico, as premissas de Christaller. Suas hipóteses centrais são: distribuição uniforme das matérias-primas industriais e possibilidades de transporte em todas as direções, resultando na igualdade de custos em uma superfície geográfica aparentemente plana e homogênea. Seguem na mesma linha: Greenhut, que leva em consideração a variação de custos e a influência da interdependência locacional sobre a demanda e, por fim, Lefebvre, que propõe resolver o problema das possibilidades de transportes em todas as direções através da consideração de redes de transportes integradas à teoria do equilíbrio geral defendida pelos dois anteriores (25).

O grande papa desta micro-economia americana é, no entanto, Alonso. Alonso (1970:112) desenvolve, em primeiro lugar, sua Teoria sobre o Mercado da Terra Urbana. Nesta teoria mantém algumas das premissas de Losch, como possibilidades de transportes em qualquer direção e terras homogêneas. Considera, porém, outras abstrações, como a das motivações e interesses conflitantes. Através destas premissas chega a curvas de patamares de valor que determinariam a localização de empresas próximas aos centros das cidades. Tendo sempre como pano de fundo a maximização dos lucros, Alonso tenta criar instrumentos que facilitem a tomada de decisões empresariais para a redução de custos de transportes de matérias-primas e de distribuição de produtos finais. Os malabarismos teóricos de Alonso, como as isoplanas (linhas de igual custo de implantação para um mesmo ramo industrial) e as isótimas (linhas de igual custo para o transporte de matérias-primas e produtos acabados) que definem os pontos de menores custos de localização industrial, são criticados por Lipietz (1975:088) quando acentua que toda e qualquer modificação no processo de divisão econômica do espaço é sempre resultante das modificações de toda a formação social.

Retornamos, assim, à nossa premissa inicial de que toda esta micro-economia ou economia urbana nada mais é do que um ramo da

ciência do enriquecimento, na qual não transparece nenhuma preocupação pela força de trabalho, relegada, (quem sabe?), aos travestimentos do discurso sociológico que lhe é afim.

De qualquer forma, é o pensamento econômico neo-keynesiano que influencia os modelos formais de estrutura urbana, sistematizando as hipóteses dos núcleos múltiplos (teoria de Harris e Ullman), a teoria dos setores radiais (de Hoyt) e a hipótese das zonas concêntricas (de Burgess) (26)

As três tentativas clássicas, representando modelos formais, refletem princípios da sociologia e da ecologia. Podem, contudo, ser vistas como resultado de análises interdisciplinares baseadas em interpretações de ações econômicas em um ambiente de mercado.

As teorias das zonas concêntricas e dos setores radiais tentaram descrever mudanças na estrutura básica de padrões de uso do solo, enquanto a de núcleos múltiplos pode ser encarada como uma tentativa de interpretar este padrão em um dado momento, ainda que alguns estudiosos julguem possível introduzir variáveis para torná-lo dinâmico no tempo (27).

A teoria dos setores radiais foi elaborada tendo em vista padrões residenciais de uso do solo, enquanto as duas outras tiveram em vista padrões gerais de uso do solo.

As teorias das zonas concêntricas e setores radiais, por fim, pressupõem um centro dominante de crescimento, enquanto a de núcleos múltiplos pressupõe a existência de vários núcleos secundários de crescimento.

As principais críticas à teoria das zonas concêntricas referem-se ao fato de que nem a forma das cidades nem a variação do custo da terra se comportam de acordo com o modelo.

As principais críticas à teoria dos setores radiais, elaboradas por Rodwin, são: concepção simplificada da estrutura de classes, ênfase na força de atração das elites; menosprezo pelo controle público e excessiva ênfase na atuação do mercado livre.

As principais críticas, por fim, à teoria de núcleos múltiplos colocam-se no âmbito da interdependência de atividades, nas tendências permanentes de aglomeração e de incompatibilidade de usos.

Em síntese, as formas e funções do núcleo ou núcleo, dos anéis ou setores podem variar enormemente de cidade para a cidade, mas a estrutura e o padrão formal de distribuição de atividades e usos tendem a refletir os princípios de uma ou várias das hipóteses apresentadas.

No caso de localizações não-residenciais na estrutura urbana, vários estudos foram elaborados, sem, contudo, apresentar

alternativas gerais para a padrão formal de distribuição de todas as atividades urbanas.

A primeira crítica a ser feita diz respeito ao instrumental teórico desenvolvido pela economia para interpretar a cidade, todo baseado nas leis de valor. As leis do espaço não são leis em si mesmas: são leis condicionadas pela produção, circulação e distribuição de mercadorias.

Incorporar o espaço como categoria dominante exige a utilização de categorias adequadas. As ciências devem se despir de seu aparato metodológico para enfrentar esta tarefa que, no momento, são incapazes de levar adiante.

A rigor, portanto, permanece e se aprofunda, em todo este discurso, a separação entre o cidadão e a cidade, entre o capitalista e o operário sem direito à cidade. Se, por um lado, é um discurso que mascara a dominação e pelo outro a serve, pode-se afirmar, sem susto que é, um discurso despolitizado em sua essência, embora possa ser inscrito na economia política da propriedade privada, ou economia privada, a qual preferimos chamar simplesmente de economia burguesa voltada para incorporação do urbano às teorias de otimização dos lucros. Relega, pois ao esquecimento, todos os fatores que conduzem à compreensão dos processos de centralização e periferização numa cidade marcada pela segregação sócio-espacial.

Discurso do Planejamento Urbano

Os postulados micro-econômicos, com suas teorias de localização, nelas incluída a do lugar central, associados à teoria de sistemas forneceram, praticamente, as bases para o desenvolvimento do moderno planejamento urbano, no qual prolifera o uso de métodos quantitativos e modelos matemáticos para simulação da realidade urbana.

A teoria dos sistemas urbanos é uma abordagem simplificada do funcionamento de uma cidade moderna. Nesta abordagem, assume-se que esta é constituída, para efeito de gestão administrativa, por diversos sistemas articulados entre si. O pressuposto básico desta teoria é de que estes sistemas (de transportes, de infraestrutura) podem ser tecnicamente otimizados, em termos de eficácia e eficiência, sem nenhum arranhão à estrutura capitalista de domínio do espaço.

A grande vantagem pseudo-científica desta postura é que qualquer um destes sistemas pode ser quantificado, podendo-se reproduzir seu comportamento, com limitações, num modelo de simulação. A vantagem é atraente. Pode-se projetar o futuro desde que se possua uma série consistente de variáveis em, pelo menos, três pontos no tempo, um deles sempre atual e os demais os mais recentes possíveis.

As limitações desta abordagem referem-se ao grande número de variáveis que cada sistema comporta e à dificuldade de preservar as relações entre as mesmas em momentos históricos diversos. Consolidado um modelo, torna-se difícil aplicá-lo em realidades sócio-econômicas diferentes daquelas que os originaram.

Existem, além disso, problemas operacionais na articulação entre as variáveis pertencentes a sistemas diferentes entre si, muitas vezes resolvidas de forma heurística (28). Este conjunto de dificuldades na montagem de modelos matemáticos torna-os relativamente imunes à tentativa de retratar o comportamento dinâmico dos chamados sistemas urbanos.

As características principais que um modelo de sistemas urbanos deveriam possuir são:

- capacidade de manejar um grande número de variáveis (29);
- habilidade de incorporar relações de variação no tempo (30);
- habilidade de operar com relações não-lineares (31).
- habilidade de operar com interações de sub-sistemas e com as características de retro-alimentação inerentes às relações do mundo real (32);

Grande parte dos modelos existentes que consolidaram a visão sistêmica do planejamento urbano foram desenvolvidas a partir de estudos de transportes, de meados para fins da década de 50, principalmente nos Estados Unidos. No início da década de 60, no entanto, já se tornam conhecidos diversos modelos de simulação para o uso do solo. Uma rápida visão das características dos mesmos pode ser dada pela tabela da nota (33).

Estes modelos foram desenvolvidos à sombra de planos oficiais de desenvolvimento. A difusão dos mesmos e toda a bibliografia a respeito só foi feita anos mais tarde, embora Hutchinson (1964:133) tenha apresentado seus resultados teóricos à mesma época, assim como Wingo Jr. (1964:138).

Em 1968, Berry (1968:127) revê a teoria do lugar central e desenvolve teorias sobre a base econômica, e na década de 70 surgem os estudos de Chadwick (1973:140) sobre planejamento sistêmico, as análises de patamares de infra-estrutura de Bigwood et alii (1973:106), conhecidas como "threshold analysis", os modelos de Colin (1973:135), de Lowry (1968:1968), de Berry (1975:126), de Chapin (1975:131), etc.

Esta incursão ligeira no campo do planejamento urbano é suficiente para atestar a contradição entre seus propósitos e aqueles que orientam a postura crítica face a questão urbana, principalmente em países do chamado Terceiro Mundo, onde a problemática social não oferece condições para a aplicação de modelos de simulação cuja estrutura operacional pressupõe uma base econômica estável e estrategicamente previsível. Favorecem muito menos ainda qualquer especulação metodológica no sentido de aplicá-los a realidades históricas de séculos anteriores.

Discurso Sociológico Ortodoxo sobre o Espaço Urbano

O discurso sociológico recusa-se, muitas vezes, a limitar-se ao urbano. Afinal de contas, o objeto das ciências sociais é a sociedade como um todo e não cabe dividi-la rigidamente em "urbana" e "rural". Além disso, este objeto pode ser reconstruído sob diversas formas pelo sujeito, sendo que as ciências são práticas sociais deste mesmo objeto. Os cientistas sociais observam-se, assim, como sujeitos da história, e tentam dissecar este sujeito, fazendo a leitura de seus diversos membros.

As ciências sociais surgem com o advento da burguesia ao poder no século XIX, momento em que se transfere a atenção dos processos rurais para os processos urbanos. A visão sociológica desta fase inicial teria necessariamente de valorizar a cidade, pois nenhum desenvolvimento poderia ser esperado do campo. Esta visão abre caminho para que as histórias das ciências sociais tornem-se histórias institucionais do conhecimento, facilitando manifestações eurocêntricas.

De outro ponto de partida, o objeto específico da sociologia pode ser considerado como a análise dos processos sociais de solidariedade e controle, de competição e confronto, de parentesco e família, etc. Interessaria ao sociólogo, neste caso, a análise da ação coletiva. No caso do urbano, por conseguinte, interessaria o estudo das ações coletivas neste urbano enquanto manifestações de processos sociais urbanos. Por estas razões, Zimmel poderia ser considerado o pai da sociologia urbana, na medida em que coloca o eixo de estudo dos sociólogos na contradição entre submissão e rebeldia em cada processo social urbano específico (34).

Tais aportes epistemológicos não invalidam, contudo, o fato de que o discurso sociológico sobre o urbano tenha nascido despolitizado, tais como os demais discursos "científicos".

Max Weber (1972:056), por exemplo, pode ser considerado um dos principais inspiradores da sociologia burguesa e seu discurso, embora contribua decisivamente para a compreensão da cidade enquanto "locus" de mercado e poder, pouco elucida sobre as relações políticas entre a cidade e o cidadão.

O valor de Weber, no entanto, transcende quaisquer restrições ideológicas. Para Weber, a cidade seria, em um primeiro momento, a pré-condição do capitalismo, e em um segundo momento, efeito direto do mesmo. Por outro lado, a cidade implicaria na existência de uma comunidade com alto grau de autonomia, tanto ao nível objetivo (mercado, fortificação, exército, tribunal e direito ao menos parcialmente próprio) quanto ao nível subjetivo, como conjunto de lealdades.

Esta comunidade urbana não se descolaria de sociedades mais abrangentes, descartando-se a validade de uma sociologia específica para comunidades urbanas. Por trás do pensamento de Weber pairava a realidade da moderna cidade européia, que, tendo se originado no burgo relativamente autônomo do período de transição do feudalismo para o capitalismo, tornara-se alicerce do Estado-Nação.

Neste sentido, Weber aproxima-se de Marx, pois, apesar das distinções, ambos autores encararam a cidade como variável sociológica dependente, manifestando maior interesse pelos fatores históricos, para os quais buscaram causas econômicas, políticas e sociais. Pela sua expressão, e força dos métodos propostos, ambos influenciaram gerações de sociólogos.

Este tratamento da cidade como variável sociológica dependente recolocou as questões relativas à origem e desenvolvimento das cidades. O conceito de variável sociológica dependente para cidades foi pela primeira vez exposto por Castells (1972:046). Sua proposta deriva da avaliação bibliográfica da sociologia que se volta para o estudo do urbano, na qual observou duas tendências principais. Na primeira, dar-se-ia importância demasiada à vida urbana, descolando-a do contexto político, econômico e social. Seria o caso, por exemplo, da Escola de Chicago, que analisaremos no item seguinte a este. Na segunda, a cidade seria vista prioritariamente como parte integrante de um contexto sócio-econômico mais abrangente. Na primeira tendência, as cidades teriam sido tratadas como variáveis sociológicas independentes; na segunda, como dependentes.

Oliven (1982:058) propõe uma distinção sutil para a segunda tendência, abracada, como já vimos, tanto por weberianos quanto por marxistas. Esta distinção seria feita entre aqueles que veriam a cidade enquanto unidade espacial com certo grau de autonomia econômica e política e aqueles que a veriam sempre como parte integrante de um contexto no qual sua autonomia teria caráter irrelevante.

Tal proposta visaria, no máximo, diferenciar trilhas metodológicas, visto que a designação de dependência na variável sociológica "cidade" já implica, necessariamente, na negação da autonomia econômico-social da mesma no interior de uma sociedade historicamente dada.

Para os sociólogos que são atraídos pelos métodos de investigação empírica derivados dos principais postulados da sociologia norte-americana clássica, da qual a escola de Chicago é a expressão mais conhecida, a cidade se constitui, de maneira geral, em uma variável política, econômica e sociológica independente, o que não significa necessariamente que todos aqueles que tratem a cidade como variável dependente, sejam adeptos, por exemplo, das posições consagradas da escola de Chicago, ou os que a tratem como variável independente sejam imunes às tendências mais expressivas desta mesma escola.

Escola de Chicago

Esta escola preconiza que o seu objeto de estudo é tudo aquilo que sucede em um contexto urbano. Os principais trabalhos da escola de Chicago não se estendem a todo este campo ilimitado, concentrando seus objetivos na: 1) Análise de processos de desorganização social e inadaptação individual; 2) Investigação da persistência de certas subculturas autônomas, desviantes ou não, e sua resistência à integração (35).

Os trabalhos pioneiros mais conhecidos desta escola são os de Park (1916:061), Wirth (1938:066) e Redfield (1930:063), que estudaram manifestações de "patologia social" sob o prisma da ecologia humana.

O artigo de Park é um roteiro para investigações sobre a cidade, aparentemente sem maiores consequências sobre sua abordagem teórica. Na verdade, é a própria negação do urbano no campo ideológico e político.

Wirth, por sua vez, teria feito, no âmbito da cidade "a tradução cultural da industrialização capitalista, a emergência da economia de mercado e o processo de racionalização da sociedade moderna" (36). Tratar-se-ia, assim, de uma sociologia de integração que, embora tenha avançado o curso do conhecimento, não esgotou a compreensão da vida urbana. Ele formula, a seu modo, uma teoria sociológica e sócio-psicológica do urbanismo, destacando a abordagem ecológica, na qual a cidade (enquanto ecossistema, em linguagem contemporânea) tem o poder de induzir modificações no comportamento social. As idéias de Wirth "estão intimamente associadas à teoria do continuum folk-urbano desenvolvida pelo antropólogo norte-americano Redfield", diz Oliven (37).

Segundo Redfield, quando se passa do extremo folk para o extremo urbano, atravessam-se culturas onde o isolamento interpessoal pesa cada vez menos; acentua-se a heterogeneidade social; a divisão de trabalho torna-se mais complexa; a economia monetária recebe maior impulso de desenvolvimento; os especialistas profissionais tornam-se cada vez mais importantes e as relações de compadrio e parentesco deterioram-se gradativamente. Cresce a dependência de instituições de controle pessoal, decresce a religiosidade, há maior liberdade de ação pessoal e de escolha individual, a medicina passa a ser praticada com métodos mais científicos.

Castells relaciona as propostas da escola de Chicago aos problemas específicos da realidade urbana norte-americana. Impulsionadas pelo crescimento inusitado de Chicago nas primeiras décadas do século XX, estes trabalhos focalizavam suas atenções sobre as ondas de migrantes rurais, terminando por verter suas explicações em termos de "cultura urbana". Isto significava não somente uma especificidade do objeto científico, mas também a existência de um objeto científico diferente e não explícito: o

processo de aculturação na "sociedade moderna", isto é, "a sociedade americana" (38).

As perspectivas teóricas da escola de Chicago mantiveram-se por décadas, influenciando gerações de pesquisadores. Uma destas gerações, citada por Castells, teria sido a que se dedicou, no início da década de 60, a investigações sobre desorganização social e aculturação. Pertenceriam a esta geração: Srole (1962:072), Clinard (1966:069), Killian (1962:074) e Glass (1961:073).

Outra geração teria sido a que consolidou a tradição dos estudos de porções da cidade, como áreas suburbanas, áreas centrais e bairros sob a ótica comunitária e de distinções de comportamento, estudos "excessivamente detalhados", segundo Castells. Estariam nesta geração: Willmott (1960:083) e (1966:082), do London Institute of Community Studies, na Inglaterra; Seeley (1956:077), Berger (1960:068) e Dobriner (1963:071), etc.

A utilização do contexto urbano como variável independente é característica, também, de pesquisadores que concentraram seus estudos em distinções de comportamento entre as diversas zonas de uma cidade, na mesma linha de Dobriner e Willmott. É o caso de Ross (1965:076), Axelrod (1956:067), Elias e Scotson (1965:072) e White (1956:081).

Em alguns dos estudos sobre a cidade enquanto variável independente, retoma-se a temática de Weber sobre a correspondência entre tipos urbanos pré-industriais e valores sociais, tal como o de Walter Firey (1947:132).

A escola de Chicago, paradoxalmente, influencia, também, pensadores que tratam a cidade enquanto variável sociológica dependente. Entre estes, segundo Castells, estariam os de Burgess (1964:045) sobre modelos de crescimento urbano segundo zoneamento progressivo e concêntrico; os estudos de Chombart de Lauwe (1952:075) sobre Paris; e a adaptação por Leo Schnore (1972:055) do modelo de Burgess às cidades latino-americanas (a "classe superior" no centro e as "gentes fora da sociedade" na periferia).

Segundo Castells, as teses de Burgess estariam baseadas em outras "prévia e implícitas" que o ortodoxo ecólogo Quinn (1960:052) já apontara: heterogeneidade social, caráter misto comercial-industrial, propriedade privada do solo, ausência de diferenças significativas entre os meios de transportes, baixo custo das terras de periferia urbana, e liberdade de localização submetida às leis de mercado.

Do ponto de vista da realidade das cidades coloniais, tais proposições metodológicas poderiam, quando muito, acentuar o enfoque culturalista de análises cujo objeto fosse a mentalidade "urbana" em contraposição a uma mentalidade rural e senhorial.

Escola Antropológica

A visão antropológica articula-se fortemente com a sociológica no que se refere ao tratamento do urbano. É difícil separá-las. Os defensores desta visão costumam levantar que a antropologia urbana nasceu nos anos 60 e 70, tendo aparecido no Brasil como desdobramento da antropologia americana, com Anthony Leeds.

A antropologia americana, por sua vez, tem suas raízes exatamente nos sociólogos-etnógrafos da Escola de Chicago. Estes precursores teriam implantado aquilo que é hoje chamado de antropologia da modernidade. Esta antropologia desenvolveu-se, nos países europeus (Inglaterra, principalmente) com o estudo das colônias, principalmente na África.

As sociedades africanas sofreram um processo simultâneo de descolônização e urbanização. Diante desta situação, os estudos sobre aldeias deram lugar ao estudo sobre cidades emergentes, com destaque aos estudos sobre migrantes, tribalização e destribalização, contatos inter-étnicos, etc.

Segundo Michel Asier, as duas principais vertentes da antropologia urbana desenvolveram-se a partir dos conceitos de ghetto e de redes de cidadãos (39).

O primeiro estudo conhecido sobre o paradigma do ghetto foi sobre o bairro judeu, de Louis Wirth, de 1928, chamado exatamente de O Ghetto. Neste tipo de estudo, busca-se a correspondência entre o espaço limitado e uma sociedade fechada e hegemônica, tais como sociedades étnicas e religiosas. Tenta-se, assim, encontrar a aldeia na cidade, envolvendo categorias de análise como densidade, heterogeneidade e tamanho.

Outros tipos de estudo desenvolvidos a partir da figura do ghetto foram os estudos da chamada antropologia da pobreza, que procura reconstruir o objeto antropológico na cidade a partir de uma situação reproduzível de pobreza. Em seu desenvolvimento posterior esta linha de pesquisa ainda buscou rediscutir minorias urbanas, identidade de bairros, etc. Na antropologia francesa, tal rediscussão desembocou no estudo de conjuntos habitacionais, tendo como preocupação maior os espaços coletivos, desde as praças até as salas comunitárias e corredores, onde se desenvolvem as relações de vizinhança. No Brasil, esta preocupação antropológica encontra-se no estudo de Gilberto Velho sobre um prédio de apartamentos em Copacabana.

Os estudos sobre o paradigma das redes de cidadãos tem sua referência no continuum urbano-rural e seu marco teórico em A Anomia Social, de Wells. Na década de 60, a antropologia inglesa retoma este objeto. Neste enfoque, a cidade se torna a rede das redes (redes de trabalho, redes de famílias), algo difícil de ser apreendido e aceito. Em resumo, as redes abrangeriam domínios os mais diversos, tais como clãs, parentesco e vizinhança; condições de abastecimento, lazer e transportes; relações desenvolvidas em

locais coletivos (ruas, praças, etc). Este tipo de enfoque já havia sido tentado também por Park, na condição de regiões morais.

Hoje, esta abordagem implica na aceitação de domínios mais fluidos como, por exemplo: relações de trabalho ou de poder nas favelas, relações de trabalho entre profissões liberais, ciclos de festas populares, relações no interior de associações, etc. No Brasil, Gilberto Velho assume esta postura em 1972.

Em resumo, quer no estudo do ghetto, quer no estudo das redes de cidadãos, a antropologia apresenta-se com muitas instruções, poucos resultados e um discurso despolitizado que não ultrapassa o tratamento da cidade como variável independente. Partindo do pressuposto de que o antropólogo realiza a pesquisa do outro, no caso do urbano, busca encontrar o outro em si; inserido na sociedade que estuda, tentando analisar formas e modos de vida diversos do seu, acaba por transferir ao objeto sua própria ideologia, na qual o contexto político não tem expressividade. Não há, assim, um pensamento urbano em antropologia, mas sim um olhar antropológico sobre a cidade. É, neste caso, a especificidade do método que pode perder a concepção geral da sociedade quer no estudo de espaços fechados - ghettos, quer no estudo de espaços abertos - redes, na medida em que só entende a cidade como um mosaico de territórios.

Critica aos Discursos Apolíticos sobre o Espaço Urbano Oriundos de Diversas Disciplinas

Pelo que tivemos oportunidade de avaliar, os discursos geográfico e sobre o espaço construído, os discursos econômico e sociológico de origem burguesa apresentaram traços comuns no tratamento do urbano: despiram-no de seu conteúdo político e ideológico na medida em que, de maneira geral, separaram a cidade do cidadão; amarraram-no a postulados pseudo-científicos cujo sentido esteve sempre preso à valorização das camadas dominantes da sociedade e, no caso da moderna sociedade capitalista, à superestimação da importância do capital.

É possível que caracterizar tais discursos como discursos despolitizados seja uma incoerência na medida em que seriam discursos que mascarariam a dominação e, portanto, a serviriam, caracterizando-se como discursos políticos voltados para preservação implícita do poder. Formalmente, entretanto, é difícil encontrar entre as correntes e tendências intelectuais burguesas mais conhecidas, inclusive entre as que professam uma obscura linguagem pseudo-marxista, estudos que relacionem, de forma clara, cidade e política, tal como acontecera na Antiguidade greco-romana.

Resumidamente, verificamos que, no campo da geografia, por exemplo, Quaine, depois de caracterizar uma imensa crise epistemológica na disciplina, questiona sobre a possibilidade de

reconstituí-la sem apoio da economia política de origem marxista, através do qual se torne bastante clara a organização territorial oriunda do modo capitalista de produção (40). Lacoste, por sua vez, ainda é mais radical que Quaini, pois lança dúvidas sobre quase todas as contribuições da moderna geografia que objetiva transformar-se em uma ciência de embaraços epistemológicos e metodológicos à reflexão política sobre o espaço, ao mesmo tempo em que procura sempre mascarar as estratégias espaciais dos donos do poder (41).

No discurso micro-econômico e do planejamento urbano, que se desenvolve a partir das teorias de localização, permanece e se aprofunda, também, a separação entre o cidadão e a cidade, entre o capitalista e o operário sem direito à cidade. Se, por um lado, é um discurso que obscurece a dominação e pelo outro a serve, pode-se afirmar, sem susto, que é um discurso despolitizado em sua essência, embora possa ser inscrito na economia política da propriedade privada, ou economia privada, a qual preferimos chamar simplesmente de economia burguesa voltada para incorporação do urbano às teorias de otimização dos lucros.

No terreno da sociologia urbana, manifesta-se crise semelhante. Os próprios sociólogos que a ela deram origem não conseguem, de forma clara, caracterizá-la, mas simplesmente indiciá-la, como é o caso dos adeptos da escola de Chicago, tais como Reiss (1957:054), Greer (1962:047) ou Mann (1962:050), pois não negociam seus postulados principais, exatamente aqueles sobre os quais se enraíza a crise que constataam. Segundo Castells, esta crise teria fundamentalmente caráter epistemológico, visto que se refletiria diretamente sobre a questão prévia da opção entre a cidade como objeto real a ser reconstituído ou a cidade como categoria puramente sociológica. Sua crítica é, assim, ainda mais profunda do que a crítica baseada na mera constatação dos efeitos práticos das propostas teórico-metodológicas desenvolvidas pela mesma Escola.

Do mesmo modo que não assumem, em seus fundamentos, métodos e categorias de análise a crítica ao sistema e ao poder político, estas disciplinas, isoladamente, buscando sua afirmação enquanto ciências, não se misturam entre si, encontrando dificuldades na politização de seus discursos específicos.

O materialismo histórico, pelo contrário, não só tem maior abertura epistemológica, podendo assumir tanto a aparência econômico-política, quanto a sociológica, como também se caracteriza por seu tom ideológico permanentemente crítico em relação ao poder político, que sempre considera como expressão concentrada do poder econômico. Por esta razão, seria uma atitude meramente formal tentar separar, nas vertentes intelectuais que abraçam o método dialético, quer em seu modo lógico, quer em seu modo histórico, profissionais oriundos de diferentes áreas. Neste caso se tomariam como marcos de referência para análise dos objetos reais as técnicas de investigação empírica consagradas e

específicas de cada ramo acadêmico e não os seus princípios teóricos.

Engels foi, por exemplo, um dos pioneiros da história econômica, social e política das cidades modernas, podendo, além disso ser considerado, como o faz Choay (1965:145) um pré-urbanista. Em 1844, enfatizou, pela primeira vez, as relações perversas entre o desenvolvimento do capitalismo e as cidades industriais. Pesquisando as condições de vida da classe operária em Londres, conceituou o permanente movimento de expulsão das categorias mais pobres do centro para a periferia urbana. De forma bem diversa da micro-economia marginalista, na qual assumem destaque as teorias de localização que visam, em última instância, a maximização dos lucros, Engels visava denunciar o lado mais desumano da ação do capital sobre a força de trabalho urbana.

Marx não se deteve sobre problemas de localização intra-urbana. Para ele, o aspecto fundamental das cidades residia em suas relações com o campo. Encarava, desta forma, a economia urbana a partir de um processo prévio de divisão do trabalho: "O fundamento de toda a divisão de trabalho desenvolvida é processada através da troca de mercadorias e a separação entre a cidade e o campo" (42). No plano ideológico, tal como a Engels, Choay também o considera um "pré-urbanista".

Para ambos a cidade era simplesmente o "locus" da exploração capitalista, "locus" de "toda a população exigida pelo aparelho produtivo" e do "exército de reserva que a burguesia requer para comprimir os salários bem como para rotatividade à mão-de-obra", reflete Lefebvre a propósito (1971:146). Assim, além de mercado de bens, de dinheiro e de capitais, tal como é enfatizado pela economia clássica e pela tradição weberiana nas ciências sociais, a cidade se torna mercado de trabalho por excelência, no pensamento marxista.

Ambos autores manifestaram, no entanto, muito maior interesse pelos fatores históricos que cercavam a questão urbana, para os quais buscaram causas econômicas, políticas e sociais, do que propriamente em lançar as bases para uma economia política de caráter urbano. Tinham razão: a realidade européia da época mal entrara na fase de urbanização intensiva e disseminada que caracterizaria o capitalismo em sua fase monopolista, sendo que, naquela conjuntura, a questão agrária possuía peso político relativamente bem maior.

É sobre estes fundamentos que vamos encontrar a renovação dos discursos sobre o urbano, desta vez, sem distinções epistemológicas ou metodológicas, por parte de sociólogos, economistas, geógrafos e urbanistas.

2.3. Renovação e Repolitização do Discurso sobre a Cidade

Considerações Preliminares

Nas análises ortodoxas sobre o urbano, principalmente as de caráter sociológico, há dois traços em comum: misturam, de alguma forma, as classes sociais, transformando-as em esquadões uniformes, e, por consequência, ocultam as relações sociais e as contradições que caracterizam o modo de urbanização, qualquer que seja a formação econômico-social.

Castells (1972:046) enfatiza o florescimento de uma nova sociologia urbana, para a qual propõe, com as devidas ressalvas, a seguinte classificação, incluindo grande parte dos trabalhos sociológicos e para-sociológicos compreendidos no tema urbano (43):

- estudos sobre o processo global de organização social, com ênfase na demografia. Estariam neste caso, os estudos de Hauser e da International Urban Research (Berkeley), dirigida por Kingsley Davis;
- investigações sobre a desorganização e aculturação na perspectiva da escola de Chicago. Cita, nesta linha: Leo Srole, Clinard, Killian, e Ruth Glass, dentre outros.
- estudos de comunidades envolvendo pequenas cidades ou unidades urbanas, retomando com uma nova linguagem, um velho tema da história das cidades. Castells cita como representativos desta vertente os estudos de Seeley, Berger e Dobriner, e os trabalhos do Institute of Community Studies, de Londres.

A margem do domínio sociológico, reconhece a presença da ecologia humana através dos estudos de Leo F. Schnore e a equipe de investigação da Universidade de Wisconsin.

Castells aponta contribuições ainda mais recentes da sociologia francesa, tais como as da equipe do Centro de Sociologia Urbana (C.E.G.S.), em 1965/66, os informes de Cornuau et alii (1965:220) sobre Paris, incluindo o estudo de Retel sobre relações sociais, os trabalhos da equipe do Instituto de Sociologia Urbana (I.S.U.) de Paris, destacando-se o coordenado por Henri Lefebvre sobre as atitudes dos cidadãos em uma habitação multifamiliar, (1966:227), além dos trabalhos de Coing (1966:222) sobre renovação urbana.

Entre os estudos que se orientaram pela matriz marxista, Castells chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento dos mesmos ocorreu de forma desigual, em diversos países, mas sempre correspondendo a necessidade de compreender novas contradições sociais. Estas contribuições foram significativas na França, mas ocorreram também na Itália, Espanha e América Latina, assim como na Inglaterra e Estados Unidos.

Em síntese, estas contribuições concentraram-se em três aspectos relevantes, que, sem dúvida repolitizaram e reideologizaram o discurso sobre o urbano:

- domínio do funcionamento do capital na produção e distribuição dos bens e serviços urbanos;
- análise das políticas urbanas;
- análise dos movimentos sociais urbanos.

A avaliação crítica de Castells corrobora sua proposta de tratamento marxista da cidade enquanto variável dependente e abre todo um caminho teórico até então obstruído por uma visão predominantemente positivista no campo das ciências sociais. Suscitando importantes questões sobre as relações históricas entre sociedade e espaço (1974:160), suas preocupações com a vinculação entre a prática teórica e a prática política levam-no ao estudo dos movimentos sociais urbanos (1976:247), e suas pesquisas levam-no a aprofundar conceitos sobre urbanização, ideologia, estrutura e política urbana (1979:216). Suas teses principais são:

1. A questão urbana é uma questão ideológica, na medida em que confunde, no discurso sobre o espaço, a problemática de reprodução da força de trabalho e a especificidade cultural da sociedade moderna;
2. Esta ideologia se traduz na prática social, no plano da produção do conhecimento e no plano das relações sociais;
3. A base social desta ideologia está nas contradições vividas cotidianamente nas cidades, pelos indivíduos e classes sociais.
4. É impossível realizar uma análise do espaço "em si", assim como do tempo.
5. A compreensão da estrutura espacial passa pela teoria geral das formações sociais.
6. Os movimentos sociais urbanos são "sistemas de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir de questões específicas da problemática urbana" (44), provocam alterações na estrutura urbana e na estrutura social, cujo resultado tenderia à transformação estrutural do sistema urbano com modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado.

Em outra linha de renovação do discurso sobre a cidade, Ramon (1970:148) e Choay (1965:145) avaliam diferentes contribuições de urbanistas e pensadores.

Ambos partem da análise de textos formulados por estudiosos da cidade moderna. Choay, no seu excelente estudo sobre as utopias e realidades do urbanismo, analisa as propostas daqueles que considera pré-urbanistas (progressistas, culturalistas e sem modelo) e urbanistas (progressistas, culturalistas e naturalistas), além dos que conceitua como urbanistas da tecnopcia e da antrópolis.

Choay cita no pré-urbanismo progressista: Owen, Fourier, Considerant, Cabet, Proudhon, Richardson, Godin e até Julio Verne e H.G.Wells. No pré-urbanismo culturalista, Choay refere-se a Pugin, Ruskin e Morris; no pré-urbanismo sem modelo, a Engels, Marx, Kropotkin, Bukharin, e Preobrajenski; no urbanismo progressista, a Garnier, Benoit-Levy, Gropius, Le Corbisier e Strumilin; no culturalista, a Camilo Sitte, Howard e Unwin; e, no urbanismo naturalista, a Frank Lloyd Wright.

Nesta abordagem, permanece obscurcida qualquer eventual contribuição de pensadores latino-americanos sobre suas cidades.

No que se refere à análise econômica não-ortodoxa, destacam-se, com propósitos semelhantes, as análises sobre renda fundiária urbana e sobre mercado imobiliário.

No processo de repolitização e reideologização do discurso histórico sobre a questão urbana, firmaremos, assim, nossa avaliação em três aspectos essenciais:

- renda fundiária urbana e mercado imobiliário;
- políticas urbanas, intimamente relacionadas com a compreensão do caráter de classe do moderno Estado capitalista. Neste caso, incluiremos dentro deste aspecto, a análise da produção de bens e serviços urbanos;
- movimentos sociais urbanos.

Discurso Contemporâneo sobre Renda Fundiária Urbana e Mercado Imobiliário

A valorização de determinado solo não se dá em função das atividades produtivas, mas sim do domínio do acesso àquele mesmo solo, condição indispensável à sua localização.

Se, ao longo do tempo, a aglomeração destas atividades favorecem a valorização daquele solo, isto não significa, em contrapartida, que esta valorização tenha sido fruto do processo de aglomeração.

Este caráter do valor da propriedade fundiária raramente se apresenta em sua forma pura. Ele se apresenta sempre tocado pela mão do homem, através da dotação de benfeitorias. Assim, tem-se a impressão de que seu valor é resultado das inversões destas benfeitorias.

As propriedades imobiliárias postas à venda não são unicamente as parcelas construídas e/ou não devidamente infra-estruturadas. São principalmente seus acessos, que favorecem o funcionamento do mercado como um todo.

As necessidades de conexões entre a produção e o consumo, as necessidades de circulação de mercadorias e as necessidades de deslocamentos de força de trabalho são as necessidades que geram o mercado de acesso à utilização do espaço e não o contrário.

Na formação do valor do solo e, por conseguinte, da renda e dos preços, persistem, assim, as necessidades conjunturais do modo dominante de produção predominante em cada momento histórico.

A renda do solo decorre do seu valor, sendo, também, atributo do mercado de acesso à utilização do espaço. Diferentemente do valor, entretanto, o comportamento da renda depende do tipo de usuário, ou seja, depende das empresas, indivíduos ou instituições que pretendem utilizar determinado solo.

Para empresas, por exemplo, a renda do solo pode ser absoluta, sendo condicionada, neste caso, pela relação entre os custos de produção e a localização de cada um dos imóveis onde se realiza esta produção. Esta forma de renda absoluta pode ser medida pelo valor médio dos aluguéis dos imóveis, segundo suas dimensões e características físicas, independente de suas localizações.

Para habitações, a renda absoluta do solo depende, por sua vez, de sua capacidade em favorecer a vida comunitária, independentemente, também, de sua localização.

Nos casos de uso misto do espaço, a renda absoluta do solo tem, assim, duplo sentido, o que resulta na fusão entre as demandas por uso produtivo e uso habitacional.

A renda do solo pode ser, além de absoluta, diferencial. No caso de empresas, esta renda é paga tendo em vista o superlucro de cada localização. No caso de habitações, esta renda é paga tendo em vista a sua preferência por parte de possíveis adquirentes, não importam seus motivos.

Tanto a renda absoluta quanto a renda diferencial diferem, portanto, de caráter, no caso do uso produtivo e do uso habitacional, porque no primeiro caso manifesta-se, com maior intensidade, a apropriação do espaço para fins de lucro e, no segundo, para fins de consumo.

Um terceiro tipo de renda do solo urbano é a renda do monopólio, que decorre do domínio da localização que confere aos que ocupam o espaço o monopólio de fornecimento de determinadas mercadorias. É o caso dos "shopping-centers". É possível especular-se, também, sobre a possibilidade teórica de enquadrar a renda auferida por proprietários de condomínios habitacionais fechados na mesma categoria.

A maior parte destas formulações decorre dos estudos de Edel, M. (s/d:087), tendo sido difundidas no Brasil por Singer (1978:076). A questão da renda do solo tem sido, no entanto,

objeto de acirrada polêmica, que já empolgou tanto economistas ortodoxos quanto economistas de influência marxista. Entre estes últimos persistiu durante longo tempo a tendência a considerar a renda do solo urbano com os mesmos pressupostos teóricos da renda agrária do solo.

Lojkin (1971:089), por exemplo, questiona a existência de uma renda fundiária urbana. Quaisquer que sejam, entretanto, os pressupostos teóricos da questão, o fato é que persistem os problemas de propriedade e renda do solo por trás do domínio do solo, e por trás, por conseguinte, de todas as lutas pelo domínio ou controle do espaço urbano.

Na Itália, esta polêmica tornou-se bastante acirrada pois serviu de embasamento teórico aos urbanistas, no início da década de 70, para a argumentação de que seria necessária uma legislação muito mais rigorosa para o controle da propriedade fundiária do que para seu uso, segundo Campos Venuti (1971:085).

Estudos que tem contribuído também para explicar o processo de produção da cidade e da habitação são os que tem como foco de atenção o estilo de acumulação na construção civil. Este estilo apresenta peculiaridades extremamente importantes no caso brasileiro, dado o seu caráter de vinculação com as políticas urbanas. Entre estas peculiaridades pode ser citada a da relação orgânica, ou fisiológica, entre as empresas e o Estado durante a penetração do capital na vida urbana e no modo de urbanização das principais metrópoles.

Em seu conjunto, todos estes estudos tentam explicar os problemas de custos de produção e perspectivas reais de consumo da cidade e da habitação, até mesmo aqueles que se dedicam às questões de localização das camadas mais pobres da população. Enquadram-se nesta categoria: trabalhos sobre propriedade do solo, renda e custo da terra urbana; trabalhos sobre acumulação no setor da construção civil; sobre relações econômicas entre este setor e o Estado; sobre relações entre custos da terra e custos de urbanização.

No plano de estudo das cidades coloniais, estas preocupações podem ser rebatidas através de uma atenção maior à formação da estrutura fundiária e da renda do solo.

Discurso contemporâneo sobre Movimentos Sociais Urbanos

Os movimentos sociais urbanos são o segundo centro de convergência da repolitização do discurso sobre o espaço urbano, embora existam diferentes posicionamentos teóricos sobre o assunto.

Segundo Castells (1976:246), um dos principais pioneiros deste movimento neomarxista, os movimentos sociais urbanos nas formações capitalistas são, como já foi dito, "sistemas de

práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir de questões específicas da problemática urbana" (44). Estes movimentos, na sua interpretação, provocariam alterações na estrutura urbana e na estrutura social, cujo resultado tenderia à transformação estrutural do sistema urbano com modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado. Seriam movimentos interclassistas e potencialmente anticapitalistas.

Em formações capitalistas dependentes, estes movimentos adquirem novo conteúdo, segundo Touraine (45). Seriam defensivos e contra-ofensivos, ou seja, reivindicatórios e contestatórios; seriam, assim, movimentos de "ação crítica", a qual repousa sobre a contradição e não sobre o conflito.

Podemos afirmar, assim, que os movimentos são parte contraditoriamente ativa e passiva de todo um processo de urbanização intensiva que expressou a extensão das relações capitalistas em todos os recantos e setores da vida nacional das relações de produção capitalistas, na medida em que estão ligados à organização coletiva do modo de vida, à reação contra a ação do Estado, ao próprio amadurecimento da consciência política das classes dominadas e/ou subalternas (46).

É preciso entender que, na produção da cidade moderna, interferem tanto os agentes do capital, quanto do trabalho, que definem, através de suas interações e formas de intervenção, modos específicos de urbanização. Os movimentos sociais, neste contexto, são desenvolvidos por agentes do trabalho que tem por objetivo melhorar as condições sociais da produção da cidade. Por isso, dificilmente atingem o patamar político, embora sejam resultantes de ações coletivas que exercem pressão sobre a demanda de meios de consumo estatizados, como habitação, transportes, educação e saúde. Inscritos na formação econômica e social, contraditoriamente, neste processo, acabam por cristalizar as condições de reprodução da força de trabalho no interior das exigências de reprodução do capital. Isto porque, à medida que o modo de urbanização inscreve-se no estilo dominante de acumulação, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e se industrializa. No mesmo processo em que os trabalhadores promovem a expansão dos meios de produção da cidade e de acumulação do setor econômico que a realiza, são postos à margem das condições que lhes permitiriam resolver as necessidades básicas (47).

Divergências à parte, o fato é que, na década de 70, proliferaram estudos de movimentos sociais urbanos, reforçando toda uma historiografia contemporânea. Castells, por exemplo, analisa, em 1973, movimentos em Paris, Montreal, nos Estados Unidos e no Chile; em 1977, em Madrid; em 1979, em Caracas, Monterrey, etc. (48). Marcelloni fala sobre os movimentos nas cidades italianas (49); Quesada e Torre sobre movimentos em cidades da América Latina (50).

No Brasil, quer em artigos de revistas especializadas, quer em livros, proliferam também análises de movimentos sociais urbanos, no Rio, S. Paulo, Salvador, etc., tais como as análises sobre movimentos eclesiais de base, sindicatos, movimentos feministas, organizações negras e associações de bairro em São Paulo (51); ou movimentos nos bairros de Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi, no Rio, ou ainda invasões em Salvador (52). Especificamente, alguns estudos tratam dos movimentos contra a situação dos transportes urbanos, dos quais um dos mais conhecidos é o "Patrão, o trem atrasou" (53).

Discurso contemporâneo sobre Estado e Políticas Urbanas

"Polittike scilicet techne" é a expressão grega para a "arte-técnica" (duplo sentido de techne) de governar a Cidade-Estado (duplo sentido de polittike). Não podemos, seguramente, afirmar que a política, em seu sentido ocidental, tenha nascido com a democracia grega; mas podemos, seguramente, afirmar que a palavra política, tal como a conhecemos, adquire sua primeira conotação no contexto desta democracia, dependente da cidade e de suas vinculações com a filosofia. Política, assim, tanto pode, etimologicamente, ser entendida como política de Estado quanto política urbana, na medida em que, à época, uma não se separava da outra (54).

Com a destruição do cidadão e a longa vida histórica do súdito, ainda na história européia, a política retorna ao palácio. Torna-se privilégio da nobreza feudal, sinônimo degenerado de alianças e lutas sem princípio pelo poder, arte de regular relações entre Estados.

No projeto burguês de sociedade e Estado burguês, a política assume uma nova conotação, perdendo seu sentido único de domínio e adquirindo também o sentido de consenso, na medida em que se torna meio de coordenação de forças sociais. E é com este sentido que os interesses da burguesia reforçaram a política de classe em associação com a política de Estado, já que o Estado é o instrumento que assegura a reprodução de sua existência e visa perpetuar o seu modo de organizar a sociedade. Apesar do discurso, não interessa à burguesia a política enquanto expressão da vontade coletiva, pois esta expressaria, também, a vontade das classes dominadas e/ou subalternas, assim como não lhe interessa o saber universal, pois este desnudaria a essência de sua exploração.

Assim, embora em sua formação a palavra política signifique também política urbana, na elaboração da burguesia ela adquire muito mais fortemente o significado de política de Estado. Entender o que é política urbana, no divórcio etimológico entre a Cidade e o Estado, significa, portanto, retomar as relações entre ambos. Qualquer política urbana moderna está indissolúvelmente associada com a compreensão do caráter de classe do moderno Estado capitalista.

"Isto não quer dizer que não houve política antes da era de transformação industrial, mas que a estrutura, organização, dimensão, objetivos e, provavelmente, acima de tudo, a linguagem da política mudasse fundamentalmente durante esta transformação, à medida que a natureza da sociedade tanto como a natureza dentro da qual a ação política se processa se transformaram" (55). Desde o fim do século XVIII, a política adquiriu novos recursos e procedimentos. A política moderna baseia-se na transformação do súdito em cidadão, diretamente ligado ao Estado, na suposição de que deve mudar o governo, o que se traduz em formas específicas de mobilização e organização. É equivocado, portanto, pressupor que seja impossível, por exemplo, falar em política urbana no Brasil do século XIX, com base na argumentação de que política urbana implica em ações e alianças e, naquele momento histórico, as intervenções urbanas eram apenas privilégio do uso comercial do solo. Esta negação da política é fruto, exatamente, da despolitização do discurso sobre o urbano que tergiversa com a existência de práticas sociais em reação a medidas assumidas pelas camadas dominantes no espaço da cidade.

Há, portanto, uma forte razão para que a vertente de estudos neo-marxistas sobre as políticas urbanas passe pelo debate do Estado. E é o estudo do Estado que está sempre presente na fundamentação de Lojkin (1981:229), (1979:230) que se tornou clássica no pós-marxismo estruturalista ou nas pesquisas e reconstrução de Castells sobre urbanização, ideologia, estrutura e política urbana (1979:216); ou ainda nos trabalhos de Cottreau (1970:221), etc.

Para Lojkin, as dimensões da política urbana seriam a planificadora, operacional e urbanística. Em seus trabalhos principais, analisa o Estado, o seu papel na urbanização e o papel dos movimentos sociais (56). A política urbana, em seu corpo conceitual, expressa a articulação dos instrumentos jurídicos, financeiros e ideológicos através dos quais o Estado capitalista organiza a reprodução social da força de trabalho e favorece o processo de acumulação em uma dada região. Assim, são somente em formações capitalistas mais desenvolvidas, a política urbana torna-se um conjunto de ações, medidas ou intervenções pontuais ou articuladas no espaço das cidades.

Outros focos de atenção nesta linha de investigações são os estudos de caso, como, por exemplo, os estudos das políticas urbanas na região de Lyon e de Paris, realizados por Lojkin (1973:232) e (1974:231), assim como os estudos sobre financiamentos públicos de Claude Pottier (1975:233) e sobre renovação urbana, de Henri Coing (1966:222).

Incluem-se, também, nesta linha de pesquisas sobre a política de produção e consumo do espaço urbano a análise da produção de bens e serviços urbanos os estudos sobre equipamentos sociais, de Amiot, Michel (1973:215), de Jaques Ion (1973:226) e de Preteceille (1983:234).

Atente-se, por fim, para o fato de que tais conceitos não invalidam (antes reforçam) os fatos de que as políticas urbanas expressam as contradições que estão ocorrendo no processo de acumulação no âmbito da cidade e, por conseguinte, podem ser consideradas como "expressão concentrada" das contradições que se manifestam na economia "urbana".

2.4. Tendências do Discurso sobre a Formação Econômico-Social Brasileira

Sobre Modo de Produção e Formação Econômico-Social

A afirmação das novas tendências dos discursos derivados do marxismo sobre o urbano não cessa, contudo, na seleção de sua temática. Há, ainda, um vasto espaço de discussão não preenchido tanto no que se refere ao modo lógico, quanto ao modo histórico, no método dialético de análise da realidade urbana.

O uso indistinto de conceitos, a tendência ao historicismo em que pese a aparente politização do discurso, a dificuldade de unir a pesquisa empírica à elaboração de categorias efetivamente adequadas à realidade histórica, e até mesmo o longo caminho que vai da deificação à dessacralização do discurso marxista original no uso do método, podem, sem dúvida, pulverizar o sentido político e histórico da discussão sobre o urbano.

Seria impossível percorrer todos os meandros desta discussão. Mas não podemos simplesmente esquecer que esta discussão passa necessariamente pelo posicionamento teórico em relação ao contexto econômico-social onde está inscrito o urbano.

Levantar a questão urbana e os problemas de urbanização, principalmente a nível político, implica, assim, em colocar, em primeira instância, a problemática do modo de produção e das formações econômico-sociais correspondentes.

Correndo o risco de uma postura reducionista sobre o assunto, onde o debate ainda é mais inflamado e rico em posições divergentes do que o debate sobre o urbano, adotamos, em princípio, a idéia de que a formação social não é, apenas, uma articulação entre diferentes modos de produção, dos quais um é dominante ou predominante, mas também uma articulação entre estes modos e sua organização política e ideológica.

As consequências deste posicionamento repercutem diretamente sobre a avaliação das principais tendências de configuração das estruturas econômico-sociais brasileiras desde a colonização portuguesa até o século XIX e, portanto, sobre as fases de urbanização citadina, para as quais não está devidamente assentada a idéia do que seja ou não seja o urbano.

Diferentes autores, por exemplo, quer marxistas ou não marxistas, já defenderam a tese da predominância de um modo feudal ou semi-feudal de produção que teria se estendido, inclusive, até o momento histórico atual. Longe de nós está a afirmação de que todas estas teses tenham colocado a questão de forma semelhante. É impossível imaginar-se que Alberto Passos Guimarães (1964:181) ou Nelson Werneck Sodré (1958:185) tenham oferecido o mesmo tipo de argumentação que Celso Furtado (1977:178) ou Francisco de Oliveira (1972:203). As divergências

vão desde a representatividade deste modo ao período histórico em que prevaleceu.

O cenário desta defesa está no latifúndio, cuja importância já foi destacada inclusive por intelectuais de tendências conservadoras, como Gilberto Freire. O fato, no entanto, é que, até o presente momento, as investigações sobre a história da propriedade fundiária no Brasil não trouxeram à tona, com a devida clareza, não só as leis específicas de desenvolvimento do latifúndio, como suas relações com as demais formas econômicas da sociedade. Fica-se, assim, no terreno escorregadio das hipóteses, onde ora se resvala para o historicismo, ora se tende à atraente tentativa de armadura lógica de um discurso carente de comprovações empíricas, até mesmo para os que se dizem dialéticos. Até provas contundentes em contrário, preferimos, nesta linha de argumentação, a proposta de Cristian Topalov (1978:188), que brilhantemente se refere a um possível sistema de minifúndio-latifúndio como componente central das relações de produção. Do ponto de vista de formação do urbano na sociedade brasileira, esta proposta pode, talvez, esclarecer muito mais sobre a importância das cidades coloniais do que o tem feito aqueles que as colocam como meros pontos de apoio para a defesa do sistema ou para a exportação dos produtos gerados pelo latifúndio, com pouca ou nenhuma expressão econômica, social ou política para a reprodução do mesmo.

Um segundo elenco de autores posicionou-se, de diferentes formas, a favor de modo de produção capitalista prevalecente historicamente na evolução econômico-social brasileira. Amaral Lapa destaca que há uma gama variadíssima de abordagens e matizes teóricos os mais diversos nestas propostas teóricas que graduam o modo capitalista, ou os seus componentes, em diferentes etapas de expansão, a partir dos movimentos eurocêntricos de acumulação de capital (57).

O debate sobre o modo de produção torna-se, neste contexto, ainda mais efervescente e carregado de dúvidas. Poderiam as relações escravistas de produção serem explicadas pela simples inserção nos grandes movimentos de acumulação originária ocorridos na Europa? Poderia o complexo latifúndio-minifúndio com todos os seus desdobramentos políticos e ideológicos configurar-se a partir da existência de um capitalismo comercial, qualquer que fosse sua etapa de expansão? Será que neste viés teórico não se perde o modo lógico do método dialético e se retorna, por outras vias, a explicações historicistas que pouco acrescentam ao conhecimento da realidade?

Reconhecemos, todavia, que as colocações a respeito da influência do processo de acumulação de capital sobre a formação econômico e social brasileira enriqueceram bastante o debate sobre o modo de produção prevalescente na mesma.

Um dos pioneiros destas posições foi Caio Prado (1939:184). Mais contundente que Caio, Gunder Frank (1964:177) preconizou a articulação indissolúvel entre o desenvolvimento dos países capitalistas avançados e o sub-desenvolvimento dos países da América Latina, Ásia e África.

Neste caso, o desenvolvimento alimentar-se-ia do sub-desenvolvimento e as Metrôpoles européias só teriam conseguido fazer seu ingresso no mundo do capital através da superexploração dos trabalhadores (escravos) dos países dependentes consumada pela transferência do potencial de acumulação destes últimos (58).

Marini (1968:182) acentua esta tese de subdesenvolvimento com superexploração com o argumento de que, no Brasil, os produtores de bens primários aumentavam, gradativamente e ao longo dos séculos o volume exportado e a superexploração dos trabalhadores (leia-se novamente: escravos) para ampliar a massa de lucros (59) e (60).

Variante burguesas destas posições centralizavam-se na busca do desenvolvimento do sub-desenvolvimento, ou do desenvolvimento com dependência. Entre estas destacam-se as defendidas pela CEPAL, expressas por Luiz Pereira (1969:169), cuja tônica era, praticamente, a da impossibilidade de desenvolvimento e a tendência à estagnação das economias sub-desenvolvidas (61).

Em resumo, estas teses serviram a propósitos políticos inteiramente diversos. Mac Gec (1971:166) e Frantz Fanon (1969:198), por exemplo, possuíam posições críticas radicalizantes, diversas das de Fernando Henrique Cardoso (1969:161), cuja postura crítico-teórica em relação aos princípios preconizados pela CEPAL-ONU, jamais se estendeu até posições políticas mais radicais.

Outros autores cingiram-se às posições acadêmicas, embora suas investigações históricas tenham aberto novos caminhos, tais como Fernando Novais (1979:183), e Raymundo Faoro (1975:273), cuja produção se inscreve na mesma linha de pensamento, dentre vários.

Não é muito visível, na produção intelectual baiana, a preocupação pelo perfilamento nesta ou naquela posição do debate sobre o modo de produção. Para somente ficar entre os mais conhecidos (Goes Calmon, 1925, Clemente Mariani, 1973, apólogos das elites, Thales de Azevedo, 1973, Manoel Pinto de Aguiar, 1973, ou Rômulo de Almeida, 1951), apenas os dois últimos apresentam posições mais claras em relação ao problema, inclinando-se pelas posições cepalinas. Até mesmo os investigadores históricos baianos da evolução econômico-social na década de 70, que realizaram um trabalho gigantesco de sistematização conscienciosa de informações em diferentes setores de atividades para análise do desempenho da economia baiana pós 1850, não se posicionaram claramente (ou acharam irrelevante e sem sentido fazê-lo) sobre o assunto (62). Perdeu-se, assim, uma

ótima oportunidade de caracterizar a economia "de transição" ao capitalismo, na qual não toma realce a questão da terra, a avaliação não setorializada tanto das relações de produção nas áreas rurais quanto na cidade de Salvador, e, por conseguinte, a determinação do trabalho escravo para o desempenho da economia.

Acreditamos, no entanto, que o esforço pelo desvendamento teórico do modo de produção predominante na formação econômico-social brasileira esteja entre o reduzido elenco de autores que buscam a caracterização de sua especificidade, tais como Jacob Gorender (1978:180), Ciro Cardoso (1980:174) ou Florestan Fernandes (1973:176). Embora hajam sensíveis diferenças entre as posições teóricas de cada qual, concordamos principalmente com a idéia de que, graças à sua prolongada duração, desenvolveu-se no Brasil colonial um modo de produção inteiramente novo, com fulcro no escravismo associado à propriedade fundiária. O esforço de Gorender em decifrar as leis específicas a este modo não encontraram, ainda, eco na formulação de uma teoria mais adequada à organização social e política orgânicamente a ele associada.

Sobre Estado e Classes Sociais na Questão Urbana

Para os marxistas, não é o nível de renda, o tipo de ocupação, a situação social, ou a propriedade de bens que definem as classes sociais, mas sim o caráter da dominação (63). O conceito é analítico, não descritivo e o foco da atenção está sobre o antagonismo e o conflito. Isto porque o conflito decorre, segundo Milliband, da "determinação das classes dominantes de extrair o máximo possível das classes dominadas" (64).

O fato é que este conceito não se compatibiliza de nenhuma forma com os pressupostos teóricos dos sociólogos da estratificação. Para estes, a estratificação é um processo segundo o qual os indivíduos se hierarquizam numa escala social. Os critérios para esta classificação são múltiplos e listá-los obrigaria reconstituir Weber, Talcott Parsons, Stavenhagen e muitos outros sociólogos que tentam relacionar prestígio, poder e riqueza para justificar as motivações dos indivíduos e dos grupos em se posicionar na sociedade, complementando o conceito de estratificação com o de mobilidade, através do qual se expressaria a mudança de status dos indivíduos e grupos na hierarquia social (65).

O fato é que as três tendências de caracterização do modo de produção predominante na formação histórica brasileira (feudal, capitalista ou escravista) de per si já implicam em diferentes posições quanto as classes ou estratos dominantes e dominados, assim como correspondem a diferentes caracterizações dos tipos de Estado e superestrutura política que lhes correspondem.

Todas elas, no entanto, se viram em dificuldades para avaliar a emergência de uma população que, aparentemente, no acelerado processo de expansão das cidades do chamado Terceiro Mundo, sob

rígidas condições de subdesenvolvimento e superexploração do trabalho, não se enquadrava nem nos postulados mais conhecidos da teoria marxista de classes sociais, nem na armadura teórica dos apóstolos da estratificação.

Desenvolveram-se, assim, teorias sobre mercado informal, marginalidade, massa informal, população excedente, superpopulação relativa, etc., cujos conceitos e categorias utilizadas, ao invés de aclarar, confundiram ainda mais o contexto onde se desenvolviam os debates sobre a questão urbana. O uso destes conceitos torna-se ainda mais difícil quando tentamos avaliá-los em suas origens históricas, em formações pré-capitalistas, à luz, por exemplo, das condições de produção e consumo da cidade colonial. Seria válido, neste caso, falar da existência de uma superpopulação relativa constituída pelo exercício de libertos e ex-escravos, sobrevivendo nas mais duras condições de uma liberdade formal, em cidades que se voltavam unicamente para o comércio de exportação? Este é um terreno ainda virgem de pesquisas empíricas para o qual a simples formulação de hipóteses é extremamente arriscada. Voltaremos ao problema durante a discussão sobre a reprodução de população e trabalho escravo no contexto urbano do século XIX.

A mesma dificuldade encontrada para caracterização das classes e/ou estratos sociais, estende-se ao caráter do Estado. Na teoria marxista clássica, o Estado desempenha sempre a função de organizador da dominação de classe, quer através da repressão, quer através do consenso, o que não significa, contudo, que ele o faça sempre do mesmo modo.

Assim, para os que privilegiam o conceito de prevalência do modo feudal de produção, qualquer que seja o seu matiz ou etapa de construção, o Estado assumiria a forma particular de Estado patrimonial, Estado destinado a organizar a dominação através da propriedade fundiária. Para os que acentuam a inserção nos movimentos de acumulação originária na Europa, prevalece o conceito de Estado colonial, feito à imagem e semelhança de sua matriz portuguesa. E aos que, por fim, inclinam-se pela especificidade do sistema escravista na formação social brasileira, a lógica do discurso obriga a acentuação dos aspectos relativos à manutenção e reprodução do trabalho escravo.

Não há ainda uma teoria consistente sobre o Estado brasileiro em formação até o século XIX, sendo duvidosas as categorias de análise utilizadas. Além disso, só bem mais recentemente o Estado brasileiro tem sido objeto de pesquisas históricas mais profundas, envolvendo coleta de farto material para análise. Estão neste caso, por exemplo, os estudos da equipe de Graça Salgado (1985:277) sobre a administração no Brasil Colonial, que acentua a colocação da ordem administrativa "nos quadros da grande propriedade monocultora, assentada no trabalho escravo e estreitamente articulada, através de sua produção, aos mercados externos"; ou os de Uricochea (1978:281), que salienta, como Simon Schwartzman (1982:278), o caráter patrimonial e burocrático

do Estado brasileiro, em perfeita consonância com a sociologia weberiana.

Nesta sociologia, o patrimonialismo expressa uma forma de dominação política onde não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada e se ajusta como uma luva às condições da propriedade fundiária. Este caráter patrimonial pode ser teoricamente aceito na medida em que não se esqueça de que é intimamente associado ao caráter repressivo em relação ao escravo, tal como na monografia de Duboc Pinaud (1987), baseada na análise de processos judiciais de repressão ao quilombo de Pat: do Alferes (R.J.), em 1938 (66).

Somente através destas considerações preliminares é que podemos recuperar o conceito de políticas urbanas em formações pré-capitalistas, agora já não mais atrelados às concepções de Castells que as consagra, sob o capital, em termos de gestão dos meios coletivos de consumo e de reprodução da fora de trabalho.

Para o Estado escravista do século XIX, com traços patrimoniais e voltado para atender aos interesses do comércio de exportação, estas políticas, mais que nunca, preocupavam-se pelas condições das áreas portuárias e comerciais adjacentes, desconhecendo inteiramente os problemas de reprodução e localização da população escrava, em seus primeiros movimentos de periferação e formação de quilombos urbanos.

É bom lembrar, no entanto, que a política antes da era do capital industrial tinha linguagem e objetivos, formas de mobilização e organização, recursos e procedimentos diferentes da atual, modificando-se durante a transição ao capitalismo. A política urbana colonial não pressupunha a transformação do súdito em cidadão, diretamente ligado ao Estado; não pressupunha a mudança de governo, não implicava em ações e alianças. O fato de que, naquele momento histórico, as intervenções urbanas fossem privilégio do uso comercial do solo, não significava que estas intervenções não fossem políticas.

Além do sistema de repartição fundiária, baseado numa estrutura rígida de posse e uso do solo que, por um lado, facilitava o controle de largas extensões de terra por parte de poucos proprietários (à exceção das terras dominicais) e, pelo outro, dificultava o seu acesso a populações mais pobres, (com repercussões diretas sobre a questão da moradia), as políticas urbanas apresentavam-se impregnadas de discriminação e repressão.

A discriminação manifestava-se no controle e fiscalização do ocupação e uso do solo por serviços e ofícios, principalmente os executados pela população pobre, assim como na fiscalização do comércio ambulante. A discriminação ao escravo estendia-se, velada ou abertamente, ao negro liberto e a todas as categorias de mestiços em processo de embranquecimento.

A repressão ao escravo-coisa incluía, por sua vez, a destruição de candomblés e a política da terra arrasada em áreas de concentração de mocambos ou de quilombos. Esta repressão era, em geral, promovida por autoridades locais; raramente encontrava apoio, aberto ou velado, por parte de autoridades metropolitanas, ou mesmo por parte da Igreja ou das Irmandades leigas, que se incumbiam de neutralizar a forte repressão com normas mais brandas de conduta social. As solicitações diretas de irmandades negras junto à Metrópole para defesa de seus interesses que tinham resposta favorável do rei, não incluíam defesa de candomblés e quilombos (67).

A estrutura social não era, no entanto, tão rígida a ponto de não permitir certas aberturas no que se refere à posse, ocupação e uso do solo por parte da população pobre, em geral, inclusive ex-escravos, e até mesmo por parte da população escrava, em particular. Os escravos podiam receber, por doação e por usufruto, lotes de terra; possuíam pequenos estabelecimentos comerciais em Minas; possuíam casas e terrenos em Salvador em 1848 (68).

Sobre Reprodução da População Urbana

População Excedente ou Superpopulação Relativa?

Uma das teses mais gratas aos neo-malthusianos (cuja ênfase deixou de repousar nas relações entre a população e a natureza) é de que a pirâmide etária, na qual a base representa o forte contingente de crianças, uma das características de países com elevadas taxas de crescimento, torna ainda mais problemática, senão impossível, a arrancada para o desenvolvimento, acentuando a dependência.

Inverte-se, assim, a questão: a população, que é a própria razão do desenvolvimento social e é o principal agente do desenvolvimento econômico, transmuta-se em um de seus obstáculos. A preocupação das classes dominantes por explosões sociais é evidente por trás desta argumentação, que se desdobra também na preocupação pela inchação das cidades modernas. Singer (1976:194) desenvolve a crítica a esta linha de argumentação.

Muito utilizada na década de 50, a expressão "inchação das cidades" caracterizava a urbanização acelerada e a metropolização no período, cujas causas estariam não só nas altas taxas de natalidade mas também nas migrações rurais.

Alguns sociólogos encontravam a origem deste crescimento na penetração do capitalismo na agricultura e nos obstáculos criados pelo latifúndio a esta penetração, na medida em que, por um lado, o capital não absorvia a mão-de-obra excedente e, pelo outro, o latifúndio impedia o acesso à terra, tornando impossíveis as condições de sobrevivência da força de trabalho nas áreas rurais.

Francisco de Oliveira (1977:167), traçando o perfil da economia da "dependência imperfeita", numa postura mais avançada, já remete as questões de reprodução de população e de força de trabalho à teoria do valor e ao processo de acumulação de capital, reafirmando-as no interior do modo de produção social. Nesta linha de argumentação, as relações entre população e crescimento demográfico das cidades partiriam do capital e não da população.

Tais posições, assim como as de Fucaraccio (1975:191) avançam no sentido de demonstrar que os problemas de superpopulação são produto dos movimentos de capital e que sua existência independe do crescimento demográfico, surgindo no âmbito das contradições do modo de produção. A recuperação das posições de Marx é clara nesta formulação.

Deslocam-se, desta forma, dos limites urbanos, os problemas da superpopulação, inserindo-se no próprio contexto econômico-social. A população "excedente" deixa de ser relativa à população em geral para ser relativa ao modo de produção onde está inscrita, o que torna perfeitamente válido o argumento para todas as formações econômico-sociais.

Segundo Fernando Henrique Cardoso (1973:195), esta superpopulação pode apresentar diversas modalidades de inserção no processo de crescimento urbano: pode ser flutuante (gerada pela obsolescência da mão-de-obra face à modernização industrial); pode ser latente (esta sim, gerada pela modernização das relações de produção nas áreas rurais); ou, por fim, intermitente (gerada pela limitação da demanda por mão-de-obra face à oferta do mercado de trabalho), cuja principal característica seria sua base irregular de trabalho, carregando implicitamente condições de pauperização.

Sub-proletários ou Marginais?

O desdobramento da questão coloca, assim, em evidência, de forma associada, o mercado de trabalho urbano e a caracterização, em termos de classe, desta superpopulação relativa.

Como vive (ou sobrevive), como trabalha, ou como mora este contingente urbano?

Em termos de trabalho, articula-se ou não diretamente com o modo de produção determinante do conjunto das relações sociais de uma dada sociedade histórica?

Sob o capital, comporiam este contingente aqueles indivíduos que não conseguiram se inscrever no centro das relações capitalistas de produção face ao processo contínuo de modernização?

Ou pertenceriam ao mesmo todos os indivíduos que, de uma ou outra forma, estão integrados em modos secundários de produção

articulados, na mesma formação econômico-social àquele que é determinante?

Seriam indivíduos cujo trabalho complementar, em caráter "marginal", as linhas principais de produção do modo determinante da produção econômica, ou seriam indivíduos que criariam, a partir do "nada", formas particulares de sobrevivência inerentes a toda e qualquer sociedade histórica?

No plano do marxismo, onde o conceito de classes é intimamente associado à questão dos conflitos (latentes ou abertos) o problema parece não merecer suficiente atenção. Sob o capital, a solução estaria no fato de que, não se constituindo verdadeiramente uma classe em si ou para si, todo este contingente tenderia a se incorporar, nos momentos de decisão política ou forte participação popular, ao proletariado, embora receba forte influência ideológica burguesa não só pela forma com que participam da divisão de trabalho social, como pela desorganização social que lhes é inerente. Comporiam, assim, um espécie de sub-proletariado (ou proto-proletariado), confundindo-se, muitas vezes, com o chamado exército industrial de reserva (69).

Não é esse, entretanto o discurso derivado da Escola de Chicago, com todos os seus matizes psicossociais, ecológicos, etnográficos ou relativos à chamada cultura da pobreza. Neste discurso sobressai a chamada teoria da marginalidade, da qual um dos pioneiros foi Everett Stonequist, que a elaborou em 1935 (70). Com ligeiras diferenças esta teoria foi difundida por Redfield (1947:064), por Parsons e por Lewis (71).

O Centro para el Desarrollo Economico y Social de America Latina, DESAL, de atuação destacada nos anos 60, desenvolvia uma variante desta teoria sob o prisma da dualidade integração e sub-desenvolvimento. Para o DESAL, as condições de marginalidade estariam definidas pela falta de integração econômica dos indivíduos no mercado de trabalho urbano e pela sua total ausência de participação no processo político.

Outra variante desta tendência estaria a posição de Quijano (1971:205), que tenta conceituar "massa marginal" a partir das relações entre a urbanização dependente da América Latina e o capitalismo monopolista. Sua tese básica é de que esta urbanização pressupõe um estreito mercado de trabalho para as correntes migratórias e as novas gerações populacionais visto que o capitalismo monopolista e a modernização que lhe é inerente aumentam a quantidade de indivíduos marginalizados, gerando a "massa marginal", um novo estrato social, marginalizado do conjunto do corpo social. Esta massa marginal giraria em torno de um "pólo marginal" da economia.

Nun (1972:202), embora adote idéias semelhantes, reconhece a indefinição do conceito de marginalidade, afirmando que seria impossível, com os marcos teóricos constituídos até então,

extrair quaisquer conclusões do mesmo. Reconhecendo, também, a imprecisão do conceito, Kowarick (1975:200) e Perlmann (1977:204), dentre outros, insistem em explorá-lo.

Trabalhadores Informais ou Trabalhadores de Reserva?

Uma outra vertente do debate estaria na tentativa, desde a década de 50, de conceituar o mercado de trabalho que assimilaria a superpopulação relativa.

Vasconcelos (1985:210) faz um balanço consciencioso desta vertente do debate, tracando, em linhas gerais, a evolução dos conceitos relativos a este mercado, ao qual chama, com reservas, de mercado informal.

O dualismo é a palavra-chave inicial desta vertente, cuja origem também está na escola de Chicago e de seus seguidores. Lewis (1954) o coloca no plano da "contradição" aparente entre o setor capitalista e o setor de subsistência; Boeke (1956) fala de um dualismo social no terceiro mundo; Doctor e Gallis (1964) já se referem a setores modernos da economia em contraposição a setores tradicionais; Berle e Hervé (1966) falam de um setor tradicional com características informais. Reynolds (1969), por sua vez, apela para um dualismo com subdivisões e Childe chega a propor uma divisão tripartite do mercado de trabalho. Em resumo, a literatura é extensa sobre o assunto e os exemplos são suficientes para os propósitos desta avaliação (72).

O dualismo despertou críticas desde suas primeiras formulações. Arrighi (1969) fala de suas limitações e outros autores tentam explicar a existência de diferentes modos de produção e consumo em uma dada formação capitalista através de conceitos de desemprego ou sub-emprego mascarado, como, por exemplo, Myrdall (1968) ou Weeks (1971). Lambert (1965) já prefere colocar o problema na existência de um terciário de refúgio caracterizado pela inchação do setor serviços. Stavenhagen (1967) demonstra que os setores tradicional e moderno são originários do mesmo processo histórico, e Oliveira (1972) reitera a unidade dialética entre o atrasado e o moderno: "a intensidade do crescimento industrial não permite um crescimento sólido dos serviços em virtude do estilo de acumulação". Esta contradição ficaria, assim, resolvida pelo crescimento não-capitalista do terciário (73).

Na década de 60, com o aparecimento dos novos teóricos da dependência ou da integração, diminui a intensidade das posições dualistas, aparecendo em cena defensores de novas posições que pouco acrescentam às anteriores.

Alguns destes novos teóricos tomaram como ponto de partida os estudos de K. Hart para Ghana (1971) e da O.I.T. para o Kenya (1972), assim como o de Sethuraman (1974:208), para designar os setores urbanos do mercado de trabalho de formal e informal (74). Outras designações utilizadas praticamente com o mesmo sentido (embora os conceitos não representem exatamente o mesmo objeto) foram os de protegido e não-protégido, organizado e não-organizado.

O tema é, sem dúvida, extensivo, e a quantidade de abordagens, muitas vezes radicalmente distintas, não favorece uma avaliação sintética. Realça-se, contudo, o fato de que estas abordagens reduzem o problema ao modo de produção capitalista e à sua articulação com os demais modos de produção não-capitalista em uma dada formação econômico-social. Ficam de lado, por exemplo, eventuais tentativas de estudar a questão do ponto de vista histórico e anterior ao próprio advento do capitalismo (75).

Discurso sobre Modos de Urbanização

Assim como ao modo de produção determinante articulam-se modos secundários, constituindo a base das formações econômico-sociais, não é possível imaginar-se um modo de urbanização predominante que não seja articulado e mesclado com formas de ocupação e uso do solo derivadas de formas secundárias ou complementares de organização da produção. A redução da análise do modo de urbanização de uma dada formação econômico-social ao modo de produção predominante tem conduzido a nosso ver, a diversos equívocos de interpretação. No caso brasileiro, por exemplo, se, por um lado, não é possível esquecer que o modo de urbanização colonial predominante estava indissolivelmente ligado ao modo de produção que tinha como base o trabalho escravo realizado na grande propriedade fundiária articulada internacionalmente com os grandes movimentos de acumulação primitiva na Europa, pelo outro este modo de urbanização sofria também a influência do trabalho artesanal e da produção doméstica e autônoma de alimentos. Desta forma, ao mesmo tempo que se leve em consideração, neste modo de urbanização, as formas pelas quais senhores e escravos, se posicionavam no espaço urbano, não se pode esquecer as formas como libertos e artesãos se organizavam neste mesmo espaço. Tentaremos, sob esta ótica, avaliar a bibliografia sobre o assunto.

Modos de produção e formações econômico-sociais constituem um todo indissolúvel. Seria, portanto, outro equívoco, reduzir a análise dos modos de urbanização somente à distribuição das atividades econômicas em um espaço historicamente determinado. A organização deste espaço é influenciada tanto pela gestão do Estado, na qual sobressai o papel das chamadas políticas urbanas, como pela ideologia de dominação.

A cada momento histórico, a combinação destes fatores nos oferece, assim, no que se refere especificamente aos espaços urbanos: o padrão de distribuição de cidades sobre o território, ou as características da rede urbana, na expressão preferida pelos geógrafos; o perfil de cada cidade deste mesmo território, ou seja, o seu tamanho e suas especificidades em relações às demais e às áreas rurais que lhe são diretamente associadas, em termos regionais; e o papel de cada cidade ou conjunto de cidades na divisão internacional de trabalho. Nestes padrões, perfil e papel das cidades, economia e política andam de braços dados.

Até o século XIX, no Brasil, do ponto de vista econômico, estes padrões significam uma divisão peculiar do trabalho. Por um lado, o modo de produção dominante e aqueles que a ele estejam articulados configuram a divisão peculiar de um território. Pelo outro, cada elemento básico do processo de produção consolida um espaço específico nesta divisão. Por um lado, portanto, o modo de produção determina a divisão de trabalho entre as cidades e as áreas rurais, organizando-as espacialmente. Pelo outro, a monoprodução açucareira consolida a grande propriedade das áreas rurais, enquanto o comércio de exportação determina os aspectos principais de uso do solo nas cidades-porto. Num nível ainda mais profundo, pode-se dizer que, à medida em que esta divisão de trabalho se torna mais complexa, mais complexa ainda se torna a divisão e especialização de cada porção do território. Assim, na medida em que se implanta definitivamente o sistema de divisão de trabalho entre o latifúndio e o minifúndio nas áreas rurais, o território começa acomodar uma intrincada rede de hierarquizações regionais, canalizando a produção para as grandes cidades por sistemas viários e redes regionais de vilas cada vez mais complicadas. Do mesmo modo, na medida em que se expande o comércio e se multiplicam as atividades comerciais urbanas, o solo nas cidades vai se organizando em termos de centro e periferia, gerando padrões diferenciados de ocupação por bairro, dividindo muito peculiarmente os espaços públicos e privados, as propriedades públicas e privadas.

Na combinação dos fatores econômicos com os políticos e ideológicos, vamos encontrar novos elementos de divisão e especialização no uso e ocupação do solo, refletindo-se, inclusive sobre a morfologia das cidades e áreas rurais. Que elementos políticos e ideológicos são estes? Por um lado, a gestão do espaço pelo Estado, no qual sobressai o papel das políticas urbanas; pelo outro, a influência da ideologia do senhor de escravos, da ideologia de dominação, da ideologia da servidão.

Através destes fatores podemos entender o interesse pela demonstração inequívoca, aparente e ostentatória do poder, associada à preocupação pela defesa do território, refletindo-se sobre o tamanho e a imponência arquitetural das cidades-sede, assim como sobre a aglutinação da defesa ideológica de todo o sistema em algumas instituições cidadinas destinadas à manutenção da "ordem", que não pode ser de forma alguma ameaçada por

tentativas de conquista do espaço por camadas dominadas ou subalternas.

Sem esta forma de encarar o problema, é fácil incorrer na perspectiva reducionista e conservadora, na qual a análise das cidades coloniais limita-se à visão de seus casarões e de suas igrejas. Esta visão de Salvador dos séculos passados chega a ser chocante. Apesar da cidade ter sido uma das maiores da América Latina, esta visão a limita ao Centro Histórico (leia-se: Pelourinho) e ao perfil de seus edifícios avistado por quem chegava ao porto. Ao examinar a iconografia existente, fica-se, inclusive, na dúvida se a cidade se restringia ao porto e seus arredores.

Salvador, no entanto, parada obrigatória de todos os navios que vinham ou seguiam para a Europa pela rota atlântica, tinha uma população fixa no início do século XIX que ultrapassava os 40.000 habitantes, associada a uma população flutuante de proporções consideráveis (marinheiros e soldados em trânsito, escravos de passagem). Era um entreposto comercial onde a divisão de trabalho se fazia segundo tecnologias primitivas e que, portanto, demandava uma imensa reserva de braços, quase um exército que se espraiava, "invisível" aos olhos da classe dominante, por toda a periferia urbana. Era uma cidade de milhares de escravos. Ainda que seu número diminuísse, ao longo do tempo, engrossando as fileiras do exército de libertos, os escravos eram indispensáveis à concreção das atividades econômicas urbanas mais dinâmicas até sua extinção.

Como viviam, sobreviviam e moravam estes escravos? Como é possível relegá-los ao esquecimento na análise de qualquer modo de urbanização ou mesmo de qualquer cidade colonial?

Nestas condições, é difícil aceitar as argumentações, por exemplo, de Quijano (1968:171), sobre a imposição de padrões de urbanização derivados da expansão e consolidação do sistema capitalista europeu, onde a escravidão era apenas uma notícia. Estes padrões poderiam fixar-se nas áreas centrais das cidades, mas jamais se implantariam nas periferias imediatas. Poderiam se perpetuar nas áreas portuárias, nos locais de vivência dos comerciantes que se vinculavam ao sistema internacional, assegurados pelas políticas urbanas, mas jamais estender-se ao todo urbano, às periferias "esquecidas", às cidades transitórias dos mocambos e quilombos.

A articulação entre o centro e a periferia é uma das questões não muito bem esclarecidas na cidade colonial. Alguns trabalhos, como o de Maurício de Abreu (1987:025) sobre o Rio de Janeiro, indicam uma certa heterogeneidade social no centro, diante das dificuldades de expansão anteriores à implantação de transportes coletivos. Isto não significa, entretanto, que ex-escravos e libertos não procurassem exatamente áreas mais distantes e difíceis de alcançar para evitar o convívio com ex-senhores, porque lhes era difícil encontrar moradias em áreas mais

centrais, ou porque eram forçados a tal situação pelas mais diversas razões. Se, para sobreviver, desenvolviam atividades autônomas; se estas atividades se articulavam com atividades do meio urbanizado; se seu modo de vida estava fortemente entrelaçado com o modo de vida urbano, através de laços de amizade, compadrio, religião, etc; se sua quantidade era expressiva ou não, são perguntas ainda sem resposta e que exigem novas investigações históricas. O fato é que a simples omissão ou desprezo não deixa a questão esclarecida.

Por outro lado, este modo específico de urbanização tinha de ser necessariamente vinculado ao desenvolvimento econômico das áreas rurais, ao desenvolvimento dos engenhos e das plantações de fumo, ao desenvolvimento das áreas de mineração e de criação de gado. Somente os setores urbanos vinculados à produção agropecuária e à mineração, voltados predominantemente para o comércio de exportação, podiam se desenvolver neste modo centralizado de urbanização.

A urbanização disseminada e intensiva, esta sim característica dos padrões europeus que se consolidavam a partir do processo de acumulação primitiva, dependia do desenvolvimento industrial, dependia de uma maior divisão interna do trabalho urbano, dependia da ruptura com as áreas rurais, dependia do desenvolvimento econômico relativamente autônomo dos setores urbanos em relação aos rurais. Em sua etapa preliminar, predominou, no Brasil, contudo, a urbanização pontual e concentrada em áreas estratégicas do território, como bem o acentua Pereira (1969:169).

Estas são as razões pelas quais não aceitamos a idéia da urbanização "copiada" de modelos europeus. O esquecimento do trabalho escravo, do trabalho dos libertos e dos artesãos pobres no modo de urbanização predominante traduz, no fundo, uma visão eurocêntrica e elitista. Até mesmo nos textos que encaram a questão da urbanização sob o prisma da dependência, tem-se sempre a impressão de que seus autores não dão a mínima importância ao trabalho e ao modo de vida das camadas dominadas e/ou subalternas sobre o modo de urbanização existente. Como, de fato, há pouca documentação a respeito, pois a história dos dominados é sempre a história dos esquecidos, permanece o ranço da burguesia nacionalista, progressista porquanto adversa aos interesses de dominação da pátria, conservadora porquanto defensora de seus próprios interesses internos de dominação, a partir dos quais o fundamental é a existência de modos de urbanização que sejam favoráveis aos mesmos.

Esta postura ideológica sempre realçará a cidade colonial como locus do capital e da exploração. Jamais conseguirá apreender sua face enquanto locus do trabalho, e, portanto, dos conflitos sociais derivados das contradições entre o trabalho e capital, no âmbito urbano.

Gunder Frank (1969:164), por exemplo, assim como Sweezy (1963:172), ao se debruçar sobre as questões de urbanização do terceiro mundo, embarça-se ou esquece-se dos aspectos mencionados acima, visto que não consegue sequer distinguir, em sua etapa contemporânea, entre sociedades capitalistas periféricas e formações subdesenvolvidas, transformando em um só bloco de análise todos os modos de urbanização específicos da América Latina, nas três primeiras décadas deste século.

Um outro tipo de enfoque privilegia, de certo modo, os conceitos de urbanização derivados da escola de Chicago, procurando dimensões culturais, psico-culturais e ecológicas no processo brasileiro, o que não quer dizer que estudos que busquem explicações sobre determinadas particularidades ideológicas na urbanização brasileira adotem os mesmos pressupostos, como é o caso de Pereira (1969:169) e de Oliven (1982:058).

Pereira tenta demonstrar a inevitabilidade da instabilidade política em formações subdesenvolvidas através do caráter de seus modos específicos de urbanização. As preocupações de Oliven estão voltadas, por seu turno, em tentar descobrir, no modo de urbanização brasileiro, como o sistema de classe é mediado através da cultura.

Oliven consegue, aliás criticar muito bem o plano teórico dos dualismos tradicional/moderno, cultura da pobreza/cultura dominante, etc., que nem podem explicar, nem podem descrever a realidade brasileira, tal como o sugere Leeds (1977:057).

Observa-se, entretanto, mesmo nas abordagens culturalistas, o esquecimento ou receio em analisar a importância do imaginário sobre a ordenação do uso do solo, quer por parte dos brancos, influenciados pela religião católica com suas formas peculiares de organizar o espaço, quer por parte dos negros, principalmente os nagôs (na segunda metade do século XIX), cuja cultura levava a um uso peculiar do solo urbano, bastando para isso lembrar a organização da cidade em cantos, candomblés e alfamas. São evidentes os riscos de se retomar os efeitos de uma questão racial sobre o uso do solo, dando margem ao nascimento de um novo dualismo; mas, por outro lado, uma simbiose cultural branca/negra não é a única resposta a este problema.

As correntes teóricas, por fim, que privilegiam o feudalismo enquanto modo dominante de produção (em parte ou no todo, em períodos limitados ou extensos de tempo), principalmente até o século XIX, ou que permitem a caracterização deste período com expressões duvidosas como "semi-feudal", "resíduos feudais", "híbrido", também não apresentam uma proposta para explicar o modo de urbanização predominante numa sociedade definida historicamente pela propriedade fundiária. Do mesmo modo, a tendência que busca a especificidade do modo de produção no trabalho escravo não desenvolveu, ainda, um quadro teórico onde o caminho de formação das cidades coloniais esteja melhor explicado (76).

NOTAS DO CAPÍTULO 2

(1) Estes estudos nem sempre apresentaram conclusões sistematizadas. Desta forma, não só a complexidade do assunto, como seu tratamento teórico, dificultam tentativas de classificação dos mesmos para efeito de pesquisa sobre a evolução histórica dos principais conceitos sobre a cidade. Somam-se a estas, as dificuldades de obtenção ou acesso a estudos de autores estrangeiros, principalmente aqueles que não tem tradução em português. Mesmo assim, arriscamos agrupar a bibliografia por assunto.

(2) Cfe. pg. 135, Cardoso, Fernando Henrique, no cap. IV A Cidade e a Política do livro Autoritarismo e Democratização, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, de Cardoso sobre civismo e política.

(3) Política, filosofia e cidade começaram a caminhar juntos com a civilização grega, pois, nas civilizações anteriores, a organização social pressupunha a "arte de governar" e não a política; o pensamento mítico, e não o pensamento racional e filosófico; e, por fim, o palácio, e não a cidade e sua praça. Nestas civilizações, pré-helênicas, como a minóica, por exemplo, o palácio era sempre o centro da vida social, militar e política. Até o comércio era realizado no interior do palácio, que expressava, ao mesmo tempo, o locus do poder e do mercado. Já na civilização grega, o centro da vida social e política, econômica e militar foi transferido do interior do palácio para o seu exterior. Implantou-se na praça pública, e agora, o que exigiu um projeto urbano específico para resolver a contradição entre a vida pública e o exercício do poder político. Segundo Romêlio Aquino, em sua palestra na III Semana de Urbanismo da FAU/UFPA, em Salvador, dezembro de 1988, Clíteres teria sido, assim, o primeiro urbanista ocidental conhecido, na medida em que seu pensamento filosófico e matemático (lembrando as relações entre a matemática, a geometria e a filosofia, em seus primórdios) serviu de lastro para o planejamento do território de realização da democracia grega. Neste território, a palavra tornou-se a vida da cidade, na medida em que se constituiu, através da retórica e da sofística, em instrumento político. A palavra, entendida como discurso (simultaneamente filosófico e político) significava o debate na praça, a argumentação pública, decisão democrática. Neste contexto, sem dúvida a vida social pública predominava sobre as decisões palacianas, favorecendo a afirmação de igualdade política que daria origem, nos séculos subsequentes, à ideia burguesa da igualdade jurídica.

(4) Platão (séc. III A.C.:213), por exemplo, idealizava um tipo de cidade em que o governo seria dos sábios, a defesa seria confiada aos guerreiros e a produção ficaria a cargo de seres sem direitos políticos: os escravos. Sobre este assunto, consultar o texto sobre Platão, de François Châtelet, no qual este analisa sua trajetória do político ao teórico: pgs. 99 e segs. de História da Filosofia, vol. 1, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981. Já Aristóteles (Século III A.C.:210), em sua Política, conjunto de oito livros sem encadeamento rigoroso, afirmava que a cidade era o tipo de organização social mais favorável ao desenvolvimento das aptidões humanas, embora defendesse a escravidão e procurasse demonstrar que uma das causas da instabilidade política das cidades gregas estivesse na ausência de uma classe intermediária numerosa e na prática deformada da democracia, o que conduzia à revoluções e à deterioração das cidades e de seus regimes políticos. O prefácio de Motta Pessanha sobre Aristóteles para a seleção publicada de obras na coleção Os Pensadores, da Abril Cultural, 1978, ilustra o assunto. Nem Platão nem Aristóteles, no entanto, podem ser considerados como simples pensadores sobre a cidade. São filósofos de uma civilização em que a filosofia é da cidade e não sobre a cidade; são filósofos em uma cultura que une a cidade ao cidadão sendo que, após esta época, a filosofia caminha para a decadência do mesmo modo que as Cidades-Estado.

(5) Basta lembrar a concepção S. Tomás de Aquino sobre a Cidade de Deus e a Cidade do Diabo.

(6) É com este interesse que vamos encontrar obras como a de Jastrow e Morris (1915:013) sobre a Babilônia e Assíria.

(7) Gordon Childe aponta dez critérios para a existência de uma cidade: população, classes sociais, Estado, sistema tributário, comércio, serviços não produtivos, escrita, ciência, arquitetura, arte. Seus critérios não são ordenados e falta ênfase na determinação do grau de desenvolvimento das forças produtivas.

(8) Estão neste caso os estudos de Homo, Leo (1951:012) sobre Roma e o de Martin, Roland (1956:014) sobre Grécia Antiga.

(9) Ver P. Bourdon, Sur l'Espace Architectural, Paris, 1971, assim como os comentários de Teixeira Neto em seu livro A Construção do Sentido na Arquitetura, Ed. Perspectiva, 1979, pg. 17 e segs.

(10) Comentário de Benevolo sobre a história do espaço construído. Na bibliografia que coleta cita inúmeros manuais sistemáticos sobre o assunto, como os de Lavedan (1926-1952:011), a História da Urbanística, publicada

pelo Editor Laterza (1990), a série da International History of City Development de Gutkind, E.D. (1964/72) e vários outros.

(11) Estes estudos tentam detectar: a) padrões de paisagem urbana capazes de causar sensações de conforto, provocar impactos ou gerar reações psicológicas, ou ainda influenciar o comportamento público coletivo, tais como os de Cullen (El Paisaje Urbano, Tratado de Estética Urbanística, Ed. Labor S.A., Barcelona, 1974), Jane Jacobs (The Death and Life of Great American Cities, Penguin, 1971) e Rapoport (Aspectos Humanos de la Forma Urbana, hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana, Ed. Gustavo Gilli, 1978 e, ainda, An Approach to Designing Third World Environments, in The World Planning Review, Manchester, 1 (2), 1979); b) a linguagem simbólica do espaço urbano para orientação ou identificação de seus habitantes, como o de Lynch (Imagem da Cidade, Livraria Martins Fontes Ed. Ltda., São Paulo, 1982); c) a história das modificações na estrutura física das cidades, como os de Alexander (El Modo Intemporal de Construir, Ed. Gustavo Gilli).

(12) No livro de Sorre, Les Fondements de la Géographie Humaine, de 1952, nove capítulos do terceiro volume são dedicados à cidade. Ver, ainda, Lobato, Correa, Região e Organização Espacial, Série Principios, Editora Ática, São Paulo, 1985, pgs. 11 e 12.

(13) Dois destaques desta escola foram Blanchard (1922:032) e Lavedan (1936:041), preocupados com as bases metodológicas de uma geografia de cidades. Entre os que exploram, também, novas possibilidades metodológicas, estão George, Pierre (1952:033) e (1961:034), Beaujeu-Garnier e Chabot (1963:031). No Brasil, destaca-se, nesta linha, o trabalho de Geiger (1963:027) que estuda a evolução da rede urbana nacional e, de certo modo, Milton Santos, em sua primeira fase, quando propôs, em 1958, nove regiões urbanas para o Estado da Bahia, trabalho que Lobato, Roberto Correa (1968:257) considerou pioneiro no Brasil.

(14) Cfe. Vasconcelos, Contribuição à III Semana do Urbanismo, na FANUB, dezembro de 1968, intervenção escrita para a "Cidade da Geografia". Na primeira geração, destacar-se-ia, segundo Claval (1969, pg.51), Vital de La Blache, que chegou a afirmar que "a Geografia é a Ciência dos lugares e não dos homens" (pg.2). Na segunda geração, destacar-se-ia Otto Schlüter, que, segundo Chabot (1948), teria sido o "pai da Geografia Urbana", com seu artigo sobre "Observações sobre Assentamentos Urbanos", publicado em 1899 (pg.2). O pioneiro da terceira geração seria V. F. Emerson com seus artigos sobre a situação geográfica da cidade de Nova York, em 1908 e 1909. Na quarta teriam se destacado: Clouzot, com um artigo sobre Formação das Cidades (1909); Clerget, com outro sobre Urbanismo (1909/1910); René Haunier, com seu livro sobre Origen e Funcões Económicas da Cidade (1910) e, por fim, Blanchard, com seus trabalhos sobre diversas cidades, a começar pelo de Grenoble (1911) e, mais tarde, pelos publicados na "Revue de Géographie Alpine", tais como o de Annci (1916), Quebec (1934) e Montreal (1947). (Esta última informação está na Nota de Redação da Revue de Géographie de Lyon, vol. XXV, 1950, n.3, pp. 146-156, Lyon, M. Audin, 1950, M.do A.). Esta quarta geração, ainda segundo Vasconcelos, incluiria os pensadores inter-guerras, como Steen de Beer, com o estudo sobre a área central e bairros de Estocolmo e Pierre Lavedan, com sua História do Urbanismo (1926/1941) e o primeiro manual de Geografia Urbana (1936), (pg3). Na quinta geração, seriam destaques: Demangeon, com o estudo "Paris: La Ville e sa Banlieu" (1930), segundo Lavedan; Lespès, com o trabalho sobre Argel (1930); Muller, com estudos sobre morfologia urbana.

(15) Pierre Monbeig, por exemplo, escreveu sobre "La Croissance de la Ville de S.Paulo, em 1953. Mais tarde, fascinado pela argumentação dualista sobre o mercado de trabalho, tentou sua aplicação na geografia, escrevendo sobre "Os Dois Brasis", ou seja, o Brasil das cidades e o Brasil das áreas rurais. Entre os brasileiros, segundo Vasconcelos, destacaram-se: Aroldo de Azevedo, em 1945, com sua tese sobre os subúrbios orientais de São Paulo, José de Castro, em 1954, com sua tese sobre a Cidade do Recife; Milton Santos, em 1958, com sua tese sobre o "Centro da Cidade de Salvador". Antes destes geógrafos, o historiador Cato Prado Jr., em 1935, escreveu sobre "O Fator Geográfico na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo".

(16) A primeira pista para o chamado "método regional" foi dada por Chabot, com suas pesquisas, onde utiliza isócronas (1936). O australiano B. Taylor, influenciado pelo determinismo, escreve, em 1949, "Urban Geography", analisando mais de 200 casos, embora sua incursão, na área, tenha sido em 1914, com um artigo sobre a evolução de Camberra. Ver, ainda, Lobato, Correa, ob. cit., pg. 15.

(17) *idem*, pg. 18.

(18) Para estas teorias que utilizam largamente métodos quantitativos, Lacoste (1973) ironicamente observa que "é necessário refletir para medir e não medir para refletir", observação cabível a todas as disciplinas sociais e econômicas que usam e abusam destes métodos. Cfe. Y. Lacoste, La Géographie, in F. Chatelet (org.), La Philosophie des Sciences Sociales, Paris, 1973, pgs. 251 e 294.

(19) Vasconcelos, palestra cit., referência escrita, (19) pg. 6, as maiores contribuições desta corrente estariam ligadas ao patrocínio do I.B.G.E., destacando-se o volume coordenado por Sebastião Faissol, em 1978, sobre as tendências atuais na geografia urbano-regional, "onde o mesmo o considera o nível regional a maior contribuição da geografia". Na Bahia, destacar-se-iam os trabalhos coordenados pelo prof. Sylvio Bandeira de Mello sobre o sistema de cidades de Feira de Santana e Ilhéus-Itabuna.

(19A) Cfe. Quaini (1974:035).

(19B) Reclus, segundo Vasconcelos, ob.cit., pg. 7, afirmou no seu livro "L'Homme et la Terre", de 1905, que "na periferia de várias cidades importantes, grandes banqueiros e proprietários de terras aumentam a cada ano seu domínio de centenas de hectares..."

(20) David Harvey, em seu livro a Justiça Social e a Cidade, de 1973, apresenta, na segunda parte do mesmo, a renda da terra como questão fundamental. Ver, ainda, Lobato, Correa, ob. cit. pg. 21.

(20A) O trabalho de Milton Santos sobre circuitos da economia urbana é "O Espaço Dividido", de 1979, o que propõe a instância espacial em formações econômico-sociais é "Espaço e Método", de 1985. Os trabalhos de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa são de 1984.

(21) A teoria do lugar central foi criada por Walter Christaller em 1933 e difundida, nos Estados Unidos, com fortes repercussões, por Edward Ullman (1941:120). O título da obra original de Christaller é "Die zentralen Orte in Suddeuschland", Gustav Fisher, Jena, 1933.

(22) Na obra de Perroux encontram-se os trabalhos mais extensos sobre o espaço econômico, entre os franceses. Suas definições sobre o espaço na empresa estão vinculadas às teorias de localização e, por conseguinte, às teorias de distribuição das indústrias. Veja-se: Les Espaces Economiques, Economie Appliquée, III (1), Paris, 1950, assim como os comentários a respeito de Max Sorre, O Espaço do Geógrafo e o do Sociólogo, pg. 149 e seq, Geografia, Ed. Atica, São Paulo, 1984, e de Hoover, E. H., The Location of Economic Activity, Nova York, 1948.

(23) Cfe. Rochefort, Michel, Os Problemas de Regionalização do Brasil, in revista da Administração Municipal, IBAM, 14 (84): pgs 351/368, Rio de Janeiro, 10/1967. Os geógrafos brasileiros que trabalhavam no IBGE em 1968 utilizaram, com adaptações, a mesma metodologia de Rochefort e Hautreux para definição de micro-regiões homogêneas.

(24) Esta proposta foi apresentada pelo economista Milton Santos Filho na III Semana do Urbanismo da FAU/BA, dezembro de 1988, Salvador. Nesta proposta, Marx é alinhado com Ricardo na economia clássica, contrariando a visão marxista tradicional que considera como clássicos aqueles economistas anteriores ao próprio Marx. O próprio Engels (1843:155) já havia desenvolvido uma crítica arrasadora àquela economia que considerava clássica à sua época, caracterizando-a como ciência do enriquecimento. A estrutura teórica desta ciência, lançada por Adam Smith e cultivada no berço do mercantilismo, tinha como pedra angular a teoria da balança comercial das nações. Esta teoria, em resumo, justificava a exploração das nações pelas nações, através da qual constituíu-se todo o processo de colonização do Novo Mundo. Em sua crítica, Engels desmascara em seguida os avanços desta "ciência" na defesa do livre comércio, a que chama de fraude legal, pois este nada mais seria do que a defesa da propriedade privada, podendo, assim, ser chamada de Economia Privada. Sobre estes argumentos, tenta desmistificar as categorias do valor real e de troca, a teoria dos preços, a teoria da renda e dos salários e, por fim, a própria teoria do capital quando desvinculada da teoria do trabalho. Ataca, em seguida, as chamadas "leis de mercado", que nada mais seriam do que leis de um pseudo equilíbrio entre a oferta e a demanda, equilíbrio jamais alcançado, pois "a oferta ora é demasiadamente grande, ora é demasiadamente pequena" e "quando a demanda é maior que a oferta, sobem os preços, o que serve imediatamente de incentivo à oferta; e quando a oferta é maior que a demanda, os preços tendem a baixar, que, por sua vez, reagem, sem nunca chegar a uma situação de equilíbrio". A classificação proposta por Milton Santos Filho só tem, portanto, cabimento no que se refere à postura dos "clássicos" e dos "marxistas" em relação à cidade.

(25) Losch escreveu, em 1954, The Economics of Location; Greenhat, M. L., em 1963, Microeconomics and the Space Economy, e em 1956, Plan Location, Theory and Practice; Lefebvre, L., em 1958, escreveu Allocation in Space: Production, Transport and Industrial Location. Comentários sobre a teoria de Losch são encontráveis no livro de Richardson, Economia Regional, Zahar Editores, 17, pgs. 112 e seguintes, assim como comentários sobre as teorias de Greenhat, pgs. 116 e seq., e de Lefebvre, pgs. 118 e seqs.

(26) Dois textos bastante esquemáticos dos modelos formais de estrutura urbana encontram-se em Richardson, Crescimento Urbano, cap.7 e Conceitos de Estrutura Urbana, cap. 6.6, de Economia Urbana, pg. 157, e em Ferrari, Celso, Modelos Ecológicos do Crescimento Urbano, cap. 13.2 do Curso de Planejamento Municipal Integrado, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1977, pg. 313.

(27) Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, consultar a seguinte bibliografia: 1) Burgess, Ernest W., *The Growth of the City: An Introduction to a Research Project*, publicação da American Sociological Society, 1924; reeditada em Park, R.E., org., *The City*, 1925; 2) Hoyt, Homer, *The Structure and Growth of Residential Neighbourhoods in American Cities*, U. S. Federal Housing Administration, U. S. Government Printing Office, Washington, D. C., 1939; 3) Hoyt, Homer e Weimer, A. M., *Principles of Real Estate*, 1960; 4) Ullman, Edward L. e Harris, Chauncy G., *The Nature of Cities*, *Annals of American Academy of Political and Social Science*, n. 242, 11/1945, pp. 13; 5) Ullman, Edward L., *The Nature of Cities Reconsidered*, *Papers and Proceedings of Regional Science Association*, n.º 9, 1962; 6) Firey, W., *Land Use in Central Boston*, 1947; 7) Rodwin, L., *The Theory of Residential Growth and Structure*, *The Appraisal Journal* n.º 18, pp. 295/317, 1950.

(28) Com raras exceções, os modelos matemáticos existentes para simulação dos sistemas urbanos são representações parciais do contexto urbano.

(29) A grande maioria dos modelos operacionais existentes usa variáveis altamente agregadas, sacrificando a complexidade e variedade do contexto urbano em função da simplicidade computacional.

(30) Os levantamentos estatísticos não incluem, em geral, relações temporais, o que dificulta ainda mais as operações de simulação nos modelos disponíveis.

(31) Algumas das variáveis e relações incorporadas nos modelos urbanos são essencialmente lineares ou baseadas em aproximações lineares, visto que a análise matemática não é capaz de lidar com soluções genéricas para sistemas não-lineares. Dos modelos que operam com relações lineares, a grande maioria recorre muito mais às analogias e deduções do que a uma teoria explícita do comportamento de cada sistema.

(32) Poucos modelos basearam sua estrutura em hipóteses de relações causais registradas e avaliadas.

(33) Características dos modelos mais conhecidos:

TIPO DO MODELO	AUTOR	DATA	ATIVIDADE!
1 Modelo de crescimento regional	Herbert & Stevens	1960	Resid.
2 Modelo probabilístico para crescimento residencial	Chapin & Weiss	1964	Resid.
3 Modelo de mercado comercial a retalho	Lankshananan & Hansen	1964	Comer.
4 Modelo "metrópolis"	Lowry	1964	Res/Com
5 Modelo "empírico"	Hill	1965	I./R./C.
6 Plano de uso do solo	Schlager	1965	I./R./C.

Modelos parciais: 1, 2 e 3

Modelos gerais : 4, 5 e 6

Modelos lineares: 1, 2, 5 e 6

Modelos a/lin. : 3 e 4

(34) Esta abordagem foi defendida pela socióloga Maria Brandão na III Semana do Urbanismo da FAUFBA, em dezembro de 1988, Salvador.

(35) Cfe. Oliven, *Urbanização e Mudança Social*, pp. 19 e segs.

(36) Cfe. Castells, *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*, pp. 23.

(37) Cfe. Oliven, *ob. cit.*, pp. 24.

(38) Consultar Castells, *ob. cit.*, pp. 22.

(39) Palestra pronunciada na III Semana do Urbanismo da FAUFBA, em dezembro de 1989, Salvador.

(40) Ver Quaini, *Marxismo e Geografia*, (1979:35).

(41) Lacoste. RB.

- (42) Marx, Karl, e Engels, Friedrich, *A Ideologia Alemã*, vol. 1, pg. 62, Ed. Presença, Portugal, 1974.
- (43) A proposta de Castells sobre a classificação dos estudos sobre a cidade como variável sociológica encontra-se no livro *Problemas de Investigación...*, ob. cit., pg. 29 e segs.
- (44) Cfe. Castells, *Movimentos Sociais Urbanos*, Siglo Veintiuno Editores, 1973, pg. 3.
- (45) A. Touraine (*Movimentos Sociais e Ideologias nas Sociedades Dependentes*, in J. A. Guilhem Albuquerque, *Classes Médias e Política no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 1977).
- (46) Cfe. Francisco de Oliveira, (1977:167), *A Economia da Dependência...*
- (47) Cfe. Paraguassu, Marcos, Simões, Lúcia e Souza, Luiz Antônio, *Invasões, Produção e Consumo do Espaço Urbano*, trabalho apresentado no III Congresso Nacional de Geografia, Porto Alegre, 1982.
- (48) *Movimentos Sociais Urbanos (1976:246)*; *Cidade, Democracia e Socialismo (1980:217)*; *Análise Comparativa de Movimentos Sociais na América Latina (1978:248)*.
- (49) Marcelloni, Maurizio (1979:251), *Movimentos Urbanos e Lutas Políticas na Itália*, texto publicado no *International Journal of Urban & Regional Research*, v. 3, n. 2, 1979, traduzido para *Espaço e Debates*, ano 1, n. 2, Cortez Editora, maio de 1981, pg. 101.
- (50) Quesada, *Movimentos e Mudança Social*; Torre, *Movimentos Sociais na América Latina*.
- (51) Singer, Paul (1981:264), *S.P. O Povo em Movimento e Maria Gohn (1982:259)*.
- (52) Carlos Nelson (1981:258) e Mattedi (1979:375).
- (53) Moisés, José Álvaro (1978:261). Outro estudo sobre movimentos pela melhoria de transportes é o de Telles, Vera da Silva e Bava, Silvio Caccia, *O movimento dos Ônibus; a articulação de um movimento reivindicatório de periferia*, in *Espaço e Debates*, ano 1, n. 1, Cortez Editora, janeiro de 1981, pg. 77 e segs. ou (1981:265).
- (54) Cfe. *Dicionário Caldas Aulete*.
- (55) Cfe. Eric J. Hobsbawm *Movimentos Pré-políticos em Áreas Periféricas*, in *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*, de Paulo Sérgio Pinheiro, org., Ed. Paz e Terra, 1979, Rio de Janeiro, pg. 242.
- (56) Cfe. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*, o Papel do Estado na Urbanização Capitalista.
- (57) Cfe. *Introdução ao Redimensionamento do Debate*, in *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Lapa, José Roberto do Amaral (org.), Ed. Vozes, Petrópolis, 1984.
- (58) Um bom balanço das teorias desenvolvimentistas foi realizado por Chilcote, Ronald H., *Teorias Reformistas e Revolucionárias de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, *Revista de Economia Política*, vol. 3, nº 3, julho-setembro, 1983, pg. 103 e segs.
- (59) Condições sociais, econômicas e políticas de caráter objetivo favoreciam este tipo de proposta desde o final da década de 50. Foi através destas posições que se tornou possível romper com alguns dos esquemas reducionistas do marxismo, divulgados principalmente pelos Partidos Comunistas, quer a nível da América Latina, quer a nível de Brasil. A discussão sobre o verdadeiro papel das burguesias nacionais no processo de independência econômica e desenvolvimento, sobre a capacidade do proletariado industrial emergente em dirigir-lo, sobre a existência de um exército industrial de reserva de dimensões assustadoras começou a abalar os alicerces de algumas convicções correntes na literatura sobre o assunto até então. A efervescência do movimento operário centralizado nas grandes cidades em ritmo acelerado de crescimento; a participação popular na defesa das chamadas reformas de base; a luta pela reforma agrária centralizada questão do latifúndio alimentavam este tipo de reflexão e forçavam todo o material necessário às grandes especulações sobre dependência e independência, desenvolvimento e sub-desenvolvimento, revolução e contra-revolução.
- (60) Um dos inspiradores mais recentes desta linha de predominância do processo de acumulação de capital, a nível mundial, desde suas origens, sobre todas as demais formações coloniais é Pierre Salama (1972:168), embora seu objetivo político seja o de defender uma revolução socialista de caráter mundial, dada a falência das soluções nacionalistas oferecidas pelas burguesias dos países subdesenvolvidos. Segundo este autor, a integração da economia dos países da América Latina à economia capitalista mundial é não somente histórica e com traços estruturais, mas absoluta.
- (61) Estas teses resumam-se: na defesa da substituição de importações, na promoção da industrialização tendo como eixo a acumulação de capital, na constatação do desequilíbrio do comércio exterior causado pela divisão internacional do trabalho, na aceitação das teorias dualistas no que se refere à estruturação da economia, no posicionamento passivo diante da estreiteza do mercado interno e na postura desiludida diante de uma possível estagnação econômica resultante do próprio estilo de desenvolvimento dos países latino-americanos.
- (62) Entre estes investigadores, patrocinados pela CPE (Comissão de Planejamento Econômico da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado), estavam diversos professores da Faculdade de

Filosofia e Ciências Sociais da UFPA, como José Luis Pamponet, Ubiratan Araujo, José Murilo Philigret, Wanda Sá Barreto, etc.

(63) As referências de Marx ao assunto, em "O Capital" são mínimas. Comenta ele, de passagem que, aparentemente, é a identidade das rendas e fontes de renda que torna os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terra membros das três principais classes sociais. Se assim fosse, no entanto, contrariando a lógica a seguir, os médicos e funcionários públicos também constituir-se-iam em classes, pois pertenceriam a grupos sociais semelhantes e suas rendas fluiriam de uma mesma fonte, assim como todas as categorias oriundas da divisão de trabalho social.

(64) Cfe. cap. II, pg. 22 e seqs. do estudo de Hilliband, Ralph, Marxismo e Política, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

(65) Katia Mattoso, por exemplo, em seu estudo histórico sobre o mercado de Salvador, aprofundando o conhecimento de como se produzia, comprava e vendia no século XIX ao mais puro estilo weberiano de enfoque da cidade como local de mercado, propõe uma escala de hierarquização social apoiada na diferenciação de salários entre os diferentes grupos sociais.

(66) Ver estudo de Pinaud, João Luiz Duboc, Senhor, Escravo e Direito: Interpretação Semântico-Política, pg. 39 e seqs. do livro Insurreição Negra e Justiça, OAB, Seção RJ, 1987.

(67) As solicitações de Irmandades, citadas, por exemplo, por Russel-Wood, em Fidalgos e Filantropos..., 1968 (tradução de 1981), pgs. 172 e 173, assim como por Gorender, 1985, pg. 461.

(68) Cfe. Gorender, 1985, pg. 166; Russel-Wood, The Black Man Slavery and Freedom, 1982, pg. 54, Oliveira, Maria Inês, dissertação de mestrado, apud Reis, João, 1986, pg. 99; Nascimento, Amélia, 1986, pg. 99.

(69) A preocupação pelo potencial político destas camadas sub-proletárias conduziu alguns teóricos a posições extremadas, como é o caso de Frantz Fanon (1969;198) que julgou encontrar nas mesmas forte potencial revolucionário. Embora não possam ser confundidas, latu sensu, com o lumpenproletariado, do qual nos fala Marx em o XVIII Brumário, suas características políticas se lhes assemelham, pois além de serem carentes de antagonismos de classe, facilmente são mobilizáveis por apelos populistas de massa de caráter pragmático, relegando ou desconhecendo apelos de natureza ideológica.

(70) O artigo de Everett Stonequist foi publicado pela primeira vez em 1935, no American Journal of Sociology, sob o nome The Problem of Marginal Man. Foi traduzido em 1949: O Homem Marginal, Martins Fontes.

(71) Lewis divulga Stonequist e Park na Antropologia da pobreza: cinco famílias, México, Fondo de Cultura Económica, 1961 assim Parsons, Talcott, no livro The Social System, Glencoe, Free Press, 1951. Comentários a respeito podem ser encontrados no cap II, pg. 23 e seqs. do livro de Kowarick (1977:200).

(72) Os comentários de Pedro Vasconcelos sobre o dualismo de Lewis (1954); Boeke (1956); Doctor e Gallis (1964); Berle e Hervé (1964); Reynolds (1969), etc. estão em sua tese de doutorado, ainda não publicada.

(73) Críticas a Arrighi (1969); Myrdall (1968); Weeks (1971); Lambert (1965); Stavenhagen (1967) podem ser encontradas na mesma tese. Cfe. em seguida, Oliveira, in Economia da Dependência Imperfeita, pg.

(74) Cfe. Carvalho, Inaiá e Souza, Guaraci, Adeodato, setor Informal... (1977:356), pg. 1, nota de pé de página. Vasconcelos informa, por sua vez, que Milton Santos desenvolveu, em 4/6/1971, nos "Les Cahiers d'Outre-Mer", n.94, no artigo "L'économie pauvre des villes des pays sous-développés", conceito bem semelhante: o de circuito inferior para tratar a economia urbana destes países. K. Hart, no entanto, é que utilizou, ainda segundo Vasconcelos, a expressão "The Informal Sector" no artigo "Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana", publicado no The Journal of Modern African Studies, 11, 1973, desenvolvido a partir de uma conferência em Sussex, em 9/1971. O relatório do International Labour Office, de 1972, no qual a expressão se internacionaliza, chama-se "Employment, Income and Equality: a Strategy for increasing productive employment in Kenya". Já o artigo de Sethuraman chama-se "The Urban Informal Sector: Concept, Measurement and Policy", e foi publicado no "International Labour Review", n.14:1, em 1976.

(75) Comum a quase todas estas variantes do discurso sobre a força de trabalho no "terceiro mundo" é, no entanto, a aparência mecanicista do discurso econômico. Difícilmente o discurso é articulado com a questão do conteúdo de classe do Estado moderno, das políticas urbanas e da reação popular às mesmas, o que nos remete, em um novo patamar, já então parcialmente desvinculado do etnocentrismo, ao sentido (não ao conteúdo) das propostas teóricas da escola de Castells e Lofkiae, para só citar os mais conhecidos estudiosos do redimensionamento da questão urbana.

(76) Cfe. Introdução ao Redimensionamento do Debate, in Nós de Produção e Realidade Brasileira, Lapa, José Roberto do Amaral (org.), Ed. Vozes, Petrópolis, 1980, pg. 30.

CAPÍTULO 3:

QUADRO METODOLÓGICO

3.1. Pressupostos para Investigação Histórica da Questão Urbana em Salvador

Proposta de Recuperação do Urbano

Tendo avaliado as tendências atuais do debate sobre a questão urbana, inclusive em seu contexto histórico, nossa proposta metodológica centraliza-se na idéia de que é necessário recuperá-la, tanto do ponto de vista político, quanto ideológico. Isto significa considerar que:

1. O espaço urbano, tal como o momento histórico no qual está inscrito, é uma conjuntura que resulta de práticas sociais concretas;
2. Os movimentos da população e das atividades econômicas, no espaço urbano, configuram situações físicas de centralização e periferização;
3. As políticas urbanas, expressões ideologizadas das relações sociais de produção que se desenvolvem no espaço urbano, são constituídas por movimentos contraditórios entre os momentos de realização do capital e os momentos de socialização do trabalho sob a forma de espaços construídos (1);
4. A ideologia torna-se uma das facetas mais importantes da reprodução social.

As práticas sociais que se formalizam no espaço construído podem ser recuperadas, por um lado, através da análise concreta de formas de domínio deste mesmo espaço por parte do Estado e das camadas dominantes, e, pelo outro, através da análise das formas de resistência e conquista de locais para moradia e sobrevivência por parte das camadas dominadas ou subalternas.

No caso de Salvador, a chave das formas de domínio, no século XIX, parece estar no controle da propriedade do solo, no que diz respeito ao conjunto da área urbana, e no controle do espaço do porto e suas adjacências, no que diz respeito, especificamente, às áreas estratégicas para localização das atividades que dinamizavam a economia urbana e utilizavam intensivamente trabalho escravo, ainda que estivessem profundamente vinculadas às atividades no meio rural.

Este controle, exercido através da ordem jurídica e consolidado pelas políticas urbanas, expressava a hegemonia absoluta da ideologia do senhor de escravos. Qualquer luta de escravos ou de negros libertos por seu espaço tinha de se dar nos limites daquela ordem jurídica e a partir das condições determinadas por aquelas políticas, encontrando, em cada caso

específico, em cada projeto individual de vida, as brechas necessárias para a conquista temporária, eventual e isolada de seus micro-espacos para moradia e sobrevivência.

Os movimentos coletivos de luta pelo espaco, quer fossem realizados por escravos, quer fossem realizados por libertos em íntima conexão com aqueles, eram rapidamente esmagados.

Exemplos destes movimentos foram os dos quilombos "urbanos", cuja origem morfológica estaria na aglomeração de mocambos em áreas insalubres e nem sempre propícias à sobrevivência, mesmo sob a forma de constituição de pequenas roças, principalmente na periferia. As formas de luta com as quais se confundiu o próprio nome "quilombo" advém simplesmente do fato que era justamente nestas aglomerações que negros fugidos encontravam guarita, transformando-se, diante da ideologia do senhor, em verdadeira ameaça à ordem constituída.

Numa conjuntura, em que, de maneira geral, era proibido aos negros, mesmo libertos, o acesso à propriedade do solo, só através do somatório de posturas isoladas e persistentes pode-se entender o assentamento de quase 90% da população no território urbano (2).

Em suma, não havia espaco "urbano" (na sua conotação ideológica) para o escravo ou para o negro. Os escravos não eram cidadãos, e aos negros e libertos era negado também o direito à cidadania, prevalecendo, no caso, a ideologia da servidão, a ideologia da subserviência, onde as elites e as camadas dominantes eram veneradas. Eram estas elites que distribuíam pequenos favores ou privilégios, como os quartos no fundo da casa, as roças quase inaproveitáveis, o direito de ocupar mangues e fundos de rio que não afetassem diretamente as áreas mais nobres de suas propriedades.

Na construção do mundo pelo senhor, contraposta à construção do mundo pelo escravo, a ordem era a escravidão e a desordem, a liberdade. A moradia do escravo ou do negro era simbolicamente representada como o "locus" da sujeira, do pecado e do inferno. Na consciência do senhor, fechada em si, excluindo qualquer realidade antagonônica, o escravo-coisa e o escravo-pessoa se confundiam, repercutindo esse pre-conceito sobre as condições dos negros libertos que, em aparência, já teriam conquistado seu direito à cidadania. Esta construção da consciência senhorial moldava a ordem jurídica e consolidava a visão dúbil do direito, em que o escravo e o negro eram sujeitos passíveis de punição a qualquer momento, pois eram ou tinham sido meras propriedades do senhor.

A única autonomia consentida pelos senhores aos escravos não poderia jamais ultrapassar as balizas da própria servidão, o que limitava sua atuação a espacos politicamente irrelevantes (3). Esta ideologia de dominação e obediência disseminava-se por toda a sociedade e articulava-se com a mentalidade de uma população

apta a conviver com a servidão mental, na qual as elites dominantes exageravam em suas exigências de respeito, e as camadas dominadas ou subalternas praticavam a deferência e a veneração remanescentes de um período histórico em que a autoridade real e a de seus representantes era simbolizada pelo grau de subserviência.

Sem direito à propriedade do solo, com direito tolhido de ir às ruas, com direito controlado de exercer um ofício ou comercializar produtos, o mundo real, objetivo e histórico construído pelos escravos era um mundo que tinha de superar, de alguma forma, as angústias da escravidão, de transcendê-las, onde fosse possível superar o medo da morte e retomar a consciência da liberdade.

Para os libertos, este mundo tinha praticamente as mesmas conotações; ele precisava, assim como os escravos, de locais onde não visse senhores, de locais onde a opressão não pudesse entrar, onde a servidão fosse esquecida, nem que o fosse por momentos.

É neste contexto que se pode entender a constituição dos candomblés, a organização dos cantos, a construção dos quilombos, onde o urbano negro era representado simultaneamente como espaço físico, representação simbólica, manifestação cultural e organização de uma consciência mítico-religiosa.

Neste urbano periférico, brancos e dominadores se confundiam. Era um urbano que não lhes era permitido e, mesmo que o fosse, nele se sentiam ameaçados. Era o urbano dos dominados, o urbano da escravidão que pouco tinha a ver com o urbano que se aproximava velozmente das camadas dominadas e subalternas através do modo capitalista de produção. Querer, por conseguinte, importar a concepção de urbano enquanto consumo coletivo das sociedades capitalistas para uma sociedade escravista-mercantil, onde a água era carregada em baldes, a iluminação pública era feita por lampiões, e os dejetos humanos eram transportados em barris para serem jogados na praia, é, no mínimo, uma aberração histórica.

Ao Estado e aos governos que o representaram ao longo de todo o período escravista colonial cabia consolidar esta situação de defesa de privilégios e opressão através das políticas urbanas. A visão do urbano, portanto, dos governantes limitava-se à visão dos senhores, na qual a única cidade digna de ser vista era a cidade da arquitetura imponente, a cidade dos frontespícios, cidade dos mosteiros e igrejas, a cidade do porto. A cidade de 50.000 negros não existia para eles, senão como a cidade da vergonha, a cidade da maldade, da insegurança e do inferno. Esta cidade não podia ser registrada ou cadastrada; deveria se relegada ao esquecimento histórico; quando muito, só merecia atenção, nos momentos de confronto, para ser destruída, esmagada, reprimida.

Recuperar o urbano nesta conjuntura é recuperar, portanto, através de pesquisas empíricas esta situação de conflito pelo espaço, quer a nível político, quer a nível ideológico.

Hipóteses de Trabalho

Com a perspectiva de desvendar os traços conservadores nas políticas urbanas, desenvolvidas em termos de ações e práticas de segmentos sociais organizados do Estado, da Igreja e das elites dominantes em condições de conflito latente com as práticas de luta pelo espaço pelos escravos, ex-escravos e população pobre em geral, elaboramos um conjunto de hipóteses para o consumo e produção do espaço urbano. No que se refere ao consumo do espaço urbano, estas hipóteses são condicionadas pelas condições de reprodução da população e organização do trabalho. São as seguintes:

1. A população escrava de Salvador, mesmo sendo minoritária em termos quantitativos, empurrava ainda, através de seu trabalho, as atividades econômicas mais representativas no cenário urbano, construindo um mundo urbano à parte (organizado no campo do imaginário, pela cultura e pela religião), um mundo impenetrável à presença do senhor, e, por isso, muitas vezes ameaçador à sua ordem, mundo que se expressava fisicamente através dos "cantos", dos terreiros, dos quilombos e mocambos (4). Esta situação refletia-se diferentemente nas áreas centrais e na periferia da cidade.
2. O fenômeno de superpopulações relativas já se manifestava nas cidades coloniais, desde sua fundação, não sendo exclusivo das sociedades capitalistas. No século XIX, esta superpopulação, constituída principalmente por negros e seus descendentes em "processo de embranquecimento", acrescida de desclassificados e de "lumpi", era estruturalmente necessária às condições de inserção das capitais coloniais, polos urbanos isolados, no mercado internacional de trabalho, convivendo sempre em um outro mercado de trabalho interno altamente competitivo em termos de oferta e estreito em termos de demanda. No que se refere ao consumo do espaço, tal condição se refletia numa ocupação plena das áreas centrais, com excesso de moradores nas habitações existentes e numa expulsão permanente de pobres para áreas periféricas imediatas.
3. A reprodução social dos segmentos sociais dominantes estava limitada pela economia escravista e mercantil, o que reduzia, de certo modo, o consumo relativo dos espaços destinados a moradias nobres nas áreas centrais da cidade. Entretanto, as práticas de entesouramento e ostentação das elites dominantes ratificavam tendências de centralização e concentração nas áreas do porto e comerciais, nas áreas administrativas e centrais.
4. As práticas de sobrevivência e moradia de maior parte da população pobre urbana indicavam duas tendências paralelas de ocupação e uso do solo. A primeira se traduzia na ocupação de espaços "residuais" nas habitações dos senhores e na

superocupação de habitações em áreas mais centrais. A segunda já indicava, em meados do século passado, mesmo antes da implantação de transportes coletivos, as primeiras ondas de fixação de moradias em áreas mais distantes do centro.

Já no que se refere à **produção do espaço**, as hipóteses são condicionadas tanto pela posse e propriedade do solo, como pelas políticas governamentais e pela atuação da Igreja e das Irmandades leigas. São as seguintes:

5. A repartição fundiária e o regime predominante de propriedade e posse do solo constituíam-se em obstáculos ponderáveis ao assentamento de maior parte da população, principalmente escravos e negros libertos.
6. As políticas do Governo da Metrópole e do Governo Imperial jamais se preocuparam com o desenvolvimento urbano, a não ser quando estas afetavam a arrecadação tributária e o bom andamento dos negócios de exportação, concentrando-se, em geral, na melhoria do Porto e das áreas comerciais;
7. As políticas do Governo Provincial, desde a constituição da Assembléia Provincial em 1835, pautaram-se sempre por intervenções de grande porte no âmbito a cidade, conflitandose com interesses da própria Câmara. A execução destas políticas era facilitada pela possibilidade de gerar receitas através de novos tributos ou taxas e de contrair empréstimos junto a entidades públicas e privadas, inclusive internacionais;
8. As políticas municipais se assentaram historicamente na promoção de pequenas melhorias urbanas, na regulamentação e nas tentativas de controle da ocupação e do uso do solo da cidade "formal", ou seja, da cidade constituída pelas freguesias urbanas onde poderia incrementar a arrecadação fiscal. Estas políticas obtiveram algum êxito no controle das atividades comerciais, principalmente as voltadas para o abastecimento da cidade, assim como da prestação organizada de serviços.
9. A Igreja, enquanto instituição, representava também um papel expressivo na estruturação do espaço urbano, principalmente pelo controle e posse de extensas porções do território urbano, assim como as Irmandades leigas que lhes eram subordinadas.

Considerações sobre o Período Histórico

Concentramos inicialmente o período para teste das hipóteses de trabalho nos séculos XVIII e XIX, mais precisamente entre 1770 e 1870, por razões de natureza histórica e documental.

Em primeiro lugar, entre as razões de natureza histórica, estão diversos fatos relevantes para a colocação da questão urbana no século XIX, tais como:

1. O processo de transição, na sociedade soteropolitana, do trabalho escravo ao trabalho livre, e, no interior deste, o de transição do trabalho artesanal e manufatureiro ao trabalho industrial.
2. A transição dos métodos de gestão da Metrópole Portuguesa aos métodos da gestão imperial, com repercussões sensíveis não só no funcionamento do aparelho de Estado, como na execução de políticas urbanas de maior alcance (5).
3. A proibição do tráfico de escravos associada ao seu maior afluxo (6). As manifestações negras mais expressivas na história de Salvador, incluindo as lutas dos quilombolas urbanos (7).
4. Crescimento expressivo da população urbana, com sua duplicação no período, associado à ampliação da área efetivamente ocupada, indicando a primeira onda de periferização digna de ser mencionada na história da cidade (8).
5. O aparecimento dos candomblés mais importantes para a vida negra da cidade, assim como sua disseminação (9).

Admitimos o abandono das histórias de infra-estrutura urbana, nelas incluídas a de transportes, iluminação pública e abastecimento de água, assim como da história da deterioração ambiental, que corre a jusante da evolução física. Estas histórias assumem maior importância para a história da moderna questão urbana e de seus tratamentos teóricos e práticos a partir de 1870, nos anos finais do Império e iniciais da República.

É a partir deste momento que podemos iniciar a história do urbano enquanto consumo coletivo, característica fundamental da penetração do modo capitalista de produção em todos os recantos da vida da cidade. Neste momento, desaparecem as cadeirinhas de arruar e surgem os bondes; implantam-se as primeiras linhas de trem para o interior, a partir das quais articulam-se os subúrbios à cidade efetivamente ocupada; os serviços de iluminação pública e abastecimento de água modernizam-se e passam a ser administrados por Companhias organizadas em moldes capitalistas; o meio ambiente de todo o território oeste da cidade, da Preguiça a Itapagipe, acaba por ser deteriorado com os últimos aterros e ocupações.

Em segundo lugar, o período apresenta, em relação a períodos anteriores da história da Bahia, um razoável acervo de documentos distribuído entre diversas fontes, o que facilita a seleção das informações relevantes para o equacionamento empírico da questão urbana no século XIX. Registra-se, por exemplo, a existência de:

1. Dados sobre população desagregados por freguesia, ainda que reduzidos a pouquíssimos Censos, alguns nem sequer recuperados em sua totalidade (10).
2. Um rol razoável de atividades econômicas localizáveis em planta, constituído ora de listagens realizadas por instituições encarregadas pelo controle das mesmas, ora por indicações isoladas em documentos e relatórios da época (11).

3. Descrições, crônicas e narrativas sobre a cidade de Salvador no período considerado (12).
4. Informações cartográficas suficientes para o mapeamento e checagem de maior parte das informações escritas, de caráter censitário ou não (13).

A compreensão, no entanto, de que a evolução histórica dos aterros, da ocupação e do uso do solo antecede o século XVIII, remontando à época de fundação da cidade, exige um trabalho de recuperação do desenvolvimento físico a partir do século XVI. As informações cartográficas existentes facilitam este trabalho.

3.2. Considerações sobre a Realidade Urbana de Salvador no Século XIX

Sobre a População Escrava

As diversas análises setoriais sobre o desempenho da economia baiana no século passado, apresentadas no documento "Inserção na Bahia na Economia Nacional", com base em informações de diversas fontes primárias, leva a crer que o trabalho escravo já não era predominante ao final do período proposto para este estudo (14).

Pelo Censo de 1872, em termos quantitativos, a mão-de-obra escrava era proporcionalmente bem menor que a mão-de-obra livre, até mesmo na agricultura, setor que já apresentava o mais baixo índice de escravos (6% do total da mão-de-obra do setor), embora em relação ao número global de escravos apresentasse o maior índice de ocupação (49,4%).

Em contrapartida, os serviços domésticos apresentavam o índice mais elevado de escravos (14,7% do total da mão-de-obra do setor), ocupando 14,8% do total de escravos.

O modo de produção escravista era determinante, por conseguinte, no plano econômico, pelo peso e dinamismo que imprimia à produção açucareira, ainda hegemônica na economia baiana. Especificamente, em Salvador, este peso se fazia sentir em todas as atividades vinculadas ao comércio de exportação, sendo que um dos reflexos desta situação era a concentração de escravos registrada nas freguesias de Conceição e do Porto.

Em Salvador, a população escrava não chegava, no ano de 1872, a 12% da população global. Resumidamente haviam escravos nas poucas fazendas e armações localizadas nas freguesias urbanas de Salvador; escravos trabalhando, lado a lado com homens livres, em algumas manufaturas, embora seja raríssimo encontrá-los após 1860 (em fábrica de sabão e velas, de refino de açúcar, de chapéus, em serrarias, etc.); escravos espalhados pelas lojas comerciais, principalmente as localizadas na Cidade Baixa. A imensa maioria era, entretanto, de escravos domésticos ou de "ganho", com uma grande proporção de inativos (15).

A localização da população escrava, quer em termos de ocupação, quer em termos de moradia, não expressava, assim, aparentemente, o cerne da questão urbana, pois a determinação do modo escravista, no âmbito da cidade, dava-se a partir das instâncias política, ideológica, moral e religiosa, cuja simples caracterização foge aos propósitos deste estudo.

Sabemos, por outro lado, que a maioria das revoltas escravas da Bahia centralizava-se em Salvador, sendo um fenômeno quase que exclusivamente africano. Tal fato, porém não elucidada muito sobre a importância dos escravos na estruturação das cidades que viviam sob regime escravista mercantil avançado.

A demonstração empírica da questão urbana no plano da escravidão exige outro ponto de partida. E este ponto, paradoxalmente, reside na população de libertos.

Em primeiro lugar, é de se supor que a maior parte da população livre, quase que exclusivamente de origem negra, atuasse em um mercado de trabalho altamente competitivo em termos de oferta e restrito em termos de demanda (16).

Neste sentido, acreditamos que, embora possa ser realizado um esforço teórico no sentido de determinar os tipos de ocupação, as formas de remuneração e modo de vida de toda esta população, o essencial é que ela se constituía em uma espécie de exército de reserva da escravidão.

Exceção pode ser feita aos que viviam de rendas, aos poucos contingentes que se incorporavam ao nascente modo de produção industrial, através das manufaturas existentes (principalmente as de fumo e vestuário) ou aos que exerciam atividades artesanais, o chamado povo mecânico, grande parte herdeiros do mercado constituído pelas extintas corporações de ofício (16A).

Não fechamos a questão nesta categoria de exército de reserva, visto que admitimos a dificuldade e a impropriedade de importar conceitos específicos da economia política capitalista para a escravidão.

Não duvidamos, entretanto, que esta população raramente citada nos estudos históricos sobre o espaço urbano de Salvador, começando a ocupar todos os espaços da periferia urbana, possa ser caracterizada como superpopulação relativa que, embora não submetida diretamente às duras condições de escravidão, servia para assegurar a própria reprodução do sistema, na medida em que operava dentro dos limites impostos pela divisão internacional do trabalho à época. E é nas tendências de localização da mesma, tanto em termos de ocupação quanto de moradia que poderemos encontrar a trilha inicial de desvendamento da história do espaço urbano das cidades coloniais brasileiras.

Sobre a População e sua Distribuição no Espaço Urbano

Em 1870, a população de Salvador já estava ingressando na faixa dos 100.000, tendo dobrado durante os cem anos anteriores.

Pelas hipóteses formuladas sobre o problema urbano torna-se desnecessária a análise dos movimentos pendulares ou cíclicos da população no período. Embora reconhecendo a existência de situações de guerra (período de lutas pela independência), de conflito (rebeliões escravas), ou epidemia, (como a da "cholera morbus", de meados para fins da década de 50 do século passado), duvidamos que possam elucidar sobre aspectos relevantes da questão urbana.

É suficiente para situar o problema a noção do acréscimo global e a estimativa do crescimento médio anual, cujo cálculo Mattoso estipulou aproximadamente em 1% (17). A não ser por grave equívoco, esta estimativa já permite uma ideia do ritmo de crescimento da cidade à época. Para efeito de comparação, as atuais taxas de crescimento da cidade estão em torno dos 4%. O ritmo de crescimento da cidade no século XIX era, portanto, lento, se comparado com o ritmo impresso pela industrialização acelerada da década de 70 (18).

A noção da população existente e em expansão em cada freguesia é, no entanto, importante para detectar movimentos de periferização urbana. Apreendendo os momentos de expansão e adensamento das diferentes áreas que compunham a cidade, através de informações censitárias encontráveis, mesmo que possam ser contraditórias, ou equivocadas, podemos melhor compreender o processo de ocupação e uso de toda a cidade, pois tanto o retrato cartográfico da realidade física como o confronto com informações derivadas de fontes primárias e secundárias diversas já permitem algumas correções.

Um justo equilíbrio, portanto, deve ser buscado entre o universo e a qualidade dessas informações, por um lado, e os propósitos para fins de análise da questão urbana, sem arranhões na sua armadura conceitual, pelo outro.

Para tal torna-se necessário avaliar o crescimento das freguesias urbanas, assim consideradas na época, dando atenção simultânea às condições de expansão demográfica e física, ambas correlatas mas nunca idênticas. Tal procedimento pode ser concretizado ora através da análise de informações esparsas sobre o grau de ocupação de cada freguesia, ou parte da mesma, em um determinado ano, ora através de verificação, em planta, sobre quais quarteirões e quais ruas possuíam construções. Eventualmente, esta análise pode ser feita, inclusive, em termos do potencial de ocupação dos quarteirões, dadas as condições conhecidas, em planta, de posse e retalhamento do solo.

Recorrendo aos instrumentos oferecidos pelas técnicas cartográficas, é possível refinar, hoje, informações históricas

sobre a ocupação de freguesias, indicando densidades, capacidade de saturação, ritmo de crescimento físico, momentos de expansão horizontal e adensamento vertical. Facilita-se, assim a compreensão das grandes ondas de ocupação urbana de seus principais vetores de crescimento no período.

É admissível que resultados parciais destas investigações resultem em quantitativos aproximados, podendo ser contestada a metodologia para seu cálculo. Dificilmente, entretanto, modificação a estrutura dos resultados finais, em sua distribuição pelas dez freguesias urbanas, até 1871. As freguesias da Sé e da Conceição, por exemplo, já deveriam estar saturadas bem antes (em fins do século XVIII) o que significa que, nesta data, só poderiam oferecer condições de expansão através de aterros, no caso da Conceição, ou de novas gerações de sobrados mais elevados, no caso das duas.

Desta forma, o ritmo de crescimento das freguesias imediatamente periféricas às primeiras citadas tenderia a se intensificar até a saturação de cada qual. Teríamos impresso, assim, em linhas gerais, um modelo teórico para o processo de expansão de Salvador que se configuraria, no plano da forma urbanística, em uma mancha radiocêntrica ou estelar de crescimento constante, tendo como núcleo as freguesias da Sé e da Conceição, sedes, respectivamente, do Poder e dos Negócios, grandes centros de ocupação e de mão-de-obra.

Reafirmamos que não cabe, neste momento do conhecimento, desenvolver estudos de comportamentos demográficos específicos, esporádicos ou eventuais. Seria perder a perspectiva do trabalho tentar a investigação de dados primários nas amostragens ou nos Censos completos existentes; o levantamento de nascimentos, casamentos e óbitos na investigação de registro paroquiais; ou, ainda se perder no exame de inventários e testamentos.

O sentido do exercício é a fixação das tendências dos movimentos intra-urbanos da população, sem a preocupação por especificidades conjunturais.

É este exercício que permitirá gravar melhor a questão de localização no espaço físico da superpopulação relativa, facilitando a crítica às políticas urbanas, de caráter oficial, e o aporte à luta pelo espaço por parte de segmentos organizados da sociedade e do Estado.

Sobre os Reflexos da Estratificação Social na Estruturação do Espaço Urbano

Se do ponto de vista do entendimento dos conflitos e movimentos que impulsionam a história, as análises de estratificação social não tem maior repercussão, o mesmo não pode ser dito em relação à estruturação do espaço urbano. Isto não significa negar a principalidade das contradições entre

senhores e escravos nas lutas pelo domínio do espaço, mas sim compreender que a estratificação social pode explicar, em muitos casos, as possibilidades de acesso a terra e a moradia, e, portanto, a forma de organização do espaço urbano.

Não faz sentido, no entanto, desenvolver estas análises através de pesquisas empíricas extremamente detalhadas. Para as mesmas é suficiente algumas noções sobre o grau de pobreza e de riqueza da população que facilitem a compreensão de acesso à terra.

Estas noções podem facilitar o lançamento de algumas hipóteses sobre as tendências históricas de reprodução e localização no território das camadas dominantes, intermediárias e dominadas da população urbana da época. O dimensionamento relativo de cada qual facilita a caracterização das preferências de moradia, circulação e trabalho sobre o espaço urbano de Salvador.

Para este propósito não são necessárias pesquisas mais demoradas, mesmo porque é notória a insuficiência de informações a respeito. Até mesmo uma pesquisa em inventários e testamentos, que poderia contribuir para definir quem possuía o que, à época, não se torna imprescindível nesta fase de colocação do problema.

Alguns indicadores de riqueza e domínio são mais que suficientes para ter noções sobre as tendências estratificadas de localização, tais como prestígio reconhecido historicamente, ocupação de cargos públicos de primeiro escalão, vinculação com o comércio internacional, posse de escravos, posse de imóveis.

Pouco importa, nesta primeira visada, se homens de prestígio possuíam ou não bens suficientes, ou se cidadãos cujo inventário prove a pujança de seus cabedais em vida tenham tido atuação de destaque no cenário econômico-social ou político. Importa, isto sim, saber, aproximadamente, a quantidade relativa de pessoas que tenha tido reais condições de ter acesso a terra ou de adquirir moradias de melhor ou pior qualidades, de morar em casas sólidas e sobrados ou de se abrigar em casbres e mocambos (19)

Uma das dificuldades, no caso, seria a de provar, por exemplo, se a esta quantidade de pessoas era menor ou maior que hoje, ou seja, se o perfil de distribuição de riquezas, à época, era mais ou menos regressivo que na conjuntura nacional atual, onde Salvador se apresenta, ao lado de Fortaleza como a capital com o maior índice de pobreza no Nordeste (20).

Uma das hipóteses viáveis é de que o grau de concentração de bens imóveis e escravos, por exemplo, era menor que o atual nível de concentração e centralização das rendas familiares, induzindo, portanto, a conclusão de que, talvez, à época fosse mais fácil a camadas médias da hierarquia social construírem um sobrado ou terem acesso a moradia, diminuindo a intensidade dos conflitos pelo domínio do espaço urbanizado. Esta hipótese encontraria fundamento na avaliação empírica dos inventários e testamentos,

que poderia levar a crer, numa primeira aproximação, na possibilidade de existência de 5% de "ricos", quantitativo relativamente maior que o índice de 4% de pessoas que, hoje, em Salvador, percebem mais de 20 salários mínimos (21).

Outra avaliação, baseada no levantamento de duas ou três centenas de empresários, no início do século XIX, não poderia conduzir a um quantitativo superior a 1 ou 2%. Nestes termos, cai-se na mera especulação, quando o importante é verificar que a situação de acesso a terra, no século XIX não deveria ser, em termos relativos, muito diferente da de hoje, à exceção do fato de que grande parte dos escravos moravam nas "logeas" de seus senhores.

Quanto aos pobres, incluindo nesta categoria informe os escravos, os desclassificados, os libertos miseráveis, os sem-teto, e todos aqueles que praticamente não ganhavam nada além de seu próprio sustento, sua proporção também não deveria diferir muito da atual proporção daqueles que percebem menos de 1 s.m. na cidade de Salvador. Em pesquisa domiciliar realizada em 1975, constatou-se que 8,75% das famílias percebiam menos de 1 s.m. e 42,35%, menos de 3 (21). Em termos de moradia, isto significa buscar refúgio temporário para passar as noites nos piores locais ou invadir terrenos e construir casebres para sobreviver.

Sobre a repercussão das atividades econômicas na estruturação do espaço urbano

Salvador, cidade-porto, feitoria-forte e sede do Governo Geral nos primeiros séculos, capital da Província no século XIX, uma das maiores cidades coloniais latino-americanas, parada obrigatória dos navios que vinham ou seguiam para Europa na rota Atlântica, nasceu e cresceu muito bem inscrita na divisão internacional de trabalho.

Somente a partir desta premissa e possível assumir a tese de sua identidade com o Recôncavo, identidade essa que só se afirmava em termos geográficos ou macro-econômicos. As atividades desenvolvidas nos engenhos, fazendas e roças que a cercavam, embora em perfeita articulação com as atividades econômicas exercidas em seu âmbito, eram perfeitamente distintas daquelas que eram exercidas no núcleo urbano principal, quer nos limites das freguesias centrais (urbanas propriamente ditas), quer no território das freguesias de sua periferia imediata.

Esta divisão nem sempre aparece com clareza pelo fato da cidade, já no século XIX estar cercada por uma larga faixa de terra cujo uso e ocupação pouco se conhece:

Era uma faixa onde o processo de minifundição estabelecia as premissas para uma inusitada expansão?

Eram áreas já esgotadas, de séculos anteriores, onde já não era mais possível a grande produção?

Eram áreas onde a pequena produção não se desenvolvia, tolhida pelos condicionantes econômicos do sistema escravista e pelo regime de propriedade fundiária?

Historicamente, é difícil reconstituir esta divisão, que suscita algumas dúvidas sobre o que era ou não era o espaço efetivamente urbano de Salvador, ficando muito mais fácil delimitá-lo através de seus limites urbanizados. Para dificultar ainda mais esta reconstituição, até praticamente o início do século XIX fazia-se sentir o dinamismo dos engenhos do Termo da cidade, ao norte, a partir de Matoim, embora ao redor da cidade só ainda fossem encontrados engenhos destinados quase que exclusivamente a produção de rapadura ou cachaça.

Não é fácil caracterizar o desenvolvimento urbano de Salvador, como aliás o de toda aglomeração, tanto no nascimento e incorporação de novas atividades econômicas, quanto em uma maior divisão de trabalho intra-urbano. Sendo local de mercado, cujo tamanho poderia ser fixado pela sua influência política imediata e pelo grau de sua acessibilidade (ao interior e ao exterior), expressava também um modo de organização social distinto, como já foi considerado neste texto, daquele predominante nas áreas rurais do Recôncavo e do sertão.

Ao enfrentar a questão sob este ângulo, chama a atenção a importância, para a expansão do Porto e, por conseguinte, das freguesias da Conceição e do Pilar, das atividades decorrentes das exportações de açúcar e fumo.

As fábricas de refino de açúcar, os alambiques, as manufaturas de fumo, os trapiches destinados a exportação de produtos primários, constituem todo um conjunto de atividades simultaneamente distintas e perfeitamente articuladas com as atividades desenvolvidas no Recôncavo.

Por outro lado, como foi dito inicialmente, o fato de ser uma cidade integrada ao mercado internacional implicava na existência de todo um conjunto de atividades econômicas voltadas para a importação e distribuição, para o mercado interno, de toda uma série de produtos manufaturados. Estas atividades, evidentemente, também tiveram forte influência sobre a expansão do Porto e adjacências.

Visto do ponto de vista da estruturação do solo urbano e de sua importância para o trabalho e a vida social e política da cidade, transparece, portanto, a necessidade de conhecer um pouco melhor, em planta, as localizações destas atividades.

Este exercício exige uma pesquisa de endereços de casas comerciais, armazéns, trapiches, manufaturas, etc., a mais extensa e detalhada possível, sempre procurando a lógica de sua

localização nas condições de desenvolvimento econômico e de divisão de trabalho internacional, entre Salvador e o interior, e no interior da própria Salvador.

Retomando, então, as preocupações iniciais, destacam-se, neste exercício, aspectos referentes a transição do trabalho escravo ao livre e neste, do trabalho artesanal ao industrial.

A memória escrita destas localizações é vasta para o período considerado: narrativas de viajantes, crônicas de historiadores, jornais e almanaques, inventários e testamentos, censos e avaliações, registros no Tribunal de Comércio e Junta do Comércio, relatórios de casas comerciais e de bancos, róis de licenças expedidas pela Câmara Municipal para o pequeno comércio, relatórios de obras públicas e Fallas dos Governadores compõem este acervo, em boa parte inventariado, analisado e publicado com propósitos e objetivos específicos em diferentes estudos e análises existentes, inclusive de autores contemporâneos (22, 23, 24, 25 e 26).

Nos estudos da Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia sobre a economia baiana o título XIX foram pesquisados, para o período 1850-1889, 23 livros, contendo 1.374 documentos da Junta Comercial do Estado da Bahia.

Três relatos de casas comerciais que operavam na Bahia trazem também informações de localização, tais como os livros de Overbeck (1928:341), da casa Westphalen (1928:348), e da firma Wildberger (1942:349).

Admite-se que a recorrência às fontes primárias, principalmente os Censos existentes, poderia trazer novas contribuições ao conhecimento da questão histórica, mas com certeza este mergulho empírico não iria modificar o contexto já delineado, em grandes linhas, da formação econômico-social no período.

Dois linhas de investigação merecem destaque no caminho metodológico de compreensão da estrutura urbana definida pelo uso do solo. Na primeira, ressalta a importância de alguns usos, que podem ser chamados de usos básicos ou estruturantes, a partir dos quais se configura todo o espaço urbano durante o período estudado. Na segunda, destacam-se os usos derivados das atividades informais dos contingentes mais expressivos da mão-de-obra urbana que, embora não definam, por si sós, uma estrutura urbana, a condicionam de tal forma pela sua magnitude que não podem ser encarados simplesmente como usos complementares aos básicos.

É insofismável o poder de atração de alguns usos do solo sobre os demais, quer pela quantidade de pessoal envolvido nas atividades econômicas que lhes são correlatas, quer pela possibilidade que estas mesmas atividades possuem, de atrair

atividades semelhantes, tanto a jusante, quanto a montante. Exemplo atual de uso básico é o gerado por atividades industriais que, pela sua expressão, atraem novas atividades complementares, desde industriais a comerciais e de serviços (transportes e distribuição dos produtos, comercialização, armazenamento, etc.). Uma atividade industrial, entretanto, que, apesar de seu porte, não tem desdobramentos econômicos e sociais como, por exemplo, a voltada para a produção de produtos químicos altamente perigosos, bélicos ou nucleares, cuja segurança não permite o assentamento humano no entorno, ou mesmo a localização eventual de outros usos, não pode ser considerada básica estritamente do ponto de vista da utilização do solo para o seu desenvolvimento habitacional e ocupação intensiva, condição essencial para a urbanização tradicional.

Entre os usos básicos do período histórico considerado, deveriam estar as unidades econômicas altamente absorvedoras quer de mão-de-obra escrava (trapiches e casas comerciais com mais de 20 escravos, por exemplo), quer de mão-de-obra liberta (manufaturas com mais de 20 operários, por exemplo), (27); as igrejas e capelas cuja importância criava uma constelação de moradas de fiéis ao seu redor, por força e graça da falta de transportes ou pela necessidade de organização assistencial em torno das Irmandades; e, por fim, as unidades administrativas do governo Municipal e Provincial, que absorviam razoável contingente de funcionários públicos (28).

Pode-se pensar que este conceito de uso básico seria suficiente para determinar os centros de irradiação de ocupação e de uso do solo em cada uma das freguesias urbanas no século XIX. Entretanto, os usos não-básicos do solo, sob o comando de um verdadeiro exército de mão-de-obra, trabalhando sob as mais duras condições, com uma péssima qualidade de vida, beirando apenas a sobrevivência, não poderiam se organizar espacialmente de forma tão lógica em torno daqueles centros de irradiação, cujas tendências de localização tinham parâmetros inteiramente diversos.

No primeiro caso, os parâmetros eram a qualidade do solo, a possibilidade de seu aproveitamento econômico, a acessibilidade fácil, as potencialidades ambientais. Como conciliar estas tendências com aquelas peculiares aos "desclassificados e inativos", a população sem recursos, cujas características de localização eram inteiramente diversas?

As características de localização desta população eram definidas pela dificuldade de acesso ao próprio solo, tanto para moradia quanto para sua exploração econômica; pela possibilidade de aproveitamento eventual, por arrendamento, foro ou concessão de uso, de solo muitas vezes imprestável ou pouco propício a culturas extensivas; pela impossibilidade, nestes casos, de aproveitamento econômico realmente lucrativo; pela necessidade de se distanciar do centro e da área efetivamente ocupada, onde os terrenos eram muito mais disputados, etc.

Além disso, se para os estudos de distribuição de população entre as freguesias e para a caracterização da ocupação do uso do solo exige-se o apoio de técnicas cartográficas, de conceitos derivados de disciplinas sociológicas e de métodos tradicionais da análise demográfica, para as análises de distribuição espacial de mão-de-obra e de verificação dos usos predominantes do solo em cada freguesia, exige-se, além do mesmo apoio técnico, metodológico, conceitual e instrumental das disciplinas que cuidam da reprodução do espaço e da sociedade, do apoio, também, de técnicas de investigação e análise econômica, principalmente quando orientadas para o desvendamento de aspectos relativos à mão-de-obra, tais como seu dimensionamento, qualificações, ocupações, rendimentos, e condições de reprodução.

Sobre a Questão Fundiária

A criação e constituição legal das donatarias, com a elaboração dos forais, já significou um marco de transição do pensamento medieval ao pensamento mercantilista. A criação das sesmarias, que se lhes seguiu aprofundou este pensamento, associando a noção de comércio à de produção.

Para a Metrópole, a sesmaria colonial tornou-se um meio para pagamento de serviços, colonização, ocupação do solo e atração de mão-de-obra. Contou, ainda, com o apoio da instituição do morgadio, na medida em que abriu a possibilidade de que os segundo e terceiro filhos poderiam receber áreas maiores na Colônia que os filhos primogênitos em Portugal (29).

Desta forma, consolidado o estatuto jurídico, a terra passou a ser pré-condição para o entesouramento e forma burocrática para a distribuição de privilégios aos membros da Corte.

A terra da Colônia era distribuída e doada, por estas razões, tão somente para aqueles que já dispusessem de recursos para explorá-la e torná-la produtiva, inserindo-a, desta forma, no contexto da exploração mercantil.

Favorecia-se, assim, o acesso das mesmas às poucas "Casas" ou famílias nobres e ricas, que assumiam, por esta via, o principal papel na reprodução do sistema de dependência mercantil-colonial.

O domínio d'El Rei sobre as terras conquistadas tinha, por consequência, duplo sentido: servir de ferramenta para a política de distribuição de privilégios e assegurar que estes privilégios só fossem alcançados por favores políticos para a aristocracia.

No século XIX, ainda são encontráveis vestígios bem fortes e claros da repartição primitiva das terras da cidade realizada por Tomé de Souza. Até mesmo o retalhamento posterior, oriundo de partilhas, doações, vendas e transferências não altera substancialmente o projeto original. As posses dos beneditinos na Vitória, Graca e Itapuã, dos franciscanos no Bonfim e na Sé e,

dos carmelitas em Roma, dos irmãos da Misericórdia na Conceição da Praia, entre outras, expandiam-se sem modificar a estrutura da repartição inicial. A sesmaria do Conde de Castanheda, a estas alturas conhecida como Terras da Casa de Niza, embora desdobrada em inúmeras fazendas, transparecia sua unidade original na clara predominância de sua área total sobre as demais remanescentes no território das freguesias de Brotas e Santo Antonio Além do Carmo (29).

Pouco se conhece sobre o rendimento em foros das mesmas, mas é difícil pressupor que fosse de pouca monta.

Uma única sesmaria fugia a esta regra geral: a sesmaria doada por El-Rei para os oficiais da Casa da Câmara, reconfigurando uma tradição secular e possivelmente específica à formação portuguesa (31). Esta sesmaria iniciava-se, na orla atlântica, na direcção norte, a uma légua de distância da foz do Rio Vermelho, no ponto que hoje é conhecido como Boca do Rio, e seguia a linha costeira até a altura da foz do rio Joannes. Assim mesmo, estas terras foram imediatamente aforadas por Tomé de Souza a seu primo Garcia d'Ávila que, por ocasião de sua morte, as transferiu para os franciscanos. Mais tarde, estes acordaram em transferi-las aos irmãos da Misericórdia, o que acabou gerando prolongado conflito com o Senado da Câmara (31).

Em resumo, toda a estrutura jurídica montada dificultava o acesso a terra por camadas mais pobres da população, sendo vedada aos negros a sua posse. Não obstante, o próprio sistema oferecia brechas através da separação jurídica entre domínio real e domínio útil, pois admitia o resgate, pelo foreiro, das terras utilizadas após vinte anos de usufruto. Talvez por esta razão sejam encontradas cerca de 50 propriedades de negros, em meados do século XIX, nos Registros Eclesiásticos de Terras (32).

A pesquisa histórica deste problema exigiria uma leitura cuidadosa não somente dos Livros de Tombo, mas também de registros de propriedade, de descrições de inventários e testamentos, de levantamentos de campo e de análise de conflitos judiciais de limites em Cartórios e Juízos. Neste caso, repete-se a tônica de aproximação ao problema adotada na avaliação das diversas áreas de conhecimento sobre a cidade: tentativa de verificação dos traços fundiários mais marcantes de sua estrutura, para definir seu grau de importância na delimitação conceitual das políticas de ocupação ou de atuação sobre o espaço urbano das diferentes instituições ou grupos de pessoas que detinham condição real de propriedade do solo.

Sobre as Políticas Urbanas

O último grande passo metodológico para abordar de forma consistente a questão urbana do século passado diz respeito à análise das políticas urbanas e do Estado (incluindo a Igreja) através da avaliação das práticas de atuação

governamental, das normas reguladoras, das competências do corpo burocrático e da capacidade da máquina administrativa.

As políticas urbanas devem ser examinadas por três ângulos: o do Município, o da Província e o do Governo Central. Se bem que, em essência, mantivessem o mesmo sentido de dominação sobre o escravo e defesa dos senhores, do ponto de vista de classes, tais políticas possuíam diferentes objetivos.

As políticas urbanas municipais assentaram-se historicamente sobre práticas de regulamentação e controle da ocupação e do uso do solo, quase sempre voltadas para assegurar uma linguagem uniforme na construção de prédios nas áreas centrais, principalmente na Cidade Baixa, e para facilitar a fiscalização das atividades comerciais e artesanais. Outra competência definida por estas políticas era a do controle do pequeno comércio, em geral praticado por escravos ou negros libertos, que deveriam carregar suas licenças penduradas ao pescoço.

As políticas do Governo da Província, por sua vez, desde que constituído após a independência e principalmente depois da implantação da Assembleia Provincial, em 1835, e da separação de suas contas até então vinculadas em 1851, foram se pautando pela prática de gerir intervenções de grande porte no âmbito da cidade. O seu nível de poder lhe permitia contrair empréstimos junto a entidades financeiras públicas e privadas, inclusive internacionais. Era-lhe, também, permitido arrecadar recursos através de decretos ou leis específicas, não esquecendo, no entanto, que sua fatia no bolo tributário gerado pelo comércio de exportação e importação estava muito bem definida pela gestão imperial.

As políticas centrais (quer da Metrópole, durante o período colonial, quer durante o Império, após a Independência) jamais tiveram muita preocupação pelas condições locais de desenvolvimento urbano, a não ser quando estas afetavam ou geravam repercussões sobre o movimento comercial de importação e exportação. Não é de se estranhar, assim, que provocassem polêmica, principalmente quando se voltavam para a ampliação do porto.

A acomodação da máquina administrativa a estas políticas sempre gerou dificuldades para mudanças até mesmo conjunturais. O corpo administrativo do Estado manteve-se, no entanto, em contínua expansão, multiplicando atribuições, gerando uma divisão de trabalho cada vez mais complexa, sem que isto significasse uma diminuição de suas perspectivas de coerção ao escravo ou de mudança radical de seus interesses básicos de dominação.

Por estas razões, pode ser bastante elucidativa uma avaliação da máquina do Estado através da análise de órgãos, atribuições, cargos, funções, rendimentos e vantagens, estrutura do corpo de funcionários, rotinas e processos voltados para o controle da ocupação e do uso do solo com condição de extra-fiscalização

financeira. Tais elementos constituem-se em objeto de análise que pode ser desvendado através da avaliação criteriosa de regimentos, alvarás, leis, decretos e portarias de caráter administrativo.

Grande parte destas informações já foi registrada, publicada e comentada. É a parte que diz respeito as Ordenações Manuelinas e Filipinas. Uma pesquisa mais recente, entretanto, realizada por equipe pertencente ao Arquivo Nacional recuperou uma nova série de documentos extremamente importantes para a análise da administração colonial (1975:277).

Como esta última visada que exige, por sua vez, o uso de técnicas de análise derivadas das teorias de administração pública, é possível dimensionar e qualificar melhor as relações entre a sociedade civil, Estado e Igreja, a partir das atribuições e competências legais.

Não é possível esquecer, contudo, que a Igreja manteve vinculações com o Estado até a proclamação da República, sendo o corpo eclesiástico mantido pelo erário público. Embora houvessem contínuos atritos entre as autoridades religiosas e civis, e após 1850 fossem se adelgaçando cada vez mais as relações entre Estado e Igreja, o controle exercido por algumas irmandades religiosas sobre vastas porções do solo urbano, através de sua propriedade ou posse, não era de se desprezar. Através deste controle, as Irmandades podiam ou promover ou restringir o desenvolvimento em algumas áreas da cidade ou, simplesmente usufruir do mesmo, pois auferiam rendas cujo volume é incalculável, perdurando, em alguns casos, até os momentos atuais.

Considerações Finais

A questão urbana, para sua integralidade, exige, assim, a recorrência a técnicas e métodos oriundos de diversas disciplinas, embora sem a ênfase que estas disciplinas dariam se tratassem do mesmo assunto sob suas próprias formas de abordagem, ou dentro de seu campo epistemológico em dimensão histórica. Aquilo que oferece consistência ao equacionamento da mesma e justamente a conexão entre estas diferentes visadas, cujo objeto permanece sempre no mesmo lugar e ocupando o mesmo espaço.

Contestável é exatamente qualquer tentativa de detalhamento que perca de vista seus propósitos mais gerais, do mesmo modo que o apelo a generalidade não deve se constituir em desculpa para mergulhos teóricos sem consequentes argumentos que demonstrem proposições adrede formuladas ou para a recusa de análise de eventual de documentos primários, na medida em que tenha segurança sobre sua importância para justificar ou rejeitar, reforçar ou negar, com argumentos extraídos da realidade histórica, as principais hipóteses apresentadas.

3.3. Considerações sobre as freguesias urbanas

Existiam, em Salvador, dez freguesias urbanas. Para efeito de apresentação sumária, podemos agrupá-las em três grandes conjuntos:

1. O das freguesias centrais, constituído pelas freguesias do centro econômico, Conceição e Pilar, e do centro administrativo e da vida social, Sé e Rua do Faço;
2. O das freguesias que lhes eram imediatamente periféricas em termos de continuidade do tecido urbanizado e ocupado, como S. Pedro, Santana, e parte de S. Antonio Além do Carmo;
3. E o das freguesias que beiravam as áreas rurais, como Vitória, Brotas, e o restante de S. Antonio Além do Carmo.

A análise de cada um destes conjuntos pode contribuir para a compreensão da questão de Salvador pré-republicana.

A análise das freguesias do centro econômico, Conceição e Pilar, por exemplo, pode realçar seu caráter de freguesias do porto de Salvador. Eram, até a implantação dos demais sistemas de transportes, as freguesias da entrada da cidade. Eram a base dos trapiches e do mercado dos escravos de ganho.

O exame das freguesias da Sé e da Rua do Faço, por sua vez, pode destacá-las como freguesias da vida política, administrativa, religiosa e social. A análise cuidadosa do espaço construído da Sé, com seus edifícios imponentes e suas praças cívicas, poderia demonstrar o significado e a influência física do poder político-administrativo tanto sobre a organização de seu espaço interno quanto sobre a do espaço em seu entorno. A avaliação deste significado poderia, inclusive, desfazer alguns equívocos, dos quais o mais comum é o de confundir a "casca" histórica do Pelourinho com o Centro Histórico da cidade colonial e o mais triste é o de dar demasiada ênfase à estética das construções, perpassando uma visão elitista e conservadora sobre o cenário urbano, sem lembrar a vida da época. E a avaliação da influência física do poder administrativo poderia, no caso, destacar a Sé enquanto pólo da burocracia, cujos efeitos deveriam se fazer sentir na busca de moradias no seu entorno pelos funcionários que não dispunham meios de locomoção. Já a análise da posse e do uso do solo das freguesias da Sé e da rua do Faço iria realçar, com certeza, seu papel como sede e território de condomínio das principais ordens religiosas e irmandades leigas.

A análise sociológica destas freguesias iria reforçar, por seu lado, a idéia de transformações radicais nas formas de centralização colonial. Nos primeiros séculos, estas freguesias abrigavam sobrados de senhores de engenho, em geral cercados por casas menores que não obscureciam sua visão. No século XIX já se nota que estes antigos sobrados encontram-se cercados por vários outros ocupados por pessoas de menores posses, muitos dos quais superpovoados. Algumas de suas ruas ostentavam inúmeras casas de comércio, quer de abastecimento, quer de produtos de consumo

durável. Na periferia de ambas as freguesias, descendo as encostas, crescia a quantidade de pequenas casas, possivelmente ocupadas por pessoas mais pobres, por negros de ganho, por miseráveis, por lavadeiras de tripas, etc. Não é fácil, por conseguinte, elucidar o processo de centralização como um todo, integrando, a nível de estudo, aspectos de renda e propriedade do solo, de assentamento e movimentação de diferentes segmentos sociais, a fim de explicar, também, as razões que conduziam a incipientes processos de periferização. Aparentemente, a centralização destas freguesias tinha, como vanguarda social da ocupação do solo, camadas intermediárias na hierarquia social do período. Mas, ao mesmo tempo, era forte a heterogeneidade social nestas áreas e não há suficientes pesquisas empíricas para esclarecer as articulações entre esta heterogeneidade e aquela que, por exemplo, poderia estar ocorrendo na periferia real da cidade, já beirando as áreas rurais.

O exame das freguesias imediatamente periféricas às centrais, ou seja, S. Pedro, Santana e parte de S. Antônio Além do Carmo, poderia trazer, como contribuição ao debate da questão da cidade colonial e pré-republicana, uma maior compreensão dos pólos de atração representados pelas igrejas e capelas estrategicamente implantadas no topo das principais colinas que se localizavam no entorno das freguesias centrais. Articulados por estreitas vias aos quarteirões saturados das freguesias anteriormente citadas, estes pólos influenciavam a configuração da malha urbana, que já começava a destacar suas linhas estruturais através do desenho da ocupação do solo entre cumeadas e de vales.

O estudo da situação física das freguesias onde estavam localizadas as áreas situadas ao longo da franja de ocupação contínua (faixa limítrofe da área efetivamente ocupada), tal como Brotas, Vitória e Santo Antonio Além do Carmo, ou ao longo de seus corredores de acesso, poderia elucidar, por fim, aspectos importantes do processo de periferização ocorrido nos séculos XVIII e XIX, cuja conotação, evidentemente, difere bastante daquela investigada por Engels, ao analisar as condições de vida da classe operária em Londres no início do século passado, desvendando, pela primeira vez, as leis relativas à sua expulsão das áreas centrais das cidades européias no caminho de uma industrialização acelerada. Era um processo que ocorria em uma cidade mercantil, além da área urbanizada contínua, em uma faixa "cinzenta" de terra, pouco ocupada, e que, do ponto de vista econômico e social, era "locus" de atividades possivelmente muito mais articuladas com as atividades das freguesias centrais que com as das freguesias rurais propriamente ditas, onde se desenvolvia a monocultura açucareira.

Este estudo traria, entretanto, como conveniente, a impossibilidade de avaliar o cerne das ações do poder econômico ou político sobre a configuração do espaço urbanizado de Salvador. As políticas urbanas da época eram, sem dúvida, voltadas para as áreas centrais, reforçando o processo de concentração e centralização espacial em todos os seus aspectos.

No processo de periferização, as ações e práticas de atuação do Estado e das classes dominantes transmitiam simplesmente o caráter de reprodução da formação econômico-social. Eram voltadas mais diretamente para a conservação das condições de domínio sobre o solo e o escravo: posse e uso, domínio das matas e riquezas naturais, repressão e controle do escravo, embora se reconheça que a expressão jurídico-policial do poder era muito mais brutal nestas áreas que nas áreas centrais.

Foi a partir destas considerações teóricas que selecionamos, como áreas-foco de análise das políticas urbanas, no século XIX, considerando suas repercussões na evolução física, na estrutura fundiária, na ocupação e no uso do solo, as freguesias do porto e do centro econômico de Salvador, ou seja, as freguesias de N. Sra. da Conceição e N. Sra. do Pilar.

Esperamos que este objeto possa trazer, apesar de todas suas limitações, uma pequena contribuição ao debate da questão urbana, na medida em que sua análise possibilite avaliar os reflexos espaciais do comércio internacional sobre os territórios colonizados, em geral, e sobre os espaços urbanizados, em particular.

3.4. Considerações sobre os Objetivos da Pesquisa Empírica

Não é fácil construir uma história do espaço urbano que reconstitua a unidade do discurso fragmentado sobre a cidade, ainda mais sobre uma pequena porção do território, ainda que extremamente importante para sua estruturação e configuração.

Uma nova história do espaço urbano, que vincule o cenário físico aos processos sociais, reforçando os aspectos de submissão e revolta, exige que se costurem diversas histórias que se desenvolvem simultaneamente, com seus diferentes ritmos e particularidades, sobre o território: por um lado, aquelas que dizem, especificamente, respeito ao desenvolvimento físico-territorial, ou seja, a história fundiária, a história da ocupação, a história do uso, a história da circulação e a da infra-estrutura; pelo outro, as histórias que podem elucidar sobre os processos sociais, nos aspectos que tangenciam a organização do espaço: a história demográfica; a história do capital e do trabalho; a história do poder político; a história dos conflitos pela moradia.

Em seu conjunto, estas histórias centralizam-se na produção e consumo do espaço urbano, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista sociológico ou econômico, e desembocam, nos seus traços fundamentais, na análise das ações e práticas dos diferentes grupos e classes sociais, instituições políticas e religiosas. Podem ser entendidas, assim, como histórias políticas do urbano.

Em termos de sistemática das investigações, tal postura exige:

1. Avaliar, de forma integrada, as condições de ocupação do solo, a evolução do uso, as características da posse e retalhamento fundiário e a situação dos sistemas de circulação.
2. Avaliar as condições e características da produção do espaço urbano quer por parte da sociedade civil, quer por parte do Estado e Igreja.
3. Avaliar o consumo do espaço, principalmente no que diz respeito aos conflitos de posse e uso do solo, através do levantamento das formas mais conhecidas de organização espacial das moradias, equipamentos sócio-políticos e unidades económicas.

As pesquisas com tão largo espectro de objetivos envolvem os mais diferentes tipos de fontes e os mais variados métodos e sistemáticas. Por esta razão, é preciso fixar, também, os limites da pesquisa empírica a ser realizada, de forma a articular as abstrações teóricas à realidade.

Para uma contribuição efetiva ao debate da questão urbana colonial, no plano histórico da dialética, o ideal seria tentar abarcá-la em todos os seus aspectos epistemológicos e suas dimensões territoriais. Seria magnífico, por exemplo, se tivéssemos condições de pesquisar, face às ações e práticas políticas mais marcantes do Governo Municipal e da Província no sentido de organizar os espaços de domínio e reprodução do sistema, tanto no processo de centralização, quanto no de periferação, as principais tendências de localização, práticas e ações dos diversos segmentos da população, principalmente a de origem negra, na busca de seus espaços de vivência e trabalho. No conflito entre estas ações, práticas e lutas pela conquista do espaço pode ser desvendado o sentido do urbano pré-republicano e do direito à cidade, tal como poderia ser entendido, à época.

A grande dificuldade está em que estas pesquisas demandariam tempo e recursos incompatíveis com uma dissertação de mestrado.

3.5. Um Teste de Aplicação Metodológica

Corte epistemológico

Manter o enfoque da questão urbana dentro dos limites ideológicos que não desvendam seu conteúdo secular de dominação, ou reduzi-lo, esquecendo-se de todo o processo de amadurecimento pelo qual passou a questão urbana, entre as diversas disciplinas que trataram do assunto, é jogar no lixo todo o esforço de centenas de pesquisadores.

Não é possível, assim, limitar epistemologicamente a questão urbana à reconstituição do mapeamento da ocupação e do uso do solo em cartas produzidas por técnicas cartográficas modernas, ainda que a cartografia seja indispensável para a análise do

espaço urbano. É possível, no entanto, mesmo correndo riscos de perda de conteúdo, focalizar, inicialmente, o debate nos aspectos de centralização, procurando através dele, tentar refletir a totalidade da questão urbana no período considerado, deixando, para uma etapa posterior, os aspectos relativos à periferização.

Vimos que, sendo história do espaço construído vinculada aos processos sociais, é impossível reduzir a história do centro econômico aos aspectos físico-territoriais, baseados em uma análise mecânica do seu mapeamento. O mapeamento da paisagem urbana e do espaço construído, ainda que necessário como instrumental, não é um fim em si próprio: exige fundamentação conceitual que descole a reconstituição da ocupação e do uso do solo de uma perspectiva ortodoxa sob a influência do positivismo, negando a abordagem filosófico-metodológica que até agora viemos defendendo.

Corte espacial

Para o estudo de uma única porção de seu território, os procedimentos técnicos mais adequados são: ampliação por escalas sucessivas de trabalho e aproximações sucessivas do objeto de estudo por alternância no uso de escalas de distanciamento e aproximação.

Qualquer destes procedimentos, no entanto, não pode abstrair os pressupostos sócio-econômicos estabelecidos nos quadros teórico e bibliográfico, sem os quais a cidade deixaria de ser tratada como variável principal, com prejuízo de sua integralidade territorial.

No plano metodológico, todo o cuidado, assim, foi tomado no sentido de não se perder a visão do todo, quer no plano epistemológico, quer no plano espacial, tendo em vista a seleção de um fenômeno singular. Especificamente, no plano espacial, a preocupação foi de manter, sempre que possível, a visão do centro associada à da periferia. Por isto, apresentamos pressupostos e hipóteses sobre a questão urbana, nosso objeto de estudo. Com esta visão preliminar, sentimo-nos mais seguros em investigar particularidades, fossem elas fruto de um corte epistemológico ou espacial. Incurreríamos em equívoco metodológico se tentássemos extrair conclusões gerais a partir do particular, do mesmo modo que não avançaríamos o conhecimento se nos detivéssemos nas generalidades. Em resumo, assumimos que, para reconstruir o real, tanto em seu modo lógico, quanto em seu modo histórico, teríamos de percorrer todo um caminho conceitual do geral ao particular e retornar deste, pela via empírica, ao geral, fazendo as necessárias correções. Foi esta postura, que nos fez elaborar, como contribuição ao debate da questão urbana, uma análise dos modos de urbanização brasileiro, até o século XIX, com especial destaque às articulações entre o centro e a periferia de Salvador.

Pela construção dos mesmos pressupostos, tornou-se claro que nossas investigações deixariam de lado, temporariamente, não só o centro da vida social e administrativa, como toda a periferia. De qualquer forma, o estudo do centro econômico, mesmo despojado de suas articulações espaciais com o restante da cidade histórica, permitiria um certo avanço do conhecimento sobre o assunto, assim como uma melhor noção das dificuldades metodológicas e de informações que teríamos para estudar a cidade como um todo.

Lamentamos que as condições impostas pela conjuntura acadêmica, a nível de Mestrado, façam com que, muitas vezes o objeto de estudo seja mutilado ou se transforme num teste de aplicação metodológica, antes de pressupô-lo em sua integralidade, embora reconhecamos a necessidade de desenvolver estudos particulares como forma de aprendizado para colocação de questões teóricas mais abrangentes. Nestes casos, os estudos de fenômenos singulares só poderão ser efetivamente valorizados quando forem complementados com o conjunto de pesquisas que se fizerem necessárias para construção do problema apresentado.

Blocos de Pesquisas

Para os objetivos deste estudo, foram selecionadas plantas representativas das sucessivas conquistas ao mar, século a século, ou aquelas cuja ocupação pudesse ser reconstituída, complementada, quantificada ou qualificada em termos de uso do solo, na medida do possível, por informações censitárias ou pela memória escrita das localizações.

Isto não significou, contudo, que não tivéssemos de recorrer, de acordo com os objetivos a serem alcançados, a outras fontes, técnicas e métodos de pesquisa, muitos dos quais oriundos de disciplinas afins ao urbanismo. Estes objetivos, fontes e técnicas foram os seguintes:

1. Para avaliação da expansão demográfica e localização de usos.

Aspectos

População total; população por freguesia; população por quadra e rua; habitantes; locais recenseados.

Dados e Fontes

Dados dos Censos existentes dos séculos XVIII e XIX, entre os quais selecionamos os de 1757, dos vigários, o de 1759, do conde dos Arcos, o de 1775, do governador Cunha Menezes, o de 1855 e o 1872.

Comentários

Insuficiência de informações desagregadas; inconsistência de informações; recenseamentos incompletos. Para superar tais problemas, fomos obrigados a lançar mão de comparações e analogias com situações semelhantes.

2. Para caracterização dos principais aspectos da população ativa

Aspectos

Distribuição entre as diversas atividades econômicas; distribuição espacial; inserção no mercado de trabalho.

Dados e Fontes

Dados dos Censos mencionados.

Comentários.

Dados insuficientes; impossibilidade de organizá-los em séries históricas; impossibilidade de analisá-los face a totais relativos à cidade como um todo; impossibilidade de qualificar as variáveis sócio-econômicas desagregadas por setor e por freguesia sem as informações agregadas necessárias. Para superar estas deficiências, somos obrigados a transformar estas informações em meros indicadores e lançar mão de hipóteses e informações indiretas, disponíveis em documentos históricos.

3. Para fins de investigação do desenvolvimento espacial

Aspectos

Aterramentos, ocupação e uso do solo

Dados e Fontes

Cartografia da época como centro de argumentação, a não ser no século XIX, em que foi possível recorrer a fontes iconográficas (fotografias e ilustrações) e escritas, tais como as Fallas dos presidentes da Província.

4. Para fins de uso do solo

Aspectos

Localização de atividades econômicas (casas comerciais, armazéns, trapiches, manufaturas, etc.); de fortes; de igrejas; de edifícios governamentais.

Dados e Fontes

Dados indiretos coletados na memória escrita de localizações: narrativas de viajantes, crônicas de historiadores, relatórios de obras públicas e Fallas dos Governadores. Dados diretos obtidos em anúncios de jornais e almanaques, inventários e testamentos, censos e avaliações, registros no Tribunal de Comércio e Junta do Comércio, relatórios de casas comerciais e de bancos, róis de licenças expedidas pela Câmara Municipal para o pequeno comércio.

Comentários

Grande dificuldade de sistematização e localização em planta, pois a cartografia existente nem sempre indica o nome correto dos logradouros e está longe de possibilitar a identificação dos prédios, pelo seu número.

5. Para investigação da posse do solo

Aspectos

Proprietário ou usuário; limites e localização da propriedade ou posse.

Dados e Fontes

Informações impressas em estudos existentes: títulos de propriedade em Cartórios e Juízos, processos judiciais relativos a conflitos de posse nos Arquivos do Poder Judiciário; anotações no Registro Eclesiástico de Terras ou em Livros de Tombo; inventários e testamentos; memórias escritas.

Comentários

Ausência de informações precisas que permitam a identificação cartográfica.

6. Para investigação das práticas de atuação governamental

Aspectos

Normativos e Jurídicos

Dados e Fontes

Códigos, Regimentos, Alvarás, Decretos, Leis e Portarias relativas às normas disciplinadoras de posturas, ordenamento e ocupação do solo.

7. Para investigação da capacidade de atuação governamental

Aspectos

Órgãos, atribuições e competências legais, estrutura do corpo de funcionários, cargos e funções, rendimentos e vantagens, rotinas e processos.

Dados e Fontes

Códigos, Regimentos, Alvarás, Decretos, Leis e Portarias que relativos aos aspectos administrativos mencionados, desde que voltados para o controle da ocupação e do uso do solo.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

- (1) As contradições econômicas quase sempre desembocam em contradições políticas, e estas, por sua vez, na maior parte das vezes, expressam contradições econômicas. Conceitar política, neste enfoque, como expressão concentrada da economia, não é um equívoco, embora, lato sensu, como já foi dito na avaliação das políticas urbanas, política tenha um sentido bem mais amplo. No caso, especificamente, veja-se Feldman, Marshall, da S. Francisco State University, in Espaço e Debates.
- (2) A formação econômico-social e política não era tão rígida a ponto de impedir posses e propriedades de libertos. Nos estados de Maria Inês de Oliveira, por exemplo, segundo João Reis (1986:220), nos 259 inventários de libertos, registraram-se 100 domos de casas. Nascimento (1986:99), por sua vez, contabilizou 50 propriedades de libertos em Salvador, em 1848.
- (3) Ver Pinaud, João Luiz Duboc, Senhor, Escravo e Direito, in Insurreição Negra e Escravidão, EXPED, Rio de Janeiro, 1987, pp.96.
- (4) Não considero que a constatação de um mundo urbano negro à parte signifique a aceitação de uma nova forma de dualismo cultural, desde que se coloque este mundo no plano do imaginário. Ainda que tenha havido uma grande simbiose entre senhores e escravos de ganho, conforme o atestam os estudos de Marilena Silva (Negros de Rua, 1988) ou as crônicas de Vilhena (1927:130/131), esta simbiose não se manifestava na concepção dos espaços pelos cultos e tradições afro, nem tampouco na concepção dos espaços pela religiosidade católica. Até mesmo o sincretismo não foi capaz de superar a contradição entre os espaços escolhidos e construídos para concreção das tradições religiosas, modo de ver e organizar o trabalho e a família, embora se reconheça que estas contradições fossem amortecidas pela ideologia dominante, através de acordos, de normas legais e de repressão.
- (5) Algumas destas mudanças foram: implantação da Assembleia Provincial; expansão da máquina administrativa do Governo Provincial; separação das contas provinciais das nacionais, etc. Em termos de execução das políticas urbanas destaca-se o papel do Governo Provincial nas grandes obras da cidade.
- (6) O tráfico atlântico tem sido objeto de numerosos estudos. Para efeito de referência, podemos citar, dentre outros, os trabalhos de Soulat (A escravidão no Brasil), de Pierre Curtin (The Atlantic Slave Trade: a Census), de Robert Conrad (Tumbeiros), de Pierre Verger (Fluxo e Refluxo, O furo da Bahia e o comércio com a costa da África), etc., etc.
- (7) Entre estas manifestações destacam-se: as revoltas de 1807 e 1809; a revolta de 1813; a revolta de 1823; o quilombo do Urubu, de 1826; a insurreição de 1830; a revolta dos malês de 1835; a insurreição esquecida de 1844, etc. Algumas destas manifestações já foram objeto de estudos como os de Clóvis Moura (1959:368) e de João Reis (1986:371).
- (8) A população do período cresceu, aproximadamente, de 60.000 habitantes (40.704 em 1775 e 104.416 em 1872).
- (9) Mina Rodrigues (1935:372), Silva Campos (1949:365) e Verger (1968:189) estudaram o assunto, no qual vale a pena destacar, pela sua importância também para o desenvolvimento urbano, a existência, já na primeira metade do século XIX, dos terreiros da Barroquinha, e na segunda metade, dos terreiros de Gantois e Mala Escura, para somente citar os mais famosos. Elbein, Juana (1975:364), pp. 119, estudando especificamente os grupos do culto Egunum, cita os terreiros de Vera Cruz, fundado em 1820, de Mocambo, em 1830, de Encarnação, em 1840, e de Tuntum, de 1850. Embora localizados em Itaparica, podendo ser considerados, dentro de um contexto rural, urbanos, sem dúvida, influência sobre Salvador, na medida em que faziam também parte do mundo "urbano" dos escravos, cujos limites extrapolavam o mundo urbano dos senhores.
- (10) Uma avaliação mais detalhada dos Censos existentes já foi feita por Thales de Azevedo (1969:334) e Katia Mattoso (1978:340).
- (11) Encontram-se indicações de localizações: nos Censos; em Almanques e Jornais; nas narrativas de viajantes estrangeiros; nas crônicas de Vilhena ou Rebello, etc.
- (12) Seria exaustivo realizar uma listagem de todas as narrativas de época, principalmente as de viajantes estrangeiros. Moena Parente (1980:305) realiza uma excelente retrospectiva a respeito.
- (13) Para as freguesias de N.Sra. da Conceição e N.Sra. do Pilar, objeto específico da pesquisa para testar as hipóteses apresentadas, foi feita uma avaliação da cartografia existente, que se encontra em anexo à segunda parte deste trabalho.

- (14) Este trabalho, promovido pela CPE (Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia) no final da década de 70, foi realizado por uma equipe que analisou o desempenho de todos os setores da economia baiana. Suas principais fontes foram, dentre outras, os arquivos da JUCEB (Junta Comercial do Estado da Bahia), as Falas dos Governadores, os relatos dos comerciantes, as contas provinciais, etc.
- (15) João Reis (População e Rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX) e Mattoso (Ser Escravo na Bahia) encontram proporções iguais ou superiores a 25% de inativos a partir de 1810.
- (16) O trabalho de Katia Mattoso (1970:340) sobre o mercado de Salvador no século XIX elucida sobre o assunto.
- (16A) O livro de Maria Inês C. Oliveira sobre "O Libertos: seu mundo e os outros", leva a crer que muitos libertos viviam de rendas provindas do aluguel de escravos, lembrando a situação atual de proprietários de imóveis de aluguel.
- (17) Ver estimativas em Mattoso (ob. cit.) e Nascimento (1990:300).
- (18) O ritmo estimado para o crescimento da RMB, em documento oficial de 1990 (Estratégia de Desenvolvimento para a Região Metropolitana de Salvador) foi de 3,7% a.a.
- (19) Segundo Mattoso (ob. cit.), estariam incluídos nesta categoria todos aqueles que percebiam, no início do século, menos de 1000000 de rendimentos anuais, valor insuficiente para cobrir as despesas com a cesta básica de alimentos.
- (20) O índice de Gini para Salvador no ano de 1975 foi de 0,535, inferior apenas ao de Fortaleza, segundo o estudo de uso do solo e transportes para a Região Metropolitana de Salvador, vol. I, Censário Sócio-Econômico, COMDER/Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, 1979, pg. 90.
- (21) O perfil de distribuição percentual de renda familiar da cidade de Salvador encontra-se no mesmo estudo cit. na nota 18, pg. 90 e seqs.
- (22) Os viajantes estrangeiros foram pródigos em descrições sobre a cidade de Salvador nos séculos XVIII e XIX. Parente, Angel (ob. cit.) sistematiza grande parte destas descrições por bairro.
- (23) Simas (1779: 302, 303 e 304) sistematiza, por sua vez, algumas descrições relevantes para a compreensão da evolução física de Salvador. Duas destas, atribuídas, respectivamente, a Caldas, em 1759, e Vilhena, em 1790, são fontes imprescindíveis para investigação de localizações de uso em fins do século XVIII. Rebello, em 1829, e Calson (1925:335) esclarecem também sobre diversas localizações na primeira metade do século XIX.
- (24) Os jornais e almanques constituem excelente fonte de informações de localizações. Meles podem ser encontrados endereços comerciais, correspondências, listagens de ruas. Encontramos os seguintes no Arquivo Público do Estado da Bahia:
- Almanaque (1855:385);
 - Almanaque (1857:384);
 - Almanaque (1863:387);
 - Almanaque (1872:384).
- (25) Jornais e revistas são também fontes de informação, como por exemplo, os referenciados por Verger (1981:347).
- (26) As Falas e Mensagens dos Presidentes da Província da Bahia são também fontes importantes para a memória das localizações, assim como os relatórios de obras públicas que os acompanhavam. Para quem quiser recorrer às mesmas. Outro trabalho da já mencionada Fundação CPE., sistematiza todas as referências bibliográficas, classifica presidentes e assuntos por ordem alfabética, indicando todas as bibliotecas e centros de documentação que possuem cópias das mesmas já publicadas. Os originais encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia.
- (27) Em Salvador, no século XIX, as atividades urbanas centrais, mesmo as que utilizavam intensivamente o trabalho escravo, não chegavam sequer ao porte de um pequeno engenho em termos de absorção de mão-de-obra. Um alambique empregava, no máximo, 20 escravos; uma unidade de refino de açúcar, idem; as maiores lojas comerciais contavam com quantidade semelhante de escravos, assim como muitos proprietários de fogos, principalmente os de origem rural, cujos serviços chegavam também a esta quantidade. Somente as manufaturas, na primeira metade do século, utilizavam número maior de empregados, entre escravos e libertos.
- (28) Em Salvador, aos levantamentos realizados por Caldas (1759: ob. cit.), Vilhena (1790-1801:ob. cit.) e Rebello (1928:ob. cit.), pouquíssimas repartições ocupavam mais de 20 pessoas. Entre estas, estavam a Alfândega, a Ribeira e a Ribeirinha das Naes (estaleiros reais), além da Junta da Fazenda e do Senado da Câmara.

(29) Para maiores conhecimento sobre o assunto, consultar o texto de Cló Teiziera sobre as grandes doações do Primeiro Governador, in *A Grande Salvador - Posse e Uso da Terra*, INH, Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978.

(30) Ver Lisa, Roy Cirne, *Pequena História Territorial do Brasil, sesmarias e terras devolutas*, Livraria Bulina, 1954, primeiro capítulo.

(31) As terras supostamente doadas ao Senado da Câmara estão também representadas na mencionada planta.

(32) Ver Nascimento, ob. cit., p. 39.

SEGUNDA PARTE: PESQUISA EMPÍRICA

CAPÍTULO 4

BISTEMÁTICA DA PESQUISA

4.1. Universo de Análise

As freguesias do Porto de Salvador, no século XIX, eram as freguesias de N. Sra. da Conceição e N. Sra. do Pilar. Sua extensão, ao longo da costa da Baía de Todos os Santos, ia da Preguiça até o Engenho da Conceição, onde se limitava com a freguesia da Penha. Em 1871, a freguesia do Pilar perderia o seu trecho final, que iria compor, com a freguesia da Penha, a freguesia de Mares. Selecionamos, por isto, para efeito de nossa análise, somente o trecho da freguesia do Pilar que ia dos seus limites com a Conceição até a Jequitaiá, ou seja, a sua área atual.

Enquanto fontes diretas, além da iconografia, cuja avaliação faremos no item subsequente, consideramos as descrições de Rocha Pita em 1730 (1976:276), de Caldas em 1759 (1931:321), de Vilhena em 1799 (1963:324) e de Rebello, em 1829 (1929:323).

As descrições de Rocha Pita e Caldas são curtas e merecem ser transcritas na íntegra. A de Rocha Pita é a seguinte:

"13. Para o ocaso tem a marinha, que, apelidando-se bairro da Praia, se divide em duas paróquias, a de N. Sra. da Conceição e a do Pilar, ambas povoadas de inumeráveis moradores e ornadas de grandes edifícios, que guarnecem de um e outro lado a povoação, desde o lugar chamado Preguiça até o referido sítio, quartel dos soldados do remo, incluindo a primeira no seu distrito as igrejas do Corpo Santo e Santa Bárbara, as suntuosas casas da Alfândega e da Ribeira, e as que foram da Junta. As dos particulares em ambas são magníficas e mui elevadas; umas se fabricaram sobre o mar e outras encostadas aos penhascos da terra, abrindo-se neles por muitas partes, com grande artifício e despesa, repetidos transitos, para subir com mais brevidade a todas as da cidade;"(1).

A de Caldas é ainda menor:

"9. A Cidade se estende pela parte do poente na marinha desde a Preguiça até a Giquitaya em uma rua continuada de soberbas casas com mais de oito mil pés portugueses de comprimento. Esta se comunica para o alto da montanha buscando a campanha para a parte do nascente por dez ladeiras, em cujo sítio está eminente a dilatada Cidade..."(2).

Vilhena e Rebello estendem-se mais em suas descrições, as quais comentaremos, por partes, quando nos referirmos à evolução física de cada trecho das duas freguesias em particular (3).

4.2. Avaliação da Iconografia

Os primeiros dados sobre a costa da Baía de Todos os Santos estão contidos no Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixios, Alturas e Derrotas que há na Costa do Brazil, desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães, cuja autoria é atribuída por Armando Cortesão a Luis Teixeira, cartógrafo português, possível parente de João Teixeira Albernaz. Este roteiro teria sido elaborado entre 1573 e 1578, talvez mais tarde.

O manuscrito está na Biblioteca da Ajuda e foi reproduzido na História da Expansão Portuguesa no Mundo e na História do Brasil de Afrânio Peixoto.

Não se exclui a hipótese de que este Roteiro manuscrito tenha servido para a elaboração dos primeiros mapas do século XVII, do livro da Razão do Estado.

Se bem que mais nenhuma referência cartográfica tenha sido encontrada para o século XVI, algumas fontes escritas permitiram tentativas posteriores de reconstituição da cidade de Salvador à época de sua fundação. Theodoro Sampaio, por exemplo, realizou uma planta da cidade na escala 1/2442, com "indicação dos muros e circunvalação primitivos da fundação de Thomé de Souza", para o ano de 1549, para sua História da Fundação da Cidade.

Já F. Edelweiss, no seu trabalho sobre Nossa Senhora da Conceição da Praia e o âmbito de sua freguesia", conseguiu levantar duas hipóteses de desenho para a cidade no mesmo período: a primeira para o ano de 1550 e a segunda, que caracteriza como depois do "primeiro desenvolvimento", para o ano de 1551.

Américo Simas, coordenador de um trabalho do Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia, CEAB, produziu outra hipótese de ocupação para o ano de 1551. Esta hipótese consta do livro já publicado sobre a Evolução Física de Salvador (1979:302). É também de Américo Simas e sua equipe do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) uma hipótese de ocupação da cidade para o ano de 1553.

As principais fontes de informação escrita para estas reconstituições foram: o regimento de Tomé de Souza, as cartas de Luiz Dias (considerado o decano dos arquitetos brasileiros) e as cartas de Antonio Cardoso de Barros.

Apoiado nas informações de Gabriel Soares de Souza sobre a Cidade de Salvador, em 1584, Américo Simas e sua equipe

desenvolveram, também, uma hipótese de ocupação para o ano de 1580.

Mas é tão somente no "atlas" do "Livro que Dá Razão ao Estado do Brasil", de 1612, que iremos encontrar uma cartografia original de Salvador. Este atlas tem o códice 22 no Instituto Geográfico e Histórico, 18 no códice da Biblioteca Municipal do Porto (=Ajuda), e 19 no Atlas, sem texto, da Biblioteca Nacional de Paris.

Os dois mapas que se referem à Bahia são: o de número 11, Bahia de Todos os Santos e o de número 12, Cidade de Salvador.

Segundo Hélio Vianna, há diferença de legendas entre o mapa 11 do códice de Paris e o mapa 8, do apógrafo do Porto. Este traz informações de distâncias e é de bem menores dimensões. De qualquer forma, "as indicações registradas em ambos continuaram aparecendo em mapas posteriores, mesmo quando já não teriam a mesma atualidade" (4). Este é o caso da reprodução, por exemplo, existente na Descrição de Todo o Marítimo da terra de Santa Cruz, chamado vulgarmente o Brasil, de João Teixeira, existente na Biblioteca e Arquivo Público de Belém do Pará. Estes mapas foram reproduzidos por Wanderley de Pinho em sua "História de um Engenheiro no Recôncavo" e no "Testamento de Men de Sá".

A primeira dúvida em relação ao atlas original, de 1612 é quanto à sua autoria, aprofundadamente discutida por Hélio Viana que a atribui muito mais a Diogo de Campos Moreno, sargento-mor, do que a João Teixeira Albernaz, embora não descarte a hipótese de que este tenha trabalhado em Portugal, sem vir ao Brasil, com as informações coletadas por aquele.

É evidente, no entanto, o aproveitamento destes mapas em outros feitos posteriormente pelo mesmo João Albernaz: "os de 1630, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o do mesmo ano e o de 1631, ditos de D. Jerônimo de Ataíde, existentes em Washington e na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; os de 1640, 1642, 1666 e 1670, todos mencionados por Jaime Cortesão em seu curso de História da Cartografia Política do Brasil, em 1945, no Instituto Rio Branco (sétima aula: "Os Atlas dos Teixeiras: seu significado político)".

A planta da cidade de Salvador é a maior do atlas de 1612, tendo recebido o número 12 no Instituto Geográfico e Histórico e o número 9 na biblioteca do Porto. Inexiste, entretanto, no atlas de Paris. A principal diferença entre ambas reside no desenho da lage do porto, que aparece no da biblioteca da Ajuda (Porto), embora coberta por um retângulo de pergaminho em que se vê o projeto do forte de N. Sra. do Pópulo (ou de S. Marcelo ou, ainda, do Mar, do qual ficou sendo mais conhecido). Na planta do Instituto Histórico, o forte já se apresenta como tendo sido construído.

Estas plantas foram reproduzidas por Capistrano de Abreu, em sua História do Brasil, no Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento e na História da Companhia de Jesus, de Serafim Leite, em apresentação parcial. Sua reprodução mais nítida está contida, no entanto, no livro a Grande Salvador - Posse e Uso da Terra, publicado em 1979.

A planta mais importante de Salvador, na primeira metade do século XVII, foi elaborada pelo brigadeiro João Massé. Vilhena, que a reproduz, com alguns acréscimos, em 1798, atribui o período de sua elaboração entre junho de 1714 e agosto de 1718, ou seja, durante o vice-reinado de D. Pedro de Noronha, conde Vila Verde e Marques de Angeja. Gilberto Ferrez aponta o ano de 1715 como o ano exato desta planta.

Américo Simas (ob. cit.) desenha uma hipótese de ocupação do solo para a cidade de Salvador no ano de 1730, apoiado nesta planta, complementando-a com informações de Rocha Pita.

A segunda metade do século XVIII é mais rica em fontes iconográficas. Uma das mais conhecidas é o frontespício da cidade de Salvador, de 1758, de Jozé Antonio Caldas, reproduzido na "Notícia Geral de Toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759".

Outra planta conhecida é a de um trecho da Cidade Baixa, de autoria de João de Souza Castro, possível aluno de Jozé Antonio Caldas. Serviu como ilustração para um parecer deste último sobre os aterros realizados pelos jesuítas, na área próxima ao Taboão. Data de 19 de novembro de 1777.

É também de outro professor da Aula Militar, como Caldas, a Planta Topográfica de S. Salvador: José de Azevedo Galeão. Ela foi reduzida por Joaquim Segundo de Sá, sargento, no ano de 1785. Outra planta topográfica da cidade foi elaborada por Joaquim Vieira da Silva, ajudante de engenheiro, em 1797. Esta planta foi copiada, em 1861, por José Joaquim Freire, segundo tenente da Armada Real, para o acervo do Real Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Esta última planta é, sem dúvida, contemporânea do frontespício da Cidade de Salvador que figura na obra de Luis Vilhena. Este o data de 1801, mas Edson Carneiro afirma que suas primeiras vinte cartas foram redigidas na Bahia, em 1798 e 1799, havendo a possibilidade de que Vilhena tenha desenhado o frontespício nestes anos, retocando-o e corrigindo-o mais tarde.

Wanderley Pinho, em sua História de um Engenho no Recôncavo cita plantas e fontes às quais não foi possível ter acesso. Uma das citadas pelo mesmo para o século XVIII foi a de Frezier, publicada no livro "Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chili, du Perou et du Brésil fait pendant les années de 1712, 1713 e 1714", em Amsterdam, no ano de 1717.

Pinho cita também um Plano da Bahia de Todos os Santos, de 1796, elaborado por José Fernandes Portugal para o Marquês de Niza. Este mapa, como uma série de outros que relaciona para o século XIX, declara que estaria no Album III da "Coleção Fotográfica de Cartas, Mapas, Plantas e Projetos referentes ao Brasil, anteriores à sua Independência, trabalho executado na seção fotográfica da Direção dos Serviços Geográficos do Exército português", à disposição da Mapoteca do Estado-Maior do Exército Brasileiro. Os originais estão no Arquivo Militar português.

Na listagem de Pinho, chamou-nos a atenção um Plano do Porto da Bahia de Todos os Santos, de autoria desconhecida, que cita como tendo sido elaborado em 1823. Esta plano estaria também no Album III da Mapoteca do Estado-Maior, fl.83, e teria recebido o número 57, no Arquivo Militar português.

Especificamente para o século XIX, Américo Simas e sua equipe referem-se ao "Projecto para Alargar e Endireitar a Cidade Baixa da Bahia", cuja cópia apresenta. Esta cópia foi feita em 1857 segundo planta assinada pelo engenheiro André Przewodowski, sobre a qual refere-se a Falla do Presidente da Província em 1852.

A planta mais conhecida desta época, entretanto, pela sua qualidade e abrangência, é o "Mappa Topographico da Cidade de Salvador e seus Suburbios", de caráter semi-cadastral, levantada pelo engenheiro Carlos Augusto Weill, na escala de 1:5.000. Esta planta, desenhada aproximadamente em 1860, está, segundo informações do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, arquivada no Museu de Nova York.

Planta que revela as profundas modificações que sofreu o trecho que ia, em direção norte, do cais de Santa Bárbara à Praça do Comércio, indicando os terrenos pertencentes à irmandade da Misericórdia, é a de Joaquim Damazio, anexa ao texto que introduz ao Tombamento dos Bens da Santa Casa. Datada de 1862, esta planta, quando superposta à planta realizada pelo discípulo de Antonio Caldas cem anos antes, demonstra a alteração no traçado das ruas e dos quarteirões de toda a área.

De 1871 encontramos outra planta, de caráter semicadastral, desenhada pelo engenheiro Hugh Wilson, cujo objetivo era apresentar um plano de combate aos incêndios na Cidade Baixa. A área coberta pela mesma cobre o trecho do Unhão à Igreja S. Francisco de Paula.

Américo Simas refere-se a outras plantas, como a do engenheiro H.Matteo, também de 1871, cobrindo parte da Cidade Baixa. São, entretanto, plantas parciais, específicas a determinados projetos (como os das ladeiras entre a Conceição e Sé), ou cujas informações pouco acrescentam ao estudo em foco.

Para os objetivos deste estudo, foram selecionadas, deste conjunto, aquelas plantas representativas das sucessivas conquistas ao mar, século a século, e aquelas cuja ocupação pudesse, complementada por informações censitárias ou escritas, ser quantificada e qualificada em termos de utilização do solo.

A opção recaiu sobre as seguintes:

1. Planta de João Albernaz, de 1631, para identificação da linha de costa no início do século XVII;
2. Planta do brigadeiro João Massé, de 1715, para identificação dos aterros do século XVII, ou melhor dizendo, dos aterros realizados entre 1631 e 1715;
3. Planta de José Antonio Caldas, de 1777, complementada com informações do frontespício desenhada pelo mesmo professor em 1857. Identificam-se a linha de costa e os grandes aterros realizados entre 1715 e 1777. Facilita a compreensão da ocupação quantificada para os anos de 1757, 1759 e 1774, através dos Censos destes anos;
4. Planta de Joaquim Vieira da Silva, de 1797, complementada com informações colhidas no frontespício de Vilhena e em suas descrições. Identificam-se os aterros realizados nos quarenta anos anteriores.
5. Planta de Carlos Augusto Weill, de 1860. Esta planta, assim como as do engenheiro Hugh Wilson e a de Damazio, facilitam a identificação dos aterros realizados no século XIX e a compreensão dos resultados do censo de 1872.

4.3. Metodologia de Reconstituição

Em 1976, a Companhia de Desenvolvimento da Região da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) promoveu a reconstituição aerofotogramétrica de Salvador, na escala 1:2.000, instituindo o sistema cartográfico da Região Metropolitana de Salvador - SICAR. Estas cartas, indicando curvas de nível de metro em metro, devidamente representadas sobre coordenadas UTM (5), serviram de base para a reconstituição da ocupação da ocupação do solo nos séculos anteriores.

O método utilizado foi o do reconhecimento, em relação à situação apresentada em 1976, das áreas efetivamente ocupadas, século a século, segundo a iconografia selecionada. Figuradamente, este método poderia ser comparado ao de um filme rodado ao contrário, no qual as imagens mais recentes da cidade deveriam desaparecer, dando lugar às mais antigas.

Ao executar, por exemplo, o exercício de reconstituição para o ano de 1860, sobre as bases cartográficas da CONDER, o trabalho inicial foi o de "apagar" a representação gráfica de toda e qualquer ocupação posterior àquela data, a partir do exame detalhado da planta desenhada por Carlos Augusto Weill. Ao reconstituir a planta subsequente, já com base nas informações cartográficas de Joaquim Vieira da Silva, de 1798, o trabalho foi

realizado a partir daquela já reconstituída para o ano de 1860, "apagando" toda a ocupação ocorrida naquele intervalo de tempo.

O processo deixa margem a dúvidas: as plantas históricas não são cadastrais, sendo a de 1860 a única de caráter semi-cadastral; sua representação topográfica deixa a desejar, apresentando inúmeras deformações em relação ao levantamento aerofotogramétrico; o traçado das ruas e a forma dos quarteirões sofreram alterações, algumas possíveis de serem detectadas, outras não; muitas vezes, principalmente nas áreas mais antigas da cidade, vários prédios parecem ter sido construídos sobre o mesmo local, quase sempre com a implantação diferente daquela do prédio anterior, etc. Por esta razão, optamos por representar a ocupação dos séculos anteriores sob a forma de manchas, dando destaque apenas aos edifícios principais, sobre os quais fossem bem menores as dúvidas com relação à sua implantação histórica, devidamente analisada por especialistas no assunto.

Estas reconstituições tiveram de ser complementadas também com a memória escrita das localizações, desde narrativas, crônicas e descrições do período sob enfoque até censos e avaliações, registros no Tribunal do Comércio e Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), Fallas dos Governadores, inventários e testamentos, etc.

Outro aspecto que mereceu atenção especial foi o do traçado de ruas e suas respectivas denominações (toponomia urbana), que resolvemos abordar em outro item. Reconstituídas as ocupações e o traçado da linha de costa em cada um dos períodos mencionados, foi possível, então, adotando a técnica dos "sieve maps", ou de superposição de mapas, identificar, por período, os aterros realizados.

4.4. Metodologia de Análise e Apresentação

Para facilitar a análise espacial, principalmente dos aterros que foram sendo realizados através dos séculos, foram identificados onze trechos, sendo cinco na freguesia de N. Sra. da Conceição e seis na de N. Sra. do Pilar. Estes trechos estão representados na planta PT13 e são os seguintes, do sul para o norte:

1. Da Preguiça à Igreja da Conceição;

Era o trecho da ladeira da Preguiça (prainha da Preguiça, ribeira dos Pescadores) até a ribeira do Goes (ribeira das Naus, bateria da Ribeira, Intendência da Marinha, Arsenal de Marinha). Eventualmente, as referências de localização ao sul do pé da ladeira da Preguiça serão incorporadas a este trecho, tais como as que dizem respeito à ribeira dos Pescadores ou às Pedreiras, por exemplo;

2. Da Igreja da Conceição até, aproximadamente, a posição que hoje ocupa o elevador Lacerda, ou seja, até a altura da lateral sul da Alfândega;

Grande parte deste trecho era conhecida, no século XVI, como ribeira do Boes, tornou-se, mais tarde, o trecho, por excelência, do Arsenal de Marinha, sofrendo sensíveis alterações no decorrer dos séculos;

3. Da lateral sul da Alfândega até o pé da ladeira da Misericórdia, aproximadamente na área conhecida como Mataporco, no séc. XIX, aproximadamente onde hoje está implantada a parte mais baixa do Plano Inclinado Gonçalves.

Este era o trecho cujo processo de aterro teve origem nas terras do morgado de Santa Bárbara, transferidas no século XVIII, para o Senado da Câmara de Salvador. Neste trecho estava localizada a Igreja do Corpo Santo que, durante muito tempo, foi sua principal referência;

4. Do pé da ladeira da Misericórdia, em direção norte, até as primeiras propriedades dos jesuítas, pouco antes da parte mais baixa da ladeira do Taboão, na conhecida Fonte dos Padres;

Em nossa hipótese de trabalho, a Irmandade da Misericórdia contribuiu decisivamente para o seu aterro, em fins do século XVIII;

5. Do ponto anterior até a altura do extinto forte de S. Francisco, aproximadamente na mesma altura da igreja de N. Sra. da Rua do Passo, no alto da vertente. O sítio mais marcante deste trecho era o da Associação Comercial.

Todos estes trechos sempre estiveram localizados, desde às origens, na freguesia de N. Sra. da Conceição. Todas as referências escritas ao último trecho, entretanto, a partir do século XIX, o apontam como localizado na freguesia de N. Sra. do Pilar. A freguesia do Pilar, além deste trecho duvidoso, compreenderia mais dois trechos importantes, onde estiveram localizados trapiches famosos como os de Manoel Paes de Andrade e o Barnabé.

6. Do extinto forte São Francisco até a parte mais baixa do antigo guindaste dos carmelitas; neste trecho, no século XIX, foi construído o Mercado do Ouro;
7. Do guindaste dos carmelitas até a Igreja do Pilar;

Na freguesia do Pilar identificamos outros trechos importantes, porém pouco desenvolvidos no século XIX:

8. Da Igreja do Pilar até a altura da igreja de SSma. Trindade;

9. Deste última igreja até a igreja de S. Francisco de Paula.
Era o trecho caracterizado por Água de Meninos;
10. De Água de Meninos até o antigo Noviciado dos Jesuítas, na
Jequitaia;
11. De Jequitaia até a Calçada de Mares.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

- (1) Ver Rocha Pita, História da América Portuguesa, Ed. da USP, São Paulo, 1976, pgs. 46 a 50.
- (2) Ver Caldas, Notícia Geral desta Capitania..., Revista do Instituto Geographico e Historico, n.57, pg. 3.
- (3) Em Vilhena (03), ver pgs. 44 e 45, 96 até 100, e os comentários nas pgs. 115 a 117. Em Rebello (04), ver pgs. 139 a 141 para as descrições referentes a Conceição da Praia e pgs. 141 a 144, para o Pilar Nestas últimas observa-se a descrição da península de Itapagipe, ainda pertencente à freguesia.
- (4) Livro que dá Razão ao Estado do Brasil, publicação do Arquivo Público Estadual, Recife, 1955, pg.77.
- (5) Sistema de coordenadas por projeção cilíndrica, mais conhecida como Universal Transversal de Mercator.

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

5.1. Evolução dos Limites Territoriais

A freguesia era a menor unidade eclesiástica; sua sede era a Igreja Matriz e a responsabilidade pelas almas que a habitavam ficava a cargo de um pároco ou vigário. O privilégio de constituição das freguesias pertencia, por concessão real, à Irmandade de SSmo. Sacramento (1).

A menor unidade administrativa vinculada ao Governo Geral era, entretanto, o Município, cujos limites muitas vezes se confundiam com os limites do Termo ou da Comarca. O Município compreendia diversas freguesias. Como entre a administração civil e a administração eclesiástica existiam vinculações fortes, apesar das disputas políticas, sendo a folha eclesiástica paga com recursos do orçamento público, a freguesia desempenhava, muitas vezes, a função de unidade territorial para fins político-administrativos, em condições muito semelhantes às dos atuais distritos.

Eram nas freguesias que se realizavam as listas de qualificação eleitoral, e em suas Matrizes que se realizavam as eleições primárias. Os resultados dos Censos demográficos, por sua vez, desde a Colônia até a proclamação da República, eram apresentados por freguesia, sendo que - praticamente até fins do século XVIII - contavam com a participação dos párocos para o levantamento da quantidade de "almas". Um dos objetivos dos Censos era a identificação de homens em condições de recrutamento para o serviço militar e era nas próprias Matrizes que se concretizava o alistamento. Nas sedes das freguesias cumpriam-se, também, tarefas de saúde, como vacinação, e desenvolviam-se atividades sócio-assistenciais, organizadas pelas Irmandades que se instituíam sob a devoção do santo protetor da mesma (2).

As primeiras freguesias da cidade foram instituídas em 1552: Sé e Vitória. Da Sé desmembrou-se, em 1623, a freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia. A freguesia de N. Sra. do Pilar, por sua vez, mesmo sendo um prolongamento natural da freguesia da Conceição, só foi criada em 1718, por desmembramento da freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, que tinha sido instituída em 1648, com seus limites a oeste na costa da Baía, desde o Taboão até Itapagipe Norte (3).

No século XIX, a divisão territorial em freguesias da área que hoje constitui o Município de Salvador, já estava praticamente consumada. Só a freguesia de N.Sra. dos Mares é criada neste século, em 1871. Os limites naturais das freguesias rurais ou das áreas rurais das freguesias de transição ao rural, ou mesmo de algumas freguesias urbanas, eram os rios, os vales, as lagoas e

represas, a linha de costa; os limites urbanizados eram definidos por ruas e praças nas freguesias urbanas ou nas áreas urbanas das freguesias de transição ao rural.

Durante o processo de criação das freguesias, nos séculos anteriores, nem sempre seus limites, naturais ou construídos, permaneceram os mesmos durante longos períodos de tempo. À medida em que avançavam as frentes de ocupação e adensavam as áreas mais antigas, confrontavam-se freguesias entre si, ampliava-se ou reduzia-se o âmbito de sua atuação. Edelweiss (1971:294) é muito feliz ao falar no âmbito da freguesia da Conceição e não em seus limites, continuamente alterados até o século XIX, principalmente nos extremos sul e norte.

O crescimento inicial da freguesia da Conceição, por exemplo, deu-se na direção sul, ocupando a área da Preguiça, da Ribeira dos Pescadores e das Pedreiras, avançando esta mesma ocupação ladeira da Preguiça acima. Ora, até ser instituída a freguesia de S. Pedro, em 1627, esta ocupação era considerada muito mais no âmbito da freguesia da Conceição do que no da freguesia da Vitória, cujos limites supostamente se alinhavam com os da Sé. Durante quase um século registram-se dúvidas quanto aos limites entre Conceição e S. Pedro: ora situavam-se um pouco mais para o sul da Preguiça, ao pé da ladeira, ora para o norte, no primeiro quarteirão antes da Igreja Matriz, sempre perpendicular à linha de costa. As alterações tem sentido nas sucessivas feições da Preguiça em seus 300 anos iniciais (4).

Para Vilhena, a freguesia beirava "a pracinha aos pés da Preguiça". Outros autores dão estes limites um pouco mais ao sul, já no fim das Pedreiras, na linha frontal que tinha início na ladeira da Preguiça. Há, assim, dúvidas, quanto à localização do largo da Preguiça na freguesia da Conceição ou na freguesia de S. Pedro, a depender da conjuntura histórica (5).

Não se sabe, também, se o quarteirão definido pela ladeira da Preguiça, ladeira da Gameleira, ladeira da Conceição e rua que segue paralela à encosta da Igreja da Conceição (do pé da ladeira da Preguiça ao pé da ladeira da Conceição) estaria em uma ou outra freguesia, pois não são poucas as vezes que narradores da época citam a ladeira da Preguiça como limite entre as duas freguesias.

Os limites de Conceição da Praia com a Sé ficaram definidos ao sopé da Montanha. Isto significava que, por exemplo, os guindastes dos beneditinos, dos jesuítas e dos carmelitas não só dariam acesso à Sé, como estariam localizados no interior da própria Sé. As bases de tais guindastes estariam, no entanto, em Conceição da Praia. Do mesmo modo, as casas ao longo dos principais acessos entre a Cidade Alta e Baixa, ou seja, as casas da ladeira da Montanha e da ladeira da Misericórdia, p.e., seriam computadas, nos Censos, como pertencentes a freguesia da Sé.

As casas que ficavam no sopé da Montanha, no entanto, embora pertencessem, juridicamente, às mesmas Irmandades religiosas que se localizavam no alto da vertente, à altura das portas de S. Bento, da Misericórdia, do Terreiro, ou do Carmo, eram integrantes da freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia (6).

A situação no extremo norte da freguesia era mais complicada. Tendo se expandido até à altura da Igreja do Pilar, avançando sobre áreas que supostamente seriam da freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, foi o vetor norte de ocupação da freguesia de Conceição que viabilizou a criação da freguesia do Pilar, em 1717.

As dúvidas acerca dos limites entre a freguesia do Pilar, criada então, e a freguesia da Conceição permanecem até meados do século XIX. Alguns autores entendem que estes limites estariam situados na linha de topo ao mar que partia do pé da ladeira do Taboão (7).

É mais provável, contudo, que estes limites não partissem do pé do guindaste dos jesuítas, no Taboão, mas sim do pé do guindaste dos carmelitas, ao lado da Igreja do Pilar, um pouco mais ao norte. Os limites ficariam fixados, assim, sobre a menor linha imaginária traçada a partir do pé do guindaste dos carmelitas até o mar.

Dois argumentos para esta opção: comércio intenso no trecho Taboão-Pilar, núcleo mais ativo do Bairro da Praia-Cidade Baixa e continuidade física com a freguesia da Rua do Paço que seguia, na parte superior da encosta, do alto da ladeira do Taboão até o alto da ladeira do Pilar.

A freguesia de N. Sra. do Pilar, embora ficando com as ocupações que, por sua condição físico-territorial, eram parte integrante do desenvolvimento de Conceição da Praia na direção norte, foi desmembrada, na realidade, de Santo Antonio Além do Carmo que, até então, oferecia acesso ao mar.

Pelo interior, portanto, a freguesia do Pilar confrontava-se com a freguesia de Santo Antonio, reforçando, com novo argumento, a hipótese de que, em 1718, tendo sido criada também a freguesia da Rua do Passo, desmembrada da Sé, não haveria condição da freguesia do Pilar beirar a mesma, que se desenvolvia do Taboão ao Carmo.

Vilhena (ob. cit.) comenta que o Cais Dourado, o Trapiche Julião e a Praça do Comércio estavam na freguesia de Conceição da Praia, sendo, inclusive, sua área mais movimentada. Esta suposição é reiterada por Rebello (ob. cit.), ao afirmar, também, que a Praça do Comércio, o Trapiche Julião e toda a terra ao correr do Cais Dourado estavam na freguesia de N. Sra. da Conceição (8).

O fato é que, em 1855, os quarteirões ao norte da Praça do Comércio parecem ter sido incorporados ao Pilar para efeito de levantamento sanitário. Este levantamento foi feito para dar conta das condições de higiene da freguesia (9).

Ao norte da freguesia de N. Sra. do Pilar constituiu-se problema semelhante com as expansões ocorridas no século XIX, de Água de Meninos ao Noviciado da Jequitaia, e daí até Mares. A constituição da freguesia de N. Sra. da Penha de Itapagipe acelerou este confronto de limites. O levantamento citado anteriormente coloca, por exemplo, nominalmente, as ruas do Bom Gosto e da Calçada como integrantes da freguesia de N. Sra. do Pilar. Quando a freguesia da Penha foi desmembrada, em 1760, da freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, a Calçada de Mares e a Fazenda Bom-Gosto passaram a ficar dentro dos limites da Penha. Há, no entanto, indícios no Censo de Cunha Menezes, em 1775, de que a Penha teria ganho algumas casas do Pilar que, supostamente, só teria espaço para assentamento no trecho entre a entrada da Fazenda Bom-Gosto e o Noviciado (10).

Preferimos adotar a lógica do desenho das freguesias que apontava a linha mais baixa da vertente, junto aos vales ou a linha de mar, ou mesmo, no caso de áreas urbanizadas, junto às ruas mais próximas, como indicadores de limites. Tal postura nos leva esquecer os limites traçados segundo os critérios do levantamento citado. No caso específico, acompanhando o rés da Montanha, o Pilar teria seu limite norte mais adequado à entrada da Fazenda Bom-Gosto, cuja morfologia indicava, por sua vez, a tendência para que se constituísse também em limite entre a Penha e Santo Antonio Além do Carmo.

De qualquer forma, o exposto já é suficiente para indicar diversos fatores que influam na definição dos limites inter-freguesias, desde a ocupação física que poderia se traduzir em maior poder de influência para o pároco, definida em termos de quantidade de almas de confissão, até a própria condição fundiária, de retalhamento do solo e de urbanização (existência de ruas, praças, barreiras construídas). No caso das freguesias da Conceição e do Pilar influam, também, as condições de aterramento da área através de sucessivas conquistas ao mar.

Lembrando, sempre, que a característica principal de ambas as freguesias é de que são freguesias de solo aterrado ou solo criado, é interessante, do ponto de vista de apresentação da evolução física de ambas, referenciar a ocupação de cada período à época anterior à fundação da cidade, durante a qual a linha do mar (ou da Bala de Todos os Santos) praticamente beirava a encosta da Montanha. Nesta época, existiam poucos bolsões de areia no trecho, em geral localizados nos pontos de confluência de colinas vizinhas entre si.

5.2. Evolução Físico-Territorial

Século XVI: Antes da Fundação da Cidade

As referências históricas mais antigas da costa da Preguiça à Jequitaiá só iriam encontrar seu primeiro registro cartográfico em um desenho do frontespício da cidade, datado possivelmente, do início do século XVII (1600:IC0001).

Através destas referências e analisando a cartografia (ver PT013), é possível levantar a hipótese das seguintes praias no trecho que mais tarde compreenderia as freguesias da Conceição e do Pilar:

- a primeira, ao sul, ficava no local onde, mais tarde, seria dado início a ladeira da Preguiça. Ao fim do século XVI era conhecida como Ribeira dos Pescadores;

- A segunda praia, caminhando-se em direção norte, ficava no local em que, pouco tempo depois, se ergueria a capela de N. Sra. da Conceição. O nome com que ficaria conhecida, ao final do século XVI, seria o de praia da Ribeira do Goes, estendendo-se desde o ponto mencionado até o ponto onde hoje está construído o Elevador Lacerda;

- Outro bolsão dava continuidade a esta Ribeira a partir do local onde mais tarde se assentaria o início da ladeira da Montanha. Daí, prosseguindo em direção norte, estreitava-se a faixa de terra entre a linha de mar e a linha de encosta, desaparecendo totalmente pouco além de onde mais tarde seria implantada a Igreja do Pilar;

- Deste ponto em diante, só era possível alcançar a prainha conhecida como Água de Meninos, por mar ou fazendo a volta pelo alto da encosta. De Água de Meninos até a praia da Jequitaiá, também não havia caminho beirando a encosta, na qual deveria bater o mar, pelo menos durante a alta da maré.

Como a ocupação foi se dando do sul para o norte, através de sucessivos aterros, o trecho entre Água de Meninos e Jequitaiá foi dos últimos a perder suas características originais, sendo testemunho deste fato os frontespícios de Caldas (1759:IC0003) e o de Vilhena (1798:IC0004). As narrativas de viajantes estrangeiros, de início do século XIX, dão conta da mesma situação, na medida em que descrevem suas idas da Cidade Baixa ao Bonfim por mar, salientando a impossibilidade de fazê-lo por terra, beirando a linha de costa (11).

Século XVI: Depois da Fundação da Cidade

Sampaio, Theodoro (1949:301) defendeu a idéia de que os muros primitivos (ou o seu projeto), deveriam fechar, em 1549, a cidade ao norte, na altura da Praça Municipal. Esta hipótese suscitou dúvidas, visto que o historiador não esclareceu quando ou se outros muros foram levantados posteriormente. O fato é que a obra está inacabada e é de publicação póstuma. É lícito, assim, supor que, se existiu, esta situação perdurou por pouco tempo.

As construções dos Jesuítas (Sé e Colégio) praticamente impuseram a transferência dos muros a sua condição mais conhecida, cercando o altiplano vizinho ao norte (PT01).

A ocupação da Conceição, nesta data, restringia-se aos armazéns que estariam no trecho 2 (que hoje, corresponde, aproximadamente, a rua Santos Dumont, do Plano Inclinado Gonçalves até a metade da distância que separa o Elevador Lacerda da Igreja da Conceição). Todos os indícios levam a crer que estes armazéns teriam sido uma das primeiras providências de Cristovão de Aguiar, alcaide da cidade, para suprir de mantimentos "as pessoas que tivessem ordenado de El-Rei", segundo determinações do Provedor-Mor Antonio Cardoso de Barros. Sampaio, Theodoro, (1949:301) representa estes armazéns com uma única mancha (RAC002). Já Edelweiss (1971:294), assim como Simas (ob. cit.), posteriormente, registram a possibilidade de que, entre as primeiras construções, estivessem, por força das necessidades iniciais de fundação da cidade e do Porto, oficinas, depósitos, armazéns de ferramentas e materiais, barracões para soldados e trabalhadores. Nos desenhos de ambos (RAC003, RAC004 e RAC005) estão representadas quatro construções na mesma área em que Sampaio registrou apenas uma.

A frente destas construções estava a Ribeira do Goes. Fica, portanto a dúvida se estes armazéns, em fins de 1549, seriam barracões provisórios, porquanto a referência a construções mais sólidas só é encontrável na carta de Luis Dias a El-Rei, na qual afirma: "E asy fazemos na ribeyra de Goes, casa de fazenda e alfandegas e almazens e ferarias, tudo de pedra e barro revocadas de cal e telhados com telha" (12).

Ainda pela avaliação de Sampaio (ob. cit.), a Ribeira do Goes, assim ocupada, era limitada, ao norte e ao sul por caminhos que conduziam, encosta acima até a Cidade Alta: um chegando ao extremo norte da Praça Municipal, e outro chegando à rua que seria continuação da rua das Vassouras, entre o quarteirão onde seria levantada a Casa dos Governadores e o subsequente, ao sul. Segundo a representação em planta, trechos destes caminhos teriam de ser vencidos por escadas construídas na encosta (RAC002).

Entre estes caminhos, aproximadamente ao meio da Ribeira, Sampaio (RAC002) localizou um baluarte; mais ao sul, indicou a ermida de N. Sra. da Conceição, a primitiva, em situação um pouco diversa da atual, desde que estaria menos encravada na encosta (13).

De 1549 a 1553, a ocupação primitiva da Conceição consolidou-se com as seguintes obras:

- abertura da ladeira da Conceição pelo mestre Felipe Guillen, esta ladeira tinha início na Praça Municipal, indo pela encosta em direção sul até a altura do baluarte S. Tomé (entre a Praça e as portas de Santa Luzia). Daí praticamente revertia de direção, descendo o declive mais íngreme. Neste trecho, seu traçado era aproximadamente idêntico ao atual (14);

- abertura da ladeira que poderíamos chamar de Gameleira/Pregulça, pois seu traçado correspondia ao destas ladeiras em sua configuração atual. Esta ladeira teria sido aberta por Jorge Dias, desde as portas de Santa Luzia, encosta abaixo, até as portas da Ribeira (15);

- possível início da construção do primeiro forte do mar, em madeira, segundo carta de Luis Dias, em 1551 (16). Localizava-se na posição hoje ocupada pelo segundo Distrito Naval (17). Edelweiss (ob. cit.) representa este primeiro forte em madeira no local, chamando-o de forte da lage (RAC005). Os sucessivos aterros durante os séculos XVI e XVII acabaram por transformá-lo em fortim terrestre. Na época, entretanto, não passava de um baluarte localizado sobre um rochedo na praia, ainda afastado pela maré, um pouco ao norte da ribeira do Goes (18).

Este segundo forte sobre a mesma lage foi construído entre 1622 e 1624 (RAC007), tornando-se mais tarde conhecido como forte da Ribeira ou forte de S. Felipe e S. Tiago. A profusão de nomes e as duas construções no mesmo local confundem os desavisados (19).

- construção de um possível varadouro um pouco ao sul da ermida da Conceição (20). Os trabalhos de reconstituição da ocupação na freguesia por Edelweiss (ob. cit.) e Simas (ob. cit.) para os anos de 1550, 1551 e 1553 indicam, para a área mencionada, um conjunto de três casas ou barracos no local, sem referências textuais (RAC003) e (RAC005). Na reconstituição de Pinho (1945:382), desenhada por Lachenmayer (IC0001), para o início do século XVII, aproximadamente, estas casas estariam entre o varadouro e a encosta, desaparecendo no período da invasão holandesa. No mapa de Albernaz (RAC012), de 1640, permanece representada parte do varadouro primitivo, parecendo ter sido deslocado um pouco mais para o sul. Possivelmente esta área iria se tornar conhecida, nos séculos subsequentes, como o local dos estaleiros da Pregulça, onde os comerciantes armavam suas embarcações (21).

-construção de moradias, tanto na Ribeira do Goes, quanto no trecho que ia desta até o pé da ladeira da Preguiça, pouco antes da Ribeira dos Pescadores, segundo Luis Dias, em 1551, tanto na Ribeira do Goes, no trecho que ia dos novos armazéns até a ermida da Conceição, quanto no trecho que ia desta até o pé da ladeira da Preguiça (com oito braços de largo, ou seja, quase dezoito metros), na Ribeira dos Pescadores, próximo às Pedreiras (PT01,02 e 03). Esta povoação deveria abrigar pescadores, mestres, oficiais e ajudantes que trabalhavam no Porto e varadouro, funcionários e serventes de armazéns (22).

-construção do baluarte de Santa Cruz, menor que o da Lage (ou o primeiro Forte do Mar), por Luis Dias, em 1551, no local conhecido como Ribeira dos Pescadores. Embora a cidade tivesse crescido extra-muros, em sua parte alta, até o fim do século XVI, a Conceição da Praia parece não ter sofrido acréscimos sensíveis, a não ser, segundo Simas (ob. cit.), à altura do Colégio dos Jesuítas. Nesta área esta registrada, sem indicação das fontes que o levaram a fixar tal registro, uma grande construção para o ano de 1580. Na mesma planta notam-se, também, pequenas construções na parte mais baixa de onde partiria, mais tarde, a ladeira do Taboão.

Século XVII: De 1600 a 1631

Lachenmayer (IC0:001) reconstituiu parcialmente, a imagem, em perspectiva a bico de pena, sob orientação e indicações de Pinho (1946:370), do trecho que ia do sul da ribeira do Goes, onde estava localizada a ermida da Conceição, até a ribeira dos Pescadores, por volta de 1600.

A história deste trecho, no início do século XVII, está associada aos empreendimentos de Baltazar Ferraz, que comprou terras de Luiz Rodrigues de Pero Assu com casas de taipa cobertas de palha no "varadouro da praia de N. Sra. da Conceição", obtendo logo a seguir uma sesmaria. Prometeu Baltazar, em 1603, construir, na área, edifícios, fazer aterros e melhorar o terrapleno onde teria se localizado o baluarte Santa Cruz.

Em 1612, Baltazar já mora na Praia e "seguramente no sítio daqueles chãos localiza o Porto" que lhe tomou o nome e mais uns "caes e suadeiro de asuq.re de pedra e cal". Na reconstituição mencionada, estão representadas as casas de pedra "que o dito Desembargador tem debaixo de um balcão de secar asucar..." , "junto a nossa Senhora da Conceição". Este varadouro de açúcar, trapiche e alfândega primitiva de açúcar, aparece, assim como o varadouro, na planta de Salvador (RAC007), no mesmo local onde teriam se localizado, segundo as indicações de Simas (RAC004) e Edelweiss (RAC005), três construções, no início da década de 1550. Isto significa que estes chãos permaneceram os mesmos durante quase meio século, sem sofrer aterros sensíveis (PT05).

De qualquer forma, Baltazar Ferraz parece ter, segundo a ilustração, invadido a área à frente da ermida da Conceição, levantando molhes e secadouros de açúcar. Dentro do mar, quebrou pedras que faziam danos aos barcos, melhorando o desembarcadouro. Construiu "logeas", que alugou. O quaradouro é sua obra máxima. Construiu "por baixo do forte a que chamão de Diogo Correa de sande"; "um soalco e parede para serviço e caminho de tais logeas"; "defronte destas, um balcão com paredes de pedra e cal" ou o "quaradouro de suas logeas", onde secavam-se os açúcares dos dizimos, os inquilinos das lojas carregavam e descarregavam fazendas e lavavam toldos, pelas indicações de Pinho (1946:370).

Entre o pé da ladeira da Conceição e o pé da ladeira da Preguiça, a beira-mar, estendia-se o varadouro, onde as embarcações eram querenadas, isto é, onde os seus cascos eram colocados no seco e sobre suportes de madeira, raspados e limpos da sujeira marinha. Esta área parece ter sido mais tarde ocupada por estaleiros: os estaleiros da Preguiça. Um pouco mais para o sul, ainda algumas casinhas "de taipa, cobertas de Palha", de Baltazar Ferraz; e na ribeira dos Pescadores, próximo às Pedreiras, aparece, na ilustração, um forte, cuja localização é a mesma do antigo baluarte de Santa Cruz, por volta de 1550.

Segundo carta de 1612 (RAC007), a situação não apresenta novas alterações. De norte para o sul, estão representadas, a partir do Taboão: as casas ao longo desta ladeira e a grande construção a frente do Colégio dos Jesuítas, que Simas (RAC003) registra já em 1551; as ladeiras com trechos em escadas, que Sampaio (RAC002) e Edelweiss (RAC005) também já acusam existência no período inicial de implantação da cidade; o primeiro forte do mar; duas casas próximas à ermida da Conceição; esta ermida; as três construções assinaladas como sendo, possivelmente, o quaradouro, as logeas e o varadouro, desde a época de Ferraz; as construções entre o pé da ladeira da Conceição e da Preguiça, casas, possivelmente (PT007).

A planta de 1631 (RAC012) apresenta uma situação mais evoluída. É possível identificar uma rua correndo paralela a linha de costa, desde a ribeira dos Pescadores, ao sul, até a altura da ladeira do Taboão. O maior número de construções parece ter se dado, nestes primeiros trinta anos do século XVII, do pé da ladeira da Misericórdia, onde estaria o Morgado de Santa Bárbara, até o pé da ladeira do Taboão, no trecho que, na Cidade Alta, correspondia a área que la do extremo sul do quarteirão da Misericórdia até as portas do Carmo. É possível que os Jesuítas tenham conseguido o uso inicial de parte destes solos que, mais para o fim do século, após sua expulsão, seriam confiscados pelo Governo da Capitania e colocados à venda em hasta pública, acabando por parar nas mãos da Irmandade da Misericórdia (23).

Este trecho passaria a ser conhecido como Cobertos. Na planta de 1777 (RAC018), estão indicados os aterros da Misericórdia e as propriedades dos Jesuítas. Estas últimas seriam praticamente todas as casas que se distribuíam desde a travessa da Fonte dos Padres até o beco do Garapa (possivelmente à altura do atual Plano Inclinado Gonçalves), a partir da encosta em direção ao mar. Da travessa do Guindaste, no entanto, para o sul, até o ponto que corresponderia, na Cidade Alta, a Igreja da Misericórdia, haviam casas pertencentes a esta última. E um pouco mais próximo a Conceição, na área onde teriam se localizado os primeiros armazéns de Luis Dias, notam-se poucas modificações. É possível que a expansão nas terras do morgado de Santa Bárbara tenha ocorrido ao final do século, quando as mesmas passaram a compor o patrimônio dominical.

Séculos XVII e XVIII: De 1631 a 1715

Na planta de 1715 (RAC016), a Conceição e o Porto já apresentam feição inteiramente diversa. Tendo a ocupação avançado, na direção norte, sempre conquistando terrenos ao mar, a análise desta planta requer o exame cuidadoso de cada trecho de estudo.

A) primeiro trecho

Mudanças sensíveis parecem ter ocorrido neste trecho nos setenta anos que separam a planta de Albernaz (RAC013) da de Massé (RAC016). As manchas na planta de Massé parecem indicar que ambos os lados do caminho que seguia da Igreja da Conceição até a ladeira da Preguiça, assim como ambos os lados desta ladeira até a Gameleira, já se encontravam saturados de construções. É possível, inclusive, que os solos desta área já estivessem sob o controle dos beneditinos.

Os limites da freguesia ao sul já se encostavam com os limites da freguesia de S. Pedro na reta final deste trecho, desde 1648, delimitados por uma linha imaginária que ia da Igreja da Conceição, beirando a Montanha em direção sul cerca de 100 metros, de onde se voltava abrupta em relação ao mar.

O último quarteirão deste trecho parece corresponder à localização do antigo varadouro do século anterior, existente à época de Baltazar Ferraz. Este varadouro, em data desconhecida por nós, foi transferido neste período para a nova ribeira das Naus, que já aparece na planta de Massé (RAC016).

B) segundo trecho

Neste trecho, entre 1640 e 1715, datas respectivas de elaboração das plantas de Albernaz e Massé, o Governo da Capitania parece ter executado obras de vulto, avançando sobre o mar até abraçar completamente o primeiro forte do Mar (forte da Lage, bateria de S. Felipe e S. Tiago, forte da Ribeira). Neste

aterro foram construídas: a ribeira das Naus, estaleiro oficial e seu respectivo forte; a casa da Intendência da Marinha, as Tulhas ou celeiro público, além de armazéns, barracões, rancho de marinheiros, etc.

C) terceiro trecho

Este trecho apresenta-se razoavelmente alargado em relação à situação que apresentava no início do século anterior. No século XVIII, segundo a planta de Massé, já teriam sido construídas, neste trecho, as casas da Alfândega, a igreja do Corpo Santo e, possivelmente diversos armazéns até a altura das terras do morgado de Santa Bárbara. Entre estas novas construções e as antigas, a beira da encosta, onde Luis Dias houvera edificado seus "armazens e ferarias", "casa de fazenda e alfandegas", serpeava uma rua estreita.

A parte norte deste trecho pertencia, possivelmente, ao morgado de Santa Bárbara, tendo revertido, em data posterior, ao Senado da Câmara.

D) quarto trecho

Este trecho apresenta, na planta de Massé, edificações ao pé da ladeira da Misericórdia, existentes antes de 1631, segundo a planta de Albernaz.

Do extremo norte das terras do morgado ao pé da ladeira do Taboão, os jesuítas parecem ter levantado, no período mencionado, diversas edificações, que só veremos identificadas por Caldas sessenta anos depois (RAC018).

Este trecho passaria a ser conhecido como região dos Cobertos (Grande, Médio e Pequeno), sendo seu solo adquirido, ao fim do século, pela Irmandade da Misericórdia, em sua estratégia de conseguir terrenos no Bairro da Praia.

F) quinto trecho

Este trecho é uma incógnita, como, aliás, os seguintes, que parecem ter permanecido, até então, sem nenhuma espécie de ocupação.

A primeira construção representada por Massé, neste trecho, lembra a hipótese de ocupação desenvolvida por Simas (RAC006) para o ano de 1580, assim como as manchas já registradas nas plantas de 1612 (RAC009) e de 1631 (RAC012).

Esta construção iniciava-se à altura da atual Praça do Comércio, onde seria construído, posteriormente, o famoso trapiche do Julião. É lícito supor, assim, que a mancha inicial de construções deste trecho correspondesse a alguns armazéns. Do lado da encosta, é surpreendente o adensamento da ladeira do Taboão.

A metade norte deste trecho, entretanto, apresenta-se vazia de ocupação até quase atingir o forte S. Francisco, construído no século anterior. Este forte localizava-se entre a ladeira do Taboão e o guindaste dos carmelitas.

G) Sexto e sétimo trechos

Estes trechos, do forte de S. Francisco à igreja do Pilar, apresentam, no primeiro terço, um razoável avanço da área aterrada em direção ao mar, no local que mais tarde seria conhecido como Cais Dourado.

O terço seguinte é apenas uma rua à beira da encosta, sem ocupação em ambos os lados.

E o último terço apresenta quatro construções, de grande porte, possivelmente armazéns. Estão à beira-mar e afastadas, umas das outras. O extremo norte destes trechos é indicado pela igreja do Pilar.

H) Oitavo, nono e décimo trechos

Estes trechos correspondiam, a época, à linha que, partindo da Igreja do Pilar atingia o Noviciado da Jequitaiá, passando por Água de Meninos. O mar beirava a encosta em toda esta extensão.

No décimo trecho, da Jequitaiá à futura área que ficaria conhecida por Calçada de Mares, os Jesuítas, a partir do Noviciado, tinham implantado um estreito acesso, conquistado à praia.

Século XVIII: De 1715 a 1777

Da planta de Massé (RAC016) à de Caldas (RAC018), a Concelção sofreu alterações ainda mais profundas na linha de costa. A linha de aterro mais avançada até 1715 tinha sido a da ribeira das Naus. De 1715 a 1777, embora não pareça ter avançado, segundo a planta, tudo leva a crer que tenha servido de guia para as conquistas ao mar desde a igreja do Corpo Santo, ao sul, até o pé da ladeira do Taboão. Neste trecho, toda a linha de costa avançou aproximadamente oitenta metros. Pelo menos metade deste aterro parece ter sido executada pela Irmandade da Misericórdia, embora não tenhamos encontrado referências as formas que utilizou para fazê-lo.

Estes aterros modificaram todo o sistema interno de circulação. De uma só rua, correndo a beira da encosta, o Bairro da Praia, do Corpo Santo ao local que mais tarde se tornaria a Praça da Associação Comercial, passa a contar, ora com três, ora com quatro ruas paralelas ao cais e diversas transversais.

Tudo leva a crer que, embora o aterro tenha avançado, a ocupação não estava ainda consolidada, pois as atividades de construção de casas e lojas, na área, só foram intensificadas ao fim do século (24).

Século XVIII: De 1777 a 1797

A planta de Joaquim Vieira, de 1797 (RAC020), complementada com as informações do frontespício da cidade desenhado por Vilhena (IC0004) oferece as informações necessárias para uma avaliação do crescimento físico das duas freguesias no período.

Em linhas gerais, parecem ter se consolidado os trechos dos cais de Santa Bárbara e da Misericórdia.

Do pé da ladeira do Taboão até a altura do forte de Santo Antonio configura-se uma rua, indicando o avanço para o norte ao longo da encosta, acompanhando os aterros que vão se realizando com a construção de casas (ou armazéns?) à beira-mar.

Trecho a trecho, o crescimento foi o seguinte:

A) primeiro trecho

Se houve modificações, correram por conta do assoreamento natural da área. É possível que tenham ocorrido novas construções, alterando ligeiramente o formato dos quarteirões, sem nenhuma expressão diante das conquistas ao mar na direção norte.

B) segundo trecho

Maior quantidade de construções que em 1717, sem referências sobre o que ocorreu entre 1717 e 1777 ou entre este ano e 1797.

C) terceiro trecho

Consolidou-se a linha de trapiches a frente do mar. Sobressalam, do sul para o norte: a Alfândega do Tabaco, o trapiche José Pires, o trapiche dos Padres de Quintal (V.O.3 de São Francisco), e o trapiche das Grades de Ferro. Entre esta fileira de trapiches e as casas da encosta, até o pé da ladeira da Misericórdia, desenvolviam-se três ruas paralelas ao cais, cortadas por duas transversais.

D) quarto trecho

De 1777 a 1797 consolida-se, sem dúvida alguma, o domínio da Misericórdia. Sem apresentar trapiches nos três quarteirões a beira-mar, ao longo de diversos cais em sucessão, (cais da Farinha, cais do Lenha ou da Misericórdia, e cais do Louça), o espaço interno parece ter se adensado com a construção de casas e lojas pela Misericórdia, configurando-se retalhado em

quarteirões, ora por três, ora por quatro ruas paralelas a costa e por três transversais, das quais duas terminavam antes de atingir o cais. Chama a atenção na análise do frontespício, a regularidade das construções destes quarteirões.

E) quinto e sexto trechos

Começando no cais Novo e terminando no forte S. Francisco, estes trechos parecem não ter se alterado muito desde 1717.

O aterro que prenunciava a abertura da praça e a construção da Associação Comercial já tinha sido, no entanto, feito, transformando o antigo cais do Cana em rua transversal, cujo fim passou a ser entre o cais Novo e o cais do Louca.

Não se descarta a possibilidade de que, mesmo que não tenha ocorrido adensamento na área, as edificações nestes trechos tenham sido praticamente reconstruídas no decorrer do século, avançando ligeiramente a linha da costa e facilitando a continuidade da rua da Praia que, a partir do forte S. Francisco para o norte, tomava o nome de rua do cais Dourado.

Nota-se, então uma maior regularidade das edificações, na área conhecida como cais Dourado, em relação ao que se verificava na mesma área pela planta de Massé, de 1715.

Não foram encontrados registros escritos sobre reconstrução de edificações na área.

F) sétimo trecho

A partir do pé do guindaste dos carmelitas até a igreja do Pilar, não parecem ter havido grandes modificações na estrutura de ocupação, embora a representação gráfica dos trapiches de Manoel Paes de Andrade e Barnabé (Grande), na planta de Vieira possa levar a supô-los bem maiores que na representação da planta de Massé.

G) oitavo, nono e décimo trechos

De 1777 a 1797, a ocupação decididamente avança na direção norte, ultrapassando a igreja do Pilar e atingindo Água de Meninos.

Em Água de Meninos localizava-se o quartel do Rosário, de soldados da Marinha.

Embora já se configure, como nos trechos anteriores em seu período inicial de ocupação, a primeira rua paralela a encosta, toda a área beira-mar em frente ao pé da ladeiras da Cruz do Pascoal apresenta, na época, uma linha de costa tumultuada, indicando a anarquia que caracterizava a implantação das novas casas e armazéns que buscavam terrenos para expansão ao norte da área já efetivamente ocupada do Bairro da Praia.

Os aterros da área, no período, parecem ter ocorrido graças a iniciativa de alguns particulares, de forma isolada, sem a mesma agressividade e porte das intervenções de aterro realizadas, por exemplo, pelas irmandades religiosas ou pelo governo da Capitania.

Século XIX: De 1800 a 1860

É interessante fazer a leitura do Bairro da Praia por Vilhena (ob. cit.).

No início do século XIX, a freguesia de N.Sra. da Conceição possuía a extensão de légua e meia, 1200 ou 1300 metros, sendo que sua largura jamais excedia 50 braças, ou 110 metros. Considerando que a rua da Praia teria, segundo o mesmo cronista, 8000 a 9000 pés, ou seja, 2400 a 2700 metros, somos obrigados a considerar que o Pilar teria, à época, comprimento aproximadamente igual ao da Conceição, o que reitera a hipótese de que o limite norte da Conceição deveria estar no lado sul da Igreja do Pilar. Se isto não fosse verdadeiro, as freguesias teriam extensões diferentes (PT013).

Segundo as hipóteses apresentadas, a freguesia da Conceição tinha início, no século XIX, junto a um pequeno hospício à beira-mar, São Felipe Neri, onde começava a subir a rua Direita da Preguica, torta e imunda.

A) primeiro trecho

Trecho onde se registra forte assoreamento.

B) segundo trecho

Neste trecho, estavam implantados os seguintes edifícios: Tulhas ou Celeiro público, armazéns do Arsenal, casa da Intendência da Marinha. O cais do trecho era conhecido como cais da Ribeira.

C) terceiro e quarto trechos

No início do terceiro trecho, estava implantada a Alfândega Velha. Um pouco ao norte: a Igreja do Corpo Santo, e, na linha de costa: a Alfândega do Tabaco e diversos trapiches. Por uma "rua estreita e funebre", impressão provocada pela altura dos edifícios em relação a caixa da via pública, olhando as "rótulas e telhadinhos que de baixo acima" cobrem as paredes destes edifícios, chegava-se à altura do guindaste dos Padres, atual Plano Inclinado Gonçalves.

Nestes trechos já seguiam várias ruas paralelas a principal, nas quais "sob escuros arcos", localizavam-se lojas e bancas de quinquilharias.

Caldas (ob. cit.) já dizia, em meados do século XVII, que neste trecho se fazia "a maior parte do comércio da Bahia" e se amalhava "indizível cabedal".

Era o centro da Cidade Baixa, segundo Vilhena.

D) quinto, sexto e sétimo trechos

Seguia-se do Taboão ao Pilar passando-se, de sul a norte, pelo trapiche do Julião, pelo forte de S. Francisco e pelo cais Dourado.

Do lado interno do cais Dourado, havia uma rua interna ladeada de altas propriedades.

De 1800 a 1860, grandes aterros foram realizados pelo Governo: o aterro do Arsenal, deslocando a ribeira das Naus um pouco mais para o sul, ao mesmo tempo em avançava mar a dentro; o aterro da Alfândega e, possivelmente, todo o aterro a frente dos cais de Santa Bárbara, Farinha e Louça, desde a igreja do Corpo Santo até a antiga rua do cais do Cana, na prumada da ladeira do Taboão.

A linha do cais Dourado parece ter sido também retificada no período, desaparecendo os vestígios do forte S. Francisco.

As principais mudanças, trecho a trecho, depois desta época até 1860, foram as seguintes:

A) primeiro trecho

Houve provável reordenamento das casas dos quarteirões imediatamente vizinhos a encosta, ao longo da rua que ia do pé da ladeira da Conceição ao pé da ladeira da Preguiça.

B) segundo trecho

É o trecho onde se registra o maior aterro de toda a área da Conceição, cuja frente praticamente se alinha com a rotunda da Alfândega.

C) terceiro e quarto trechos

No início do terceiro trecho, foi construída a Alfândega nova, em cuja frente destacava-se a rotunda.

Foram construídos, no período 1800-1860, oito novos quarteirões, além da Praça S. João. Estes quarteirões vedaram o acesso ao mar de todos trapiches que existiam na área, tais como o de José Pires, o dos padres de Quintal e o das Grades de Ferro (RAC025).

Esta nova expansão estendia-se ao norte até o cais Novo (ou da Misericórdia), na área onde seria implantada a praça do Comércio.

D) quinto e sexto trechos

Do cais Novo ao pé do guindaste dos carmelitas (nova referência de localização, visto o desaparecimento do forte S. Francisco), houve avanço de toda a linha de costa à frente do cais Dourado, com retificação, em sua primeira secção.

No extremo norte do sexto trecho, em contrapartida, o avanço da linha de costa deu-se de forma irregular, indicando iniciativas particulares isoladas.

E) sétimo e oitavo trechos

Do pé do guindaste dos carmelitas, onde houvera se instalado o trapiche de Manoel Paes de Andrade, ate Água de Meninos, os aterros apresentam-se, segundo a planta de Weill (RAC025), com as mesmas características de recorte da linha de costa quando realizados através de iniciativas isoladas.

Esta tendência só é quebrada à altura do local designado como Coqueiro.

F) oitavo e nono trechos

A planta de Weill indica toda uma muralha de contenção desde o local que designa como Coqueiro, em direcção norte, ate Água de Meninos, configurando uma rua onde a ocupação não parecia ainda ter se consolidado.

G) trechos subsequentes

Na direcção norte, em 1860, a faixa efetivamente ocupada da freguesia do Pilar atingia aproximadamente a igreja de S. Francisco, desaparecendo em seguida até à altura do Noviciado da Jequitaiá, de onde tomava forma contínua ate a Calçada de Mares.

A planta de Weill (RAC025), embora semi-cadastral, não indica o nome de todas as ruas existentes à época, a não ser as realmente importantes, como, por exemplo, a rua que beirava as casas na encosta. Esta rua chamava-se, no seu início, rua do cais da Ribeira; dava continuidade através da rua do Corpo Santo; passava a chamar-se, à altura da praça do Comércio, de rua do Julião, para, logo em seguida, tomar o nome de rua do cais Dourado. No trecho seguinte, chamava-se rua do Pilar.

Do sul para o norte, Weill nominaliza, a beira-mar, a Ribeira das Naus, a praça São João (à frente do antigo cais de Santa Bárbara, cujo acesso à ladeira da Misericórdia se dava pela rua do morgado de Santa Bárbara), a praça do Comércio, o cais Dourado, Coqueiro e Água de Meninos.

Século XIX: De 1860 a 1894

De 1860 a 1894, data em que Los Rios (RAC029) elabora sua planta da cidade, as freguesias da Conceição e do Pilar receberam novos e significativos aterros.

A) primeiro trecho

Cresceu a área aterrada ao sul e a frente da igreja da Conceição, com alteração da ribeira das Naus. Este crescimento foi sensível, embora não possa ser comparado com o crescimento ocorrido ao sul dos limites meridionais da freguesia, já no âmbito da freguesia de S. Pedro.

B) segundo trecho

O Arsenal de Marinha acabou avançando a linha de costa até praticamente a alinhar com a rotunda da Alfândega. É possível que as edificações na área tenham sido reconstruídas no período.

C) terceiro trecho

As alterações são menores da Alfândega à praça do Comércio. Desaparece, no entanto, a praça S. João e todos os quarteirões ao longo do cais parecem já ter sido convenientemente ocupados. O desenho de Los Rios indica uma Praça do Comércio já urbanizada.

D) quarto trecho

Do cais Dourado ao limite norte da freguesia da Conceição (pé do guindaste dos carmelitas), as alterações da linha de costa são mais violentas: o cais Dourado avança em direcção ao mar quase se alinhando com a frente da praça do Comércio e todo o cais deste ponto a Alfândega. Na parte norte do cais Dourado, a planta de Los Rios apresenta um Mercado Ouro já construído.

E) trechos do Pilar

Neste último quartel do século, a ocupação ao longo da rua entre a encosta e a linha do mar, de Água de Meninos até a Jequitaia parece ter se completado, consolidando a ligação Mares/Calçada.

Embora este período já não esteja nos limites fixados para o estudo da evolução física das freguesias da Conceição e do Pilar, reportamo-nos a ele para melhor fixar as condições de Salvador em 1860, face ao desenvolvimento posterior.

5.3. Evolução da Ocupação do Solo

As primeiras casas da Cidade Baixa, próximas à linha de encosta, eram cobertas de palma ao modo da terra. Já em 1551, grande número de construções era de pedra e barro, rebocada de cal e coberta com telhas (25).

Da Ribeira do Goes até o pé da ladeira da Conceição "oito braças" (17,60 metros) de profundidade, havia espaço próprio para edificações (26).

Estes espaços foram rapidamente ocupados e a necessidade de novos espaços para o porto foi gerando a possibilidade de implantação de novas edificações entre a linha de costa e de encosta.

Em todo o caso, a área por trás do porto era reduzida e não permitia uma expansão espontânea da ocupação. Pode ser dito que era uma área, já em fins do século XVI, saturada e que a ocupação dependia sempre de novos aterros.

Se bem que não existam informações quantificadas, sabe-se que já havia falta generalizada de casas por ocasião do assalto holandês. Esta crise era agravada pelos despejos para alojamento da tropa. Até 1650 quase meia parte da cidade era assim ocupada (27).

Os aterros dos séculos XVII e XVIII, ainda que em grande parte tenham tido como motivação obras para o porto e suas fortificações ou mesmo a implantação de igrejas, favoreceram uma maior ocupação residencial e comercial do já então chamado Bairro da Praia.

O exame da planta de Massé mostra o trecho entre a Preguiça e a praça Cayru, em 1715, já densamente edificado, com casas em ambos lados da rua. Da praça Cayru até Água de Meninos as construções apresentam-se mais espaçadas, embora sem perder as características de uma ocupação contínua em uma única via.

Rocha Pita, por volta de 1730, comenta que as casas particulares da área eram magníficas, elevadas, sendo que "umas se fabricaram sobre o mar e outras encostadas aos penhascos da terra" (28).

Pela análise dos frontespícios de Caldas e Vilhena, assim como pelas descrições de ambos, é possível constatar que esta geração de edificações elevadas já tinha se consolidado de meados para fim do século XVIII.

Segundo Caldas, da Preguiça à Jequitaiá havia uma "rua continuada de soberbas casas com mais de oito mil pés de comprimento". O Bairro da Praia, segundo Vilhena, começava na Preguiça e ia até a Jequitaiá com uma rua tortuosa ladeada de

casas de 3 (três) e 4 (quatro) andares e outros grandes edifícios, tendo seu comprimento de 2.400 a 2.700 metros (29).

Verificou-se, pelas plantas reconstituídas, que esta descrição não corresponde exatamente à ocupação da época, pois o número de ruas era bem maior, a não ser que Vilhena não as considerasse como ruas, mas sim como becos, travessas, vielas de cais, etc.

Não deixava de ter certa razão, pois, na verdade, apenas uma rua era efetivamente estruturante da ocupação em ambas as freguesias, muito embora fosse constituída por diversas secções com designações distintas, correndo paralela à encosta.

Desta época até meados do século XIX, ou até 1872, quando foi realizado o primeiro censo nacional, a ocupação física modificou-se sensivelmente com diversos avanços sobre a linha do mar. As informações quantificadas são poucas. O Censo de Cunha Menezes, de 1775, apresenta 525 casas na Conceição e 382 no Pilar, totalizando 907 casas. Nascimento faz uma estimativa para o ano de 1855, baseada em informações de um Censo parcialmente recuperado, de 537 casas na Conceição e 777 no Pilar, totalizando 1314 casas (30).

O número de casas registrado pelos censos de 1775 e 1855 sugere que não houve mudanças durante este período, precisamente o período em que ocorre forte expansão física da área entre a Ribeira e o Taboão, onde (segundo a análise das plantas de Weill, de 1860 e de Vieira, de 1798) parecem ter sido construídas inúmeras casas (31).

No mesmo período, o número de casas no Pilar dobrou, acompanhando a tendência de crescimento da população. A principal hipótese é de que tenha ocorrido um processo de ocupação intensiva da freguesia a partir do aterro entre Água de Meninos e Jequitaia, acompanhada, logo em seguida, pela ocupação do trecho entre Jequitaia e Mares, no segundo quartel do século XIX. Isto significa que a cidade estava consolidando seu vetor de crescimento na direcção de Itapagipe, que começaria a tomar maior impulso a partir de então.

Por estas informações, poderíamos ser levados a imaginar que não teria havido nenhum aumento da área efetivamente ocupada da Conceição durante quase um século, ocorrendo expansão desta área apenas no Pilar, onde sucederam inúmeros aterros.

Isto não significa, contudo, que não tenham ocorrido processos de renovação na freguesia da Conceição. O Livro do Tombo da Misericórdia indica a reconstrução de inúmeras casas. Examinando, vis-à-vis, as plantas de Damásio, deste livro (RAC026), em 1860, e do discípulo de Caldas (RAC018) do século anterior, observa-se a reconstituição de inúmeros quarteirões na área entre Santa Bárbara e o Taboão.

Apesar de ser um indicativo pouco representativo, o número de quarteirões existentes em meados do século XIX, corrobora a hipótese de uma expansão restrita na Cidade Baixa. Segundo os Almanques (1854, 1857 e 1863:385, 386 e 387) haviam apenas 16 quarteirões ocupados na Conceição e 22 no Pilar. A lei determinava que estes quarteirões deveriam ter, pelo menos 25 casas habitadas (32).

Isto significaria um mínimo de 400 casas na Conceição e de 550 no Pilar. Há, porém que se considerar que estes quarteirões nem sempre eram glebas aproximadamente retangulares, definidas por quatro ruas e ocupadas por casas vizinhas entre si. Na maior parte dos casos, os quarteirões reduziam-se a uma única rua, ou trecho desta.

A visada sobre o desenvolvimento da ocupação histórica das freguesias da Conceição e do Pilar até o século XIX, portanto, pouco acrescenta ao que foi analisado no capítulo de expansão física de ambas as freguesias, dada a precariedade dos dados existentes. A análise da evolução do uso do solo apresenta informações mais esclarecedoras sobre o assunto.

5.4. Evolução do Uso do Solo

Considerações Metodológicas

A descrição pura e simples da utilização do solo de um determinado território pouco acrescenta à compreensão dos problemas urbanos como um todo. Nos exercícios do moderno planejamento urbano, esta descrição tem dois objetivos: servir de indicador para os estudos de distribuição espacial da população e da mão-de-obra e auxiliar na análise das tendências de aglomeração e dispersão das habitações e atividades econômicas no solo para fins de seu ordenamento legal. Este enfoque exige a realização de pesquisas sócio-econômicas, incluindo uma avaliação das atividades econômicas existentes.

Já para estudos menos ortodoxos, a descrição do uso do solo visa subsidiar a interpretação dos agentes de produção do espaço urbano. Neste enfoque, prescinde-se de levantamentos quantitativos extensos e demorados. A investigação é conduzida no sentido de consolidar hipóteses que podem ser perfeitamente estruturadas a partir de análises empíricas menos sofisticadas, mas bem mais eficientes no sentido de atingir os objetivos de identificação dos agentes de produção do espaço e de suas práticas de ação sobre este mesmo espaço.

No plano histórico, esta descrição pode elucidar algumas dúvidas sobre o cenário onde se organizavam tais agentes que refletiam, em suas práticas sociais, as contradições inerentes ao modo de produção. Expressavam, assim, no processo de produção do espaço, as contradições entre o capital mercantil e o trabalho escravo; o capital mercantil e o cabedal nacional; o trabalho escravo e o trabalho liberto; o trabalho em manufaturas e o trabalho artesanal; o trabalho organizado e o não-organizado.

Tal como as descrições de expansão física, as descrições de uso do solo equivalem a representações escritas de fotografias ou desenhos da face visível da realidade urbana. Facilitam a identificação das tendências locacionais, em um período histórico determinado, das atividades econômico-sociais.

Nas freguesias da Conceição e do Pilar, o uso histórico de seu solo teve como eixo de organização o Porto, suas fortificações e trapiches. Foi o porto com toda a sua infra-estrutura que condicionou, em última instância, a formação física do Bairro da Praia: desde o seu aterramento e retalhamento até as condições de ocupação e uso do solo, objeto do presente capítulo.

Em função do porto, organizaram-se espacialmente as firmas, lojas, tendas e barracos, cuja vida econômico-financeira estava, na grande maioria dos casos, condicionada pelo comércio de exportação e importação ou pelo comércio de abastecimento.

As atividades comerciais dependiam sempre do bom funcionamento do porto. Raras eram as atividades comerciais que não dependiam de transporte marítimo.

Além disso, organizavam-se e desenvolviam-se, à sombra as atividades portuárias, formas específicas de utilização do espaço que não encontrariam melhor ambiente, tais como a dos cantos negros, que traduziam uma cultura negra e implicavam em relações de trabalho bastante peculiares. Os trabalhadores destes cantos, distribuídos em diversos pontos do Bairro da Praia, desenvolviam grande parte de suas atividades no porto.

A Intendência da Marinha, o Arsenal, a Alfândega eram os edifícios que, além dos fortes, simbolizavam a presença e o controle do governo da Capitania, na época colonial, e da Província, durante o Império. Eram elementos essenciais na estruturação física do porto sendo, ao longo dos primeiros séculos, os pontos de apoio para os maiores aterros realizados na área.

Juntamente com as igrejas de N. Sra. da Conceição, Corpo Santo, N. Sra. do Pilar, SSma Trindade, São Francisco de Paula e o antigo Noviciado dos jesuítas, constituíam-se nos edifícios estruturantes de toda a configuração espacial do Bairro da Praia, condição também partilhada pelos trapiches e grandes armazéns. Estas unidades espaciais consumiam grandes áreas e concentravam dezenas de pessoas em determinados momentos. Sua localização influiu decisivamente sobre a decisão do local de moradia dos que trabalhavam nas mesmas, além de sempre atrair novas atividades e usos complementares.

O Porto e suas Fortificações

Não há, praticamente, um só historiador que não destaque as excelências de localização do porto de Salvador, um porto acolhedor e seguro, um porto que fez nascer a cidade e nela se entranhou de tal forma, que dificilmente se compreenderia sua existência sem o mesmo. Cidade-porto, cidade à beira-mar plantada, feitoria-forte, Salvador se expandiu sempre em simbiose perfeita com o porto, que lhe retirou as possibilidades de crescer ou de se desenvolver de outra forma, não tão voltada para as atividades comerciais de exportação e importação.

Um porto, no entanto, não é apenas a porta da cidade, representada pelos cais e ancoradouros, é também toda a infraestrutura econômica, político-administrativa e urbanística que lhe dá apoio. Estão neste caso: o comércio e os serviços que crescem em dependência direta de suas atividades; a administração que assegura o seu funcionamento; sua defesa militar; os sistemas de circulação e transportes que dão acesso terrestre às suas dependências, etc.

Os aterros sucessivos atestam que a área do porto de Salvador jamais comportou, durante longos períodos de tempo, a movimentação crescente de cargas para exportação, nem tampouco a sua parte "de trás" foi capaz de absorver a demanda de lojas suficientes para colocação dos produtos importados para o consumidor local. Atestam, também, que foi praticamente necessário criar todo um bairro, retirando-o do domínio das águas, para viabilizar suas atividades fundamentais e favorecer a possibilidade de implantação de outras que as complementavam à jusante e à montante.

Observe-se que, historicamente, não é possível negar a importância do porto para a vida e o desenvolvimento da cidade, mas sim o acerto de sua localização numa área que apresentava dois graves problemas: impossibilidade de expansão natural (sem aterros) e proximidade excessiva do próprio núcleo administrativo e central. Tal situação seria desejável para uma cidade de pequeno porte ou para um entreposto comercial secundário. Difícilmente é aceitável para uma cidade que se destinava a ser, já século XVI, a capital da nova colônia.

O custo de permanência do porto, nestas circunstâncias, acabaria por ser altíssimo, como o foi. No século XIX já estavam aterrados quase 10 hectares de áreas conquistadas ao mar, deformando toda a linha de costa, causando impactos consideráveis na encosta (onde sucederam inúmeros deslizamentos) e, provavelmente, modificando comportamentos seculares da natureza marinha.

A estruturação do bairro da Praia representou, para o conjunto da cidade, um ônus incalculável. Enquanto diversos outros bairros se constituíam, durante o mesmo período de tempo, sem a necessidade de inversões maciças em infra-estrutura física, o bairro da Praia exigia, continuamente: a construção de novos cais, rapidamente superados; a construção permanente de novos armazéns e trapiches à beira-mar; a abertura de novos logradouros; a melhoria de vinculações entre as Cidades Alta e Baixa.

Os armazéns e trapiches não suportavam, durante longos períodos, a crescente movimentação de carga, pois não ofereciam, em conjunto, capacidade suficiente para estocagem de produtos para exportação. Além disso, na medida em que avançavam os cais em direção ao mar, ficavam distantes dos locais de atracação das embarcações.

Particulares e irmandades religiosas participavam deste processo, embora fosse o Governo local o principal interessado em assegurar, mediante melhorias sucessivas do porto e do Bairro da Praia, o escoamento indispensável de produtos primários para o exterior. O quadro elaborado por Wanderley Pinho (1945:370) dá uma idéia da expansão secular do volume de açúcar exportado, o que favorece a compreensão de todo o movimento portuário e das

necessidades periódicas de crescimento do porto, visto que o açúcar era o principal produto de exportação.

Segundo as informações deste quadro, o volume de açúcar exportado decuplicou no período de 1584-1817, passando de 120.000 arrobas (aproximadamente 3.000 caixas/ano) para 1.200.000 (aproximadamente 30.000 caixas/ano). Em 1754, esta exportação já alcançava 350.000 arrobas (mais ou menos 10.000 caixas); em 1798, 600.000 arrobas (aproximadamente 14.000 caixas) e em 1806, 820.000 arrobas (cerca de 20.000 caixas). Cada caixa continha de 25 a 45 arrobas, sendo as mais comuns, pelas citações históricas, as de 40 arrobas (33).

Sem forçar uma relação estreita e direta entre o aumento do volume exportado e a área aterrada, é possível constatar que os aterros e a ocupação da linha de costa acompanharam, de certo modo, a expansão do movimento do porto.

O mesmo tipo de raciocínio pode ser aplicado quanto à movimentação crescente de navios, devidamente analisada por Mattoso (1978:340). Pelas suas estimativas, cerca de 90 a 100 navios, com permanência de um a três meses, deram entrada no porto de Salvador no período que se segue a 1763, além dos navios de cabotagem (barcos do Recôncavo, saveiros de carga, saveiros de pesca, lanchas rabos-de-peixe, jangadas de xaréu, jangadas a remo, jangadas a vela, canoas e barcaças).

Diariamente entravam em Salvador 800 a 1000 embarcações que faziam o comércio interno com a Bahia. No período pós-1850, a mesma historiadora estima uma população marítima flutuante em torno de 2.200 marinheiros (34).

Não foi possível estabelecer uma série histórica para o aumento deste movimento de barcos e marinheiros, para o qual pressupõe-se expansão semelhante à ocorrida com a movimentação de carga. Do ponto de vista físico, a este crescimento do movimento anual deveria corresponder, necessariamente, um aumento na capacidade de armazenagem, expressa na quantidade de trapiches, assim como um aumento na área de atracação, expressa na extensão das linhas de cal.

Estas mudanças na linha de costa e na configuração espacial do porto geravam dores-de-cabeça aos responsáveis pela sua defesa militar. À medida em que o mar ia sendo conquistado, as fortificações construídas em épocas anteriores deixavam de ter sentido. Era sempre necessário deslocar baterias, avançar a linha de defesa, acompanhando as novas linhas de frente do aterro.

Foram, assim, desaparecendo, sob os aterros, inúmeras fortificações históricas: a primeira bateria da Ribeira, o primeiro forte do Mar (forte da Lage, forte de S. Felipe e S. Tiago), o segundo fortim da Ribeira, o fortinho de S. Francisco, etc. As fortificações e edificações militares

existentes nas freguesias da Conceição e do Pilar eram as seguintes:

1. Primeiro forte do Mar, também chamado de forte da Lage, possivelmente construído em madeira por Luís Dias, em 1551, onde esteve localizada a primeira bateria da Ribeira, desaparecido no século XVI. Localização provável: a mesma hoje ocupada pelo segundo Distrito Naval (35). Um segundo forte, mais sólido, parece ter sido edificado, entre 1622 e 1624 (RAC007), sobre a mesma Lage.

2. Baluarte de Santa Cruz, menor que o anterior, também construído por Luis Dias, em 1551, no local conhecido como Ribeira dos Pescadores.

3. Fortificação pequena de S. Felipe e S. Tiago, "próxima à Ribeira das Naus, lugar onde existiu o arsenal de Marinha, área que é ocupada hoje pela Escola de Aprendizes de Marinheiros, Mercado Municipal, etc." A análise cartográfica leva a crer que esta fortificação seja a mesma do segundo forte da Lage, embora Affonso Ruy o localize, em 1953, na pastelaria Chile (36).

É também por esta análise que pode se levantar a hipótese de seu desaparecimento, assim como do forte da Lage, entre 1640 e 1715, datas respectivas de elaboração das plantas de Albernaz e Massé, a partir de aterros sobre os quais foram edificadas a casa da Intendência da Marinha, as Tulhas ou celeiro público, armazéns, barracões, rancho de marinheiros, e, por fim, a ribeira das Naus e uma nova linha de fortificações, para onde teria sido transferida a bateria da Ribeira.

4. Forte de S. Francisco, entre a ladeira do Taboão e o guindaste dos carmelitas, beirando o cais Dourado, ao norte da capela de Santa Bárbara e ao sul da igreja do Pilar (37);

5. Forte de S. Fernando, no local onde depois foi construída a praça do Comércio. A bateria de S. Fernando foi definitivamente demolida em 15/3/1880 (38).

6. Forte S. Alberto, localizado entre a capela S. Francisco de Paula e o Noviciado, ao longo da Jequitaita. Este forte teria sido soterrado em 1846 (39).

Difícilmente saberíamos, por exemplo, sem auxílio de técnicas cartográficas, que a localização do primeiro forte da Lage deve ser, possivelmente, a mesma da atual Praça Visconde de Cairu, bem próxima a escultura de Mario Cravo; ou que o fortim de S. Francisco estaria no local onde hoje se encontra um grande estacionamento de automóveis e caminhões, pouco antes do Pilar; ou ainda que o forte de S. Fernando deveria estar localizado próximo ao atual prédio do Banco do Estado da Bahia.

Projetos como o de Massé, de 1715, eram rapidamente superados pelas invasões de terrenos à beira-mar, realizadas

posteriormente. Preocupações como a de Caldas, expressas no seu parecer de 1777, não tinham condições de serem superadas.

De qualquer forma, após o século XVII, o porto de Salvador tornou-se um porto de paz, e não mais um porto ameaçado por invasões externas, tal como os portos de cidades-feitorias-forte do século anterior.

A Alfândega e a Intendência de Marinha.

A primeira sede da Alfândega foi construída por Luis Dias na Cidade Alta, embora o mesmo se referisse a armazéns e casas da Alfândega na Cidade Baixa, em suas cartas a Arruda e El-Rei. Estes armazéns da Alfândega estão representados na reconstituição de Salvador em 1551, feita por Simas e sua equipe (PT02).

Pelo desenho de Massé (1715:RAC016) e pelas informações de Rocha Pita (1730:276), verifica-se a existência de uma Alfândega na Cidade Baixa, um pouco mais ao sul das antigas construções de Luis Dias, em terrenos contíguos a Intendência da Marinha. Esta Alfândega ficou em pouco tempo conhecida Alfândega Velha. Em posição mais avançada em relação ao mar e um pouco mais para o norte, inclusive, dos terrenos da Igreja do Corpo Santo, Joaquim Vieira (1798:RAC020) e Vilhena (1801:IC0004) registram a Alfândega do Tabaco, também citada por Rebelo (ob. cit.). Entre esta última e o os terrenos da Intendência da Marinha é que foi feito o aterro para implantação da nova Alfândega, com sua marcante rotunda, devidamente representada por Weill (1860:RAC025).

A Alfândega da Colônia representou o controle direto da economia local por parte do Governo Metropolitano. Os recursos arrecadados com os impostos, taxas, emolumentos, multas, subsídios eram suficientes não só para cobrir a folha de pagamento de seus funcionários (muitos dos quais percebendo por comissão sobre o volume ou peso das mercadorias embarcadas), como para enviá-los em sua maior parte para o Reino. Alguns cargos no quadro da Alfândega, comprados ou recebidos por serviços prestados à Coroa, ofereciam, além disso, condições excelentes para que seus ocupantes acumulassem cabedal, como é o caso dos comissários do açúcar de início do século XIX (40).

A Alfândega tinha cerca de 22 funcionários à época de Vilhena; 30 anos depois, segundo Rebelo (ob. cit.), a Alfândega já possuía cerca de 30, tornando-se bem mais complexa sua estrutura interna, subdividida em Mesas de Inspeção.

A história da Intendência de Marinha tem pontos em comum com a da Alfândega, no que se refere à conquista de seu espaço. A área onde se localizava a Ribeira do Goes, bem próxima à Igreja de N. Sra. da Conceição, já no século XVI se apresentava como tendo caráter estratégico para a defesa da vila e para controle do porto. Aí se instalou a primeira bateria da Ribeira, assim como

as subseqüentes, cada vez mais avançadas em relação a primitiva linha de costa. Aí se instalaram, também, os estaleiros oficiais e as tulhas. E para administrar tal conjunto, desde o século XVII acabaram se instalando, também, os prédios da Intendência de Marinha, reconstruídos com as feições de um Arsenal de Marinha no período imperial.

Estas repartições possuíam número igualmente elevado de funcionários, sendo que, no caso dos estaleiros, os oficiais artesãos eram também empregados que recebiam por jornada de trabalho, assim como os operários e ajudantes.

A presença física da Alfândega e das repartições da Intendência (mais tarde Arsenal) de Marinha é esmagadora não só pelo poder que representa, pelo controle que expressa, mas, principalmente, pela extensão de área aterrada que ocupam, afastando a ocupação residencial e comercial para o norte ou para uma estreita faixa de quarteirões próximos à encosta.

As Igrejas do Bairro da Praia

Inventário Histórico

Do sul para o norte, nas freguesias da Conceição e do Pilar, foram edificados diversos estabelecimentos religiosos, dentre os quais se destacam as capelas e igrejas, embora tenham existido, também, um noviciado, dois hospícios e um cemitério. Muitos deles estão hoje desaparecidos.

1. O hospício S. Felipe Neri, no sítio da Preguiça, é dado como localizado ora na freguesia de Conceição da Praia, ora na freguesia de São Pedro Velho. Foi edificado em 1755 pelo capitão Manoel da Fonseca do Espírito Santo, é possível que tenha sido administrado pelos carmelitas descalços e, posteriormente, pela Congregação, segundo Rebello (ob. cit.) que o vê ainda de pé.

2. A primeira capela de Conceição da Praia foi construída no mesmo lugar onde está a basílica, matriz da freguesia. Supõe-se que tenha sido erigida logo após a chegada de Tomé de Souza, sendo mantida, mais tarde, às expensas da família Aragão, Sr. e Sra. da Torre de Garcia d'Ávila.

3. Tendo sido criada a freguesia em 1623, supõe Barros (1930:293) que tenha sido erguida no local uma segunda igreja, que passou a abrigar as atividades das Irmandades de SSmo. Sacramento e da Imaculada Conceição.

4. A construção da terceira e atual igreja, no mesmo local, foi iniciada em 1739 e sua inauguração se deu em 1765. Há autores que defendem que sua localização foi um pouco mais em direção ao mar e afastada da encosta que a da primeira capela. Suas ampliações e decorações perduraram até 1851 (41).

5. Uma das filiais da Igreja da Conceição era a igreja do Corpo Santo, fundada em 1711 pelo marujo espanhol Pedro Gonçalves. Esta igreja serviu de matriz a freguesia durante o período de construção da terceira igreja da Conceição.

6. A segunda filial da igreja da Conceição, no século XIX, era a capela do morgado de Santa Bárbara, que se supõe estivesse localizada ao sopé da ladeira da Montanha, onde se inicia a rua Santos Dumont.

Esta capela, fundada pelo coronel Francisco Pereira do Lago, ficou arruinada por um incêndio em 1900, manifestado no prédio contíguo, o Hotel das Nações. Foi demolida. Supõe-se que tenha sido frequentada por negros devotos de Santa Bárbara. As imagens desta capela foram recolhidas à capela de S. Pedro Gonçalves do Corpo Santo (42).

7. A primeira capela do Pilar foi fundada pelos carmelitas descalços um ano após a sua chegada. Depois, substituíram-na por um hospício, registrado por Vilhena. Os terrenos de marinha foram cedidos pelo padre Paschoal Duran de Carvalho, em 21/6/1691 (43).

8. Já a matriz de N. Sra do Pilar parece ter sido iniciada somente em 1739, embora a irmandade tivesse sido instituída em 1718, sendo seus fundadores o próprio padre Paschoal Duran de Carvalho, João Heitor e Manuel Gomes. Só em 1770 foi reconstruído o frontespício e em 1796 e 99, feitos melhoramentos em toda a construção. No século XIX é completada a decoração, principalmente dos anos de 1834 a 1848. O cemitério é anexo e a fonte de Santa Luzia está situada no pátio da igreja, gerando sua devoção. Detalhe: a devoção de Santa Luzia surgiu, inicialmente, na capela do solar do Unhão (44 e 45).

9. Em 1733, foi fundada a capela de N. Sra. do Rosário e SSma. Trindade, em trinta braças de terras arrendadas à capela de Santo Antonio Além do Carmo. As ruínas desta capela acham-se nos fundos de uma casa da rua de Água de Meninos.

10. Mais abaixo, a Irmandade de N. Sra. do Rosário e SSma. Trindade iniciou a construção de uma nova matriz. Esta Irmandade foi extinta em 1806, dando lugar a V.O.T. da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos. Em 1877, a Ordem obteve a doação do cemitério Bom Jesus e terrenos anexos, e em 25/7/1888, a igreja acabou sendo devorada por um incêndio que só deixou as paredes de pé (44 e 47).

11. Foi reconstruída somente na segunda metade do século XX, após os desabamentos que ocorreram entre 1968 e 1972. A igreja Matriz no século XIX tinha passado a chamar-se igreja da Ordem Terceira da Santíssima Trindade.

12. A segunda filial da Matriz do Pilar no século XIX era a capela de São Francisco de Paula, tendo sido construída em fins do século XVIII pelo padre Antonio Borges Monteiro. Tendo este falecido em 1819, acabou passando a igreja à jurisdição da Fazenda Nacional até 1843, quando passou às mãos da Confraria de N. Sra. da Mãe dos Pobres. Criou-se, pouco depois, a Irmandade de São Francisco de Paula.

13. O noviciado de N. Sra. da Encarnação, na Jequitaiá, foi construído pelos jesuítas de 1706 a 1708. O mar chegava à sua frente. Sua ligação com a Cidade Baixa era feita por barco. O terreno do noviciado foi doado pelo bandeirante Domingos Afonso Serrão. De 1712 a 1760 foram feitas diversas obras complementares. Em 1760, deixou de ser usado, com a expulsão dos jesuítas. Em 1825 tornou-se Casa Pia e colégio de orfãos, recebendo os menores que estavam alojados na capela de S. José de Ribamar.

As Atividades Econômicas no Bairro da Praia

Considerações Preliminares

As tendências principais de localização histórica das atividades econômicas no Bairro da Praia foram:

- concentração linear ao longo da costa, constituída pelos trapiches e armazéns portuários. O papel dos trapiches foi decisivo na estruturação urbana das freguesias de N. Sra. da Conceição e N. Sra. do Pilar. Conquistando a linha de frente ao mar através de sucessivos aterros, os trapiches, à medida em que se implantavam, favoreciam a criação de espaços construídos entre a linha de costa e a de encosta, que praticamente se confundiam quando a cidade foi fundada;

- disseminação das lojas em todos os espaços entre os primeiros quarteirões de frente ao mar e os quarteirões que beiravam a encosta, no sentido leste-oeste. Da Ribeira à Jequitaiá, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço ora se sucediam através de ruas estreitas, como os localizados entre a igreja do Corpo Santo e a do morgado de Santa Bárbara, ora se concentravam em alguns quarteirões;

- concentração de estabelecimentos no trecho entre a rua do Garapa (antigo cais da Farinha) e a Associação Comercial). Era exatamente o trecho oriundo dos aterros realizados em frente aos primeiros armazéns construídos por Luis Dias em meados do século XIX. Neste trecho, segundo Vilhena (ob. cit.), "debaixo de escuros arcos" estavam as lojas dos comerciantes, "com suas bancas de quinquilharias nas bocas dos arcos". Neste sítio fazia-se, na época, "a maior parte do comércio grande da Bahia, sendo esta a praça onde existe (existia) indizível cabedal".

- mistura acentuada de estabelecimentos dedicados ao comércio e estabelecimentos dedicados à prestação de serviços. Em um extremo, misturavam-se grandes negócios com serviços de comissionamento, corretagem, etc.; do outro misturavam-se lojas e tendas voltadas para a pequenos reparos, consertos domésticos, tarefas variadas de limpeza e conservação, etc.

- disseminação de um número restrito de manufaturas por toda a área.

Firmas e Escritórios

A Cidade Baixa era o centro dos negócios. Haviam firmas que se dedicavam às atividades de escritório as mais diversas, manufaturas que operavam a montante das atividades de exportação, retalhistas e pequenos comerciantes dedicados ao comércio de gêneros alimentícios, pequenos prestadores de serviço, organizados em cantos, etc. Toda a Cidade Baixa fervilhava de mil e uma atividades.

O estudo sobre o comércio da Fundação Centro de Pesquisas e Estudos (1980) considerou, a partir de 1850, um universo significativo de firmas que operavam nos seguintes ramos: comércio de exportação e importação, procuradoria em geral, comissão, representação e consignação, compra e venda de mercadorias por atacado e a retalho, transportes, energia, construção, câmbio, seguros, finanças, etc. (48).

Segundo este estudo, baseado em registros do Tribunal do Comércio, de 1850 a 1876, e da Junta Comercial, a partir de 1877, as firmas existentes em Salvador alcançaram numericamente seu ponto mais alto em 1875: 95 firmas. Três observações se fazem necessárias: a primeira é de que a Junta, embora tenha sido criada em 1868, só começou a funcionar efetivamente em 1877, fornecendo poucas informações sobre o período anterior, durante o qual predominava a atuação do Tribunal do Comércio (49). A segunda é de que, possivelmente, nem todas as firmas existentes eram registradas na Junta. E a terceira é de que, embora se saiba que muitas estavam sediadas na Cidade Baixa, não foi possível identificar seus endereços, nem saber se possuíam estabelecimentos próprios para compra, venda e armazenagem ou se limitavam suas atividades ao escritório.

O fato é que os proprietários, associados e empregados destas firmas tinham modos de vida peculiares a suas nacionalidades, que se traduziam em diferentes maneiras de usar o espaço da Cidade Baixa, não cabendo neste trabalho uma pesquisa sobre as mesmas. Referimo-nos aqui, especificamente à hipótese provável de que os ingleses tinham preferência em morar na Vitória e ir a cavalo para seus escritórios; que os portugueses costumavam morar em seus próprios estabelecimentos e lojas; de que os franceses tinham por hábito reunir-se em alguns hotéis e restaurantes, etc.

Manufaturas

O estudo sobre indústria da mesma série Inserção da Bahia na Evolução Nacional (ob. cit.) refere-se ao fato de que as primeiras indústrias baianas eram têxteis e apareceram depois de 1870, embora houvessem manufaturas desenvolvidas anteriores a esta data (50).

As manufaturas pouco desenvolvidas existiam, na verdade, desde o século XVIII. é possível encontrar referências a alambiques e fabriquetas para refino de açúcar, além de manufaturas de fumo e até uma indústria de vestuário de grande porte, nas freguesias da Conceição e Pilar.

Na relação de alambiques apresentada por Caldas (1931:321), em 1759, há sete sediados da Preguiça a Jequitaiá:

- Manoel Gomes, na Preguiça;
- Antonio Pires, em Santa Bárbara;
- Jeronimo de Maia Guimarães, no Pilar;
- Francisco de Souza Matos, no Pilar;
- Alexandre Monczes, próximo ao fortinho São Francisco;
- Manoel Ferreira dos Santos Maia, em Água de Meninos;
- José Maia, em Água de Meninos.

Existe a possibilidade de que os alambiques de Manoel Gomes e de Antonio Pires terem funcionado juntos aos trapiches que pertenciam aos mesmos (51).

No Censo de 1855, quase cem anos após, são registrados ainda alambiques na área urbana, como os de Antonio Martins Espinheira e de José Alves Espinheira, no Pilar, além de uma pequena fábrica de refino de açúcar, de Francisco Ferreira da Silva, também no Pilar (52).

As manufaturas de fumo deveriam estar também distribuídas em toda a área, que o digam os viajantes estrangeiros. James Prior refere-se ao aroma penetrante de rapê que escapava "por todas as fissuras para a rua, fazendo espirrar o estranho de passagem no momento em que chegava, desde o desembarcadouro, no Arsenal" (53).

Entre as manufaturas, deveriam existir, também diversas marcenarias. Só encontramos, entretanto, uma única referência, através do registro de um incêndio. Tratava-se da marcenaria de Gavazza & Irmãos, na rua da Alfândega (54).

Rigorosamente falando, estes usos não deveriam estar enquadrados entre os comerciais, tal como a Fábrica N. Sra. do Pilar, também conhecida como Bonfim ou Progresso, sediada na Rua da Mangueira, no Pilar. Entretanto, sua estreita dependência com as atividades comerciais de exportação e importação, sua pouca autonomia econômico-financeira, assim como a mistura de novas e velhas relações de trabalho que embutiam, os incluem, sem medo de

uma crítica mais contundente, entre os usos comerciais. O capital que dava apoio a estas atividades provinha, quase sempre, dos grandes e médios comerciantes que mantinham relações internacionais (55).

Trapiches e Armazéns

Do mesmo modo que as fortificações, os trapiches e armazéns sucediam-se no tempo, à medida em que avançavam os aterros. Simbolizando a riqueza comercial, eram o portal e entrada para todas as mercadorias que entravam ou saíam pelo porto.

A grande maioria dos trapiches era de propriedade dos grandes comerciantes, embora houvesse também Irmandades que os possuíam. Ser dono de um trapiche, numa conjuntura econômica de exportação significava poder, dinheiro, e maiores facilidades para acumular cabedais.

A história dos trapiches vem dos primeiros armazéns de Luis Dias, de meados do século XVI. Adquire, no entanto, novo caráter a partir do início do século XVII, com Baltazar Ferraz, pois é este senhor que constrói o primeiro quaradouro de açúcar, bem em frente a primitiva igreja de N. Sra. da Conceição da Praia. Atrás do quaradouro, cultivando a tradição das lojas que costumam localizar-se por trás das áreas portuárias, construiu "tres logeas de pedra e cal para negócios de fazendas", alugando-as. Em 1835, os trapiches foram alfandegados, diminuindo bastante o poder dos trapicheiros e, em meados do século, com a construção da nova Alfândega, este poder tornou-se ainda menor. O trapiche de natureza privada acabou dando lugar aos armazéns controlados pelo governo do Império e da República, embora continue a existir até o século XX (56).

O aumento da quantidade de trapiches, no período áureo de sua existência, acompanhou, sem dúvida, o crescimento do volume de exportações da Capitania e, mais tarde, da Província, integrando-se à expansão do porto e de suas atividades: em 1774, três grandes trapiches; em 1798, oito, além da Alfândega do Tabaco; em 1824, treze, mais cinco prensas; em 1828, doze, fora as prensas.

No século XVIII, Caldas (1759:321), refere-se à localização dos seguintes trapiches:

- trapiche Barnabé, a 250 braças (550 metros) do ponto em que se encontravam o cais Novo ou da Misericórdia com o cais da Farinha;
- trapiche Julião, de onde a marinha recuava em concavidade sensível até o trapiche Barnabé, na qual se encontravam o fortinho S. Francisco e o cais Dourado;
- armazém geral do Contrato do Sal, que "pertence a S. Magestade", que se situava contíguo ao Arsenal, que "o fecha pela parte da Preguiça".

De suas notas sobre a produção do açúcar, deduz-se que estes trapiches armazenavam para exportação de 9 a 10.000 caixas de 26 a 40 arrobas, por ano, além de 30.000 rolos de tabaco, "86.000 meios de sola, 3.500 de atanados, e muito mais de 5.000 couros", madeira, etc. (57). Esta dedução carece, entretanto, de pesquisas em outras fontes para sua confirmação.

Caldas lega, ainda, "Plantas, fachada e profis do trapiche de Barnabé Cardoso desta Cidade da Bahia", em desenho datado de 16 de outubro de 1757, e um desconhecido nos mostra o prédio de um trapiche com a legenda "este he o Prospecto de toda a galeria q. faz frente para a parte da Rua, q. tem de comprimento 236 palmos (cerca de 52 metros) e a outra Frente da parte do mar, q. tem de comprimento 246 palmos (cerca de 54 metros)". Isto significava uma área coberta para armazenagem em torno dos 2.800 m² (58).

No início do século XIX, Vilhena registra os seguintes trapiches, partindo da Conceição em direção ao Pilar:

- armazém do Sal, contíguo ao Arsenal, mas já afastado da linha de costa em virtude de aterros;
- grande trapiche que servia de Alfândega do Tabaco, onde funcionava também a Mesa de Inspeção, nas proximidades da igreja do Corpo Santo;
- trapiche do Azeite de Peixe, que juntamente com os trapiches de José Pires, dos padres de Quintal e das Grades de Ferro, ficava na linha de cais que ia da Alfândega do Tabaco até Santa Bárbara;
- trapiche do Julião, colado à área que futuramente seria incorporada ao tecido urbano do cais Dourado, pouco antes do fortinho S. Francisco;
- e os trapiches Barnabé grande e seu vizinho, de Manuel Pereira de Andrade (já então pertencente a sua viúva), no bairro do Pilar (59).

Calmon (1925:335) comenta que existiam, em 1824, os seguintes trapiches:

- Andrade Grande;
- Andrade;
- Andrade Segundo;
- Andrade Pequeno;
- Barnabé Grande;
- Barnabé Pequeno;
- Julião Grande;
- Primeiro Pilar;
- Segundo Pilar;
- Novo;
- Gomes;
- Primeira Prensa;
- Segunda Prensa;
- Terceira Prensa;
- Quarta Prensa;
- Pedreiras.

"Os chamados prensa, tendo número de ordem, tiraram o nome do fato da existência ncles das prensas de algodão da Mca de Inspeção, designação primitiva da Alfândega, que antes de ser assim denominada, chamou-se Mesa do Consulado" (60).

Rebello, em 1828 (1929:325), referia-se a doze trapiches na cidade. Três eram situados na freguesia de Conceição da Praia:

- trapiche Grande;
- trapiche Novo;
- trapiche Pedreiras.

Nove eram localizados na freguesia do Pilar:

- Gomes, "que e muito grande";
- Barnabé Pequeno;
- Julião;
- Andrade;
- Segundo Andrade;
- Barnabé muito Grande;
- Primeiro Pilar;
- Segundo Pilar;
- Terceiro Pilar.

Segundo Rebello, os três trapiches que estavam localizados na Conceição eram trapiches de estiva, ou seja, trapiches destinados aos gêneros que se importavam do exterior: vinhos, azeite, bacalhau, vinagre, farinha de trigo, etc. Os trapiches do Pilar eram, por sua vez, destinados a arrecadação do açúcar, aguardente e gêneros de lavoura a serem exportados (61).

Esta separação do porto em zonas de trapiches para exportação e zonas de trapiches para importação, parece ter por detrás o fato de que deveria ser mais fácil aos navios de longo curso ancorarem, quando chegavam de suas viagens, mais para o sul, onde o calado era maior, sendo mais tarde conduzidos para os cais ao norte, onde eram reabastecidos com as cargas dos trapiches de exportação. Por outro lado, do ponto de vista urbano, era mais fácil descarregar as mercadorias que chegavam do interior, pela estrada das Bojadas, nas áreas setentrionais do porto, que alcançavam em primeiro lugar, do que mais ao sul, de onde novas cargas partiam para o interior ou eram distribuídas entre os comerciantes locais.

Esta racionalidade no uso do espaço parece não ter encontrado resistência por parte dos proprietários dos trapiches entre os quais estaria, por exemplo, a V.O.T. de São Francisco, proprietária do trapiche Caldeira, imediatamente ao sul da Alfândega, segundo Targínez (1979:295).

Ap norte da Alfândega teríamos, no mesmo período, o trapiche da Ponte, de Antonio Pedroso de Albuquerque (62). A análise da planta de Przewodowski (1857:RAC024) revela que se localizavam, à época, no trecho entre a atual praça da Inglaterra e a Alfândega, os seguintes edifícios:

- Pezo do Fumo;
- Castro Neves;
- Trapiche Gaspar;
- Trapiche Grande;
- Trapiche Pedrozo.

Os trapiches Grande e Pedrozo ficavam, respectivamente, ao sul e ao norte da igreja do Corpo Santo.

Além dos aterros que acabavam por separá-los da linha de costa, os trapiches sofriam ainda com a agressividade do clima e a dificuldade de conservação dos materiais de construção empregados, o que acelerava seu desaparecimento.

Os materiais, que não possuíam os requisitos necessários de durabilidade e segurança, sofriam a constante ação destruidora da maresia, à exceção da pedra. Isto facilitava sua deterioração e desabamento, além de serem facilmente inflamáveis (63).

Em 1833, desmoronou o trapiche Barnabé, matando 11 pessoas (64). Em 1850, o trapiche Xixi é consumido pelas chamas (65). Em 1855, queima-se o trapiche Carena e em 1856, é a vez dos trapiches Pilar e Querino. Coincidentemente, estes incêndios ocorrem à mesma época do surto de "cholera morbus" (66).

Em 1877 é destruído o trapiche Piaçava, na rua das Pedreiras, de propriedade de Antonio Pedroso de Albuquerque (67).

Lojas e Tendas

Etimologicamente, o termo loja significa o pavimento térreo de qualquer prédio. Em construções mais antigas poderia servir de oficina, de armazém, de cocheira, de átrio para entrada de carruagens, e até mesmo de habitação. Aqui, no entanto, utilizaremos o termo loja para indicar qualquer estabelecimento em que se venda a varejo ou a retalho, ou onde se preste algum serviço. A tenda, por sua vez, pode ser entendida como uma pequena loja, embora em seu uso histórico mais corrente, signifique uma pequena oficina de ferreiro, sapateiro, marceneiro, etc.

Com este sentido, o conjunto de lojas e tendas mais antigo e mais conhecido da Cidade Baixa eram os Cobertos. Falar dos Cobertos, nos séculos XVIII e XIX significava praticamente falar do centro da Cidade Baixa. O conjunto dos Cobertos, que eram três ao todo, remontava ao período da ação jesuítica. Eram conhecidos como os Cobertos Grandes, Médios e Pequenos. Tudo indica que

seriam pequenos sobrados em série definidos por escuros arcos, segundo Vilhena (68).

Os Cobertos Grandes configuravam um espaço de, aproximadamente, 55m x 12m, ou seja, 660 m². Os Cobertos do Meio, segundo medição na planta do provável discípulo de Caldas (1777:RAC018), teriam 18m x 12 m, ou 216 m²; e os Pequenos, 15m x 12 m, ou seja, não mais de 180 m². Não eram espaços de grandes dimensões. A hipótese mais provável é de que as numerosas lojas e tendas existentes no local deveriam ser de tamanho reduzido.

Apesar desta significância, só foi possível identificar, nos Cobertos Grandes, uma loja de brinquedos, violões, guitarras e artigos para festas, de João do Prado Carvalho.

O Centro da Cidade Baixa não se reduzia, contudo, aos Cobertos. Entre estes e o cais Novo ou da Misericórdia existiam, em fins do século XVIII e início do XIX, 11 quarteirões. Nestes quarteirões, distribuíam-se dezenas de lojas de sobrado, onde se praticavam, também, os mais variados tipos de comércio (RAC018 e RAC026).

Boa parte desta área tinha pertencido aos jesuítas. Logo após sua expulsão da Bahia, entretanto, estes terrenos foram incorporados aos domínios da Irmandade da Misericórdia que se encarregou, até o início do século XIX, de consolidar áreas ainda inundáveis, praticamente re-construindo quarteirões, retalhando o solo criado e edificando dezenas de casas, sobrados com lojas e armazéns (69).

A iconografia e as referências escritas de Damásio (RAC026) não são completas ou precisas nem com relação à localização, dimensões e formato dos lotes de terreno que estavam localizados nesta área, nem com relação às dimensões e implantação dos sobrados construídos sobre os mesmos.

Não coincidem, no que se refere ao traçado das ruas e sua designação, com as indicações de Castro (RAC018), fato também já comentado em outra parte deste mesmo texto. Estas alterações são suficientes, no entanto, para tornar irreconhecível o loteamento dos quarteirões em 1777 face ao de 1862, o que dificulta, muitas vezes, a identificação de numerosos estabelecimentos comerciais.

De qualquer forma, foi decisiva a ação da Misericórdia que edificou, ou promoveu a edificação em, pelo menos, nove quarteirões da área, embora possuísse, também, o direito pleno (adquirido por arrematação ao Governo) sobre o solo de mais seis quarteirões, aforados e retalhados por particulares.

Resumidamente, a Misericórdia construiu 10 sobrados de 1 andar, 14 de 2 andares e 10 de 3 andares, todos com lojas ou armazéns. Ao todo, foram construídas 38 lojas e 9 armazéns. Cabe, contudo, retornar à observação inicial de que nem sempre estas lojas eram destinadas ao uso comercial ou de serviços, sendo

muitas delas utilizadas para outras finalidades, tais como alojamento de escravos ou de agregados, fogo de aluguel, depósito, etc.

Do Censo de 1855 e de anúncios publicados em jornais e almanaques, é possível identificar diversas lojas: uma pequena amostra, mas o suficiente para constatar a diversidade e intensidade do comércio na área (70).

Haviam, por exemplo, entre lojas que se dedicavam a comercialização de produtos químicos e farmacêuticos: uma loja de drogas importadas para farmácias na rua Direita do Comércio (pílulas, água inglesa, anti-sifilítico, etc.); um armazém de drogas e produtos químicos (bases, solventes e material para pintura de casas) também na rua Direita do Comércio. Na mesma rua, foram identificados o Droguista Lima & Irmãos, e o depósito de sabão dos mesmos sócios. A rua dos Droguistas, entre os Cobertos Grandes e a encosta deveria ser a área de concentração destas lojas, se bem que tenham sido encontradas lojas desta categoria em outras ruas, tais como a loja de drogas de Pedro Borges Leitão e a loja especializada na venda de bixas (sanguesugas importadas diretamente de Lisboa para tratamento de sangria), ambas na rua do Julião (70).

Não foi possível resgatar o nome das lojas existentes na rua dos Albigebes, cujo significado corrente seria rua dos comerciantes de roupas. Descobriu-se, em contrapartida, loja de fazendas da moda, de M.P. Carvalho, na praça do Comércio, outra de Mme Poisson, na rua do Louça, e uma loja de bengala e chicotinhos na rua Nova do Comércio (70).

Lojas de fazendas distribuíam-se, aliás, por toda a área, tais como a de fazendas de José Luiz Pinto Coimbra, nas Grades de Ferro, a de tecidos de Domingos Pereira Espinheiro, no Pilar, 127, a de moda de Mme Delfina Castellet, no Corpo Santo, a de chapéus importados de Paris no largo de Santa Bárbara e de chapéus de sol e bengalas, na praça São João.

Até mesmo na rua dos Droguistas, esquina do Taboão, havia um escritório de fazendas, de Antonio Francisco Brandão, que "se conservou por longos annos, o qual conseguiu ter um dilatado raio de ação por todo o sertão, sendo ahí immensa sua preponderancia, attraíndo a freguesia e dando-lhe hospedagem no vasto prédio onde era estabelecido, mantendo, assim, o costume do antigo commercio em grosso" (70).

Uma aglomeração interessante de lojas de armamentos, caça, pesca e ferragens constituiu-se nas proximidades do beco do Funil e do Taboão, como a de John Andrews, no beco do Funil; as de João André de Souza e Rios Moreira & Cia, no largo do Guindaste; a de Cipriano José da Costa, nos Cobertos, além de diversas outras na fonte dos Padres e na rua Nova do Comércio, como as de Francisco Adães Villasboas e a de Manuel Jose Pereira de Araujo. Foi também identificada uma loja dedicada a este mesmo

tipo de comércio na rua do Corpo Santo, que pertencia a Chuchu Frederico (70).

Foram identificadas, ainda, nesta mesma área, a loja "O Paraíso da Gourmandise", de Guimarães Costa (vinhos, doces, queijos, chás, presentes e licores), na rua do Comércio e o restaurante "Dois Amigos", na rua do Louca, além do Hotel Mueller, na rua Nova do Comércio. Outro hotel identificado foi o Hotel Todos os Santos, já em Santa Bárbara, assim como o Hotel das Nações, incendiado (71).

O fato é que todo este comércio, de porte médio, era misturado, a montante, com o grande comércio de exportação, cuja localização era mais próxima do cais. Assim é que, nas terras aforadas pela Misericórdia a particulares, embora não possamos identificar as lojas, é possível encontrar o nome de diversos foreiros importantes ligados as atividades de exportação, tais como Joaquim Pereira Marinho, Francisco José Godinho, João Antonio Monsan (ou Monção), Gustavo Henrique Gunter, João José Leite, etc. Um quarteirão em particular, localizado provavelmente entre a rua Formosa e a rua Direita do Comércio, teria tido como foreiros da Santa Casa, em sucessão: Cerqueira Lima, Joaquim Miguel Cardoso, Major José Inacio Accioli, o marquês de Barbacena e o conde de Iguassu (72).

A centralização do comércio lojista neste trecho da Cidade Baixa não deve obliterar o fato de que este se disseminava por todos os demais quarteirões, o que pode ser facilmente constatado, pelos exemplos citados, ainda que poucos. Além disso, as atividades econômicas desenvolvidas na Cidade Baixa não se restringiam ao comércio lojista de grande ou pequeno porte.

Eram numerosos os comerciantes retalhistas que se dedicavam ao pequeno comércio de gêneros alimentícios, embora se deva mencionar a presença de lojas de secos e molhados, quitandas, acougues, e tabernas disseminadas por toda a Cidade Baixa.

A esta categoria somava-se um número infinito de feirantes e ambulantes, vendendo pão, massa, leite, carne, taboca, pirolito, queimado, doces de banana e goiaba, mingau, cuscuz, açafrã, cocada, fato de boi, verduras, carvão, etc. (73). Haviam "cacheteiras, que vendiam comidas prontas, fressuras cozidas e doces, peixeiros que, além das garoupas, ofereciam camarões em pratos..." (74).

A Bahia, aliás, sempre teve tradição na confecção de doces, confeitos e rebuçados, através dos quais manteve comércio ativo. Em 1632, o confeitiro Bertolameu Rodriguez arrematou o foro, em hasta pública, 18,5 br. de chão atrás da igreja de N. Sra. da Conceição, e tudo leva a crer que descendentes seus (Manoel em 1642, e Francisco, 1648) continuaram os negócios (75).

Embora não tenhamos localizado, é possível que houvessem padarias na Cidade Baixa. Afinal de contas, da lista dos que amassavam o pão, em toda a cidade, em 1644, constavam 13 padeiros e 3 padeiras (76).

No fim do século XVIII, Vilhena (ob. cit.) indica uma feira livre, na ocasião chamada de quitanda, como em Angola, na Praia da Ribeira. É bom chamar a atenção para a possível existência de barracas na área dos Cobertos, devidamente representadas pelo discípulo de Caldas (RAC018).

Trinta anos depois, Rebello (1828: ob. cit.) registra duas feiras às quartas: uma no cais Dourado e outra na praça São João.

A praça São João foi feita, em 1819, às custas do Senado da Câmara, com casas próprias em três ruas iguais e três escadas para o mar: uma no centro, outra para o norte e outra para o sul. Esta praça foi totalmente reconstruída em 1853 (77).

Em 1855 encontram-se duas grandes quitandas nesta praça em direção à rua do Mercado. Na primeira, próxima aos arcos de Santa Bárbara, vendiam-se, no seu interior, carne seca, talhos de carne, cereais e verduras; no seu exterior, existiam lojas de fazendas e miudezas. Na segunda, do outro lado, vendiam-se, no seu interior, gêneros do Reconcavo, hortigranjeiros e frutas; no seu exterior, ficavam pequenas lojas de mercadorias diversas.

Em 1876, registra-se um incêndio nas lojas dos negociantes Serva e Benjamim, sediados nesta praça (78).

Pela descrição, tais quitandas assemelhavam-se a verdadeiros mercados, tal como o Mercado Ouro, que surge com a ampliação do cais Dourado, na segunda metade do século (79).

A Câmara Municipal permitia, ainda, o comércio de todos os tipos de gêneros na praça da Casa do Comércio, no cais Dourado, no largo da Igreja do Pilar e no largo da frente do Noviciado da Jequitaita (80).

A venda de peixes e feto de gado só era permitida, entretanto, na rua das Pedreiras, próxima a antiga Ribeira dos Pescadores, e nos arcos de Santa Bárbara (81).

Entre os pequenos estabelecimentos dedicados à prestação de serviços, por fim, eram comuns as barbearias, as lojas ou tendas de sapateiros, os pequenos ateliers de costura, lojas de capelistas e santeiros, lojas de perfumistas, funilarias, etc.

Dentre estas, as mais pitorescas eram as barbearias, que chamaram a atenção de diversos viajantes, como Denis (1817:307), Debet (1817) e Wetherel (1849:317).

Denis comenta que as "as barbearias substituem, com frequência, os bares. É ali que se relatam as notícias e, muitas vezes, é ali que elas se fazem". Além disso, surpreendem as múltiplas tarefas executadas pelos barbeiros que, muitas vezes, se arvoravam em cirurgiões aplicadores de sanguessugas, dentistas, além de se dedicarem a música (82).

Cantos

Nos cantos organizava-se, sob influência da cultura negra, a prestação de serviços dos ganhadores e libertos. Embora sua localização fosse nos próprios logradouros públicos, não possuindo uma base física estável, uma área especialmente arrumada para o exercício das atividades que lhes eram próprias, os cantos animavam a vida comercial da cidade e lhe davam o tom efetivamente negro na organização do espaço como um todo. Além disso, os cantos podiam facilmente mudar de um ponto para o outro, desde que não interferissem na organização de outros cantos (83).

O registro mais antigo de cantos no século XIX data de 1809, ainda que suas origens possam remontar aos séculos anteriores. Os cantos desta época, segundo Moura (1959:368), que os localiza a partir do estudo de uma revolta, distribuíam-se, na Cidade Baixa, ao longo do cais Dourado e do cais do Corpo Santo.

Em meados do século, encontram-se referências ao canto de cadeiras na encruzilhada da ladeira da Preguiça (NOTA 35).

Em 1875, Silva Campos (1949:365) registra cantos desde o cais do Ouro até a Conceição.

Rodrigues (1952:372), por sua vez, registra os seguintes cantos na Cidade Baixa, em fins do século XIX:

- dos arcos de Santa Bárbara, preferidos pelos guruncis;
- entre os arcos e o Hotel das Nações, preferido pelos "velhos cansados e sonolentos da outrora aguerrida colônia dos haussás;
- do Mercado, da rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes, e em vários pontos da rua das Princesas, inaugurada em 1866. Eram cantos, também, de velhos, desta vez da nação nagô.

Em resumo, à exceção das manufaturas, dos trapiches às lojas, das firmas às tendas e cantos, o comércio e a prestação de serviços se apresentavam como as atividades econômicas dominantes sobre o solo. O uso do solo das freguesias da Conceição e do Pilar, ainda que possa ser caracterizado como misto, visto que a maioria das lojas era incorporada a casas térreas e sobrados de um, dois ou três andares, não tinha a residência como unidade de expansão. A ocupação residencial acompanhava a comercial, e não o seu inverso. Por esta razão, parece-nos pouco relevante se o espaço das chamadas lojas de sobrado fosse eventualmente

utilizado como fogo, destinado ao uso de escravos e agregados ou a aluguel para famílias pobres (85).

5.5. Evolução da Toponímia

É relativamente difícil indicar os nomes certos para as diferentes ruas e praças que foram se criando e se transformando, ao longo dos séculos, nas freguesias da Conceição e do Pilar, mesmo recorrendo a levantamentos realizados nos séculos anteriores e a levantamentos escritos.

Nos limites da pesquisa cartográfica e bibliográfica realizada encontramos, neste sentido, contradições e ocorrências difíceis de serem resolvidas ou equacionadas, tais como as mesmas ruas com nomes trocados em dois autores, ruas que modificaram inteiramente de traçado, mas que continuaram com o mesmo nome, ruelas e becos que só aparecem em uma única fonte, etc.

Os desenhos de Castro (RAC018) e Damásio (RAC026), cobrindo aproximadamente a mesma área, apresentam nomes trocados para os mesmos logradouros, como é o caso dos cais da Farinha e do Lixa.

A planta de Weill (RAC025), embora semi-cadastral, não indica o nome de todas as ruas existentes à época, a não ser as realmente importantes, como, por exemplo, a rua que beirava as casas na encosta. Esta rua chamava-se, no seu início, rua do cais da Ribeira; dava continuidade através da rua do Corpo Santo; passava a chamar-se, à altura da praça do Comércio, de rua do Julião, para, logo em seguida, tomar o nome de rua do cais Dourado. No trecho seguinte, chamava-se rua do Pilar.

Do sul para o norte, Weill nominaliza, à beira-mar, a Ribeira das Naus, a praça São João (à frente do antigo cais de Santa Bárbara, cujo acesso à ladeira da Misericórdia se dava pela rua do morgado de Santa Bárbara), a praça do Comércio, o cais Dourado, Coqueiro e Água de Meninos.

Nascimento (1986:300), por sua vez, oferece um rol escrito dos logradouros da Conceição e do Pilar para as décadas de 50 e/ou 60 do século passado, mas não faz referência às fontes.

Na lista feita por Nascimento há muitos casos de logradouros não identificados, designações de ruas para as quais só foi possível encontrar confirmação em período posterior àquele para o qual se supõe válida a listagem, logradouros cuja localização está apontada para uma freguesia e que só foi possível encontrar em outra, etc.

A planta de Los Rios (RAC029), outra importante fonte para indicação dos nomes de ruas e praças, não é uma planta semi-cadastral, o que dificulta a comparação com a plantas anteriores no que se refere ao traçado das ruas e praças identificadas. A planta de Weill, por sua vez, (RAC025) é semi-cadastral, mas não traz o nome de todas as ruas. Já a planta de Vieira (RAC020), do

final do século anterior, mesmo com as indicações de Vilhena, tem poucas informações toponímicas.

Os nomes das ruas, trecho a trecho das freguesias da Conceição e do Pilar, em meados do século XIX, eram os seguintes:

A) primeiro trecho

Largo da Conceição, rua das Pedreiras, rua do Estaleiro, ladeiras da Preguiça, Gameleira e Conceição. É possível que a rua em frente às pedreiras fosse chamada de rua das Pedreiras e seu prosseguimento, na direção norte, de rua dos Estaleiros. Estes nomes não aparecem nas cartas estudadas.

Na planta de Los Rios, em contrapartida, aparece o largo da Preguiça e o beco das Pedreiras, que iniciava no meio da ladeira da Preguiça e seguia a meia encosta, para o sul, paralelo ao mar.

B) segundo trecho

A rua que ia da Conceição ao Corpo Santo foi chamada por Nascimento de rua da Ribeira; nas cartas estudadas, encontramos referência a rua do cais da Ribeira ou rua das Portas da Ribeira.

C) terceiro trecho

O número de logradouros deste trecho é bem maior que o dos trechos anteriores.

As ruas transversais identificadas, do sul para o norte, foram: rua da Alfândega, ao norte da praça da Alfândega; rua São João, que limitava ao sul a praça São João, e a rua do Morgado de Santa Bárbara.

No segundo quarteirão, a partir da beira-mar, entre o beco dos 90 e a rua São João (desaparecida entre 1860 e 1894), tinha se localizado, em fins do século XVIII, o trapiche das Grades de Ferro. Nascimento relaciona a rua das Grades de Ferro que tanto poderia ser uma das citadas (beco dos 90, rua São João), como a rua que correspondia ao traçado do antigo cais de Santa Bárbara, à frente do trapiche mencionado.

Neste trecho desembocavam, vindo da Cidade Alta: a ladeira do Palácio, a ladeira da Misericórdia e a ladeira da Montanha, todas confluindo praticamente para o mesmo ponto, à frente da rua do Morgado de Santa Bárbara.

Pela planta de 1894, verifica-se ainda a existência de três ruas paralelas à linha de costa: rua do Cais, sem nome, que se prolongava até a praça da Associação Comercial; a rua Senador Dantas, que tinha a mesma extensão da primeira; e a rua Conselheiro Saraiva, que começava na rua São João, atravessava a rua do morgado de Santa Bárbara e seguia, como as anteriores, até a altura da praça da Associação Comercial. A rua Conselheiro

Saraiva, em seu extremo norte, no século XVIII tinha recebido o nome de travessa do cais do Lixa.

A rua seguinte, paralela à linha de costa, era, então, a rua Formosa, com maior extensão que a referida travessa, pois começava mais ao sul, antes do beco dos 90 e seguia, como a Conselheiro Saraiva, até a Praça da Associação. A rua Formosa, tal como a Conselheiro Saraiva, tinha, no começo do século, outro nome em seu trecho mais ao norte: rua dos Algibebes.

A última rua era a mais encostada as casas que ficavam ao sopé da Montanha, dando continuidade a rua das Portas da Ribeira. No trecho, ela era designada como rua do Corpo Santo.

D) quarto trecho

Este é o trecho que apresenta o maior número de problemas, em termos de nomes de ruas, dadas suas constantes modificações ao longo do tempo.

No desenho de Damásio (RAC026), por exemplo, o cais da Farinha do desenho de Castro, discípulo de Caldas (RAC018) torna-se o antigo cais do Lixa, na pancada do mar. Já o prolongamento do beco do Garapa é indicado como sendo, por Damásio, o cais do Lixa em outros tempos, enquanto Caldas o tinha designado 80 anos antes com o nome de antigo cais da Farinha. Este mesmo prolongamento, 50 anos depois de Damásio, é chamado por Los Rios (1894:RAC029) de rua do Garapa.

O cais do Lenha, no desenho de 1777, torna-se a rua dos Cobertos Pequenos; o cais do Cana, rua do Comércio; o cais da Farinha (ou do Lixa?), à beira-mar, prolongamento do cais Novo ou da Misericórdia, torna-se a rua Nova do Comércio, em razão dos aterros da primeira metade do século XIX.

O traçado da travessa do guindaste dos Padres, em 1862, sofre, por sua vez, uma ligeira torção para o norte, deslocando-se cerca de 20 metros de sua posição anterior no extremo oeste. No prolongamento da rua Formosa é aberta, no mesmo período, a rua do Louça, mais tarde retificada para dar um traçado contínuo com a rua dos Algibebes. Todo este trecho assume, em 1894, o único nome de rua Formosa. A rua Direita do Comércio de 1862 é um prolongamento da antiga travessa do cais do Lixa de 1777, transformando-se, em 1894, em rua Conselheiro Saraiva.

Neste trecho, as ruas transversais eram, segundo a planta de Los Rios, do sul para o norte: a rua do Morgado de Santa Bárbara; a rua das Escadas de Ferro e a rua Pedroso, ambas terminando na rua Formosa, sem atingir a rua que beirava a encosta; em seguida, a rua dos Ourives; depois, uma rua sem nome e, por fim, a rua dos Cobertos Grandes. Embora tenha sido este o nome com o qual designou Los Rios, para Castro, em 1777 (RAC018), o logradouro chamava-se cais do Cana, ou seja, a rua que limitaria, ao sul, a praça da Associação Comercial.

A rua dos Cobertos Grandes, segundo Castro, correria paralela, e não transversal à encosta, desde a travessa da fonte dos Padres, continuando em direcção ao sul. Era paralela, por conseguinte, à rua dos Cobertos Pequenos, que terminava, por sua vez, na travessa do Guindaste.

Nascimento chama de rua do guindaste dos Padres a mesma rua que Caldas designa como dos Cobertos Grandes, enquanto Los Rios, ao final do século XIX já a chama de rua dos Droguistas. A frente do guindaste estava a travessa do Guindaste que, segundo a planta de Weill, em 1860, terminava no largo do Guindaste, um quarteirão abaixo.

As ruas paralelas a linha de costa eram as mesmas já citadas no trecho anterior, à excepção de duas: a rua que beirava a encosta, a qual acabamos de nos referir, cujo traçado dava continuidade à rua do Corpo Santo para o norte; e a rua que, correndo paralela entre esta e a rua Formosa, antiga Algibeles, ligava a rua dos Cobertos Grandes (ou do ex-cais do Cana?) à rua dos Ourives. Atravessava, assim, dois quarteirões: era a rua dos Cobertos Médios.

Nascimento cita diversos cais da freguesia da Conceição, entre a Alfândega e a praça da Associação Comercial: de Santa Bárbara, do Ramos, do Bastos, do Pedroso, da Amarra, dos Reis. Foi possível levantar a localização de apenas três deles: os de Santa Bárbara e o do Pedroso, que estariam mais próximos à Alfândega e no início, à beira-mar, das ruas que levavam o mesmo nome e seguiam rumo à encosta; e o cais das Amarras, nome pelo qual seria conhecido todo o trecho referido ao final do século XIX. É possível, assim, que nomes diferentes refiram-se ao mesmo trecho de cais. As lacunas de informações localizadas são evidentes.

Não foram identificados em planta os seguintes logradouros da relação de Nascimento, ainda não citados: praça do Mercado (tanto poderia ser a praça São João, quanto a do Mercado Ouro); rua Nova da Alfândega (limitaria a Alfândega ao norte?); rua Direita do Comércio; rua da Louça (antigo cais do Louça?); rua do Campo da Lenha, além de diversos becos.

São citados: beco do Garapa, beco do Mataporco, beco do Figueredo, beco dos Calafates, beco da Conceição, beco do Grelho, beco do Enrola e beco do Funil. Dois destes becos já não o eram em meados do século: o beco do Garapa, que passou a dar continuidade, ao norte, à rua do Corpo Santo; e o beco do Mataporco, na descida da ladeira da Misericórdia, cujo acesso seria, até o fim do século, vedado, para dar melhores condições de traçado à ladeira da Montanha.

E) trechos do Pilar

Os logradouros do Pilar, em meados do século, seriam os seguintes, segundo Nascimento: praça do Comércio (ou da Associação Comercial); largos da Conceição e dos Mares; cais do Sodré e Dourado; ladeiras da fonte das Pedras, da Soledade, do Caminho Novo, de Água de Meninos, de São Francisco de Paula, de Água Brusca; ruas do Julião, Comércio, Uruguai, Cais Dourado, Pilar, SS.Trindade, São Francisco de Paula, Muganga, Direita do Cais Dourado, Xixi, Direita dos Coqueiros, Água de Meninos, Direita do Noviciado, Mangueira, Bom Gosto, Vala e Calçada do Bonfim; travessas do Julião, do Comércio, do Uruguai, do Cais Dourado e, por fim, becos do Sodré, Martins, da Carne Seca, Central, da Mangueira, da rua da Vala, da Fortaleza, da Jequitaita.

Além das cartas estudadas e da relação de Nascimento, que acompanha um estudo sobre o Censo de 1855, existem também relações extraídas de outros levantamentos. No levantamento para fins de avaliação das condições sanitárias da freguesia do Pilar em 1849, já mencionado, chama a atenção exatamente o fato de que diversos trechos de ruas que poderíamos pensar que pertenceriam à freguesia da Conceição são citados como integrantes da freguesia do Pilar. São eles: a rua do Comércio, a praça do Comércio, a rua do Julião, o beco da Carne Seca, o beco Central, a rua Direita do Cais Dourado e rua Direita do Pilar.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

- (1) A Irmandade de S^{mo}. Sacramento recebeu do rei o privilégio de constituir freguesias e possuir altar nas Igrejas-Matrizes.
- (2) Ver Azevedo (1969:334), ps. 182. Mattoso (1978:340), ps. 247 e seguintes, Nascimento (1986:300), pg. 29.
- (3) O primeiro bispado do Brasil foi instituído em 1532 pelo rei D. João III e, no mesmo ano, o primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha instituiu as freguesias de S^{mo} Sacramento na Sé e de N. Sra. da Vitória. A freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia foi criada pelo bispo D. Marcos Teixeira, elevando a igreja existente à condição de Matriz. A largura do território desta freguesia "nunca excedia a 50 braças" (aproximadamente 110 metros), segundo Nascimento (1986:300). A freguesia de S^{mo} Sacramento do Pilar foi criada pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro de Vide em 1720, após a irmandade ter sido instituída em 1718 e ter sido aprovado seu compromisso em 1719, o que, às vezes, leva a alguns desavisados confundirem as datas. Já a freguesia de Santo Antonio Além do Carmo, da qual a freguesia do Pilar subtraíu parte do trecho em que a mesma beirava a Baía de Todos os Santos, tinha sido criada pelo bispo D. Pedro da Silva Sampaio. Entre as fontes indiretas destas informações podemos citar as descrições de Accioli (1919-1940:320), vol. 5, pags 370 em diante. A fonte direta é o Livro de Registros das Freguesias do Arquivo da Cúria de Salvador. Servem, também, como fontes, as listas de qualificação eleitoral do Arquivo Público do Estado da Bahia, Presidência da Província, Judiciário, marcos 2825 e 2900 para Conceição da Praia, anos de 1846 e 1862, respectivamente, e marco 2814, para o Pilar, ano de 1859. Os limites entre as freguesias foram estudados a partir plantas mencionadas em anexo.
- (4) Edelweiss, Frederico B., N. Sra. da Conceição da Praia, a primeira igreja da cidade de Salvador e o âmbito primeiro de sua freguesia, in Bicentário de um monumento baiano, Ed. Beneditina Ltda, Salvador, 1971.
- (5) Pela observação do primeiro frontespício da cidade de Salvador (RAC001), a Preguiça sofreu o primeiro aterro antes de 1630. Este aterro parece ter possibilitado um certo assoreamento um pouco ao norte do mesmo, no período que vai de 1630 a 1715, o que pode ser examinado através da planta de Massé. Com o avanço da bateria da Ribeira e a construção da Ribeira das Naus, que pode ser observado pelas plantas de Vieira (RAC020) e de Weill (RAC025), este processo intensificou-se, pois as construções criaram uma barreira ao norte da Preguiça, que facilitava a contenção de depósitos trazidos pelas marés. Mas é no período de 1860 a 1894 que se observa o maior aterro da área, o que pode ser constatado pela análise da planta de Los Rios (RAC029). Observando-se, em seguida, nas mesmas plantas, o processo de ocupação e de uso do solo, verificam-se modificações no traçado dos quarteirões entre as linhas de costa e de encosta. Como os limites entre a freguesia da Conceição e de S. Pedro passavam por esta área, justifica-se a alteração dos mesmos durante suas sucessivas configurações.
- (6) A verificação empírica deste fato pode ser obtida pela observação das listagens de ruas e quadras nos Censos existentes. Demonstrar através de documentação histórica convenientemente que as casas situadas na parte baixa da encosta pertenciam as freguesias do Porto, assim como as terras baixas eram de propriedade das Irmandades religiosas.
- (7) Caldas (ob. cit.) refere-se, na pg. 210, ao Armazém Real do Contrato do Sal, "contíguo ao Arsenal que ocupa pela parte da Preguiça". Vilhena (ob. cit.), cita textualmente, na Carta Primeira, pg. 47, o extinto Hospício S. Felipe Meri, como filial da freguesia de Conceição da Praia, e este hospício estava localizado nas Pedreiras. Em resumo, todo o sítio desde as Pedreiras (cuja localização, nas cartas do século XIX, é na freguesia de S. Pedro Velho) até a frente da igreja da Conceição tornou-se conhecido como sítio da Preguiça.
- (8) Vilhena começa a descrever o bairro do Pilar a partir do extinto Forte S. Francisco (PT08) e nele inclui o trecho de Mares até MontSerrat, embora na época já tivesse sido instituída a freguesia da Penha. Anteriormente, no entanto, comenta que o Pilar teria aproximadamente 1200 metros, o que coloca seu limite final na Jaqueitã. Ver ob. cit. pgs 99 e 100. Rebello (ob. cit.), por sua vez, termina a descrição da freguesia de Conceição da Praia na Praça do Comércio e começa a do Pilar no Cais Bourado, cuja primeira configuração, segundo a planta de Vieira (RAC020) era imediatamente ao norte do Forte S. Francisco. Terminava sua descrição do Pilar em Boa Viagem, tal como Vilhena. Estas colocações fazem pressupor a pouquíssima importância que os moradores da cidade atribuíam à Penha, enquanto freguesia.

(9) Este levantamento está no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Histórica, Presidência da Província, Sub-Delegados, caixa 79.

1. Rua do Comércio, Praça do Comércio, Rua do Julião, Beco da Carne Beca, Beco Central;

2. Rua Direita do Cais Dourado, parte do Cais, Beco do Cais Dourado;

4. Rua do Cais Dourado, rua Direita do Pilar;

5. Rua Direita do Pilar. Este quarteirão tinha no seu âmbito, a Igreja do Pilar, o Trapiche Barnabé, o Hospício do Pilar;

6. Rua do Xixi;

7. Rua Direita dos Coqueiros;

8. Rua Direita da S.Sa. Trindade, onde estava situado o Quartel de Água de Meninos;

9. Ladeira da Soledade e de Água de Meninos;

11. Rua de São Francisco de Paula;

12. Rua da Manganga;

13. Rua Direita do Moviciado, em frente a Jequitaia;

14. Rua da Mangueira e um Beco na mesma rua;

15. Rua do Bom-Gosto;

16. Rua do Bom Gosto, compreendendo a Casa de Correção e a Fábrica de Tecidos de Domingos Gomes Ferreira, no Engenho da Conceição;

17. Beco da Rua da Vala para a Rua do Imperador, Rio do Pântano;

18. Rua da Mangueira, Beco da Fortaleza da Jequitaia, Rua da Vala;

20. Rua da Calçada;

21. Rua da Calçada.

(10) As casas do Pilar que foram separadas desta freguesia para constituir a freguesia da Penha, pela análise comparativa entre os censos de 1774 e 1759, pela lógica da expansão e da divisão formalizada entre ambas só poderiam estar distribuídas na área que ia da Jequitaia, passando por Mares e Boa Viagem até atingir o Rosário.

(11) Segundo Angel, Noema, Visitantes estrangeiros na Bahia Dilectantista, Ed. Caltrix, S. P., 1900, pg. 167, "Ao Boôlia ia-se de barco, como Lindley, em 1802, ou de saveiro, como Kidder, em 1839. Ambos fizeram mais ou menos o mesmo trajeto, e ambos preferiram voltar à cidade a pé, o primeiro cojeando a praia, e passando pelas ruínas de uma igreja e convento dos Jesuítas abandonados (Lindley, pg. 135 e seq.) e o segundo, subindo a ladeira, passando pelo convento da Soledade (Kidder, pg. 52)."

(12) Esta carta data de 1551, embora Luis Dias estivesse executando construções desde 1549, quando aqui chegou com Thomé de Souza.

(13) A questão é controversa. Barros, Teixeira, Extinctas Capellas da Cidade de Salvador, Revista do IGH, n. 58, Bahia, 1930, pg. 345, fala da capela no mesmo local. Entretanto, a atual igreja é a terceira construída no local, sendo que a primitiva era de bem menores proporções. É difícil supor que estivesse tão encravada na rocha quanto a última. Para melhor conhecimento sobre o assunto, consultar: Alves, Marieta, Igreja de N. Sra. da Conceição da Praia e Edelweiss, Frederico, Nossa Senhora da Conceição da Praia e o âmbito primitivo de sua freguesia, Ed. Beneditina, Salvador, 1971.

(14, 15 e 16) A reconstituição de Lachsenmayer (ICD:001), com indicações de Vanderley Pinho, tiradas do Livro Velho do Tombo do Mosteiro de S. Bento do litoral da Preguiça no ano de 1600, complementadas com as análises de Simas e a equipe do CEAB, publicadas no livro Evolução Física de Salvador, vol. 1, pgs. 32, 33, 54, 55 e 56 são as principais fontes secundárias para esta e as seguintes afirmações. Simas baseou-se nas seguintes fontes diretas, que avalia minuciosamente: carta de Luis Dias a El-Rei, de 15 de agosto de 1551 e carta de Luis Dias a Miguel de Arruda, de 13 de julho de 1551, em péssimo estado de conservação, divulgada por Rodolfo Garcia nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. LVII, 1925.

(17) Segundo Simas (ob. cit.), pg. 33, a localização em planta local dos reanescentes deste baluarte foi realizada pelo "Almirante Alves Câmara, em trabalho rrudito publicado".

(18) A planta de Salvador do livro Razão do Estado do Brasil, da Biblioteca do Porto de 1610, apresenta ainda a "laga do porto", embora coberta por um papel colado, onde está representado o projeto de um novo baluarte. É possível que, à época, o forte primitivo já tivesse desaparecido, visto ter sido construído em madeira que, segundo Luis Dias, em 1551, seria "tão forte que durará segundo dizem viate annos por ser de paos de usage que se criam naçoa e saã como ferro".

(19) Costa, Luis Menezes Monteiro da, *Certições de Nascimento de N. Sra. do Pópulo, 1754*, elucida a questão sobre os fortes do mar.

(20) A referência a esta varadouro está no "Trellado da Carta de Sesmaria dos chaós que estão defronte das ollarias da banda do mar da Praia de ba língoa de terra e sincoenta braças Ao dezenbargador Balthazar Ferraz", em 1640, transcrito no Livro do Tombo de S. Bento (1945:382), pg. 359.

(21) No Livro do Tombo de S. Bento, pg. 361, "Trellado de bañ Petiçan despacho e auto de posse...", há referência a um "quaradouro na praia de N. Sra. da Conceição...". No varadouro, segundo Pinho, na introdução ao mesmo livro, querriavam-se (= limpavam-se os cascos das) naus. Era a ribeira onde se construíam bergantins e se descarregavam as fazendas dos navios, um misto de estaleiro e cais de atracação primitivo.

(22) Ver Edelweiss, (ob. cit.), pgs. 75 e 76.

(23) Todo o terreno do Caes Novo, compreendendo a rua da Louça, rua Formosa, rua Direita do Commercio, rua Nova do Commercio (lado de terra), rua do Commercio (em frente ao Taboão, do lado sul) e beco do Garapa (lado do norte), de acordo com Damasio, Tombamento dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia em 1862, in revista do IGH n. 81, 1937, pg. 257, tinha sido arrematado por esta instituição em "12 de março de 1762 perante a Junta de Arrecadação dos bens da Companhia de Jesus a quem elle havia partenciado, pelo preço de 112.000 cruzados...". "...tinha o terreno todo a forma de um rectangulo com 491 palmos de norte a sul que então corrião pelo beira do caes chamado "Novo" ou "Dos Padres", e 300 palmos do mar para a terra, ou de leste a oeste, livres da rua e da grossura da parede do caes. Confinava pelo sul com o caes da Farinha e casas da Misericórdia no caes do Lixa; pelo norte com o mar, onde fazia canto o mesao caes Novo, ou dos Padres, e seguia-se o beco em que encontrando o mar, servia de divisa as casas da rua do Sodré (hoje rua do Commercio fronteira a ladeira do Taboão); pelo oeste com a pancada do mar (hoje o lado de terra da rua Nova do Commercio); e, pelo leste, com a rua e caes dos ditos Padres (hoje rua dos Cobertos). O preço da arrematação foi por prestações que se deviam realizar em 9 annos, e a posse, por parte da Santa Casa, tomada a 11 de Agosto de 1762, mas o pagamento só se concluiu em 1806".

(24) A construção de casas e sobrados nas terras da Misericórdia, em fins do século XVIII pode se constada pela simples leitura da tabela em anexo.

(25) Carta de Luis Dias a El-Rei de 15 de agosto de 1551.

(26) Carta de Luis Dias a Miguel Arruda de 13 de julho de 1551.

(27) Ver Azevedo, *Povoamento da Cidade de Salvador, 1969*, pg. 166.

(28) Rocha Pita, *Mistória da América Portuguesa*, item 13.

(29) *Caldas (1757:ob. cit.)*, item 9, e *Vilhena (1790:ob. cit.)*, carta I.

(30) *Ver Nascimento, Dez Freguesias da Cidade de Salvador.*

(31) Outro indicativo deste racamento é o número de casas e sobrados edificados pela Irmandade da Misericórdia.

(32) Arquivo do Estado da Bahia, Presidência da Província, Juizes de Paz, caixa 1.047, maço 2679.

(33) QUADRO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR NO PERÍODO COLONIAL.

1584	120.000 arrobas
1628	3.000 caixas/ano
1648	25.000 caixas de produção
1675	7.000 a 8.000 arrobas de produção por engenho
1682	10.000 caixas
1710	14.000 caixas, sendo 8.000 de branco macho, 1.000 de branco batido, 1.200 de mascavado batido
1736/39	10.000 caixas, sendo 6.666 brancas de 40 arrobas e 3.334 mascavados de 4 arrobas
1739/41	10.000 caixas
1741/43	10.000 caixas
1743/46	10.000 caixas
1746/48	19.000 caixas
1748/50	10.000 caixas
1750	10.524 caixas, 1.063 fechos e 179 caras
1750/52	10.000 caixas
1752/53	10.000 caixas
1753/55	10.000 caixas
1755/56	10.000 caixas
1756/58	10.000 caixas
1758/61	15.000 caixas
1761/63	17.000 caixas
1763/64	10.000 caixas
1764/66	12.000 caixas
1778	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavo
1779	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavo
1780	11.052 caixas, 772 fechos e 287 caras
1780	12.000 caixas
1781	12.000 caixas
1783	12.000 caixas
1784/89	12.000 caixas, sendo 8.000 do branco e 4.000 do mascavo
1784/89	12.000 caixas, mantendo-se esta média por ano, no período
1790	14.303 caixas, 664 fechos e 30 caras = 605.433 arrobas
1801	742.937 arrobas
1803	775.768 arrobas
1806	822.900 arrobas
1806	26.000 caixas
1807	27.000 caixas
1807	27.300 caixas com 1.200.000 arrobas
1818	29.575 caixas de 40 a 45 arrobas
1819	30.000 caixas
1819	28.775 caixas com 40 arrobas, inclusive de Sergipe
1820	36.688 caixas
1822	35.660 caixas

- (34) Cfe. Mattoso, Katia, A Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX, pgs. 142 e seguintes.
- (35) A bibliografia é extensa a respeito: Campos, Silva, Fortificações da Bahia, in Boletim Informativo da P.H.S., -9(34) 6/8, junho 1966; (35) 5/8, abril 1966; (36) 5/6, julho 1966; Falcão, Edgar Cerqueira, Fortes Coloniais da Cidade de Salvador; Fonseca, Fernando, Arquitetura Militar da Cidade de Salvador; Vilhena, Luiz, ob. cit.; Rebello, Domingos José Antonio, ob. cit. Especificamente, podem ainda ser citados: Fonseca, Fernando, Os Bois Fortes do Mar; Costa, Luiz Nenezes Monteiro, Certidão de Nascimento do Forte de M. Sra. do Pópulo. Brás do Amaral, em seus comentários às cartas VI e VII, de Vilhena, ob. cit., vol. 1, pg. 247, comenta que "em 16 de maio de 1651 foi ordenada a construção do Arsenal de Marióha, no tempo em que era governador o Conde de Castelo Melhor" e que "em 1799, o governador D. Fernando José de Portugal mandou fazer a casa dos intendentes, o corpo-da-guarda, etc., naquele lugar".
- (36) Para localização das fortificações de S. Felipe e S. Tiago, cfe. comentários de Brás do Amaral às cartas de Vilhena, ob. cit., vol. I, pg. 263; cfe. Afonso Ruy, História da Câmara..., ob. cit., pg. 164., que, em 1953, localiza o ponto onde teria sido edificado exatamente o forte de S. Tiago pela existência de um marco no pilar lateral da pastelaria Chile, na travessa Getúlio dos Santos.
- (37) Afonso Ruy, em História Política..., ob. cit., pg. 113, faz referência à extinção do forte S. Fernando em 1811, embora a bateria só viesse a ser demolida em 1880 (pg. 396). Faz nova referência ao forte S. Fernando na pg. 585.
- (38) Cfe. Afonso Ruy, História Política..., ob. cit., pg. 548.
- (39) Aterro do forte B. Alberto em 1846.
- (40) Cfe. Calmon, Boes, Vida Econômico-Financeira, pgs. 40- 41, refere-se a uma lista das principais fortunas de início do século XIX, na qual se constam inúmeros comissários de açúcar.
- (41) Azevedo, Paulo Ornatado, (1975:292), inf. sobre: basílica de M. Sra. da Conceição da Praia, pg. 35; capela de S. Pedro Gonçalves do Corpo Santo, pg. 49. Alves, Marieta, igreja de M. Sra. da Conceição da Praia (291).
- (42) Barros, Teixeira, ob. cit., inf. sobre capela do Morgado de Santa Bárbara, pg. 343.
- (43)NOTA 6: Rebello, Domingos, ob. cit., inf. sobre o hospício S. Felipe Meri.
- (44) Ornatado, Paulo, ob. cit., inf. sobre igreja do Pilar, pg. 41; Igreja de M. Sra. do Rosário e SSaa. Trindade, pg. 123; colégio dos orfãos de S. Joaquim, pg. 75.
- (45) Alves, Marieta, igreja de M. Sra. do Pilar.
- (46) Barros Teixeira, ob. cit., inf. sobre capela do Pilar, pg. 343.
- (47) Cfe. pg. 191, Martinez, Socorro Targino, ob. cit., inf. sobre a capela de M. Sra. do Rosário e SSaa. Trindade.
- (48) Ver A Inserção da Bahia na Evolução Nacional, Primeira Etapa, 1850-1889, Comércio, v.3, t.2, pg.20. Neste estudo foram pesquisados contratos, alterações e distratos em 1.374 documentos de 23 livros da Junta Comercial.
- (49) Cfe. Afonso Ruy, História Política..., pg. 557, em que se refere à instalação do Tribunal do Comércio na Bahia logo após a criação do Código Comercial em 1850. Cfe. Amaral, J. A., Resumo Cronológico..., pg. 91: 13/01/1851 - instalação do Tribunal do Comércio; 30/11/1876 - extinção do Tribunal do Comércio.
- (50) Consultar, para maiores detalhes, Pamponet, José Luis, Monografias sobre a "Origem e Evolução da Indústria na Bahia de 1850 a 1889" e "Aspectos Fundamentais da Indústria Baiana" in A Economia Baiana de 1850 a 1930: Algumas Questões, Centro de Planejamento e Estudos da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Salvador, 1981; do mesmo autor, caps. 2.7, "Algodão e Têxtil na Bahia" e 2.8, "Indústria", no vol. 2 de "A Inserção da Bahia...", ob. cit., Salvador, 1980.
- (51) Ver Caldas, Notícia Geral..., ob. cit., item 70, pg. 235.
- (52) Cfe. Nascimento, Dez freguesias..., ob. cit., pgs. 90 e 91.
- (53) Prior, James, Voyage along the eastern coast of Africa to Mozambique, Johanna and Quiloa, to St. Helena, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, in the Misus frigate, London, printed for Sir Richard Philips and Co., 1819, apud Verger, Pierre, Fluxo e refluxo..., pgs. 291 e 292.
- (54) Cfe. "31/12/1877, item 514: Houve um grande incêndio n'um sobrado à rua d'Alfandega, no estabelecimento de mercaderia dos negociantes Guvazza e Irmão", in Alvares, Chronologico..., ob. cit., pg. 559.
- (55) Cfe. Pamponet, ob. cit.
- (56) O presidente Marcelino de Brito estabeleceu, em 1835, o alfandegamento dos trapiches, "opondo, assim, um dique à gananciosa exigência dos trapicheiros que cobravam 12000 por calça de açúcar". Cfe Afonso Ruy, História Política..., pg. 516.
- (57) Caldas, Notícia Geral..., ob. cit., item 69, pg. 228.

(58) O desenho está contido no Album Iconográfico Comemorativo do Bicentário da transferência da sede do governo do Brasil, com comentários de Gilberto Ferraz e foi reproduzido nas fotos 17 e 18 do vol. 2 de Evolução Física..., ob. cit., de Simas.

(59) Na legenda do frontispício de Vilhena (IC0004) são identificáveis todos os trapiches citados.

(60) Cfe. Goes Calmon, Vida Econômico-Financeira, pgs. 40 e 41, edição CPE, pgs. 60 e 61.

(61) Cfe. Rebello, Corografia..., ob. cit., pgs. 141 e 142.

(62) Freire, trapiche da Ponte de Antonio Pedrosa, pg.

(63) Mattoso faz referência a incêndios nos trapiches in Salvador e seu Mercado no século XIX, pg. 193. As principais referências a incêndios em trapiches estão contidas, entretanto, in Amaral, José Alvares do, Resumo Chronologico e Noticioso da Província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1.500, publicado na Revista do IGHB, 1917.

(64) "14/06/1833, item 244: Em consequencia da estação invernosa, que n'esse anno foi extraordinaria (45 dias de continuada chuva) a uma hora depois do meio dia, desligando-se uma muralha do cume da montanha da Cruz do Paschoal, na freguezia de Santo Antonio d'além do Carmo, cahio com grande porção de terra sobre o trapiche Bernabé, na freguezia do Pilar, demolindo grande parte d'esse trapiche, e morrendo 34 pessoas", in Resumo Chronologico..., pg. 317.

(65) "16/04/1850, item 161: Pelas duas horas da madrugada descobriu-se um incendio do lado do mar do trapiche - Xixi - na Freguezia do Pilar, ateando-se o fogo com tal velocidade e violencia que zombou de todos os esforços empregados para extingui-lo, ardendo mais de duas mil caixas de assucar e toda a propriedade, que foi depois reedificada", in Resumo Chronologico..., pg. 245.

(66) "22/04/1856, item 178: Um horrivel incendio devorou duas grandes propriedades alfandegadas, os trapiches - Quirino e Pilar, situados na Freguezia do Pilar, consumindo todos os generos que continham, e causando enorme prejuizo. Não havia ainda um anno, quando igual propriedade, trapiche - Carena - teve a mesma sorte", in Resumo Chronologico..., pg. 253.

(67) "25/03/1877, item 124: Teve logar um incendio no trapiche de Piassava, à rua das Pedreiras, freguezia da Conceição da Praia, na propriedade do Coronel Pedrosa de Albuquerque", in Resumo Chronologico..., pg. 216.

(68) Cfe. Notas e Comentários de Braz do Amaral à Carta II de Vilhena, pgs., 113 e 114, do vol. I, edição de 1989: "Havia uma antiga carreira de casas em face do mar, razão pela qual se deu a esta via pública o nome de rua Direita da Praia. Mais tarde, puseram aí os jesuítas, em um cais que fizeram no terreno do seu convento, um quindaste e por isso se denominou a rua do Quindaste dos Padres. Ele estava pouco mais ou menos onde hoje se acha a entrada inferior do Plano Inclinado Gonçalves. um pouco mais para o Norte construíram os Jesuítas uma fonte que ainda existe e começou a se chamar o lugar Fonte dos Padres. Tinham eles ali muitas propriedades e a fonte foi feita para o cômodo dos inquilinos dos prédios. No século XVIII, obtiveram os jesuítas concessão de marinhas e em frente da rua da Praia construíram uma carreira de sobrados, pouco mais ou menos em 1714. Com estes sobrados se fez o que se chama a rua dos Cobertos..." "...desapareceram as arcadas que existiam na frente dos pavimentos terrenos dos sobrados que eles ali possuíam, Cobertos Grandes e Cobertos Pequenos, onde os mercadores de quinilharías tinham as suas bancas. Era nesta zona que se fazia o maior giro do comércio e onde Vilhena se refere que havia indizível cabedal".

(69) Ver o quadro do Tombamento dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia na Cidade Baixa, no anexo I.

LEVANTAMENTO DO USO DO SOLO NÃO-RESIDENCIAL NAS FREGUESIAS DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO E N. SRA. DO PILAR EM MEADOS DO SÉCULO XIX

1. Lojas de Produtos Químicos e Farmacêuticos

- Loja de drogas importadas para farmácias: pilulas, água inglesa, anti-sifilítico, etc.
Localização: Rua Direita do Comércio
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Armazém de drogas e produtos químicos: bases, solventes, tintas e material para pintura de casas
Localização: Rua Direita do Comércio, 23
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Droguista Lima & Irmãos
Localização: Rua Direita do Comércio
- Pedro Borges Leitão, Drogas
Localização: Rua do Julião, n. 94
- Pharmacia Manoel Baptista dos Santos: charopes de citrato de ferro, charope anti-sifilítico, pilulas vegetais, elixires, vernifugos, etc. Produtos importados de Paris
Localização:
Fonte de Informação: Jornal 1846
- Armazém de drogas J. R. Germano: bixas de Lisboa (sanguessuga para sangria)
Localização: Rua do Julião, 408
Fonte de Informação: Jornal 1846
- Depósito de sabão Lima & Irmãos
Localização: Rua Direita do Comércio
Fonte de Informação: Inventário de Castro Alves

2. Lojas de Tecidos, Calçados, Moda, etc.

- Loja de Fazendas de José Luiz Pinto Coimbra
Localização: Grades de Ferro
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de Fazendas de Antonio Francisco Brandão
Localização: Rua dos Droguistas c/Taboão
Fonte de Informação: Boes Calmon, pg. 81
- Loja de Fazendas da Moda de M. P. Carvalho
Localização: Praça do Comércio
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de Tecidos de Domingos Pereira Espinheiro
Localização: Rua do Pilar, 127
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Moda de Mme Poisson
Localização: Rua da Louça
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Moda de Mme Castelot
Localização: Rua do Corpo Santo
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de chapéus importados de Paris
Localização: Largo de Santa Bárbara
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de chapéus de sol e bengala
Localização: Praça São João
Fonte de Informação: Censo de 1855
Localização: Rua Nova do Comércio
Fonte de Informação: Censo de 1855

3. Lojas de Produtos Especializados

- Loja de armamentos, caça e pesca, ferrageas
de Francisco Adões Villasboas
Localização: Rua Nova do Comércio
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de João Andrews
Localização: Beco do Funil
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de João André de Souza
Localização: Largo do Guindaste
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de Rios Moreira & Cia
Localização: Largo do Guindaste
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de Cipriano José da Costa
Localização: Cobertos
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de Manuel José Pereira de Araujo
Localização: Rua Nova do Comércio
- Loja de armamentos, caça e pesca, ferragens
de Chuchu Frederico
Localização: Corpo Santo

Obs.: todas as informações sobre as lojas de armamentos, caça e pesca, etc., estão na caixa 2316, do Arquivo Público do Estado, S.H., Pres. Prov., Polícia.

- Loja de jóias, brilhantes, ouro e prata de Ernest Pinot
Localização: Grades de Ferro
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de sinetes e selos
Localização: Rua da Alfândega
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Loja de brinquedos, violões, guitarras, e artigos para festas
de João do Prado Carvalho
Localização: Cobertos Grandes
Fonte de Informação:
- Relojoaria de Sílio Bocanera
Localização: Rua do Corpo Santo
Fonte de Informação:

4. Lojas de Comidas e Bebidas, Hotéis e Albergues

- Loja de vinhos, doces, queijos, chás, presuntos, licores, etc.,
de Guimarães e Costa, chamada de O Paraíso da Gourmandise
Localização: Rua do Comércio
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Hotel Mueller
Localização: Rua Nova do Comércio
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Hotel Todos os Santos
Localização: Santa Bárbara
Fonte de Informação: Censo de 1855
- Restaurante Dois Amigos
Localização: Rua da Louça, n.28
Fonte de Informação: Jornal 1854

- (71) Para o incêndio, em 1900, no Hotel das Nações, localizado contíguo à capela do Morgado de Santa Bárbara, cfe. Teixeira, Barros, ob. cit., pg. 343.
- (72) Ver Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa da Misericórdia, publicação IGBM, pg. 260, relação dos aforamentos existentes, terrenos 14-15. Observe-se, também os foreiros dos terrenos vizinhos, entre os quais figuram João de Barbosa Madureira e Gustavo Henrique Gunther, também comerciantes.
- (73) Hildegardes Vianna, A Bahia já foi assim..., ob. cit., pg. 74 e seguintes.
- (74) Azevedo, Thales, Povoamento..., ob. cit., pg. 395.
- (75) Azevedo, Thales, Povoamento..., ob. cit., pg. 269.
- (76) Atas da Câmara, Documentos históricos do Arquivo da Cidade de Salvador, vol. II, pg. 211, apud Azevedo, Thales, povoamento..., ob. cit., pg. 365.
- (77) Rebello, Corografia..., ob. cit., pg. 141, fala da construção da praça São João, junto à igreja de Santa Bárbara. Em sua Falla de 1853, Gonçalves Martins assinala o "espectaculo repulsivo de uma praça de mercado cheia de imundícies e de lamaçal, indigna mesmo da aldeia mais ordinaria, e isto no lugar mais publico e de maior concorrência de nacionaes e estrangeiros; completando este triste quadro as miseraveis barracas que a Camara conservava n'aquelles lugares, das quais porem recolhe rendimento tão pequeno. Contractei pois a construção de uma especie de mercado publico dividido em separado pela rua Nova d'Alfandega, formando assim duas pequenas praças, uma das quaes fica para o lado do caes, e a outra para o morgado de Santa Barbara." Cfe. trabalho não publicado de Simas, Evolução..., pg. 104.
- (78) Cfe. Amaral, J. A., ob. cit., pg. 304, item 225, 1/06/1876 - "Incendiarão-se as lojas dos negociantes Serva e Benjamin, na Praça S. João, destruindo parte do Mercado onde se achavam ellas colocadas".
- (79) O Mercado Ouro não aparece na planta de Meill (RAC25) e aparece na planta de Los Rios (RAC29), o que indica ter sido este construído entre 1860 e 1894.
- (80) Estas indicações estão contidas no Livro das Posturas Municipais, 9/59, folhas 91/93.
- (81) Pelas Atas da Câmara, livro II, pgs. 340 e 308, Ano de 1671, a venda de peixe, anteriormente realizada no terreiro de Jesus, passou a ser feita por postura de 27/08/1625, na parte baixa da cidade "desde a fonte dos Padres até a casa do Ferraz, que se achava pouco além da igreja da Conceição". Cfe. Afonso Ruy, História Política..., ob. cit., pg. 221 e Pinho, Wanderley, Introdução ao Livro Velho do Tombo do São Bento, pg. XXXIII.
- (82) Cfe. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica..., ob. cit. tomo I, pg. 151; Denis, ob. cit., pg. 123, Wetherel, ob. cit., pg. 43. Cfe. referências de Verger, Notícias..., ob. cit., pgs. 122 e 123.
- (83) Cfe. Silva Campos, trabalho publicado na revista do IGBM e Nina Rodrigues sobre as localizações dos cantos.
- (84) Jornal O Comercio, de 9 de março de 1946.
- (85) Espaço das residências utilizado para aluguel.

USUÁRIOS DO ESPAÇO URBANO

6.1. Considerações Preliminares

A evolução físico-territorial, da ocupação e do uso do solo das freguesias da Conceição e do Pilar foi condicionada pelos seguintes fatores:

- criação de solo através de aterros, ora legais, ora ilegais, pois a posse do solo criado dependia, em última instância, de concessão real ou dos poderes constituídos, por compra ou privilégio;
- expansão do porto e de sua infra-estrutura, associada ao fortalecimento de sua defesa militar, ora por razões de ampliação do movimento comercial externo, ora por conjunturas de ameaças externas;
- expansão das atividades econômicas, principalmente as comerciais, que representavam o seu principal eixo de organização;
- relações de produção determinadas pelo trabalho escravo;
- necessidade de habitações próximas ao local de trabalho, em momento histórico onde as distâncias eram vencidas a pé pela maioria da população;
- e, por fim, forte influência da religião católica sobre a vida social até meados do século XIX, mesclada à influência dos cultos negros a partir do século XVIII.

Estes fatores implicaram tanto numa produção peculiar do espaço urbano, objeto das análises do capítulo subsequente, quanto no seu consumo, objeto deste capítulo.

Especificamente quanto ao consumo do espaço, pesou a necessidade de um apoio logístico eficiente às atividades comerciais que exigiam contingentes expressivos de mão-de-obra, principalmente escrava, o que, por sua vez, determinou um volume de população residente nem sempre compatível com as possibilidades de abrigo geradas no processo de produção deste mesmo espaço.

6.2. População Total

Crescimento Físico e Crescimento Demográfico

O crescimento físico das freguesias da Conceição e do Pilar, condicionado, por um lado, pelas invasões, aterros, posses e alienações de terrenos do governo, e pelo outro, pelas necessidades crescentes de expansão das atividades comerciais de exportação e importação não ofereceu boas condições para a expansão habitacional e demográfica.

Expansão habitacional e expansão demográfica seguramente são faces de uma mesma moeda, mas seguem cursos diferenciados, apresentando picos e crises de crescimento em momentos distintos entre si.

Na expansão habitacional, de carácter físico, permanecem elementos mais duradouros e mais resistentes a mudança.

Na expansão demográfica emanam forças sociais que impulsionam as transformações mais vivas da configuração do espaço, na medida em que há um incessante movimento de utilização cotidiana deste mesmo espaço.

No caso da Conceição e do Pilar, é evidente que a expansão habitacional não acompanhou a expansão demográfica, por diversas razões, sendo a principal o conflito entre o uso habitacional e os usos portuário e comercial nas mesmas freguesias.

Até mesmo conflitos de posse e as dificuldades de renovação urbana não foram obstáculos iniciais à expansão demográfica, assim como a falta crónica de espaços para ocupação entre as linhas de costa e encosta, tão fortes quanto a exigência crescente de espaços comerciais e de serviços, em ambas as freguesias.

Crescimento Populacional das Freguesias do Porto

A necessidade de dados localizados obrigou a lançar mão das informações desagregadas dos seguintes censos dos séculos XVIII e XIX:

- De 1757, dos vigários, cotejadas com as revisões de Manoel de Oliveira Mendes e de Brás do Amaral;
- De 1759, do conde dos Arcos;
- De 1775, do governador Cunha Menezes, único, aliás, que apresenta o número de casas vis-à-vis com o número de fogos;
- De 1855, cujas informações são parciais (1);
- De 1872, de carácter nacional, mas cujas informações são restritas ao número de habitantes por freguesia.

Embora restritas, estas informações já oferecem uma ideia aproximada da expansão ocorrida no intervalo de pouco mais de 100 anos que separam os censos do século XVIII daqueles do século XIX.

Além disso, cotejando as informações das freguesias da Conceição e do Pilar, observam-se sensíveis diferenças de ritmo e etapas de crescimento, embora compusessem um único bairro, o que é lógico haja vista a forma de expansão física ocorrida no período. Neste plano, a maior parte dos espaços conquistados ao mar foi ocupada por usos não-residenciais. Não é de se espantar, assim, que a população das freguesias não tivesse se alterado substancialmente no período, o que pode ser visto na tabela 1.

Na freguesia de N. Sra. da Conceição, de 1757 a 1872 (115 anos), a população cresceu não mais de 25%, enquanto na freguesia do Pilar, no mesmo período, a população praticamente dobrou.

Chama atenção o aumento de 2.500 pessoas na freguesia da Conceição de 1757 a 1759, quando, no mesmo período de dois anos, é registrada, paradoxalmente, uma diminuição de 500 fogos. A taxa de 2,8 hab/fogo, calculada com informações do censo dos vigários revisado por Brás do Amaral, é bem inferior a de 8,78 hab/fogo, calculada com base nos dados de Oliveira Mendes reiterados pelo censo do conde dos Arcos, dois anos depois (2).

A hipótese mais provável é de que a avaliação de Brás do Amaral esteja equivocada. Outras hipóteses podem ainda ser levantadas: deslizamento de encosta com destruição de casas, concentração temporária de população na freguesia por razões desconhecidas, modificação dos limites da paróquia, ausência no censo dos vigários revisado por Brás do Amaral da contagem de negros e escravos entre as almas de confissão e comunhão, etc.

TABELA 1

FREGUESIA	ANO	CENSOS/AVALIAÇÕES	HABS.	FOGOS
CONCEIÇÃO	1757	vigários	4.000	1.436
	1757	Brás do Amaral	4.000	1.436
	1757	Oliveira Mendes	5.464	-----
	1759	Conde dos Arcos	8.017	--913
	1775	Cunha Menezes	8.017	--903
	1855	censo parcial	--206	-----
	1872	censo nacional	5.490	-----
PILAR	1757	vigários	--150	--450
	1757	Brás do Amaral	3.200	--416
	1757	Oliveira Mendes	4.119	-----
	1759	Conde dos Arcos	4.119	--416
	1775	Cunha Menezes	4.119	--461
	1855	censo parcial	2.009	-----
	1872	censo nacional	8.346	-----
CONCEIÇÃO E PILAR	1757	vigários	4.150	1.886
	1757	Brás do Amaral	7.200	1.852
	1757	Oliveira Mendes	9.583	-----
	1759	Conde dos Arcos	12.136	1.329
	1775	Cunha Menezes	12.136	1.364
	1855	censo parcial	2.215	-----
	1872	censo nacional	13.836	-----

Relativamente à cidade, Conceição da Praia representava, em 1759, quase 20% da população total da cidade, e a do Pilar, 10%, enquanto em 1872, Conceição passou a representar apenas 5% e Pilar, 8%. Conceição sofreu, inclusive, perdas, em termos absolutos, se considerarmos a diferença entre os resultados de 1759 e 1872.

De qualquer forma, a população do Pilar tornou-se, de 1757 a 1872, relativamente bem maior que a da Conceição, acompanhando, a nível demográfico, a tendência já apontada nas análises da ocupação física.

Sobressaem as seguintes conclusões:

- diminuição do peso relativo da população de ambas as freguesias no período considerado face a população urbana como um todo. Em outros termos: o crescimento de ambas as freguesias, por suas limitações físicas e de usos não-residenciais, foi muito menos intenso que em outros bairros da cidade (3);
- saturação imediata da freguesia tão logo se sucediam os aterros;
- crescimento populacional limitado pela ampliação das atividades não-residenciais;
- processo limitado de adensamento por verticalização, visto que somente este processo poderia superar as condições de expansão horizontal via aterros.

6.3. População Ativa

Do ponto de vista do uso do espaço nas freguesias da Conceição e do Pilar, interessam os seguintes aspectos relativos à população ativa:

- população ativa total e residente;
- sua distribuição entre as diversas atividades econômicas;
- sua distribuição espacial;
- sua inserção no mercado de trabalho, quando esta repercutia na organização do espaço urbano.

A insuficiência das informações censitárias existentes, ou mesmo de informações isoladas sobre estes aspectos, não permite uma avaliação quantitativa dos mesmos. Não há possibilidade de organizá-los em séries históricas ou de trabalhá-los a partir de informações mais gerais sobre a população ativa de toda a área urbana. Além disso, evidencia-se a impossibilidade de analisar parte da cidade sem uma visão anterior de seu todo, ou seja, a impossibilidade de qualificar as variáveis sócio-econômicas desagregadas por setor e por freguesia sem as informações agregadas necessárias. Por esta razão, utilizamos os dados disponíveis apenas como indicadores de situações prováveis.

Segundo Edelweiss (1971:294), em 1550, "mourejariam na Ribeira os marinheiros, pescadores, calafates, funcionários e serventes de armazéns, além da maioria dos mestres, oficiais e ajudantes".

Dois séculos depois esta população ativa tinha se ampliado com a expansão da escravidão. Seu grande crescimento, no entanto, se deu a partir da expansão do comércio, que favoreceu o aparecimento de inúmeras categorias de comerciantes que foram se estabelecendo na área, tanto entre os que estavam voltados para as atividades de exportação e importação quanto entre os que estavam voltados para as atividades de abastecimento interno. Devido às próprias limitações estruturais da economia, é difícil atribuir este crescimento às atividades do setor secundário, mesmo considerando a construção civil, cuja expansão era, de certo modo, afetada pelas condições físico-territoriais da freguesia, já analisadas.

Dos dados do censo de 1872, pode-se inferir que a mão-de-obra efetivamente ocupada, no período, girava algo em torno de 60% do total da população da Província. Esta proporção pode ser viável, na medida em que se considerem as crianças e idosos no contingente de não-ocupados. Infelizmente, entre as informações publicadas do referido censo, não existe a distribuição da população por faixa etária, para checar tal possibilidade (4).

Nada nos garante que este parâmetro seja válido para Salvador como um todo, e muito menos para qualquer freguesia em particular, principalmente as de Conceição e do Pilar, onde deveria ser intensa a concentração de população ativa e relativamente pequena a concentração de população residente.

O exercício tem, assim, caráter especulativo. Se 60% da população total de ambas as freguesias compusesse o contingente realmente ativo e ocupado nas mais diversas atividades econômicas, teríamos um total aproximado de 7.500 pessoas ocupadas em 1775, das 12.136 registradas pelo censo de Cunha Menezes. Em 1872, segundo o censo nacional, aplicando ainda a mesma proporção, este total se elevaria a 8.500.

Deste total, em 1872, ainda segundo o censo nacional, tinha-se a seguinte proporção de escravos nas duas freguesias:

Conceição	1.150 escravos	21,0% da população da freguesia
Pilar	909 escravos	10,9% da população da freguesia

Verificando a proporção de escravos nas demais freguesias da cidade, observa-se que Conceição da Praia apresentava o mais alto índice dentre todas elas (5).

Em todo o caso, nesta ocasião, a quantidade de mão-de-obra escrava era bem menor que a mão-de-obra liberta e livre, o que leva à suposição de que o comércio e a prestação de serviços, principalmente no terciário primitivo, absorviam numerosos contingentes de mão-de-obra (6).

É possível que esta proporção tenha diminuído sensivelmente pós-1850. Mas é possível, também, visto que não se possuem elementos de comparação, que - desde o século anterior -, esta proporção já fosse a mesma, visto que a cidade não propiciava atividades econômicas de utilização intensiva de escravos.

O setor primário foi sempre, historicamente, aquele setor da economia da Capitania e da Província que mais absorveu mão-de-obra escrava. Os setores secundário e terciário, tipicamente urbanos, absorviam contingentes bem menores de escravos.

No terciário concentrava-se a maior parte destes contingentes, principal no trabalho doméstico, se bem que em quantidade que não podia ser comparada a dos libertos e livres do mercado de trabalho urbano.

Na cidade, os escravos domésticos eram os mais numerosos dentre as diversas categorias de escravos, sendo considerados "de luxo". Os demais eram escravos de ganho, escravos para os serviços mais pesados do porto e dos trapiches (estiva, trabalho de guindaste, armazenamento), para os serviços de carga e descarga nas casas comerciais, para os serviços de transporte de cadeirinha, para trabalhos na construção civil, para pequenos serviços de reparos, para o exercício de numerosos ofícios e para comércio ambulante, principalmente de alimentos. Havia trabalho escravo, ainda, nas lojas, nas tendas, nos mais diversos estabelecimentos comerciais. O total de escravos ocupados nestes locais não era, ainda assim, maior que o total de escravos ocupados nas moradias, segundo o censo de 1872.

No censo de 1855, por exemplo, foram encontradas as seguintes ocorrências de escravos ocupados em atividades produtivas do setor secundário:

- 18 escravos trabalhando no alambique de Antonio Martins Espinheira, no Pilar;
- 8 escravos trabalhando no alambique de José Alves Espinheira, também no Pilar. José, que trabalhava com seus três filhos, contava, ainda, com 6 escravos no "serviço marítimo" e 2 caixeiros trabalhando no mesmo local;
- 18 africanos, entre minas, bornéus e haussas, trabalhando na fábrica de refino de açúcar de Francisco Ferreira da Silva, no Pilar.

Curiosa é, também, a utilização de escravos na fábrica de sabão de Agostinho Dias Lima (Lima & Irmãos). Em 1855, possuíam 25 escravos e 4 libertos e, em 1857, 26 escravos e dois libertos. Esta fábrica estava localizada na rua Direita do Noviciado, no Pilar. Lima & Irmãos possuíam ainda uma drogaria e um depósito na rua Direita do Comércio (7).

No comércio, as maiores lojas deveriam se utilizar, também, da mão-de-obra escrava como, por exemplo, a loja de tecidos localizada no sobrado n.127 do quarteirão n.10 do Pilar que,

segundo o censo de 1855, era de propriedade de um casal com oito filhos, que abrigava dois agregados, um dos quais alfaiate, e possuía 16 escravos.

Apesar de relativamente pequena, a amostra realizada por Nascimento (ob. cit.) para o censo de 1855 demonstra que, em quase todas as freguesias, a proporção de fogos sem escravo era relativamente alta, chegando quase a 70%. A seguinte tabela elucida a questão:

Fogos com escravos	Conceição	Pilar
mais de 20	---	-1,2%
menos de 20 e mais de 12	-4,8%	-3,9%
menos de 12 e mais de 6	---	-5,5%
menos de 6 e mais de 1	26,2%	-19,6%
com um	---	-9,7%
sem nenhum	69,0%	-60,1%
TOTAL	100,0%	100,0%

A título de curiosidade, aplicando estes percentuais ao número de fogos em ambas as freguesias, registrados pelo mesmo censo de 1855, teríamos os seguintes resultados:

Fogos com escravos	Conceição	Pilar
mais de 20	---	10
menos de 20 e mais de 12	30	33
menos de 12 e mais de 6	---	46
menos de 6 e mais de 1	164	166
com um	---	80
sem nenhum	430	507
Total estimado de fogos	624	842

Em resumo, considerando Conceição e Pilar em conjunto, não teríamos mais de 10 fogos, com mais de 20 escravos; entre 60 e 70 com mais de 12 e menos de 20; cerca de 50 com mais de 6 e menos de 12 e, por fim, cerca de 950 sem nenhum (8).

A especulação tem certo fundo de verdade. Cerca de 500 fogos com escravos para um total de 2.000 escravos não é uma estimativa absurda.

As estimativas da quantidade de fogos sem nenhum escravo, ou da quantidade dos que tinham até 6 escravos, de 6 a 12, de 12 a 20, etc., também não são quantitativos mágicos. O número de fogos em que poderiam morar e trabalhar mais de 12 escravos (menos de 100) era relativamente pequeno.

Alguns senhores rurais, ou descendentes destes, tinham por hábito possuir numerosos escravos domésticos (ou de luxo). A título de curiosidade, ao examinar o inventário do pai de Castro Alves e sua mulher, verificamos que possuíam 18 escravos. Entretanto, muitos destes eram doentes e idosos e haviam muitas crianças, o que perfazia um total razoável de escravos (quase a metade) sem condições de executar tarefas produtivas pesadas ou que requeressem habilidade. É possível levantar a hipótese de que muitos escravos já incapazes para a lavoura terminassem suas vidas como domésticos nas residências urbanas de seus senhores rurais.

A elevada proporção de escravos domésticos pode também ser explicada porque boa parte deles poderia ser confundida com escravos de "ganho" (9).

No censo de 1855 foram identificados os seguintes senhores de escravos domésticos no Pilar:

- | | |
|--------------------------------|----------------|
| - Domingos Ferreira Espinheira | - 16 escravos, |
| - Wenceslau Miguel de Almeida | - 14 escravos; |
| - José Honório Coelho | - 16 escravos; |
| - José Joaquim Pereira | - 11 escravos. |

Os escravos de "ganho" distribuíam-se muitas vezes pelos cantos da cidade. Muitos destes escravos eram carregadores e arrumadores de fardo. Trabalhavam na estiva, à beira do cais. Silva Campos (1943:365) comenta o fato de que nem sempre moravam no Comércio, mas sim pelas bandas da ladeira do Alvo, descendo, às manhãs, pela ladeira do Taboão, encontrando-se nos cantos para, em seguida, dirigir-se aos locais de trabalho (10).

Outros, no entanto, eram carregadores de cadeirinha, havendo também numerosos escravos de ofício.

Se é difícil dimensionar e qualificar a mão-de-obra escrava nas freguesias do porto, mais difícil ainda é avaliar a mão-de-obra liberta.

Numa conjuntura econômica em que o setor secundário dependia de deslocamentos de capital comercial, com certeza não era este setor, comumente constituído pelas atividades manufatureiras, industriais e de construção civil que comportava a maior parte da população ativa e sim o terciário.

A única indústria digna de nota, anterior a 1880, sediada na área, era a fábrica de tecidos N. Sra. do Pilar, também conhecida como Bonfim ou Progresso. Localizava-se na rua das Mangueiras, no Pilar e possuía, em 1875/76, 120 operários; no ano de 1882 chegou a ter 185 operários (11).

O segmento da construção naval admitia contingente aproximadamente semelhante. Compunha-se das atividades das Docas Reaes e dos estaleiros da Preguiça, contando, ainda, com o apoio de tercenças, ou seja, casas de materiais de construção.

Rebello (1828:ob. cit.) registra na ribeira das Naus, na Conceição da Praia, 22 funcionários, operários em sua maioria: dois construtores, mestre de fábrica, mestre calafate, dois contramestres, mestre de ferraria, mestre de tonelaria, mestre dos pedreiros, mestre de velas e outros. Deveriam contar com ajudantes eventuais (diaristas).

A mão-de-obra especializada, somando-se aquela que estava ocupada nos estaleiros oficiais com a dos estaleiros privados não deveria exceder de 200, numa expectativa otimista de construção simultânea de três ou quatro barcos, o que parece uma quantidade suficiente para ocupar as docas disponíveis, segundo os mapas do período (12).

A evolução do número de casas e sobrados nas freguesias do porto não dá margem para que se suponha uma grande quantidade de gente trabalhando: mestres oficiais, pedreiros, carpinteiros, ajudantes.

Segundo os dados dos censos de 1775 e 1872, o número de casas construídas no período não ultrapassou de quatro centenas. Ainda que se considerem as sucessivas reconstruções, este total não possibilitava a existência de uma média aproximada de mais de 4 ou 5 canteiros de obras de casas ou sobrados por ano, excluindo-se evidentemente as grandes construções e aterros.

Até mesmos estes não absorviam contingentes expressivos de escravos ou libertos. Não se tem notícia de que obras como a da Alfândega, incluindo sua rotunda, ou do aterro do cais Dourado, ou ainda da contenção da Montanha e melhoria dos principais acessos entre as Cidades Alta e Baixa, tenham absorvido mais de 200 ou 300 escravos em seus períodos mais críticos.

Descontados do total estimado de 8.500 pessoas economicamente ativas cerca de 2.000 escravos e 1.000 envolvidos em atividades organizadas dos setores secundários (construção civil e naval, manufaturas), é-se forçado a concluir que mais de 60% daquele contingente, constituído de libertos e livres, deveria estar envolvido em atividades do terciário (comerciais e de prestação de serviços). Incluem-se aí: as mais diversas categorias de comerciantes e seus empregados (auxiliares e caixeiros); ambulantes, viajantes e tias da Costa; oficiais e serventes de

todas as espécies (sapateiros, barbeiros, alfaiates, costureiras, tintureiros, lavadeiras, funileiros, ferreiros, etc.).

As principais conclusões que se tiram deste breve apanhado especulativo sobre a população ativa das freguesias da Conceição e do Pilar são:

- concentração de mão-de-obra nas atividades comerciais e de prestação de serviços;
- contingente relativamente pequeno de escravos já ao final do período de 1775/1872;
- absorção limitada de mão-de-obra em atividades de trabalho organizado, escravo ou não;
- alta competitividade no mercado de trabalho, que se caracterizava por ser pouco elástico do ponto de vista da demanda e extremamente flexível em relação à oferta;
- possível concentração de mão-de-obra em atividades não organizadas ou informalmente constituídas, muitas vezes de caráter primitivo e voltadas para a mera subsistência;
- utilização intensiva da mão-de-obra organizada, principalmente escrava, no sentido estratégico de manter sempre os custos de sua reprodução os mais baixos possíveis;

No que diz respeito a ocupação e uso do espaço, tal situação significava:

- permanente existência de mão-de-obra à oferta pelas ruas, aglutinando-se em cantos ou executando pequenas tarefas em todo e qualquer ponto onde houvesse possibilidades de ganho;
- saturação constante de ambas as freguesias, mesmo quando se ampliavam as oportunidades de trabalho, acompanhando, de modo indireto, a expansão das atividades comerciais de exportação e importação.
- super-ocupação dos fogos existentes.

6.4. Irmandades

Até meados do século XIX, as irmandades desempenhavam papel de extrema importância na vida social. Em nossa pesquisa, foi possível constatar a presença ativa de irmandades leigas, principalmente de homens de cor, nas diversas igrejas e capelas das freguesias de Conceição da Praia e do Pilar, além da presença de uma Ordem Terceira. Foram as seguintes (trceze ao todo):

Na freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia

1. Igreja Matriz
Irmandade de SSmo. Sacramento e N. Sra. da Conceição;
Irmandade da Imaculada Conceição;
Irmandade das Almas de Conceição da Praia (13);
Irmandade N. Sra. do Rosário de Conceição da Praia;
Irmandade de São Benedito da Conceição da Praia (14);
2. Igreja do Corpo Santo
Irmandade de N. Sr. (ou de Bom Jesus) das Necessidades e da Redenção (15);
3. Igreja de Santa Bárbara
Irmandade de Sant'Ana e São José (16);

Na freguesia de N. Sra. do Pilar

4. Igreja Matriz
Irmandade de SSmo. Sacramento e N. Sra. do Pilar;
Irmandade de N. Sra. da Mãe dos Pobres;
5. Igreja da SSma. Trindade
Irmandade de SSma. Trindade e N. Sra. do Rosário;
Irmandade de N. Sra. da Fé e Sta. Cruz da SSma. Trindade;
Venerável Ordem Terceira da SSma. Trindade da Redenção dos Cativos (17);
6. Igreja S. Francisco de Paula
Irmandade de S. Francisco de Paula.

É interessante notar que as quatro irmandades de cor, das treze existentes, estavam sediadas em igrejas ou capelas da freguesia de Conceição da Praia: na própria matriz, na igreja do Corpo Santo e na capela do Morgado de Santa Bárbara, enquanto as irmandades brancas parecem ter preferido a freguesia do Pilar.

Exemplo mais expressivo é o da U.O. Terceira da SSma. Trindade da Redenção dos Cativos. Sob inspiração dos trinitários, uma das muitas formas de vida dos regulares de Santo Agostinho, instalou-se esta Ordem Terceira em 1733, partilhando a capela com a Irmandade da SSma. Trindade e N. Sra. do Rosário. Construiu cemitério e asilo para os irmãos, mas jamais se empenhou em cumprir sua intenção primeira de promover alforrias e qualificar filhos de escravos para o trabalho livre. Emergiam, inclusive, na petição de entrada, discriminações raciais, ao exigir nomes dos "Pais, Avós paternos e maternos, o lugar de origem do Pretendente e de seus Pais. Se forem cazados, declararão também o nome da mulher, de seus Pais, e Avós, como fica dito, e donde são naturaes para que a Meza possa tomar a necessária informação da sua qualidade e maior circunstância, segundo o costume do Reino e declaração da Bula" (18).

A razão parece estar na predominância de comerciantes, possivelmente portugueses, nesta irmandade que, no final de contas, não tinha muitas posses. A pesquisa de Targino aponta, entre seus irmãos, 74,1% como comerciantes, 13% como oficiais mecânicos e 7,4% como liberais. Do total, 39,9% morava em Sto. Antonio e no Paco, e 27,3% na Cidade Baixa (19).

NOTAS DO CAPÍTULO 6

(1) O censo parcial de 1855, avaliado por Nascimento (1906:300) necessita de um opinião mais consolidada acerca de sua real representatividade. Existe, ainda a possibilidade de que seus resultados estejam mal apurados. É preciso verificar, segundo Mattoso, as partes do censo realmente existentes, e as que foram apuradas (parcial ou totalmente por Nascimento).

(2) O censo dos vigários, em 1757, só levou em conta as almas "de confissão". Era comum, nos censos eclesiásticos, desprezarem-se, nesta época, os pagãos, a população negra, os vagabundos, etc.

(3)

QUADRO COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DAS DIFERENTES FREGUESIAS ENTRE 1775 E 1872

FREGUESIAS	1775		1872	
	população	X	população	X
Sé e Paço	11.021	27	18.747	18
Conceição e Pilar	12.136	30	13.836	13
S. Pedro, Santana e Sto. Antonio	13.632	33	49.310	47
Vitória	1.592	4	11.666	11
Penha e Brotas	2.323	6	10.850	11
TOTAIS	40.704	100	104.416	100

(4) Entre as categorias analíticas utilizadas para montar os resultados do Censo de 1872, (IBGE: Características Demográficas da Bahia, R. J., 1949) não figuram os inativos, razão pela qual procuramos levantar algumas hipóteses baseados na distribuição da população por atividades na Província da Bahia. Nesta distribuição, 40% da população está incluída nas seguintes atividades: indústria de transformação, indústria extrativa animal, agro-pecuária, comércio, transportes, administração pública e profissionais liberais. Não há nenhuma indicação de esta população incluir somente os ativos ou considere também os seus dependentes. No item "outras atividades" estão enquadrados os 60% restantes, entre os quais estão religiosos, capitalistas, artistas, serviços domésticos, profissões manuais, e os "sem profissão ou improdutivo". Como o total da população distribuída corresponde ao total efetivo da população da Província, é perfeitamente possível imaginar-se que as crianças e idosos estejam classificados entre os "sem profissão ou improdutivo", cujo total atinge 527.513 pessoas, ou seja, 38,2% da população total, estimada em 1.379.616 pessoas. Por outro lado, o total de pessoas incluídas no item "serviços domésticos", 169.511, faz também pressupor que este item mascare as mulheres dependentes, pois a relação de escravos em serviços domésticos e população em serviços domésticos, extraída do mesmo censo, é de 14,7%. Haveriam, assim, cerca de 143.000 pessoas livres ocupadas nestes serviços, que podem ser consideradas como economicamente inativas. Somando o sub-total de "improdutivos" ao de "servidores domésticos livres", atingiríamos cerca de 670.000 pessoas economicamente improdutivo, ou seja, quase 50% do total da Província. Ficou-nos, entretanto, a dúvida quanto à categoria dos sem-profissão misturada com a dos improdutivo. Não há nenhuma indício de que os sem-profissão eram indivíduos sem ocupação fixa, indivíduos desqualificados, doentes temporários, desempregados, etc. Por outro lado, o fato de não ter profissão não significava necessariamente que o indivíduo era improdutivo, como bem o demonstra a relação de 7,7% entre escravos sem profissão (cerca de 41.000 escravos) e população sem profissão oferecida pelo mesmo censo. Estimamos um mínimo de 30.000 indivíduos livres nas mesmas condições, reduzindo, assim, o total de economicamente improdutivo de 670.000 para 640.000, o que oferece um total de 800.000 ativos, ou seja, cerca de 60% do total. Admitimos que o raciocínio é especulativo.

(5) Cf. Mattoso, A cidade de Salvador e seu..., ob. cit., pg. 136, tabela do percentual de população escrava por freguesia: Sé, 13,88%; São Pedro, 15,91%; Santana, 2,56%; Vitória, 19,18%; Passo, 12,94%; Santo Antonio, 6,68%; Brotas, 11,66%; Mares, 3,84%; Penha, 17,58%.

(6) Por terciário primitivo entende-se o pequeno comércio, na maior parte ambulante, onde as trocas poderiam ser feitas por escambo, assim como a prestação de pequenos serviços, que podiam ser compensados por formas não-monetárias (alimentos, moradia, etc.).

(7) Se for questionável a apuração dos resultados do censo de 1855, as informações sobre a média de escravos por fogo deixam de ter qualquer validade.

(8) Como Nascimento não explicita, em sua análise, se entre estes "fogos" estavam incluídos estabelecimentos comerciais anexos, o que invalida o próprio conceito de fogo (=domicílio ou residência), ficamos na dúvida onde estão computados os escravos de manufaturas, manufaturas, trapiches ou grandes lojas nas relações escravos por fogo. É muito provável que ela tenha adotado este critério, pela quantidade de fogos cujos proprietários possuíam mais de 12 escravos.

(9) O escravo de "ganho" representava, de certo modo, uma modalidade mais avançada das relações escravas. Os escravos de "ganho" tinham direito à rua e podiam se posicionar mais próximos do caminho da alforria. Nos acordos mais variados que mantinham com seus senhores, a saída mais comum destes era a isenção de responsabilidade pela sua manutenção, parcial ou integral, e a exigência de uma compensação diária que poderia ser traduzida em percentual sobre o ganho do dia, uma quantia fixa, ou mesmo a totalidade dos ganhos. Os escravos de "ganho" podiam ser também alugados pelo seu senhor a outro.

(10) Cfe Campos, Silva, Ligeiras notas sobre a vida íntima, costumes e religião dos africanos na Bahia, Anais do APB, vol. XXIX, pg. 291.

(11) Cfe. Pamonet, José Luis, Monografia sobre a Origem e Evolução da Indústria na Bahia (1850-1889), Tabela 3, pg. 43, in A Economia Baiana de 1850 a 1930..., ob. cit., 1981.

(12) Cfe. Rebello, Corografia..., ob. cit., pg. 140; von Martins, ob. cit., pg. xxx ("As docas reais não são grandes e é por isso que raramente se encontram diversos navios ao mesmo tempo em armação"... "Navios mercantes são armados nas docas de Itapagipe, situadas legua e meia a nordeste da cidade. O lugar permite lançar a água os maiores barcos."); ver dimensões, em escala aproximada, das docas no desenho de Vieira (RACB20), ou de Neill (RACB25).

(13) Vilhena, A Bahia no século..., vol. 2, pg. 320, cita estas irmandades entre as que o sexto Juiz do Crime e Provedor de Capelas e Resíduos Dr. Lucas Antonio Monteiro de Barros administra por carta régia de 5/11/1794, registrada no livro VI de registros, fl. 104: Irmandade do Sacramento da Conceição (7 capelas); Irmandade da Conceição (3 capelas) e Irmandade das Almas da Conceição da Praia (5 capelas). Na mesma publicação, vol. 1, pg. 47: "A freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia tem por filiais a igreja do Corpo Santo e a capela do Morgado de Santa Bárbara..."; "A freguesia de N. Sra. do Pilar, na Praia, tem por filiais as capelas de SSaa Trindade no Rosário, a de S. Francisco de Paula e o hospício...".

(14) As irmandades de S. Benedito e N. Sra. do Rosário são citadas na dissertação de mestrado de Oliveira, Maria Ines Cortes, O Libertos e seu Mundo (Salvador 1790/1890), Salvador, 1979. São irmandades de homens de cor.

(15) Na mesma dissertação, Maria Inês destaca a irmandade de Bom Jesus das Necessidades e Redenção como a segunda mais citada nos testamentos que pesquisou. Verger, Notícias da Bahia, pg. 65, cita esta irmandade como sendo de negros doameanos.

(16) Citada como irmandade de homens de cor, na mesma dissertação.

(17) Cfe. Targiner, Socorro (1979:295), ob. cit...

(18) Estatuto, Porto, 1781. Salvador, 1811, A.C.O.T. SSaa T., Admissão de Irmandades, cap. 16, apud Targiner, ob. cit., pg. 48.

(19) Cfe. Targiner, ob. cit., Gráfico 11, pg. 173, e Gráfico 08, pg. 171.

AGENTES E PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

7.1. Considerações Preliminares

Os fatores mencionados no início do capítulo é implicaram não somente num consumo específico mas principalmente numa produção peculiar do espaço urbano, em que pesou fortemente a ação e as práticas tanto do poder político quanto do poder eclesástico.

Por um lado, as ações e práticas do governo metropolitano na fase colonial e do governo imperial na pós-independência nem sempre se mantinham em acordo com as ações e práticas, respectivamente, do governo da Capitania (e da Província) e do Senado da Câmara (e Câmara Municipal), o que conduzia, muitas vezes a conflitos de produção do espaço prejudiciais a uma organização dos usos do solo até mesmo para os interesses comerciais das elites dominantes.

Pelo outro, as ações e práticas das Irmandades introduziam tanto na produção quanto no uso deste espaço urbano novos elementos de desequilíbrio para esta organização que até hoje comprometem a sua possibilidade de reordenamento. Em conjunto, pode ser dito que estas ações e práticas de produção do espaço urbano das freguesias da Conceição e do Pilar custaram mais caro ao erário público do que todo o restante da cidade, da fundação ao século XIX, mesmo que se leve em consideração o fato de que grande parte da população estava concentrada em ambas as freguesias até meados do século XVIII.

A pesquisa empírica realizada buscou, assim, quantificar e qualificar, por um lado, os agentes e, pelo outro, as ações destes agentes, principalmente as políticas.

Não foi possível, entretanto, avançar a pesquisa no sentido de desvendar todo o processo de produção e consumo do espaço das duas freguesias, razão pela qual procurou-se enfatizar o aspecto básico de toda este processo: o solo criado por aterramento.

O processo de criação do solo através de aterro nas freguesias da Conceição e do Pilar as diferenciava das demais freguesias da cidade, onde o principal componente estrutural era justamente a disponibilidade física de terrenos, embora condicionada às condições jurídico-institucionais de sua posse e uso.

O direito público sobre os terrenos localizados à beira-mar, o que implicitamente deveria significar direito inalienável sobre quaisquer áreas aterradas por razões de defesa e preservação da costa, se existiu, não foi exercido. O governo da Capitania, e depois da Província, alienou, em hasta pública, diferentes porções da mesma, ocasionando problemas difíceis.

A iniciativa de particulares e das Irmandades religiosas facilitou, em um primeiro momento, o processo de ocupação das freguesias. Em um segundo momento criou dificuldades de renovação urbana. As complexas relações de propriedade e posse que se formavam à sombra do sistema de enfiteuse geravam, muitas vezes, conflitos judiciais que não permitiam rápidas decisões quanto a reforma ou construção de novos prédios, além de complicar ações no sentido de alinhar as ruas, ordenar o uso do solo, controlar os aterros e defender o porto.

Condicionado, assim, pelas invasões, aterros, posses e alienações de terrenos do governo, pelas necessidades crescentes de expansão das atividades comerciais de exportação e importação, atividades portuárias e todas as atividades que, de outra forma, lhe eram dependentes, o crescimento físico das freguesias da Conceição e do Pilar não ofereceu boas condições para a expansão demográfica, como já foi analisado no capítulo anterior.

7.2. Crescimento da Área Aterrada

A exaustiva descrição da expansão física das freguesias da Conceição e do Pilar serviu para reiterar sua caracterização como freguesias de solo criado ou de solo aterrado. Cresceram fisicamente à custa de continuados aterros que alteraram, de forma irreversível, parte da costa da baía de Todos os Santos, com repercussões perversas no meio ambiente.

Observando-se as tabelas (1), ressalta o fato de que pouco mais da metade da superfície aterrada em ambas as freguesias até 1894, o foi no século XIX. Esta superfície aterrada, entretanto, é relativamente insignificante diante do grande aterro de início do século XX, quando ambas as freguesias assumiram sua feição contemporânea. Tal fato se contrapõe ao consenso existente de que o urbanismo em voga no fim do século XIX e início do século XX tenha tido apenas o caráter demolidor, que caracterizou as intervenções na Cidade Alta, como a da abertura da avenida Sete de Setembro e da praça da Sé.

Os aterros da Conceição e do Pilar, da fundação da cidade até o século XX progrediram em razão geométrica. No século XVI, caminhavam, em média, a base de 100 m^2 por ano; no século XVII, já atingiam 280 m^2 por ano e, no século XVIII, 640 m^2 /ano. Entre 1800 e 1860, subiram até 680 m^2 /ano e nos últimos 40 anos do século XIX, atingiram a média recorde de 1560 m^2 /ano, o que ofereceu uma média aproximada de 1000 m^2 /ano de aterro para todo o século XIX (2).

Os aterros avançaram, sempre, através de dois vetores distintos:

- o primeiro tinha a direção norte, consolidando gradativamente a ocupação a partir da Conceição até a Jequitaia e estabelecendo melhores condições de vinculação, por terra, entre o porto e a península de Itapagipe;

- o segundo, em direção oeste, representado pelas sucessivas conquistas ao mar, avançando a linha de costa e permitindo uma ocupação mais densa entre esta e a vertente da falha geológica.

A linha de frente do vetor norte parece ter sido impulsionada por iniciativas particulares: casas, armazéns, trapiches foram, pouco a pouco, um a um, tomando pequenas porções ao mar à medida em que se localizavam no extremo norte da Cidade Baixa em expansão, em áreas ainda não ocupadas. Já os avanços da linha de costa parecem ter tido sempre, como promotor e executor das obras, o governo da Capitania, no período colonial, e da Província, durante o Império: cais, Alfândega, Arsenal, fortes e fortins foram as construções que concretizaram estas conquistas, revelando as necessidades crescentes de expansão do porto e das atividades econômicas dele dependentes.

Em termos globais, foi possível identificar, com razoável grau de segurança, cerca de 125000 m² aterrados pelo governo nos quatro primeiros séculos de existência da cidade (3).

Esta área corresponde a quase 70% de todos os aterros feitos nas freguesias da Conceição e do Pilar até 1894. Quanto aos 60000 m² restantes, há dúvidas quanto a quem os realizou, não se descartando a hipótese de que o governo tenha sido também responsável por boa parte dos mesmos.

De 1550 a 1630, por exemplo, o governo realizou mais de 80% dos aterros no período, ficando dúvidas sobre sua responsabilidade no aterro de áreas para os armazéns e casas, na Preguiça, na Ribeira e em Santa Bárbara, num total de 1200 m² (4).

De 1630 a 1715, as dúvidas são maiores. Ainda que se tenha segurança sobre a atuação do governo nos aterros da ribeira (envolvendo o primeiro forte do Mar), e da Alfândega velha (quase 50% dos aterros do período), não é possível afirmar o mesmo em relação aos aterros na área da igreja do Corpo Santo (que poderiam ter sido promovidos, por exemplo, pela Irmandade/s responsável/eis pela mesma), de Santa Bárbara (cuja dúvida fica se foram realizados pelo morgado ou pelo Senado da Câmara, que acabou como herdeira do mesmo), no Taboão e no Pilar. O caso dos aterros do cais Dourado (3600 m²) é ainda mais incerto quanto à sua promoção, ainda mais se considerarmos as duas ou três expansões dos séculos posteriores (5).

De 1715 até 1801, a identificação dos aterros do Governo é ainda mais difícil, restringindo-se a 40% dos aterros no período. É possível que, neste século, a sanha de conquista ao mar tenha contagiado Irmandades e particulares, principalmente nos casos de avanço em Santa Bárbara, e no trecho entre esta área e a Associação Comercial, onde a atuação dos jesuítas e da Irmandade da Misericórdia foi decisiva (6).

De 1801 a 1894, entretanto, o Governo parece ter reassumido integralmente o controle dos aterros, tornando-se responsável por quase 90% da superfície aterrada, na qual se destacam os avanços da Alfândega, da área entre este edifício e a praça São João, desta última praça até a Associação Comercial e do cais Dourado. Deste ponto em diante, na direção norte, até a Jequitaita, torna-se mais difícil determinar a responsabilidade pelos aterros, dificuldade acentuada pela existência de uma ocupação relativamente desordenada.

Nos séculos anteriores é difícil encontrar documentos que comprovem ou indiquem, de maneira mais precisa, a promoção ou execução dos aterros por parte do Governo, a não ser pelo fato de que serviram para a implantação de fortificações e edifícios administrativos, realçando a análise da cartografia da época como centro de argumentação (7).

Este não é o caso do século XIX, em que é possível recorrer, ainda que a indicações indiretas, a fontes iconográficas (fotografias e ilustrações) e a Fallas dos presidentes da Província.

Estas fontes, principalmente a partir de 1844, fornecem mais argumentos para os fatos de que:

- o aterro de grande parte da área onde ficou localizada a Alfândega, (construída entre dezembro de 1843 e 1861), foi promovido pela presidência da Província (8);
- que o aterro entre a Alfândega e a praça São João e a Alfândega foi feito com entulhos da ladeira da Montanha, da ladeira da Misericórdia e de sob o Palácio às expensas da presidência da Província ou através da mediação desta, entre 1843 e 1861 (9);
- o aterro entre a praça São João e a Associação Comercial, com a construção do cais das Amarras, foi promovido, também, pela presidência da Província (10);
- o cais Dourado foi implementado graças a iniciativa da Câmara Municipal, embora através de iniciativa particular (11);

É, também, neste período, que se encontram algumas provas históricas sobre a origem dos materiais para aterramento.

Na primeira Falla de João Maurício Wanderley à Assembléia Provincial, em 1852, ele comenta que, para a construção da ladeira da Misericórdia, teriam sido removidos, até 1851, 1.800.000 p³ (pés cúbicos) de terra; na Falla do ano subsequente, assevera que, em 1852, teriam sido removidos apenas 80.640 p³, tendo diminuído o ritmo de movimentação de terras. Sob a Cathedral do Colégio, o mesmo presidente comenta, em 1853, a remoção de 589.850 p³ e, em 1854, a remoção de mais 316.866 p³.

Para a ladeira da Montanha, Gonçalves Martins, em sua Falla de 1848, prevê a retirada de 431.780 p³ de entulho.

O relatório do Dr. Aguiar, anexo à Falla de 1854, registra, por sua vez, no caso da obra da ladeira da Montanha, "grandes depósitos de terras dos quintaes e das calças dos velhos muros", o que o leva a comentar que o "movimento de terra excederá muito ao que eu havia supposto" (12).

Quanto a custos, no caso da ladeira da Misericórdia, comenta ainda que "o movimento de terra na forma do contrato nenhuma indemnização tem". Entre o beco Mata Porco e o alto da ladeira da Conceição, entretanto, ainda que não se refira ao volume de terras, comenta que o movimento destas custaria 3.763\$000.

Pela leitura destas mesmas Fallas, verifica-se que o destino das terras era o bolsão existente entre o trapiche Novo e a Alfândega em construção, ou seja, entre a praça São João (atual praça da Inglaterra) e a Alfândega, local onde a igreja do Corpo Santo beirava o mar, nos séculos anteriores, e onde teria continuidade a rua Nova do Comércio sob o nome de rua Nova da Alfândega. Estas indicações favorecem a elaboração de algumas hipóteses:

- 1) boa parte dos aterros realizados poderiam ter sido realizados com material oriundo da própria montanha, quer retirado através da realização de obras, quer obtido através de entulhos causados por deslizamentos de encostas. Foi possível registrar os seguintes desabamentos: nas ladeiras da Preguiça e da Conceição da Praia, em 19 de março de 1717 ou de 1721 (13); na ladeira do Pilar, em 3 de maio de 1748 (14); no Pilar, no Xixi, na Misericórdia e na Conceição, em 1812 e 1813 (15); na Conceição, em 8 de junho de 1871 (16).
- 2) outra parte destes aterros poderia ter sido feita com o material de casas destruídas pelo tempo, demolidas por várias razões, incendiadas, etc. É bom lembrar que as freguesias de Conceição e Pilar comportaram diversas gerações de prédios, o que significa que o entulho das ruínas deveria ter algum destino.
- 3) não se descarta, também, a hipótese de que o material destes aterros possa ter vindo por mar, quer como lastro de embarcações, quer especificamente destinado a este fim. Esta hipótese, contudo, afigura-nos a mais improvável de todas.
- 4) outra parte, por fim, destes aterros poderia ter tido origem em fenômenos de assoreamento provocados por correntes marinhas, até mesmo em razão de determinadas barreiras construídas (cais, enrocamentos, etc.).

Assim, embora não seja possível provar a origem do material dos aterros, é difícil negar que dos quase 185 ha aterrados do século XVI ao XIX, o Governo tenha sido responsável por mais de dois terços deste total (17). Além disso, as eventuais iniciativas particulares, principalmente por parte dos donos de trapiches, armazéns e casas a beira-mar, deveriam, assim como as iniciativas das Irmandades religiosas, contar com a anuência das autoridades.

Uma destas iniciativas, a mais famosa, foi tomada pelos jesuítas e, mais tarde, assumida pelos irmãos da Misericórdia. Os jesuítas iniciaram um processo histórico de aterramento da Cidade Baixa com a construção de um cais no terreno de seu convento, onde possuíam um guindaste, no local onde hoje se encontra a entrada inferior do Plano Inclinado Gonçalves.

Neste processo, edificaram casas e sobrados ao longo da linha de encosta, aproximadamente em 1715, deste ponto até o início da ladeira do Taboão, onde já tinham construído sua própria fonte.

Estes sobrados deram origem aos Cobertos, fato já mencionado no capítulo sobre evolução do uso do solo, deste mesmo trabalho (18).

Em 1737, este aterro tornou-se objeto de desinteligência entre o governador Conde de Galveas e a Câmara, pois esta última impugnara a licença concedida pelo mesmo ao referido aterro, assunto que julgava de sua alçada. O fato resultou em intervenção do Rei: "...intentando o reitor do collegio da Companhia d'essa cidade fabricar um caes, na testada das casas que o mesmo collegio possui no sítio da marinha, que medea entre os dois caes, chamados do Lixo e do Sudré, e tendo para esse efeito alcançado licença do Vice-rei, Conde de Sabugosa e vossa", (Conde das Galveas, a quem era dirigida a carta, N. do A.)", que se lhe concedeo, procedendo vistoria, e as mais diligencias, e informações necessárias, em virtude de minha Provisão de 26 de março de 1716, pela qual fui servido mandar que todos os donos das casas, situadas junto da marinha, fabricassem na testada d'ellas o dito caes, pretenderão os Officiaes da Câmara d'essa cidade impedir a dita obra, ..., mandarão suspender o entulho...", etc. O rei continua a carta falando do "temerario excesso" e os "absurdos" da Câmara, pois o senado não tinha "jurisdição alguma nas obras da Marinha" e "nem, ainda que a tivesse, podia embarcar esta, que se fazia em execução de uma resolução minha". E termina a carta ordenando a prisão dos vereadores e a continuação da obra (19).

Em fins da década de 60 do século XVIII, com a ascensão de Pombal e sua luta contra os jesuítas, a questão toma novo rumo, e esta invasão passa subitamente a preocupar a Metrópole pois, em última instância, comprometia os planos de defesa do porto elaborados por Massé em 1715 (RAC016).

As investigações de Caldas na área caminham com este sentido, além de, evidentemente, se constituir em parte do inventário dos jesuítas e em diagnóstico para fins de deliberação sobre o que fazer da mesma, após a expulsão dos mesmos (20).

Transferida a posse para a Fazenda, esta a coloca, pouco tempo depois, em hasta pública. A irmandade da Misericórdia adquire a área, continua e consolida o processo de aterramento, concluído antes do final do século. De qualquer forma, as invasões de particulares parecem ter cessado definitivamente no

século XIX, com a construção da linha de caes paralela a da encosta, desde o Arsenal até o cais Dourado.

Os aterros da Cidade Baixa confundiram, de certo modo, os historiadores e cronistas, tendo em vista o aparecimento contínuo de novas ocupações e logradouros, pari passu ao desaparecimento de localizações outrora importantes ou a re-designação de novas localizações com o mesmo nome de antigas, já aterradas.

Desapareceram, assim, sob o efeito de aterros, o forte da Ribeira, o primeiro forte do Mar, as fortificações de S. Felipe e S. Tiago, o fortim de S. Alberto e o forte S. Francisco. As baterias existentes, como a da Ribeira, por exemplo, em função do avanço dos aterros na área do Arsenal e da Intendência de Marinha, foram transferidas várias vezes a partir do momento em que desaparecia o forte para o qual tinham sido destinadas originalmente.

Diversos cais foram também desaparecendo, tais como o dos Padres e o do Sodré, no século XVII; o do Cana, o do Lenha, e o do Lixa, no século XVIII; o da Farinha, o Novo, o da Misericórdia e o do Louça, no século XIX; e, por fim, o cais das Amarras, já no início do século XX.

O cais Dourado, por sua vez, segundo as cartas de 1715, 1801 e 1860, apresenta-se com tres configurações distintas, com áreas cada vez maiores e mais avançadas em relação ao mar.

Os trapiches, em função dos aterros, vão perdendo seu contato com o mar. Assim acontece com os trapiches do Sal e do Azeite de Peixe, cujo acesso ao mar já se encontra obstruído no início do século XIX, e os trapiches ao longo do cais de Santa Bárbara, cujos acessos são aterrados mais para o fim do século.

Trecho que sofreu contínuas alterações mantendo sempre o mesmo nome foi, também, o trecho da Preguiça (21).

7.3. Obras de Infra-estrutura e Melhoria Urbana

A caracterização histórica resumida de algumas das ruas, becos e acessos da Cidade Baixa, apresentada no Quadro 1, pode facilitar a compreensão de algumas conclusões acerca do espaço urbano de suas freguesias (22).

Dois períodos se destacam na produção do espaço urbano das freguesias de Conceição e Pilar, em termos de sua infra-estruturação e melhoria: o período em que governou o preposto de D. João VI, D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, de 1810 à independência, e o período que Simas (304) designou como sendo de grandes decisões, durante o qual governaram Soares de Andréa, Gonçalves Martins, João Maurício Wanderley e Cansação de Sinimbu, de 1844 a 1858. Nestes dois períodos é possível caracterizar uma política clara de obras na área do porto e do bairro da Praia, que os diferencia dos demais períodos nos quais

o processo de crescimento parece ter sido determinado por fatores conjunturais ou interesses eventuais das elites dominantes. Ambos os períodos, entretanto, caracterizam-se pela predominância das ações políticas do governo da Capitania, no primeiro caso, e da Província, no segundo, sobre as ações, respectivamente, do Senado da Câmara e da Câmara Municipal, muito mais fracas administrativa e financeiramente.

No período de D. Marcos Noronha, predominou a preocupação pelo ordenamento da ocupação do solo e pela higiene das edificações, atribuições, por excelência, do Senado da Câmara, embora as relações entre ambos fossem extremamente cordiais. Foi D. Marcos Noronha, por exemplo, quem ordenou a retirada das (venezianas), sugeriu um tipo uniforme de construções na Cidade Baixa, patrocinou a construção do edifício da Associação Comercial e da praça do Comércio, construiu a rua Nova do Cais (atual Miguel Calmon) e a rua Nova do Comércio (atual Conselheiro Dantas), projetou a mudança do Centro Administrativo e a construção do canal da Jequitaita, etc.(23).

No período das "grandes decisões", predominaram, por sua vez, acordos entre o governo e os grandes comerciantes, através dos quais foram melhoradas ruas e acessos, construídas novas linhas de caes, e a realização de obras de contenção em vários pontos da encosta foi tornada possível, graças a uma certa prosperidade refletida no nível dos cofres da Província (24).

Uma das práticas mais comuns deste período era a nomeação de Comissões fiscalizadoras, compostas de comerciantes e proprietários ricos que tinham interesse no andamento e acabamento das obras sob sua responsabilidade. Às vezes, estas Comissões, e até mesmo, em alguns casos, apenas um indivíduo, arcavam com o ônus destas obras (25). Foram, por exemplo, desta forma, realizados:

- o calçamento e encanamento da rua do Comércio, cuja Comissão fiscalizadora dispendeu mais de 65% do custo final;
- o calçamento e encanamento, também, da rua Nova do Comércio e a rua Nova da Alfândega (prolongamento desta última no trecho entre a praça São João, atual praça da Inglaterra e Alfândega), cujas despesas correram por conta de Antonio José Moreira, do proprietário do Trapiche Novo e do arrematante da praça São João;
- o nivelamento da rua do Pilar, desde o Taboão até a Jequitaita (26).

Do mesmo modo, foi inteiramente reconstruída a praça São João, dividida em duas pequenas praças separadas pela rua Nova da Alfândega, de onde foi removido o lamaçal e demolido o mercado constituído pelas barracas da Câmara (27).

7.4. Ordenamento da Ocupação e do Uso do Solo

Sempre coube à Câmara Municipal, desde os tempos coloniais, a função de ordenar a ocupação e o uso do solo da cidade, quer por razões de ordem administrativas e fiscais, quer por razões de embelzamento urbano.

Nem sempre, no entanto, ela foi feliz em seus intentos, ora por intervenção indesejável do Governo da Capitania e do próprio El-Rei, com o qual entrava em conflito, ora pela sua própria força regulamentadora, não respeitada pela comunidade, força esta que exigia o apoio das mesmas autoridades superiores que cerceavam sua autonomia.

Para o ordenamento da ocupação, um dos primeiros intentos conhecidos é o aviso de 20 de dezembro de 1811, do Conde dos Arcos, que aventa ao Senado da Câmara a idéia de ser obedecido um tipo uniforme de construções de grande porte na faixa litorânea do Comércio (27A).

Esta iniciativa obteve resultados em menos de trinta anos, tendo sido adotado o mesmo procedimento para toda a Cidade Baixa. Por volta de 1850, da praça do Comércio até à praça S. João (atual praça da Inglaterra), existiam quatro quarteirões com edifícios de quatro pavimentos, guardando uniformidade por quarteirão. Da praça São João à Alfândega, outros quatro quarteirões apresentavam-se com cinco pavimentos, cada (28).

Isto não significa, contudo, que a Câmara não tenha adotado posturas semelhantes anteriores a esta data, pois ao analisar os frontespícios de Caldas e Vilhena é possível verificar a existência de quarteirões de edifícios de altura e aparência semelhante em diversos quarteirões do Comércio e do Pilar, desde Santa Bárbara até o cais Dourado. Não é possível, no entanto, afirmar se tais ocorrências seriam resultado, também, da iniciativa dos próprios proprietários de terras, que construam fileiras de sobrados semelhantes por uma questão de economia e facilidade, ou se Caldas e Vilhena desenharam tais edifícios de forma semelhante por uma questão de comodidade, dando maior atenção à representação gráfica de edifícios mais conhecidos.

Por outro lado, o primeiro sistema historicamente adotado pela Câmara para o ordenamento do uso do solo foi o sistema de arruação importado de Lisboa. Por este sistema facilitava-se a fiscalização das tendas de oficiais mecânicos pelos juizes da Câmara, visto que as "logeas" e "tendas" eram espalhadas por todas as ruas, vielas e cantos da cidade (29).

Com a arruação, cada ofício deveria ter uma área pré-determinada pela Câmara Municipal para o seu exercício. "Na mesma rua, vigiavam-se uns aos outros os oficiais do mesmo ofício, não fosse algum praticar acto de concorrência desleal ou infringir as regras tradicionais; o consumidor, vindo muitas vezes dos arredores e suburbios da cidade, sabia aonde se dirigir para

encontrar os mestres de que precisava; aí estavam todos, ou a maioria; dos praticantes do mester, a viver intimamente, casa com casa, numa vizinhança que mais comum tornava a mentalidade, as maneiras, os processos da profissão" (30).

Por portaria da Câmara de 16 de dezembro de 1785, ordenava-se que os "sapateiros, alfaiates, barbeiros, tabaqueiros, douradores, ferreiros, serralheiros, caldeireiros, tanoeiros e pixileiros", enquanto "este Senado não der casas para se mudarem para as ruas indicadas nas posturas, fiquem nas que se acham". Das profissões citadas muitas deveriam localizar-se nas freguesias da Conceição do Pilar, tais como ferreiros, caldeireiros, tanoeiros e negociantes de atacado ou retalho, que a portaria recomendava, tão logo quanto pudessem, mudar-se da seguinte forma (31):

- os ferreiros e caldeireiros, desde o trapiche do Azeite até o hospício de São Felipe Neri;
- os negociantes de atacado ou retalho, desde a Alfândega até as portas do Carmo, pela rua Direita do Taboão ou pela rua Nova do Comércio que estava começando a ser aberta na época;
- os tanoeiros, na rua dos Coqueiros.

Encontram-se, assim, nestes procedimentos, a possível origem do nome de muitas ruas e becos da Cidade Baixa, como rua dos Ourives, rua das Grades de Ferro, rua dos Algibebees (negociantes de tecidos), beco dos Tanoeiros, etc.

Para ordenar os casos de oficiais que trabalhavam nas calçadas, armando tendas diminutas, estabeleceu-se em 1789 uma licença cujo foro deveria ser pago ao Senado, sob pena de seis mil réis de multa, a fim de evitar as imundícies (32).

NOTAS DO CAPÍTULO 7

(1)

TABELA

ESTIMATIVA DAS ÁREAS ATERRADAS NOS DIFERENTES PERÍODOS DE
EVOLUÇÃO DAS FREGUESIAS DE CONCEIÇÃO E PILAR

PERÍODO 1549-1630	CONSTRUÇÕES	ÁREA (m ²)
1. Avanço na praia da Preguiça	casas	450
2. Aterro e retificação da ribeira do Boes	cais	1000
3. Aterro da área do forte da Ribeira	forte	1250
4. Avanços na praia da Ribeira	armazéns	600
5. Avanços em Santa Bárbara	casas	800
6. Avanços no Taboão	casas, ara.	2700
7. Aterro da área do forte S. Fco.	forte	800
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		7000
PERÍODO 1630-1715		
8. Possível assoreamento da praia da Preguiça sem construções	—	000
9. Aterro da ribeira, envolvendo o primeiro forte do Mar	forte, cais	9000
10. Aterros da área da Alfândega Velha	trapiche	900
11. Avanço na área do Corpo Santo	igreja, casas	2600
12. Avanços em Santa Bárbara	casas	2100
13. Avanços no Taboão	casas	1600
14. Aterro no cais Mourado	cais, casas	3600
15. Avanços no Pilar	casas	3200
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		23900
PERÍODO 1715-1777		
16. Aterro na Ribeira	cais, edif.	2500
17. Aterro em Santa Bárbara	casas, trap.	3400
18. Aterros promovidos pelos jesuítas e irmandades da Misericórdia	casas, lojas	6700
19. Avanços no Taboão	casas, trap.	600
20. Avanços entre o Taboão e o forte S.Fc.	casas	3200
21. Expansão norte do cais Mourado	casas	1200
22. Avanço no Pilar	trapiche	400
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		10000
PERÍODO 1777-1801		
23. Aterro na área da Alfândega Velha	cais	500
24. Aterro área do Corpo Santo/Santa Bárbara	cais, trap.	8000
25. Aterro do cais Novo	cais, casas	6400
26. Avanços no Pilar	casas	600
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		16300

PERÍODO 1715-1801 (1)

27. Avanços no Pilar	casas	3600
28. Aterro no Coqueiro	cais, casas	12600
29. Avanços em Água de Meninos	casas	4800
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRAMA NO PERÍODO		21000

PERÍODO 1801-1864

30. Assoreamento na Preguiça	—	1600
31. Novo aterro na ribeira das Naes	cais, edif.	4000
32. Aterro na área da Alfândega	cais, edif.	11500
33. Aterro da praça S. João/praçá do Comércio	—	—
	cais, casas	15400
34. Novo avanço do cais Bourado	cais, casas	3000
35. Avanços no Pilar	trapiches	6700
36. Aterro do Coqueiro	cais, casas	2300
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRAMA NO PERÍODO		44500

PERÍODO 1864-1894

37. Grande aterro da Preguiça	cais, trap.	13200
38. Aterros na Ribeira	edif.	7100
39. Aterros na área da Alfândega	cais	8300
40. Aterro na praça da leglaterra	cais, casas	7000
41. Novo aterro no cais Bourado	mercado	9000
42. Avanços no Pilar	cais, casas	2100
43. Avanços em Água de Meninos	casas	3300
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRAMA NO PERÍODO		53100

(2)

TABELA: ESTIMATIVA DOS TOTAIS DE ÁREA ATERRAMA POR PERÍODO

PERÍODO	MÉDIA P/ANO	TOTAL
1549-1630	100 m ²	7000 m ²
1630-1715	200 m ²	23900 m ²
1715-1777	(2) (2)	18000 m ²
1777-1801	(3) (3)	16300 m ²
1715-1801	600 m ²	21000 m ²
1801-1864	680 m ²	44500 m ²
1864-1894	1560 m ²	53100 m ²

Agregando os totais por século:

SÉCULO	ÁREA M ²	X
SÉCULO XVI	7000 m ²	3,8 X
SÉCULO XVII	23900 m ²	13,0 X
SÉCULO XVIII	53300 m ²	30,1 X
SÉCULO XIX	97600 m ²	53,1 X
TOTAL	183.000m ²	100,0 X

(3) O exame da planta PT13 combinando com a análise das tabelas acima oferece os seguintes resultados:

ESTIMATIVA DAS ÁREAS ATERRADAS PELO GOVERNO NOS DIFERENTES PERÍODOS DE EVOLUÇÃO DAS FREGUESIAS DE CONCEIÇÃO E PILAR

PERÍODO 1549-1630	CONSTRUÇÕES	ÁREA
1. Aterro e retificação da ribeira do Gores	cais	1000
2. Aterro da área do forte da Ribeira	forte	1250
3. Avanços na praia da Ribeira	armazéns	600
4. Avanços no Taboão	armazéns	2150
5. Aterro da área do forte S. Fco.	forte	800
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		5000
PERÍODO 1630-1715		
6. Possível assoreamento da praia da Preguiça sem construções	—	—
7. Aterro da ribeira, envolvendo o primeiro forte do Mar	forte,cais	9800
8. Aterros da área da Alfândega Velha	trapiche	900
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		11300
PERÍODO 1715-1801		
9. Aterro na Ribeira	cais, edif.	2500
10. Aterro na área da Alfândega Velha	cais	500
11. Aterro do cais Novo	cais, casas	6400
12. Aterro no Coqueiro	cais, casas	12400
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		22000
PERÍODO 1801-1860		
13. Assoreamento na Preguiça	—	1600
14. Novo aterro na ribeira das Maes	cais, edif.	4000
15. Aterro na área da Alfândega	cais, edif.	11500
16. Aterro da praça S. João/praca do Comércio	cais, casas	15400
17. Aterro do Coqueiro	cais, casas	2300
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		34800
PERÍODO 1860-1894		
18. Grande aterro da Preguiça	cais, trap.	13200
19. Aterros na Ribeira	edif.	7100
20. Aterros na área da Alfândega	cais	8300
21. Aterro na praça da Inglaterra	cais, casas	7000
22. Novo aterro no cais Bourado	mercado	9000
SUB-TOTAL DA ÁREA ATERRADA NO PERÍODO		47700

(4) Ver carta de Luis Dias de 15 de agosto de 1551 a El-Rei, reproduzida em Souza, Viterbo, Dicionário histórico e monumental dos architectes, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal, vol. 1, pg. 280, Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1922; ver carta de Luis Dias de 13 de julho de 1551 a Nimgel de Arrada, reproduzida por Garcia, Rodolfo (ob. cit.), ver Simas (ob. cit.), cap. I.

(5) A documentação comprobatória de quem exatamente foi o responsável técnico pelos aterros, ou o ano exato em que foram realizados, é, no caso, absolutamente irrelevante. Importante é no caso saber que uma das atribuições principais do Governador-Geral era o levantamento de fortes e fortins, assim como se responsabilizar pelo bom funcionamento da Alfândega, o que obviamente, pelas condições físicas do sítio escolhido para o porto, exigia contínuos aterros para tais instalações. Basta no caso, consultar o regimento de Tomé de Souza, de 17/12/1548, em sua primeira atribuição: "Ir à Bahia como capitão-mor de uma armada com gente, artilharia, armas, munições e tudo que for necessário para lá erguer uma fortaleza, bem como uma povoação grande e forte em lugar conveniente, a fim de prestar ajuda às outras povoações, administrar justiça e prover nas coisas que cumprirem ao serviço do rei e da sua Fazenda"; ou ainda consultar o regimento de 8/3/1580, que registrava no item 8 como atribuição do Governador-Geral a execução de "obras de fortificações para defesa da terra", assim como dizia no item 11 que este deveria "mandar construir galeotas, fragatas e embarcações menores...", o que implicava necessariamente na construção de uma ribeira; ou ainda o regimento de 16/01/1621, que atribuiu ao Governador-Geral, no item 2, "verificar pessoalmente, assim que assumir o cargo, as fortalezas da cidade, os armazéns e as tercenas..."; item referendado no regimento de 23/01/1677. Aliás, neste último regimento, no item 12 é colocada a atribuição específica de "dar continuidade à construção da Fortaleza do Mar e outras fortificações de Salvador...". Quanto à Alfândega, a carta régia de 15/12/1694 autorizava a D. João de Lourenço a construir uma nova, maior e mais próxima ao mar, para substituir a primeira, construída na Cidade Alta, defronte à Casa dos Governadores, por Luís Dias, sob orientação de Tomé de Souza. Esta Alfândega, entretanto, que mais tarde seria conhecida como Alfândega Velha, só seria construída no governo do Conde das Salvas. Ver, para este caso específico, o trabalho de Ornelando, Paulo e equipe, Inventário de Proteção ao Acervo Cultural, vol. 1, p. 158, e seu trabalho sobre o assunto, não publicado e baseado em manuscritos existentes no Arquivo Público da Bahia.

(6) Ver planta PT13 e nota 23 do sub-ítem "Século XVI - 1600 a 1631", cap. 3.

(7) Ver planta PT13.

(8) Pelas plantas existentes, poderia ser deduzido que o aterro da rotunda, como a maioria dos demais da área da Conceição, proviera de entalhos. Este não é o caso, visto que escavações realizadas no início da década de 1900 comprovaram fundações em cantaria. As Fallas de Gonçalves Martins, por sua vez, mostram que a construção da Alfândega e, portanto, da rotunda, prejudicada pela chegada de cantaria da Europa, foi acelerada com a recorrência às pedreiras da Barra.

(9) Não foram, ainda encontrados documentos para a comprovação lógica de que o material resultante do desmonte da montanha tenha servido para o aterro do referido bolsão. Todos os indícios documentais apontam, entretanto, neste sentido: a falta de locais próximos para o depósito de tais materiais, o que chegou a emperrar o andamento das próprias obras de contenção, segundo a Falla de Gonçalves Martins; a necessidade de aterrar o bolsão para melhorar as condições físicas da área; e a situação do mesmo, perfeitamente visível antes e depois do aterro, nas plantas de Weill e Przewodowski, espaçadas exatamente aos poucos anos que coincidem com o desmonte acelerado da montanha.

(10) Para o trecho do cais das Amarras, ver Album-Lembrança da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Bahiana realizada em 1949/50 pela PMS, publicação da Prefeitura Municipal de Salvador, 1951, fotos pp. 23 e 67.

(11) Para o cais Mourado, Afonso Rey, História Política..., ob. cit., pp. 595, comenta que a Câmara Municipal, valendo-se da iniciativa particular...continuava...o programa, no qual era de se "notar a criação de uma rua entre a praça da Associação Comercial e a rua do Burro, com o intuito de uma linha de mar que veio a formar um cais que passou a se chamar "dourado" e a construção de uma doca no local do forte São Fernando, demolido, em parte, em 1811, e de que se aproveitaram as fundações, sendo tais obras inauguradas em 1878.

(12) Fallas de João Maurício Wanderley às sessões de abertura da Assembléia Provincial dos anos de 1852, 1853 e 1854.

(13) No Resumo Cronológico..., ob. cit. de José Alvares do Amaral, o desabamento é citado como tendo ocorrido em 1821; Rebello faz referência a uma tempestade no mesmo dia, mas no ano de 1717, que teria dado origem à precipitação de São José. Os comentários de Teixeira Barros ao Resumo..., são semelhantes aos de Rebello, mas admite a possibilidade de outra tempestade no mesmo dia e mês, em 1721, que teria dado origem à outra precipitação: a do Senhor da Cruz. Cfe pgs. 210 e 211 do livro citado. Sobre o mesmo episódio, Afonso Rey, História Política..., ob. cit., p. 281, comenta que de 19 para 20 de março de 1821 teria se desprendido "uma alarde de terra... do sopé da plataforma da Porta da Cidade, recém-restaurada com um torreão ou castelo, tendo, logo no dia seguinte, o Senado da Câmara, pelos seus técnicos, procurado remediar a situação com obras adequadas porém ineficientes, de que resultariam, precisamente 11 anos depois, idênticas catástrofes, já agora ajuntados aos prejuízos materiais os ferimentos de muitas pessoas e a morte de sete".

(14) Ainda no Resumo Cronológico..., item 189, pp. 272, José Alvarez escreve: "Em consequência da grande cheia que caiu à noite, desabaram as terras sobranceiras à ladeira do Pilar, e demoliram todas as casas, que lhes estavam na frente, morrendo toda a gente, que dentro dellas estava. A terra cahida foi tanto que metulhou a rua, chegando a altura das janelas da Igreja do Hospício dos Carmelitas que alli existe."

(15) Affonso Ruy, História Política... ob. cit., pg. 355, fala do desmoronamento da muralha de sustentação da casa de Tomé Alvares Braga, as Cruz do Pescoal, em 14 de junho de 1813, após 45 dias de cheia, destruído o trapiche Barnabé; de "continuados arrastamentos de prédios e perdas de vida no Xixi, na Misericórdia, na Gamboa e Conceição"; de que, no dia 10 de julho de 1813, os próprios vereadores viram ruir 8 casas "destruídas sob o peso de grande porção de terra desprendida da parte setentrional do baluarte" de Santo Antonio Aldeia do Carmo. Curiosamente, José Alvares do Amaral, in Resumo Cronológico..., ob. cit. pg. 317, item 244 cita o mesmo episódio para o dia 14 de junho de 1833.

(16) Affonso Ruy, História Política... ob. cit., pg. 591, cita o "desmoronamento da parte central da ladeira da Conceição, destruindo prédios da rua da Prepaíça...".

(17) Não existia nenhuma legislação específica de proteção aos terrenos de marinha ao período colonial, embora a preocupação da Metrópole pela defesa militar da Capitania gerasse atenção especial para os sítios da costa onde esta pudesse ser melhor executada. Não existia, além disso, Marinha de Guerra, o que pressupõe que a expressão terrenos de marinha significasse apenas terrenos à beira-mar. Por outro lado, os terrenos do Governo da Capitania, mais tarde do Governo da Província, eram usados, também, para localização de edifícios militares e administrativos ou cedidos em usufruto para funcionários públicos ou militares.

Quanto não haviam interesses políticos indiretamente envolvidos, a depender da conjuntura ou dos pedidos de irmandades e particulares, estes terrenos eram cedidos como sesmarias até o início do século XIX, ou como posse (desde que consideradas como terras devolutas) até 1850. Nesta data em diante, com a lei de 18 de setembro, modificou-se a política do Governo. Dizia o art. 1: "Ficas prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". Mesmo, assim, não se chegou a formular nenhum conceito sobre terras de marinha, nem houve nenhuma preocupação em constituir o que modernamente chamamos de patrimônio, o que permitia uma certa corrida no sentido de adquirir terrenos pertencentes ao Governo (inclusive os de marinha) ou de regularizar posses de quem era foreiro nos mesmos. O relatório do diretor dos Próprios Nacionais, de 1862, transcrito por Felisbello Freire, revela tal situação. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, ver Lima, Ruy Cirne, Pequena História Territorial do Brasil, Livraria Sulina Ed., Porto Alegre, 1954.

(18) Ver comentários de Brás do Amaral à carta II de Vilhena, ob. cit., vol. I, pgs. 115 e 116.

(19) Provisão do rei de 6 de janeiro de 1737, transcrita por Affonso Ruy in História política... ob. cit., pgs. 290 e 291.

(20) Modificando sua política de preparação de construtores, a carta régia de 11/01/1699 autorizou a criação da Aula Militar Baiana, ou Escola de Artilharia ou Arquitetura Militar. Um de seus objetivos era formar engenheiros capazes de realizar projetos de defesa, o que referenda preocupação de El-Rei com as condições das fortificações existentes, atribuição do Governador Geral, como já foi dito em (5). Estes Engenheiros, mais tarde, exerceriam funções de um verdadeiro secretário de Obras Públicas, ficando responsável pelas obras oficiais, incluindo edificação e conservação de imóveis. Dadas as dificuldades iniciais de implantação da Aula, foi designado por carta régia de 17/06/1712 o engenheiro Massé para "fortificar-se o estado do Brazil em forma que fique com toda a deusa necessaria". O projeto elaborado por Massé, em 1715, previa uma série de medidas de proteção na Conceição e no Pilar, que não foram efetivadas e acabaram, com o tempo, comprometidas pelas ações de particulares e irmandades. Caldas, em seu relatório de 19/11/1777, comenta que rompeu-se "aquele desenho" de Massé e seus auxiliares "em toda a parte da marinha, com Trapixes, Caixes e outras propriedades", com os "moradores da praia" avançando para o mar, esquecidos da defesa da Praça, atentos somente ao seu "cômodo particular". E faz relatório minucioso sobre os aterros dos Jesuítas. Para maiores esclarecimentos, ver Silvas (ob. cit. vol. II), pgs. 66, 76, 82 e 83.

(21) Ver notas 5 e 6 do item "5.1. Evolução dos Limites Territoriais".

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DE RUAS, BLOCOS E ACESSOS

1) Rua Direita da Praia (nome antigo)

Traçado: rua que se prolongava desde a matriz da Conceição até a rua dos Droguistas, sendo considerada a mais antiga rua da Cidade Baixa. A extremidade sul era pontificada pela fonte do Pereira e a norte, pela fonte dos Padres.

Fonte: Álvares do Amaral, *Resumo Cronológico...*, ob. cit. pg. 224, comentários de Barros Teixeira.

2) Rua das Princesas (nome antigo) ou rua Portugal (nome atual):

Referência mais antiga: época de D. Marcos de Moronha

3) Rua Nova do Comércio (nome antigo) ou rua Conselheiro Bantas (nome atual)

Referência mais antiga: cerca de 1770.

Calçamento e encasamento: época de Francisco Gonçalves Martins (1852).

4) Rua Nova da Alfândega (nome antigo) ou rua Conselheiro Bantas (nome atual), pois se constitui no prolongamento da rua Nova do Comércio, no trecho entre a praça São João e a Alfândega)

Período em que foi aberta: época de Francisco Gonçalves Martins (1852), quando foi aterrada a área onde se localiza.

5) Rua Nova do Caes (nome antigo) ou rua Miguel Calmon (nome atual)

Referência mais antiga: época de D. Marcos de Moronha

6) Ladeira da Montanha

Projeto: apresentado no início do governo de Soares d'Andrade em 1844, com alternativas de 2,5% e 3,0% de declividade.

Início das obras: entre 1845 e 1846.

Execução: mais de dez anos.

7) Praça da Conceição ou Praça Visconde de Cayre (nome atual)

Conceição de Soares d'Andréa da praça da Conceição como praça principal da freguesia: capacidade para receber e abrigar em uma doca, no seu interior, os barcos de viveres; para implantar depósitos de alimentos e casas para venda de todos os gêneros de primeira necessidade; facilidade de acesso.

Fonte: Falla de Soares de Andréa à Assembléa Provincial, na sessão de abertura de 1844.

Área: concessão de terreno pertencente ao acréscimo da praça existente em frente à igreja pelo Arsenal de Marinha, antes ocupada por diversas oficinas.

Construção: a partir de 1848 pela Irmandade de SSmo. Sacramento, então dirigida pelo comerciante Pedro Barbosa Madureira.

Fonte: Falla de Gonçalves Martins à Assembléa Provincial, na sessão de abertura de 1848.

8) Praça do Comércio

Construção: 28 de janeiro de 1816, por iniciativa de D. Marcos de Moronha, Conde dos Arcos. Observe-se que o nome "Praça do Comércio" era dado, na época, ao edifício, e não à praça propriamente dita, que lhe era fronteira. Praça, no caso, era sinónimo de Bolsa.

Fonte: Rebello, Corografia..., pg. 140; cfe. Simas, Evolução Física..., ob. cit., tomo III, não publicado, mimeo, pg. 55; Affonso Ray, História Política..., ob. cit., pg. 363.

9) Praça São João

Projeto: praça cercada por três ruas iguais e um lado para o mar, com três escadas (todas de cantaria europeia); casas próprias para venda do pescado.

Construção: 1819, pelo Senado da Câmara.

Fonte: Rebello, Corografia..., pg. 141.

Projeto de reconstrução: demolição das casas da Câmara, e divisão da praça em duas com a construção da rua Nova da Alfândega, como prolongamento da rua Nova do Comércio.

Fonte: Falla de Gonçalves Martins à Assembléa Provincial, na sessão de abertura de 1852.

(23) Cfe. Simas, Evolução Física de Salvador, vol. 3, mimeo.

(24) Em 1852, na sua primeira Falla à Assembléa Provincial, João Mauricio Wanderley comenta o seguinte: "Todo o extenso cordão compreendido entre o arsenal de guerra e Santo Antonio da Barra não se acha em muitos pontos em estado de perfeita segurança, reclamando constante vigilancia e cuidado nos pontos mais arriscados. Os lugares de cuja segurança se tem tratado e se está tratando, são: 1, montanha fronteira ao forte de S. Alberto e suas proximidades; 2, montanha sob a casa do coronel Sento Sé sobranceira aos fundos da matriz do Pilar; 3, montanha por cima da matriz do Pilar, trapiche Barabé e suas proximidades; 4, montanha a cavalleiro do Caes Bourado; 5, muralha do Camião Novo; 6, dita do Taboão; 7, montanha da ladeira da Misericórdia; 8, muralha da Gameleira; 9, dita da ladeira do Palácio; 10, montanha da Jaqueira; 11, dita da Gamboa." Destas, apenas as duas últimas não se localizavam no âmbito das freguesias do Pilar e da Conceição.

(25) Na Falla de 1854 podem ser sublinhados os seguintes trechos: "...vos pedi uma providencia legislativa que obrigasse, no novo calçamento de uma rua, seus proprietários a concorrerem com metade da despeza na proporção ou da superficie occupada pelos prédios, ou da importância destes, pagando os cofres públicos a outra metade..." "...posso annunciar-vos com segurança que, sem vexame dos proprietários pode ficar toda a despeza à cargo destes, contribuindo a Provincia unicamente com os Engenheiros, com os utensis (sic), e com os mestres de obras, que deverão continuar a ser administrados por Comissões, distribuído-se repartidamente, na proporção já dita, toda a mais despeza com os respectivos proprietários que serão obrigados a prestar sua quota logo que forem intimados, e a obra passar pela porta, sob pena de pagar o duplo se exceder a demora de um mes"; "...nas praças publicas os proprietários deverão ser obrigados as obras que se fizerem vinate palmos em frente de suas testadas, ficarão o restante, bem como os melhoramentos que passarem pelos lugares baldios, por conta dos cofres provinciais ou municipais, e pagando os edificios publicos as obras que lhe ficarem em frente".

(26) Cfe. Falla de Francisco Gonçalves Martins à Assembléa Provincial de 01/03/1852.

(27) Cfe. mesma Falla da nota anterior. "Toda a edificação he feita a custa do arrematante debaixo da immediata fiscalisação do Engenheiro; fará e conservará elle tambem a sua custa as calçadas das ruas internas do mercado com a maior segurança dando os precisos esgotos e construindo os indispensaveis canos; igualmente ficam à seu cargo as calçadas das obras contiguas e que circundam a praça; finalmente conservará o arrematante durante o tempo do contracto o caes e escadas em frente ao mercado".

(27A) Ver Affonso Ray, História Política... ob. cit., pg. 355.

(28) A mesma postura adotada pela Câmara em relação ao Comércio parece ter se repetido na direcção do Bonfim, pois o reverendo Daniel Parish Kidder observou, em 1939, em sua viagem a este subúrbio, uma rua principal, "já calçada", ostentando "duas belas alas de casas perfeitamente uniformes em tamanho, estrutura e aparência, circunstancia essa bastante rara no Brasil". Simas, Evolução Física... ob. cit., vol. III, não publicado, mimeo, pg. 50, levanta a hipótese de que este trecho corresponderia, aproximadamente, à actual rua Barão de Cotegipe que ainda apresenta casas que respondem a essas especificações.

(29) Ver Flexor, Maria Helena, *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*, Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura, Museu da Cidade, 1974.

(30) Laeghans, Franz Paul, *As corporações dos officios mecânicos*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, pg. XXXIII, apud estudo do prof. Marcelo Caetano.

(31) Ver postura 33, 1785, tomo 4 do Livro de Posturas (1650- 1787), Lo. 236, Arquivo da Prefeitura Municipal de Salvador, fl. 134. Por curiosidade, veja-se que, na Cidade Alta, deveriam localizar-se: os latoeiros, funileiros, douradores e exileiros, no principio da ladeira das portas do Carmo até a Cruz do Pascoal; os mestres das tendas de barbeira, no principio ladeira do Alvo (do Álvaro) e bairro da Saúde; os tabaqueiros, na rua do Passo; os alfaiates, seileiros e sapateiros, na rua que vem das portas de São Bento até as portas do Carmo, por trás de M. Sra. da Ajuda.

(32) Ver Flexor, Maria Helena, ob. cit., pg. 36.

CONCLUSÕES

Quanto à Colocação do Problema

O discurso científico sobre o espaço urbano, esfacelado pelas diversas disciplinas e obstruído pela visão positivista, não foi capaz de gerar conceitos e categorias adequadas à sua análise, o que não significa que não tenha aprofundado o conhecimento do seu objeto.

Para que pudesse gerar estas categorias, seria preciso que desvendasse o caráter de exploração que as classes dominantes exercem sobre a sociedade como um todo, e permitisse a transformação do operário em cidadão, com direito e poder de transformar a realidade política e social. Isto significaria, necessariamente, defender o suicídio ideológico destas mesmas classes, interessadas em perpetuar seu modo de organizar a sociedade e, portanto, desinteressadas em defender políticas enquanto expressões da vontade coletiva, pois estas expressariam também a vontade das classes dominadas ou subalternas. Na verdade, aprofundando a separação entre o cidadão e a cidade, entre o capitalista com direito e o trabalhador sem direito à cidade, tornou-se um discurso que, por um lado, tentou esconder a dominação e pelo, outro, a serviu.

Por estas razões, o discurso sobre o espaço construído não foi capaz de superar a rutura entre o cenário físico e os processos sociais. O discurso geográfico, por sua vez, mascarou estratégias espaciais dos donos do poder e teve o papel de justificar a expansão capitalista. O discurso econômico, associado a este último, centralizou-se nas teorias de localização e introjetou a teoria do valor na análise espacial, tornando-se um ramo da ciência do enriquecimento, com pouca ou nenhuma preocupação pelas questões referentes à reprodução e localização da força de trabalho. Acabou, desta forma, inscrito na retórica da economia política da propriedade privada, ou da economia privada, a qual preferimos chamar simplesmente de economia burguesa voltada para incorporação do urbano às teorias de otimização dos lucros. Interpretando a cidade com leis de valor, negou a existência de leis para espaço urbano, pois são sempre leis condicionadas pela produção, circulação e distribuição de mercadorias. Nas análises sociológicas ortodoxas sobre o urbano, a tentativa de misturar as classes sociais, como se fossem esquadões uniformes, por influência do positivismo, levou, por seu lado, ao ocultamento das relações sociais e das contradições que caracterizam o modo de urbanização, qualquer que seja a formação econômico-social. Especificamente, o discurso sociológico da escola de Chicago, deu poderes à cidade de induzir modificações no comportamento social e seu continuador, o discurso antropológico, transformou a cidade, através do estudo de ghettos e redes, num verdadeiro mosaico de territórios isolados entre si.

A renovação e politização destes discursos ensalou a superação destes desvios. Uma das propostas de repolitização do discurso sobre o espaço construído, por exemplo, é aquela que procura relacionar a morfologia dos espaços construídos com o comportamento humano e até mesmo com os processos políticos. Por seu lado, uma das propostas de repolitização do discurso geográfico é a que tenta colar a geografia à economia política, acentuando a questão da posse e propriedade do solo. A partir desta matriz teórica, tornou-se-lhe possível chegar à conclusão de que em todas as formações onde predomina a propriedade fundiária, as relações do homem com a natureza ainda deveria ser considerada. Naquelas, no entanto, em que o capital já domina, prevaleceria o elemento social, produzido ao longo da história, o que recoloca a formação urbana no plano econômico-social. Proposta interessante de politização do discurso sociológico, por sua vez, é a que tenta colocar o centro do estudo sociológico sobre a cidade na contradição entre submissão e rebeldia em cada processo social urbano específico.

Quaisquer que sejam as tendências teóricas apresentadas, as propostas de politização do discurso sobre o urbano passam pela investigação de uma série de aspectos característicos da cidade moderna, quer em países de economia capitalista avançada ou dependente, tais como: produção e consumo do espaço urbano, em geral; domínio do funcionamento do capital na produção de bens e serviços urbanos; propriedade, renda do solo e mercado imobiliário; relações econômicas entre este setor e o Estado; relações entre custos da terra e custos de urbanização; políticas urbanas relacionadas com o caráter de classe do Estado; relações sociais e de poder; movimentos sociais urbanos, etc. Do mesmo modo, qualquer que seja o tema abordado, estas propostas devem passar também pela limpeza do entulho conceitual e pelo desnudamento epistemológico e metodológico oriundo do positivismo, *pari passu* à criação de categorias adequadas para enfrentar esta tarefa que, no momento, são incapazes de levar adiante.

Esta tarefa, em nossa dissertação sobre o centro econômico de Salvador (Conceição e Pilar), tornou-se ainda mais difícil pela ausência, também, de categorias adequadas no plano histórico, não só no plano da teoria quanto no da pesquisa empírica. A rutura entre o cenário físico, objeto da imensa maioria dos trabalhos existentes sobre o acervo arquitetônico de Salvador, e os processos sociais, objeto de trabalhos mais recentes sobre a vida da cidade no século XIX, tornou-se difícil de ser superada, principalmente pelo corte espacial na investigação, exigência do Curso. Limitada ao centro econômico (pois nem se estendeu ao centro da vida política e social da cidade), a dissertação tornou invisível, a nível da investigação empírica, as áreas periféricas, essenciais para o pleno entendimento da cidade. Para tentar superar estas limitações e dificuldades, orientados pela matriz marxista, procuramos um quadro teórico preliminar para o entendimento da cidade colonial.

Mas a matriz marxista que influenciou muitas das propostas de politização do discurso sobre o urbano, não é também uma panacéia que possa solucionar todas as questões teórico-metodológicas. A rigor, gerou, por seu lado, não poucas interpretações equivocadas, embora o seu emprego supere o formalismo da separação de pesquisas desenvolvidas por diferentes correntes epistemológicas. O método dialético, tanto no plano histórico, quanto no plano lógico, nem sempre foi bem aplicado para explicar, por exemplo, a realidade urbana brasileira.

Com relação à formação econômico-social, sob sua inspiração, deu origem a vertentes as mais díspares, desde a que propugna a predominância de um modo feudal ou semi-feudal a que defende o modo de produção capitalista como determinante de suas transformações, com diversas variantes. De todas, preferimos a aquela que defende a ideia de que, graças à sua prolongada duração, desenvolveu-se no Brasil uma formação econômico-social inteiramente nova, específica, com fulcro no escravismo e estreitamente articulada, através da produção agrícola, aos mercados externos, além de associada a um possível sistema de minifúndio-latifúndio. Neste caso, o Estado brasileiro seria caracterizado principalmente como escravista até século XIX, embora permeado de traços patrimoniais e voltado para atender aos interesses do comércio de exportação, no qual as políticas urbanas apresentavam-se impregnadas de discriminação e repressão.

Quanto à localização de cidades, predominou aqui a distribuição pontual, intensiva e concentrada em áreas estratégicas do território, determinada pelas políticas de colonização. No entanto, no que se refere ao modo de urbanização, somente as áreas centrais das cidades sofreram a influência do desenho urbano importado. É fácil encontrar padrões europeus de desenho nas áreas portuárias, nos locais de vivência dos comerciantes que se vinculavam ao sistema internacional. O difícil é encontrar padrões conhecidos nas periferias "esquecidas", nas cidades transitórias dos mocambos e quilombos.

O modo predominante de urbanização, incluindo centro e periferia, tinha de ser necessariamente vinculado ao desenvolvimento econômico das áreas rurais, pois somente setores urbanos vinculados à produção agro-pecuária e à mineração conseguiam se desenvolver.

Mas a articulação entre as áreas centrais, as áreas periféricas urbanas e as áreas rurais já não aparece com clareza desde o século XVII, quando os engenhos mais próximos da cidade deixaram de existir, embora até praticamente o início do século XIX se fizesse sentir o dinamismo dos engenhos dos limites do Termo da cidade, ao norte, a partir de Matoim. Assim, a partir desta época, há uma larga faixa de terra cujo uso e ocupação pouco se conhece.

Esta dúvida dificulta a conceituação do espaço efetivamente urbano de Salvador, ficando muito mais fácil delimitá-lo através de seus limites urbanizados. Nestes limites, chamam a atenção, em primeiro lugar, as atividades integradas ao mercado internacional, e, em segundo lugar, as atividades complementares de distribuição de toda uma série de produtos manufaturados, para o mercado interno. Em seu conjunto, estas atividades tiveram forte influência sobre o processo de expansão do porto e adjacências.

Nas diversas freguesias que compunham a área urbanizada, quer centrais ou imediatamente periféricas, haviam usos que atralam população para o seu entorno, tais como unidades econômicas altamente absorvedoras quer de mão-de-obra escrava (trapiches e casas comerciais com mais de 20 escravos, por exemplo), quer de mão-de-obra liberta (manufaturas com mais de 20 operários, por exemplo); igrejas e capelas cuja importância criava uma constelação de moradas de fiéis ao seu redor, por força e graça da falta de transportes ou pela necessidade de organização assistencial em torno das Irmandades; e, por fim, unidades administrativas do governo Municipal e Provincial, que absorviam razoável contingente de funcionários públicos. Mas estes centros de irradiação de ocupação e de uso do solo não explicam, por si sós, toda a organização espacial. Outros usos, sob o comando de um verdadeiro exército de mão-de-obra, trabalhando sob as mais duras condições, com uma péssima qualidade de vida, beirando apenas a sobrevivência, não se organizavam de forma tão lógica em torno daqueles.

No primeiro caso, os parâmetros eram a qualidade do solo, a possibilidade de seu aproveitamento econômico, a acessibilidade fácil, as potencialidades ambientais. No segundo, as características de localização eram definidas pela dificuldade de acesso ao próprio solo, tanto para moradia quanto para sua exploração econômica; pela possibilidade de aproveitamento eventual, por arrendamento, foro ou concessão de uso, de solo muitas vezes imprestável ou pouco propício a culturas extensivas; pela impossibilidade, nestes casos, de aproveitamento econômico realmente lucrativo; pela necessidade de se distanciar do centro e da área efetivamente ocupada, onde os terrenos eram muito mais disputados, etc.

Como conciliar estas tendências contraditórias? Como entender o processo de simbiose entre as tendências de localização das atividades econômicas mais dinâmicas com aquelas de cunho tradicional ou voltadas unicamente para a sobrevivência? Como entender a conciliação entre as tendências de moradia das camadas privilegiadas com aquelas peculiares aos "desclassificados e inativos", à população sem recursos, em geral? Como entender que estas tendências se mesclavam tanto no centro quanto na periferia?

O fato é que a articulação entre o centro e a periferia nunca foi bem esclarecida na cidade colonial. Há indícios de que predominou uma certa heterogeneidade social nas áreas centrais da cidade colonial brasileira, diante das dificuldades de expansão anteriores à implantação de transportes coletivos. Isto não significa, entretanto, que ex-escravos e libertos não procurassem, também, áreas mais distantes e difíceis de atingir pelas mais diversas razões: número escasso de moradias em áreas mais centrais; dificuldade de acesso à terra; problemas de sobrevivência. Pouco se sabe, também, sobre o modo de vida dos moradores da periferia: se desenvolviam atividades autônomas; se estas atividades se articulavam com atividades do meio urbanizado; se estavam vinculados a moradores de áreas mais centrais por laços de amizade, compadrio, religião, etc; se sua quantidade era expressiva ou não, etc. O esquecimento do trabalho escravo, do trabalho dos libertos e dos artesãos pobres no modo de urbanização predominante realça a cidade colonial como locus do capital e da exploração, sem apreender sua face enquanto locus do trabalho, e, portanto, dos conflitos sociais derivados das contradições entre o trabalho e capital, no âmbito urbano.

A chave deste modo de urbanização parece estar no controle da propriedade do solo, principalmente nas áreas mais centrais, controle este exercido através da ordem jurídica e consolidado pelas políticas urbanas. Qualquer luta de escravos ou de negros libertos por seu espaço tinha de se dar nos limites daquela ordem jurídica e a partir das condições determinadas por aquelas políticas, encontrando, em cada caso específico, em cada projeto individual de vida, as brechas necessárias para a conquista temporária, eventual e isolada de seus micro-espacos para moradia e sobrevivência. Os movimentos coletivos de luta pelo espaço, se existiram, tinham de ser rapidamente esmagados, quer fossem realizados por escravos, quer fossem realizados por libertos em íntima conexão com aqueles. Entendemos que os chamados quilombos "urbanos", desde que encarados nas suas devidas proporções, representaram alguns destes movimentos. Os quilombos urbanos eram aglomerações de mocambos em áreas insalubres e nem sempre propícias à sobrevivência, principalmente na periferia. As formas de luta com as quais se confundiu o próprio nome "quilombo" advém simplesmente do fato que era justamente nestas aglomerações que os negros fugidos encontravam guarita, transformando-se, diante da ideologia do senhor, em verdadeira ameaça à ordem constituída.

É bem verdade que, nas áreas mais centrais, as elites distribuíam pequenos favores ou privilégios, como o direito de ocupar quartos no fundo da casa e logeas, áreas abandonadas, mangues e beira-rio, desde que não desvalorizassem ou prejudicassem a imagem das áreas mais nobres de suas propriedades. Por isso, não é difícil encontrar referências à concentração de negros escravos e libertos nas logeas, espaços internos dos sobrados das áreas centrais:

Dornas Filho menciona a existência, no início do século XVIII, no Convento do Desterro, de 74 freiras e 400 escravas (1);

segundo Vilhena, em 1799, existiriam casas com 70 ou mais pessoas, em geral mulatos e negros nas áreas centrais (2); João Reis constata que, na rebelião de 1835, 54,8% dos libertos dentre os acusados moravam na Sé e 30,6% dos escravos, na Vitória (3); Anna Nascimento verifica, pelo censo de 1855, as freguesias que tinham maior número de escravos eram as de Passo e Pilar (35,5% e 32,5%), sendo que os libertos, em 1847, eram mais numerosos em Santo Antônio (16,8%) (4); segundo Mattoso, em 1872, a maior porcentagem de escravos localizava-se em Conceição da Praia (5); Verger e Silva Campos mencionam a localização de negros escravos e libertos na ladeira do Alvo (Saude), pois o local era denominado de "Nago tede", ou seja, "lá onde os negros estão estabelecidos" (6).

Estes indícios podem levar a crer que, do ponto de vista da heterogeneidade social, centro e periferia fossem faces de uma mesma moeda, ou seja, de que o processo de periferação se efetuasse no interior do processo de centralização, configurado, por exemplo, pelo modelo "ricos nas cumeadas, pobres nos vales".

De qualquer forma, mesmo que não nos esqueçamos de que a determinação do modo escravista, no âmbito da cidade, se dava a partir das instâncias política, ideológica, moral e religiosa, a localização da população escrava, quer em termos de ocupação, quer em termos de moradia, não expressava o cerne da organização espacial das populações pobres e dos "desposuídos". A localização destas populações residia, paradoxalmente, na localização dos libertos, que se constituíam em uma espécie de exército de reserva da escravidão, assim como na localização dos contingentes que se incorporavam ao nascente modo de produção industrial ou dos que exerciam atividades artesanais, grande parte herdeiras do mercado constituído pelas extintas corporações de ofício (o chamado povo mecânico). Estas populações, raramente citadas nos estudos históricos sobre o espaço urbano asseguravam a reprodução do sistema, na medida em que operavam dentro dos limites impostos pela divisão internacional de trabalho.

É bem verdade que a estratificação social, a riqueza e a pobreza podem também elucidar, principalmente nas áreas mais centrais, as possibilidades de acesso a terra e a moradia, e, até mesmo a forma de organização do espaço urbano; mas não são determinantes das mesmas. Uma das hipóteses é de que, no período colonial, talvez fosse bem mais fácil que hoje, a camadas médias da hierarquia social construíssem um sobrado ou terem acesso a moradia, diminuindo a intensidade dos conflitos pelo domínio do espaço urbanizado.

As políticas urbanas reforçavam este quadro de injustiças, de miséria e de segregação na organização espacial. As políticas urbanas municipais, por exemplo, assentadas sobre práticas de regulamentação e controle da ocupação e do uso do solo, tinham preocupações formais e discriminatórias. Formais, quando se preocupavam pela linguagem de construção de prédios nas áreas centrais; discriminatórias, quando, voltadas para a fiscalização

das atividades comerciais e artesanais, exerciam a prática de controle do pequeno comércio praticado por escravos ou negros libertos através de licenças penduradas ao pescoço. As políticas do Governo da Província, por sua vez, a partir de 1835, foram se pautando pela prática de gerir intervenções de grande porte no âmbito do centro da cidade. E as políticas da Metrópole, durante o período colonial, ou do Império, após a Independência jamais apresentaram muita preocupação pelas condições locais de desenvolvimento urbano, a não ser quando estas afetavam ou geravam repercussões sobre o movimento comercial de importação e exportação. Pela omissão ou pelo privilegiamento, portanto, as políticas urbanas reforçavam o modo de urbanização dominante, no qual somente as áreas centrais mereciam a atenção, e as áreas periféricas, desprezo.

A questão fundiária pode ser um dos primeiros passos para o entendimento das questões da periferia urbana das cidades coloniais. Nesta periferia, a posse e o uso da terra eram pré-condições essenciais para o entesouramento, e esta posse e uso estavam vinculados à formas burocráticas de distribuição de privilégios aos membros da Corte. Só eram obtidas, em geral, por aqueles que já dispusessem de alguns recursos para explorá-la e torná-la produtiva, inserindo-a no contexto da exploração mercantil. Só as poucas "Casas" ou famílias nobres e ricas tinham tais condições, que reforçavam o processo de reprodução do sistema de dependência mercantil-colonial. No século XIX, ainda são encontráveis vestígios bem fortes e claros da repartição primitiva das terras da cidade realizada por Tomé de Souza, que não é alterada substancialmente pelas partilhas, doações, vendas e transferências, do o estatuto jurídico da enfiteuse. A sesmaria do Conde de Castanheda, a estas alturas conhecida como Terras da Casa de Niza, embora desdobrada em inúmeras fazendas, transparecia sua unidade original na clara predominância de sua área total sobre as demais remanescentes no território das freguesias de Brotas e Santo Antonio Além do Carmo.

A Igreja, que possuía vinculações com o Estado até a proclamação da República, apesar dos contínuos atritos entre as autoridades religiosas e civis, usufruía também destes privilégios. As posses dos beneditinos na Vitória, Graça e Itapuã, dos franciscanos no Bonfim e na Sé, dos carmelitas em Roma, dos irmãos da Misericórdia na Conceição da Praia, entre outras, expandiam-se sem modificar a estrutura da repartição inicial. Através deste controle, as Irmandades podiam ou promover ou restringir o desenvolvimento em algumas áreas da cidade ou, simplesmente usufruir do mesmo, pois auferiam rendas cujo volume é incalculável, perdurando, em poucos casos, até os momentos atuais. Conjugavam-se, assim, aspectos de domínio a condições de enriquecimento e manutenção das Ordens que controlavam estas extensões de terra.

Não obstante, o próprio sistema oferecia brechas através da separação jurídica entre domínio real e domínio útil, pois admitia o resgate, pelo foreiro, das terras utilizadas após vinte

anos de usufruto. Talvez por esta razão sejam encontradas cerca de 50 propriedades de negros, em meados do século XIX, nos Registros Eclesiásticos de Terras, a maioria das quais localizada na periferia.

Quanto à Pesquisa Empírica

Percebe-se que o objetivo geral de politizar o discurso sobre o urbano, empregando o método dialético, quer em seu modo lógico, quer em seu modo histórico, é uma tarefa gigantesca. Até mesmo o objetivo específico de recuperar o discurso sobre o espaço construído, unificando teoricamente os processos sociais ao cenário físico, não é fácil.

No estudo de Salvador até o fim do século XIX, isto significa olhar por trás de seus frontespícios e casarões, sem o filtro positivista, que privilegia a estética, as construções, a forma da cidade. Significa observar como as contradições entre o capital mercantil e o trabalho escravo, o capital mercantil e o cabedal nacional, o trabalho escravo e o trabalho liberto, o trabalho organizado e o não-organizado refletem-se na organização do espaço, articulando centro e periferia. Um dos objetivos do trabalho foi, assim, quantificar e qualificar, por um lado, os agentes desta organização espacial, pelo outro, as ações destes agentes, principalmente as políticas, pois tais agentes, através de suas práticas, expressavam tais contradições que contrapunham escravos e senhores, governantes e governados.

O corte espacial em nossa investigação empírica, por exigência do Curso de Mestrado, prejudicou, de certo modo, esta visada. Concentrada espacialmente no centro econômico, sem preocupação pelo centro da vida política e social da cidade (justificada pela existência de estudos a respeito), só conseguiu superar parcialmente suas limitações na medida em que, teoricamente, conseguiu transformar a periferia no grande "presente-ausente" de todo o estudo.

Em todo o caso, no que se refere ao centro econômico, os aspectos peculiares de produção e consumo do espaço urbano estudados referiram-se, especificamente, à evolução físico-territorial, da ocupação e do uso do solo e suas relações com o crescimento demográfico, quantidade e qualidade da mão de obra, ações e práticas de intervenção no espaço urbano. Entre as conclusões principais, podemos citar as que dizem respeito à criação de solo através de aterros, à expansão do porto e de sua infra-estrutura, à expansão das atividades econômicas a jusante e a montante do comércio de exportação e importação, aos conflitos entre a expansão do porto associada à demanda por espaços comerciais e a demanda por espaços habitacionais, às intervenções do governo da Província em acordo com os comerciantes locais, ao papel da Igreja no aterramento e construção da Cidade Baixa e, por fim, à influência da cultura negra sobre o uso dos espaços de rua.

Para iniciar nossa argumentação, verificamos que, na área de estudo, envolvendo as freguesias de Conceição e Pilar, na época anterior à fundação da cidade, a linha do mar praticamente beirava a encosta da Montanha, sendo provável a existência de pouquíssimos bolsões de areia no trecho. Assim, toda a ocupação residencial e comercial da área, de 1550 a 1900, dependeu de novos e contínuos aterros, cujas motivações eram a melhoria do porto, a construção de trapiches e fortificações, a implantação de igrejas, avançando sempre a linha de costa no sentido do mar e na direção norte, consolidando dois vetores de expansão.

O vetor norte empurrava a ocupação na direção da Jequitaita e estabelecendo melhores condições de vinculação, por terra, entre o porto e a península *Itapagipe*. O vetor oeste, representado pelas sucessivas conquistas ao mar, avançava a linha de costa e permitia uma ocupação mais densa entre esta e a vertente da falha geológica. A linha de frente do vetor norte parece ter sido impulsionada por pequenas, contínuas e isoladas iniciativas particulares. Já os avanços da linha de costa parecem ter sido sempre, como promotor e executor das obras, o governo da Capitania, no período colonial, e da Província, durante o Império.

Não existem informações suficientes para determinar quantas gerações de prédios foram erguidas na área. O certo é que, possivelmente, as gerações iniciais deveriam ser mais baixas, embora a madeira utilizada os fizesse perdurar muito mais de 20 anos, sem tratamento. Já no século XVIII, entretanto, as edificações eram elevadas, configurando uma rua contínua da Preguiça à Jequitaita. Eram casas de 3 (três) e 4 (quatro) andares. Nesta geração, no ano de 1775, o total de casas da Conceição se elevava a cerca de 520, e do Pilar, a 380. Em 1855, com possível reconstrução de boa parte, este total atingiu, respectivamente, a 540 e 780.

O porto condicionou a todo este aterramento e ocupação, além do uso do solo. Em função do porto, organizaram-se espacialmente as firmas e os serviços administrativos; os trapiches, lojas, tendas e barracos; os fortes; os sistemas de circulação e transportes, etc. Organizavam-se e desenvolviam-se, ainda, à sombra das atividades portuárias, formas específicas de organização espacial, tais como a dos cantos.

Os fortes, a Intendência da Marinha, o Arsenal, a Alfândega eram os edifícios que simbolizavam a presença e o controle do governo. Juntamente com as cinco igrejas, das quais duas matrizes, e mais o noviciado dos Jesuítas, constituíam-se nos edifícios estruturantes de toda a configuração espacial do Bairro da Praia, condição também partilhada pelos trapiches e grandes armazéns. Estas unidades espaciais consumiam grandes áreas e concentravam dezenas de pessoas, em geral, durante o dia. Sua localização, além disso, acabava sempre por atrair a implantação de novas atividades econômicas.

As tendências principais de localização destas atividades foram:

- concentração linear ao longo da costa, constituída pelos trapiches e armazéns portuários;
- disseminação das lojas em todos os espaços entre os primeiros quarteirões de frente ao mar e os quarteirões que beiravam a encosta, no sentido leste-oeste;
- concentração de estabelecimentos no trecho entre a rua do Garapa (antigo calç da Farinha) e a Associação Comercial, mais conhecido como o centro da Cidade Baixa;
- mistura acentuada de estabelecimentos dedicados ao comércio e estabelecimentos dedicados à prestação de serviços;
- disseminação de um número restrito de manufaturas por toda a área.

A Cidade Baixa era o centro de negócios da cidade. Abrigava firmas que se dedicavam à atividades comerciais, financeiras e serviços de escritório, corretagens, exportação e importação, câmbio, seguros, apólices, empréstimos, etc.

Na Cidade Baixa localizavam-se também manufaturas, tais como alambiques, fabriquetas para refino de açúcar, manufaturas de fumo e até indústrias, como a Fábrica N. Sra. do Pilar, às vezes conhecida como Bonfim ou Progresso. Entretanto, até 1850, pela estreita dependência com as atividades comerciais de exportação e importação, pela pouca autonomia econômico-financeira, assim como pelos vestígios que guardavam de relações pré-capitalistas de trabalho, não é equivocado incluir tais atividades entre as comerciais, mesmo tendo em vista as novas relações sociais que se propunham para produzir.

Outro uso notável da Cidade Baixa era o trapiche. Os trapiches, até o século XIX, multiplicaram-se, acompanharam o crescimento das exportações, mudaram de localização à medida em que avançavam os aterros, simbolizando poder, dinheiro, maiores facilidades para acumular cabedais, riqueza comercial. Sua decadência econômica sobreveio com a queda de exportações, com seu alfandegamento, com a criação dos armazéns públicos, agravada pela dificuldade de conservação e facilidade com que se queimavam.

A Cidade Baixa era o paraíso, enfim, dos estabelecimentos comerciais, que se dedicavam aos mais variados tipos de comércio: bens de consumo durável, bens de consumo de massa, bens de abastecimento cotidiano. Abrigava feiras, mercados, quitandas. O seu centro eram os Cobertos, à beira do Taboão, conjunto de pequenas lojas conhecidas pelos seus arcos. Espalavam-se, em seguida, pelos quarteirões fronteiros, desde Santa Bárbara até praça do Comércio, e, diminuindo de intensidade, acabavam por se disseminar por todos os demais quarteirões.

São dignos de serem mencionados, também, os pequenos estabelecimentos, tais como lojas, oficinas, tendas, ateliers,

que se destinavam à prestação de serviços. Prestação de serviços era, também, a atividade desenvolvida e organizada nos cantos, localizados nos logradouros públicos, por negros e libertos sob o comando de um "capitão".

Por fim, as ruas e calçadas da Cidade Baixa eram constantemente animadas por um número infinito de feirantes e ambulantes.

O uso do solo do centro econômico de Salvador, até o século XIX, pode, assim, ser caracterizado como misto, visto que a maioria das lojas era incorporada à casas térreas e sobrados de um, dois ou três andares, embora a residência não fosse sua unidade de expansão. A ocupação residencial acompanhava sempre a comercial, e não o seu inverso. Por esta razão, parece-nos pouco relevante se o espaço das chamadas lojas de sobrado fosse eventualmente utilizado como fogo, destinado ao uso de escravos e agregados ou a aluguel para famílias pobres.

No que se refere ao sistema de circulação, os aterros da Cidade Baixa, acompanhados pelo aparecimento contínuo de novas logradouros, pari passu ao desaparecimento de outros, confundiram muitos interessados na história de Salvador. Até mesmo a rua principal, que corria paralela à encosta, cujo surgimento remonta ao início do século XVII, em seu primeiro trecho, da Pregulça ao Taboão, é difícil de ser identificada pelos seus diversos nomes. Ela foi sendo gradativamente implantada até atingir a Calçada de Mares, em meados do século XIX. Mais problemático, ainda, é o conhecimento do reticulado que vai pouco se constituindo em direção ao mar, com ruas, ruelas, praças, becos e cais cujo traçado e nomes vão desaparecendo, sendo recriados e se transformando, ao longo dos séculos.

Nesta trama de quarteirões e ruas, de atividades comerciais e de serviços, regorgitava toda uma população de moradores e trabalhadores. Para a avaliação desta população, utilizamos cinco censos dos séculos XVIII e XIX, dos quais os principais foram o de 1757, revisado por Brás do Amaral e o de 1872, de caráter nacional. Entre estes dois Censos, ou seja, num prazo de 115 anos, a população da Conceição não cresceu mais de 25%, enquanto a do Pilar praticamente dobrou. Em 1757, estas populações representavam, respectivamente, quase 20% e 10% da população total da cidade. Em 1872, a população da Conceição já não chegava a 5% da população urbana, e a do Pilar, a 8%. Do ponto de vista demográfico, portanto, foram perdendo importância relativa, na mesma medida em que ganhavam peso econômico. As conclusões deste fato, associadas às de caráter físico, são:

- diminuição do peso relativo da população de ambas as freguesias face à população urbana;
- saturação imediata da freguesia tão logo se sucediam os aterros;
- crescimento populacional limitado pela ampliação das atividades não-residenciais;

- processo limitado de adensamento por verticalização, visto que somente este processo poderia superar as condições de expansão horizontal via aterros.

Pelo Censo de 1872, Conceição possuía 1.150 escravos, ou seja, 21,0% da população da freguesia. Pilar contava com 909 escravos, que representavam 10,9% de sua população. O Índice de Conceição era o mais elevado dentre as freguesias urbanas. Deste total, a maior concentração se dava no trabalho doméstico. Pela quantidade absoluta, entretanto, observa-se que não poderia ser tão grande assim o número dos que possuíam escravos domésticos, apesar da disseminação do sistema escravista e de já terem sido registradas ocorrências de escravos que possuíam escravos. Na amostra realizada por Nascimento para o censo de 1855, é possível inferir que a proporção de fogos sem escravo era relativamente alta, chegando quase a 70%, e de fogos com mais de 20 escravos, bem baixa, não atingindo mais de 1 ou 2% do total. Outro contingente relativamente numeroso era o de escravos de ganho que, às vezes, confundiam-se com os domésticos. Realizavam serviços pesados e degradantes, do mesmo modo que praticavam ofícios, prestavam diferentes serviços e faziam comércio ambulante, competindo com os libertos.

Se é difícil dimensionar e qualificar a mão-de-obra escrava nas freguesias do porto, mais difícil ainda é avaliar a mão-de-obra liberta. Descontados cerca de 2.000 escravos e 1.000 distribuídos entre as pouquíssimas manufaturas, na construção civil e naval, do total estimado de 8.500 pessoas economicamente ativas, é-se forçado a concluir que mais de 60% deste contingente, constituído de libertos e livres, deveria estar envolvido, principalmente, em atividades do terciário "primitivo", fossem elas comerciais ou de prestação de serviços. Incluem-se aí as mais diversas categorias de comerciantes e seus empregados, auxiliares e caixeiros; ambulantes, viajantes e tias da Costa; oficiais e serventes de todas as espécies, tais como sapateiros, barbeiros, alfaiates, costureiras, tintureiros, lavadeiras, funileiros, ferreiros, etc.

As principais conclusões quanto à situação dos escravos e libertos são:

- concentração de mão-de-obra nas atividades comerciais e de prestação de serviços;
- contingente relativamente pequeno de escravos já ao final do período de 1775/1872;
- absorção limitada de mão-de-obra em atividades de trabalho organizado, escravo ou não;
- alta competitividade no mercado de trabalho, que se caracterizava por ser pouco elástico do ponto de vista da demanda e extremamente flexível em relação à oferta;
- possível concentração de mão-de-obra em atividades não organizadas ou informalmente constituídas, muitas vezes de caráter primitivo e voltadas para a mera subsistência;

- utilização intensiva da mão-de-obra organizada, principalmente escrava, no sentido estratégico de manter sempre os custos de sua reprodução os mais baixos possíveis;

No que diz respeito a ocupação e uso do espaço, tal situação significava:

- permanente existência de mão-de-obra em oferta pelas ruas, aglutinando-se em cantos ou executando pequenas tarefas em todo e qualquer ponto onde houvesse possibilidades de ganho;
- saturação constante de ambas as freguesias, mesmo quando se ampliavam as oportunidades de trabalho, acompanhando, direta ou indiretamente, a expansão das atividades comerciais de exportação e importação;
- super-ocupação dos fogos existentes.

Com relação, por fim, às políticas urbanas, chegamos as seguintes conclusões:

- A pré-condição para a execução das políticas urbanas no centro econômico era a criação do solo por aterramento;
- As ações e práticas das diferentes instâncias de governo nem sempre se mantiveram em acordo entre si;
- As intervenções do governo provincial foram mais expressivas que as do governo local, sempre mais fraco administrativa e financeiramente que aquele;
- Estas ações e práticas custaram caro ao erário público.
- As ações e práticas das Irmandades introduziam elementos de desequilíbrio, pela sua permanente postura de aterrar e construir.

Pouco mais da metade da superfície aterrada em ambas as freguesias até 1894, o foi no século XIX. Os aterros da Conceição e do Pilar, da fundação da cidade até o século XX progrediram em razão geométrica. De 100 m² por ano, no século XVI, o ritmo dos aterros chegou a 1000 m², no século XIX. Quanto à sua promoção, em números absolutos, foi possível identificar cerca de 125000 m² aterrados pelo governo nos quatro primeiros séculos de existência da cidade, o equivalente a quase 70% de todos os aterros feitos nas freguesias da Conceição e do Pilar até 1894.

É difícil encontrar provas históricas deste fato, tanto quanto sobre a origem dos materiais de aterramento. Com relação a esta origem, podem ser levantadas diversas hipóteses. O material poderia ter sido, por exemplo, oriundo da própria montanha, quer retirado através da realização de obras, quer obtido através de entulhos causados por deslizamentos de encostas. Para esta hipótese corroboram as Fallas dos Presidentes da Província no período 1840/1860. O material de aterramento, no entanto, poderia ainda ter vindo de casas destruídas pelo tempo, demolidas por várias razões, incendiadas, etc.; ou, ainda, trazido pelo mar, quer como lastro de embarcações, quer especificamente destinado a este fim. E, pode ser levantada, por fim, a hipótese de que, em algumas áreas, o aterramento ter se originado de assoreamento

provocado por correntes marinhas, após a construção de novos cais e enrocamentos.

Uma segunda forma de intervenção urbana foi a implantação de infra-estrutura e promoção de melhorias urbanísticas, cujo auge se deu nas décadas de 40 e 50 do século passado, à época das "grandes decisões", apoiada, algumas vezes, em acordos entre o governo e os grandes comerciantes, e em outras, nos próprios cofres provinciais, que dispunham de certa folga devido a prosperidade do período.

Quanto a Câmara, sua função principal era a de ordenar a ocupação e o uso do solo da cidade, quer por razões de ordem administrativas e fiscais, quer por razões de embelezamento urbano. É possível verificar a existência de quarteirões de edifícios de altura e aparência semelhante em diversos quarteirões do Comércio e do Pilar, desde Santa Bárbara até o cais Dourado, assim como é possível constatar, pelo menos até o início do século XIX, práticas de "arruação", ou seja, tentativas de ordenamento do uso do solo, cujos efeitos são visíveis no nome de muitas ruas. Outras práticas da Câmara eram, ainda, a concessão de licenças de localização para os oficiais que trabalhavam nas calçadas, armando tendas diminutas, ou de licenças para o comércio ambulante desenvolvido por escravos e libertos, através de correntes penduradas ao pescoço.

A ação da Igreja e das irmandades leigas se fazia sentir, por fim, também nas práticas de aterramento, das quais a mais conhecida foi a da Misericórdia, no trecho entre Santa Bárbara e a praça do Comércio. A influência maior das irmandades, no entanto, se dava sobre a vida social, cujo efeito sobre a animação das ruas se fazia sentir através das procissões.

Assim, as hipóteses relativas ao consumo e produção e da cidade só puderam ser testadas em parte.

Não nos foi possível constatar, por exemplo, a existência de nenhuma aglomeração de mocambos na Cidade Baixa, caracterizando uma articulação específica centro-periferia. Os mocambos mais próximos, pela leitura da carta de Vieira, de fim do século XVIII, ficavam na Saude ou na área que hoje corresponde ao Aquidabã. A heterogeneidade social predominava nas moradias existentes, com excesso de moradores, caracterizando ocupação plena. Esta heterogeneidade, por conseguinte, traduzia-se na ocupação de espaços "residuais" nos sobrados dos senhores.

Por outro lado, no entanto, comprovaram-se as tendências de centralização e concentração de atividades econômicas nas áreas do porto.

Em resumo, as formulações teóricas e hipóteses enunciadas só poderão ser efetivamente comprovadas com investigações cuidadosas sobre a periferia urbana de Salvador antes da implantação dos transportes coletivos.

NOTAS DO CAPÍTULO 8

- (1) Cfe. Dornas Filho, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1939, pg. 243.
- (2) Cfe. Vilhena, Luis dos Santos. *A Bahia no séc. XVIII; Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, contidas em XX Cartas*. Salvador, Ed. Itapuã, 1967. Vol.1, pg. 137.
- (3) Cfe. Reis, João José. *Rebelião Escrava no Brasil; a história do levante dos malês; 1835*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. Pg.217.
- (4) Cfe. Nascimento, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade de Salvador*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, pg.95.
- (5) Cfe. Mattoso, Katia. *Bahia; A Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX*. Salvador, Ed. Nucletec, 1978, pg. 136.
- (6) Cfe. Verger, Pierre. *Notícias da Bahia*. Salvador, Ed. Corrupio, 1981, pg. 219; Campos, J. da Silva. "Ligeiras Notas sobre a Vida íntima, Costumes e Religião dos Africanos na Bahia". *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol.XXIX, Salvador, 1949.

BIBLIOGRAFIA

I - GERAL E DO BRASIL

1. HISTÓRIA FÍSICA

- 1.1. DO ESPAÇO ARQUITETÔNICO
- 1.2. DO ESPAÇO URBANO

2. GEOGRAFIA URBANA

3. SOCIOLOGIA URBANA

- 3.1. TEORIA
- 3.2. FOLK-URBAN
- 3.3. COMUNIDADES

4. ECONOMIA URBANA

- 4.1. PROPRIEDADE E RENDA DO SOLO URBANO
- 4.2. ESTILO DE ACUMULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL
- 4.3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS URBANOS
- 4.4. TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO

5. URBANISMO

- 5.1. MODELOS DE USO DO SOLO E TRANSPORTES
- 5.2. ESTUDOS SISTÊMICOS
- 5.3. IDEOLOGIA URBANÍSTICA

6. ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

- 6.1. TEORIA
- 6.2. MODO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL
- 6.3. POPULAÇÃO
- 6.4. FORÇA DE TRABALHO

7. SOCIOLOGIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

- 7.1. TEORIAS URBANAS PRÉ-CAPITALISTAS
- 7.2. ESTADO E POLÍTICAS URBANAS
- 7.3. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

8. HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

II - DE SALVADOR

1. HISTÓRIA FÍSICA

- 1.1. DOS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS**
- 1.2. DO ESPAÇO URBANO**
- 1.3. RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX**
- 1.4. CRÔNICAS DA HISTÓRIA COLONIAL E DO SÉCULO XIX**
- 1.5. DA POSSE DO SOLO URBANO**

2. HISTÓRIA ECONÔMICA

3. HISTÓRIA POLÍTICA

4. HISTÓRIA SOCIAL

- 4.1. VIDA SOCIAL**
- 4.2. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS**

5. FONTES ESCRITAS E IMPRESSAS

- 5.1. PARA ESTUDOS DE POSSE DO SOLO**
- 5.2. PARA ESTUDOS DE OCUPAÇÃO E DO USO DO SOLO**

I. GERAL E DO BRASIL

1. HISTÓRIA FÍSICA

1.1. DO ESPAÇO ARQUITETÔNICO

001: ALBERTI, Leone Battista. *De Re Aedificatoria*. Florença, 1485. Trad. de Bartolo e Leoni. Londres, 1726. Reedição por J. Rykwert, Londres, 1965.

002: PALLADIO, Andrea. *I Quattro Libri dell'Architettura*. 1570.

003: VIGNOLLA, Giacomo de. *Tratado de las Cinco Ordenes de Architettura*. Século XVI. Madrid, edição de 1973.

004: VITRUVIUS, Marcus Pollio. *De Architectura Libri Decem*. Roma, século I, publicado em 1486.

1.2. DO ESPAÇO URBANO

UNIVERSAL

005: BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1983.

006: GORDON, Childe. *Man Makes Himself*. London, 1936.

007: _____, "The Urban Revolution". *The Town Planning Review*, Liverpool, 11/1950.

008: GUIDONI, Marino, SICA et alli. *História da Urbanística*. 1980.

009: BUTKIND, E.A.. *International History of City Development*. 1964/1972.

010: LAUWE, Paul-Henry Chombart de. "A Evolução da Cidade". *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, 2/1974.

011: LAVEDAN, Paul. *Histoire de l'Urbanisme*. 3 vols.. Paris, Henri Laurens Editeur, (1926)1959.

NA EUROPA E ÁSIA ANTIGAS

012: HOMO, Leon. *Rome Imperiale et l'Urbanisme dans l'Antiquité*. Paris, 1951.

013: JASTROW, MORRIS Jr. *The Civilization of Babylonia and Assyria*. London, 1915.

014: MARTIN, Roland. *l'Urbanisme dans la Grece Antique*. Paris, 1956.

NA AMÉRICA LATINA

- 015: HARDOY, J.E. *Ciudades Precolombianas*, Buenos Aires, 1964.
- 016: _____, *Dos mil Anos de Urbanización en America Latina*. Buenos Aires, Instituto Torcuato de Tella, 1969.
- 017: _____, et alli. *Ensayos Historico-sociales sobre la Urbanización en America Latina*. Buenos Aires, SIAP/CLACSO, 1978.
- 018: _____, *La Urbanización en America Latina*. Buenos Ayres, 1969.
- 019: MORSE, Richard. *A Evolução das Cidades Latino-Americanas*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.
- 020: NACÕES UNIDAS. *Urbanização da América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969.
- 021: QUINTERO, R. *Antropologia de las Ciudades Latino-americanas*. Caracas, 1964.

NAS DUAS AMÉRICAS

- 022: SCHNORE, Leo F. *On the Spatial Structure of the Cities in the Two Americas*. New York, The Free Press, 1965.

NO BRASIL

- 025: ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1987.
- 026: FAISSOL, Speridião. *Urbanização e Metropolização no Brasil*. São Paulo, SERPHAU/GEGRAN/OEA, 1972.
- 027: DEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro, MEC, 1963.
- 028: REIS Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil; 1500/1720*. São Paulo, Liv. Pioneira Ed., 1968.
- 029: _____, *Urbanização e Teoria*. Tese para provimento de cátedra. S.P., 1967.

2.GEOGRAFIA URBANA

GERAL

- 030: BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline, CHABOT, George. *Tratado de Geografia Urbana*. Barcelona, Ed. Vincens-Vives, 1970.
- 031: BLANCHARD R. *Annecy; Essai de Geographie Urbaine*. Annecy, (1917)1957.

032: ----- *Une Methode de Geographie Urbaine*, in *La Vie Urbaine*, 1922.

033: GEORGE P. *La Ville; le Fait Urbain a travers le Monde*. Paris, P.U.F., 1952.

034: GEORGE P. *Précis de Geographie Urbaine*. Paris, 1961.

035: HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

036: QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, (1974)1979.

037: RATZEL, Frédéric. *Geografia dell'Uomo*. Torino, 1914.

038: ----- *Le Sol, la Société et l'état*. *Anné Sociologique*, Paris, 1898/1899.

039: SORRE, Max. "Les Conditions Geographiques Generales du Developpement Urbain". *Bulletin de la Société de Géographie de Lille*, 1931.

040: ----- *Les Fondaments Techniques de la Geographie Humain*. Paris, A. Collin, 1952.

041: LAVEDAN, Paul. *Géographie des Villes*. Paris, Gallimard, 1936.

042: TRICART, J. "Contribution a l'étude des Structures Urbaines". *Révue de Géographie de Lyon*, XXV, Lyon, 1950.

3. SOCIOLOGIA URBANA

3.1. TEORIA

GERAL

045: BURGESS, Ernest W., BOGUE, Donald. *Contributions to Urban Sociology*. Chicago, University of Chicago Press, 1964.

046: CASTELLS, Manuel. *Problemas de Investigacion en Sociologia Urbana*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Ed., 1972.

047: GREER, Scott. *The City in Crisis*. New York, The Free Press of Glencoe, 1962.

048: LAUWE, Paul-Henry Chombart de. *A Organização Social no Meio Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

049: LEWIS, Oscar. "Tepoztlan Restudied; A Critique of the Folk-Urban Conceptualization of Social Change". *Rural Sociology*, n.18, 1953.

050: MANN, Peter, H. *An Approach to Urban Sociology*. London, Routledge & Keegan Paul, 1962.

051: MARX, Karl. "Crítica da Economia Política". In *O Capital*, prefácio.

052: QUINN, James A. *Human Ecology*. 1960.

053: _____ "The Burgess Zonal Hypothesis and its Critics". *American Sociological Review*, n.5, 1940.

054: REISS Jr., Albert. *The Sociology of Urban Life*. New York, The Free Press of Glencoe, 1957.

055: SCHNORE, Leo F., HAUSER, Philip. *Estudos de Urbanização*. São Paulo, Liv. Pioneira Ed., 1972.

056: WEBER, Max. "Conceitos e Categorias de Cidades". In: VELHO, Otávio Guilherme, org. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., (1958)1976. Pgs. 68-899.

NO BRASIL

057: LEEDS, Elizabeth, LEEDS, Anthony. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1977.

058: OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

3.2.FOLK-URBAN

060: HAUSER, Philip. *Observações sobre a Dicotomia Folk-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1975.

061: PARK, Robert Ezra. "A Cidade; Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano". In: VELHO, Otávio Guilherme, org. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., (1916)1973. Pgs. 26-67.

062: REDFIELD, Robert. *Tepoxtlán; A Mexican Village; a Study of a Folk-Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1930.

063: _____ *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago, University of Chicago Press, 1930.

064: _____ "The Folk Society". *American Journal of Sociology*, 12, n. 4, 1947.

065: SIMMEL Georg. "A Metropole a Vida Mental". In: VELHO, Otávio Guilherme, org. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., (1902)1973. Pgs.11-25.

066: WIRTH, Louis. "O Urbanismo como Modo de Vida". In: VELHO, Otávio Guilherme, org. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., (1938)1973. Pgs.90-113.

3.3.COMUNIDADES

067: AXELROD, Morris. "Urban Structure and Social Participation". *American Sociological Review*, New York, 2/1956.

068: BERGER, Bennet. *Working Class Suburb*. California, University of California Press, 1960

069: CLINARD, Marshall B. "A Cross-Cultural Replication of the Relations of Urbanism to Criminal Behavior". *American Sociological Review*, 25, 1960, New York, 4/1960.

070: ----- *Slums and Community Development*. New York, The Free Press, 1966.

071: DOBRINER, William M. *Class in Suburbia*. Nueva Jersey, Princeton Hall, 1963.

072: ELIAS, N., SCOTSON, J.L. *The Established and the Outsiders, A Sociological Inquiry into Community Problems*. Frank Cass, London, 1965.

073: GLASS, Ruth. *London's Newcomers, The West Indian Migrants*. Cambridge, Harvard University Press, 1961.

074: KILLIAN, Lewis, GRICC, C. "Urbanism Race and Anomia". *American Journal of Sociology*, vol. LXVIII, New York, 5/1962.

075: LAUWE, Paul-Henry Chombart de, et alli. *Paris et Agglomeration Parisienne*. P.U.F., Paris, 1952.

076: ROSS, H. Lawrence. *Uptown and Downtown; a study of middle class residential areas*. "American Sociological Review", New York, 2/1965.

077: SEELEY, John R., SIM, R. Alexander, LOOSLEY, E. W., *Crestwood Heights*. New York, Basic Books, 1956.

078: SROLE, Leo et alli. *Mental Health in the Metropolis; the Midtown Manhattan Study*. Mc Graw Hill, New York, 1962.

080: SWEETSER, Frank L. Jr. "A New Emphasis for Neighborhood Research". *American Sociological Review*, New York, 8/1942.

081: WHITE, William H. *The Organization Man*. New York, Simon y Schuster, 1956.

082: WILLHOTT, Peter. *Adolescent Boys of East London*. Londres, 1966.

083: _____, YOUNG, Michel. *Family and Kindship in East London*. Londres, 1960.

4. ECONOMIA URBANA

4.1. PROPRIEDADE E RENDA DO SOLO URBANO

GERAL

085: CAMPOS Venuti. "Renda do Solo Urbano na Economia Capitalista", in *La Administracion del Urbanismo*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1971, cap.

086: DUCLOS, Denis. *Propriété Foncière et Processus d'Urbanization*. Paris, 1973.

087: EDEL, M. *Marx Theory of Rent in Urban Application*. London.

088: LIPIETZ, A. "Approche Théorique des Transformations de l'Espace Français". *Espaces et Sociétés*, Paris, 11/1975.

089: LOJKINE, Jean. "Existe uma Renda Fundiária Urbana?", in *Marxismo e Urbanismo Capitalista*, São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, (1971)1979, pgs. 81-92.

090: THERET, Bruno, DECHERVOIS. *Contribution a l'étude de la Rente Foncière Capitaliste*. Paris, 1974.

091: TOPALOV, Cristian. *Capital e Propriété Foncière*. Paris, C.S.U., 1974.

NO BRASIL

092: BATISTUZZO, Adriana R.C., PACHECO, Regina S.V.M. "O Processo de Valorização de Terrenos em uma Área de Intervenção Pública Concentrada: Vila do Encontro". *Espaço e Debates*, n.2, São Paulo, 5/1981.

093: LEFEVRE, Rodrigo B. "Notas sobre o Papel dos Precos de Terrenos em Negócios Imobiliários de Apartamentos e Escritórios, na Cidade de São Paulo". In: Maricato, Herminia, org. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa Omega, 1979.

094: LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil, Sesmarias e Terras Devolutas*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954.

095: SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

096: _____ "O Uso do Solo na Economia Capitalista". *Revista Chão*, São Paulo, 10/1978.

097: VETTER, D.M., MASSENA, R.M.R., RODRIGUES, E.F. "Espaco, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-Estrutura do Município do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, Ed. Alfa Omega, 1979.

4.2. ESTILO DE ACUMULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

100: ASHER, François, LUCAS, Chantal. *Analyse de Conditions de Production de Cadre Bati*. Grenoble, 1972.

101: _____ "L'Industrie de Bâtiment: des Forces Productives a Libérer". *Economie et Politique*, Paris, 3/1974.

102: TOPALOV, Cristian. *Les Promoteurs Immobilières*. Paris, 1974.

4.3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS URBANOS

105: ACKOFF, Russell L. "Hacia una Evaluacion Cuantitativa de los Servicios Urbanos". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 408-444.

106: BIGWOOD, R.T. et alli. *Thresold Analysis Manual*. University of Edinburgh, Edinburgh, 1973.

107: LICHFIELD, Nathaniel, MAROOLIS, Julius. "El Analisis de Costes y Beneficios como Instrumento de Elaboracion de Decisiones de la Administracion Urbana". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 319-365.

108: _____, KETTLE, Peter WHITBREAD, Micharel. *Evaluation in the Planning Process*. Oxford, Pergamon Press, 1975.

109: VENUTI, G. Campos. *La Administracion del Urbanismo*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1971.

4.4. TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO

110: ALONSO, William. *Equity and its Relation to Efficiency in Urbanization*. paper. Berckeley, University of California, 1968.

111: _____ *Industrial Location and Regional Policy*. paper. Berckeley, University of California, 1968.

112: _____ *The Economics of Urban Size*. paper. Berckeley, University of California, 1970.

113: BERRY, Brian J.L. y GARRISON, William. "Ultimos Desarrollos de la Teoria del Central-Place". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 144-159.

114: _____ y HARRY, Chauncy. *Walter Cristaller; uma apreciação*. Mimeo. Salvador, FAUFBA, 1963.

115: ISARD, Walter. *Location and Space Economy*. Cambridge, The MIT Press, 1968.

116: RICHARDSON, Harry W. "A Teoria Geral da Localização"; "Crescimento Urbano". In: RICHARDSON, Harry W. *Economia Regional: Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969. Cap. 5, pgs.109-126 e Cap.7, pgs. 161-187.

117: _____. *Urban Economics*. England, Penguin Modern Economics Texts, 1971.

118: TIEBOUT, Charles. *Location Theory; Empirical Evidence and Economic Evolution*. Papers and Proceedings of the Regional Science Association, vol.3, n.3, 10/1973.

119: _____. "Nuevo Examen del Analisis de la Base Economica Urbana". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Oilli, 1968. Pgs. 218-227.

120: ULLMANN, Edward L. "A Theory of Location for Cities". *American Journal of Sociology*, 46, 1941.

5.URBANISMO

5.1.MODELOS DE USO DO SOLO E TRANSPORTES

125: BATTY, Michael, HOFFMAN, Jan, LOGAN, John, PATTEN, Nandraj. *Generating Physical Plans for Urban Growth; Some Related Design Methods*. Mimeo. Londres, 1975.

126: BERRY, Brian J.L. "El Factor de Venta al por menor en el Modelo Urbanistico". In: HARRIS, Britton. *Modelos de Desarrollo Urbano*. Barcelona, Oikos-Tau S.A., 1975. Pgs. 125-138.

127: _____. *Geography of Market Centers and Retail Distribution*. Prentice Hall, Inc., Englewood Cliff.

188: BROWN, H.James, GINN, J.Royce, JAMES, Franklin, KAIN, John, STRASZHEIM, Mahlon. *Empirical Models of Urban Land Use, Suggestions on Research Objectives and Organization*. New York, Columbia University Press, 1972.

129: BUCHANAN, Colin, & Partners. *An Activity Allocation Model*. Mimeo, London, 1974.

130: CATTON, William Jr., SMIRCICH, R.J. "A Comparison of Mathematical Models for the Effect of the Residential Property on Mate Selection", in *American Sociological Review*, New York, 4/1964.

131: CHAPIN Jr., F. Stuart. "Modelo para Simular el Desarrollo Residencial". In: HARRIS, Britton. *Modelos de Desarrollo Urbano*. Barcelona, Oikos-Tau S.A., 1975. Pgs. 65-74.

132: FIREY, Walter. *Land Use in Central Boston*. Cambridge, Harvard University Press, 1947.

133: HUTCHINSON, B.G. *Principles of Urban Transport Systems Planning*. New York, McGraw-Hill, 1974.

134: KUHN, E., Tillo, HARRAL, Clell G. *Transport Planning in Developing Countries*. Washington, Bookings Institution, 1965.

135: LEE, Colin. *Models in Planning; An Introduction to the Use of Quantitative Models in Planning*. Oxford, Pergamon Press, 1973.

136: LOWRY, Ira S. *Seven Models of Urban Development, A Structural Comparison, from Urban Development Models*. Highway Research Board, report n. 97, mimeo, 1968.

137: REIF, Benjamin. *Models in Urban and Regional Planning*. London, Intertext International Educational Publishers, 1973.

138: WINGO Jr. "Un Modelo Economico de la Utilizacion del Suelo Urbano con Fines Residenciales". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 279-299.

139: WOOTTON, H.J., PICK, G. W. *A Model for Trips Generated by Households*. London, Wilbur Smith and Associates.

5.2. ESTUDOS SISTÈMICOS

140: CHADWICK, G. F. *Una Vision Sistemica del Planeamiento*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1973.

141: HARRIS, Britton. "Nuevas Herramientas para Planificar". In: HARRIS, Britton. *Modelos de Desarrollo Urbano*. Barcelona, Oikos-Tau S.A., 1975. Pgs. 5-18.

142: SECCHI, Bernardo. "Las Bases Teoricas del Analisis Territorial". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 17-99.

143: LOMBARDINI, Siro. "Análisis Econometrica de las Estructuras Territoriales". In: SECCHI, Bernardo, org. *Análisis de las Estructuras Territoriales*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1968. Pgs. 446-463.

5.3. IDEOLOGIA URBANÍSTICA

145: CHGAY, Françoise. *O Urbanismo; Utopias e Realidades; Uma Antologia*. São Paulo, Ed. Perspectiva S.A., (1965)1979.

146: LEFEBVRE, Henri. *Direito à Cidade*. São Paulo, Ed. Documentos Ltda., (1967)1969.

147: ----- . *Pensamento Marxista e Cidade*. Casterman, Tournay, 1972.

148: RAMON, Fernando. *La Ideologia Urbanística*. Madrid, Alberto Corazon Editor, 1970.

149: REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia; (crítica de) quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

150: SCHMIDT, Benício Viero. "A Politização do Espaço Urbano no Brasil". Espaço e Debates, n.5, São Paulo, 5/1982.

151: VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana, Um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

6. ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

6.1. TEORIA

153: CARDOSO, Fernando Henrique. "A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo". In *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975.

154: ENGELS, Frederic. "Contribuição ao Problema da Habitação". Rio de Janeiro, Ed. Vitória Ltda., s/data.

155: ----- . "La Contribución a la Critica de la Economia Política". In MARX, Karl. *Obras Escogidas*. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1951.

156: GORDON, David et alli. *Problems in Political Economy and Urban Perspective*. Lexington, 1971.

157: PRESS, Arnold, Class. *Monopoly Rent, Finance Capital and the Urban Revolution*. 1974.

158: REMY, Jean. *La Ville; Phenomene Economique*. Bruxelles, 1966.

159: TABB, William. *The Political Economy of the Black Ghetto*. New York, 1970.

6.2.MODO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

NO TERCEIRO MUNDO

160: CASTELLS, Manuel. *Imperialismo e Urbanização na América Latina*. Barcelona, Ed. Gustavo Gilli, 1974.

161: CARDOSO, Fernando Henrique. "Desenvolvimento e Dependência; Perspectivas Teóricas na Análise Sociológica". In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. Cap. 1, pgs 7-22.

162: DURAND-LASSERVE, Alain. *La Croissance Périphérique des Villes de Tiers Monde; le Rôle de la Promotion Foncière et Immobilière*. Talence, CEGET, 1980.

163: FRANK, Andrew Gunder. *Le Développement du Sous-développement: l'Amérique Latine*. Paris, Ed. Maspero, 1968.

164: ----- *Urbanização e Sub-desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969.

165: LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. *Capitalismo Associado; algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento*. Mimeo. 1980.

166: MAC GEE, T.G. *The Urbanization Process in the Third World; exploration in search of a theory*. London, G. Bell and Sons, 1971.

167: OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977.

168: SALAMA, Pierre. *O Processo de Subdesenvolvimento; um ensaio sobre os limites da acumulação de capital nas economias semi-industrializadas*. Petrópolis, Ed. Vozes, (1972)1976.

169: PEREIRA, Luiz et alli. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Mimeo. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1969.

170: SANTOS, Milton. *A Cidade nos Países Sub-desenvolvidos*. Rio de Janeiro, 1965.

171: QUIJANO, Anibal. *Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latino America*. Chile, CIDU, 1968.

172: SWEEZY, Paul M., MUBERMAN, Leo. "Notas sobre a América Latina". Rio de Janeiro, Zahar Ed., (1963)1964.

NO BRASIL

- 174: CARDOSO, Ciro Flamarion. "As Concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial; a Preocupação excessiva com a Extração do Excedente". In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. Pgs. 109-132.
- 175: CASTRO, Antonio de Barros. *A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
- 176: FERNANDES, Florestan. "Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina". Rio de Janeiro, 1973.
- 177: FRANK, Gunder. "A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo". Revista Brasiliense, n.51, Rio de Janeiro, 2/1964.
- 178: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.
- 179: GORENDER, Jacob. "O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica". In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. Pgs. 43-66.
- 180: _____. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ed. Ática, (1975)1978.
- 181: GUIMARÃES, Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo, Ed. Fulgor, 1964.
- 182: MARINI, Ruy Mauro. "Contradições e Conflitos no Brasil Contemporâneo". Revista Teoria e Prática, 1968.
- 183: NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, (1777/1808)*. São Paulo, Ed. Mucitec, 1979.
- 184: PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1939.
- 185: SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1958.
- 186: _____. "Modos de Produção no Brasil". In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980. Pgs. 133-156.
- 187: _____. "O Feudalismo no Brasil". In *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- 188: TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1978.

189: VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Ed. Corrupio, (1968)1976.

190: VINHAS, Maurício. *Problemas Agrários-Camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972.

6.3. POPULAÇÃO

GERAL

191: FUCCARACCIO, Angel, GONZALES. *Notas para una Discusion acerca de la Ley de Poblacion en Marx*. Mimeo. Mexico, CLACSO, 7/1975.

192: NUN, J. "Superpoblacion Relativa, Ejército Industrial de Reserva e Massa Marginal". *Revista Latino-Americana de Sociologia*, Buenos Aires, 1969.

NO BRASIL

193: OLIVEIRA, Francisco de. "Notas sobre a Reprodução dos Homens sob o Capital". OLIVEIRA, Francisco de. In: *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977. Pgs. 135-159.

194: SINGER, Paul. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento; O Papel do Crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Ed. Hucitec, (1976)1977.

6.4. FORÇA DE TRABALHO

195: CARDOSO, Fernando Henrique. "Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade". In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

196: CARDOSO, Fernando Henrique. "Participação e Marginalidade; Notas para uma Discussão Teórica". In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

197: CASTELLS, Manuel. *Clase, Estado y Marginalidad Urbana*. Buenos Ayres, GIAP, 1974.

198: FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. London, Penguin Books, (1969)1974.

199: KOWARICK, Lucio. "Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina; uma contribuição teórica". São Paulo, 1974.

200: _____. "Capitalismo e Marginalidade na América Latina". Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

201: LAMBERT, Denis. "L'Urbanisation Accélérée de l'Amérique Latine et la Formation d'un Secteur Tertiaire Refuge", *Civilisations* n.2, n.3 e n.4, 1965. Pgs. 158-170, 309-321, 477-488.

202: NUN, José. "Marginalidad y Otras Questiones". Santiago, CLACSO, 1972.

203: OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". São Paulo, Estudos CEBRAP n.2, 1972.

204: PERLMAN, Janice. *O Mito da Marginalidade; Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

205: QUIJANO, Anibal. "La Formación de un Universo Marginal en las Ciudades de América Latina". In *Espaces et Sociétés*, n.3, Paris, 7/1971.

206: _____ "Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social". In: PEREIRA, L., org. *Populações Marginais*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1978. Pgs. 167-196.

207: _____ "Redefinición de la Dependencia y Marginalidad en América Latina". Santiago, Centro de Estudios Socio-económicos de la Universidad de Chile, 1970.

208: SETHURAMAN, S.V. "Le Secteur Urbain Non Structuré: Concept, Mesure et Action". In *Revue Internationale du Travail*, n.114, 1976. Pgs. 79-92.

209: STONEQUIST, Everett V. *O Homem Marginal*. São Paulo, Liv. Martins Fontes Ed., (1935)1948.

210: VASCONCELOS, Pedro. *Le Travail Informel Urbain au Brésil*. Tese de doutorado, Ottawa, 1985.

7. SOCIOLOGIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

7.1. TEORIAS URBANAS PRÉ-CAPITALISTAS

211: ARISTÓTELES. *Política*. Oxford, (séc. IIIA.C.)1908. 8 vols.

212: CAMPANELLA, Tomaso. *A Cidade do Sol*. Rio de Janeiro, Athena Editora, (séc. XVII)s/data.

213: MOORE, Thomas. *A Utopia*. Rio de Janeiro, Athena Editora, (séc. XVI)1937.

214: PLATÃO. *A República*. (séc. IVA.C.)1945.

7.2. ESTADO E POLÍTICAS URBANAS

NO MUNDO

- 215: AMIOT, Michel. *Politique Municipel et Equipaments Culturels*. Paris, 1973.
- 216: CASTELLÓ, Manuel, GODARD, François. *Análise das Relações entre a Empresa, o Estado e o Urbanismo*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, (1974)1979.
- 217: ----- *Democracia e Socialismo*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1980.
- 218: ----- *Estructura de Classes y Política Urbana en America Latina*. Ed. SIAP, 1974.
- 219: ----- *La Cuestion Urbana*. Mexico, Siglo Veintiuno Editores, 1980.
- 220: CORNUAU, C., IMBERT, M., LAMY, B., RENDU, P., RETEL J. *L'Attraction de Paris sur sa Banlieu; Etude Sociologique*. Paris, Les Editions Ouvrieres, 1965.
- 221: COTTEREAU. "Politique Urbaine". In *Sociologie du Travail*, n. 4, 1969/1970.
- 222: COING, Henri. *Renovation Urbaine et Changement Social; L'Evolution de la Vie Sociale*. Paris, Les Editions Ouvrieres, 1966.
- 223: DELLA PERGOLA, Giuliano. *Direitta alla Citta e Lotte Urbane*. Milão, 1974.
- 224: FERRAROTTI, Franco. *Roma, da Capital a Periferia*. Roma, 1971.
- 225: ----- *Vita dei Baraccati*. Roma, 1974.
- 226: ION, Jacques. *Les Equipaments Socio-culturels et la Ville*. Paris, 1973.
- 227: LEFEBVRE, Henri, HAUMONT, Antoine, HAUMONT, Nicole, RAYMOND, Henri, RAYMOND, Marie Genevieve. *L'Habitat Pavillonnaire; Attitude des Citadin*. Paris, C.P.U., 1966.
- 228: LOJKINE, Jean. "Contribution a une Theorie Marxiste de l'Urbanization Capitaliste". *Cahiers Internacionaux de Sociologie*, Paris, 1979.
- 229: ----- *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo, Liv. Martins Fontes Ed. Ltda., 1981.

- 230: _____, *O Papel do Estado na Urbanização Capitalista*. São Paulo, Ed. Liv. Ciências Humanas Ltda., (1977)1979.
- 231: _____, *La Politique Urbaine dans la Région Lyonnaise. 1945/1972*. Paris, 1974.
- 232: _____, *La Politique Urbaine dans la Région Parisienne. 1945/1972*. Paris, 1973.
- 233: POTTIER, Claude. *La Logique de Financement Public de l'Urbanisation*. Paris, 1975.
- 234: PRETECEILLE, Edmond. "Equipamentos Coletivos e Consumo Social". Estudos FUNDAP n.1, São Paulo, 1983.
- 235: _____, RENDU. *Renovation Urbaine, Structure Urbaine et Logique de Classe*. Paris, C.S.U., 1973.

NO BRASIL

- 236: BARAT, José. *Política de Desenvolvimento Urbano. Aspectos Metropolitanos e Locais*. Rio de Janeiro, INPES, 1976.
- 237: _____, *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: estudos e proposições-alternativas*. Brasília, INPES/CNPU, 1976.
- 238: COSTA, Luis Carlos. "Uma Estratégia para a Política Nacional de Urbanização". Revista da Administração Municipal, n.19, Rio de Janeiro, 1972.
- 239: FRANCISCONI, Jorge Guilherme. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; alguns aspectos intra-urbanos*. Rio de Janeiro, 1974.
- 240: LIMA, Sérgio. *Processo de Urbanização e Política Urbana*. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Ed. Paz e Terra, 1978.
- 241: OLIVEIRA, Francisco. "Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a Nova Qualidade do Conflito de Classes". Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/Ed. Paz e Terra, 1978.

7.3. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

NO MUNDO

- 245: CASTELLS, Manuel. *Luttes Urbaines*. Paris, 1973.
- 246: -----, *Movimientos Sociales Urbanos*. Mexico, Siglo Veintiuno Ed., 1976.
- 247: -----, GODARD et alli. *Sociologie des Mouvements Sociaux Urbains*. Paris, 1976.
- 248: -----, *Pobreza Urbana e Organização Social: Análise Comparativa de Movimentos Sociais na América Latina*. Mimeo. Recife, 1978.
- 249: HOBBSBAWN, E. "Movimentos Pré-políticos em Áreas Periféricas". Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1980.
- 250: LOJKINE, Jean. *Urban Policies and Urban Social Movements*. London, John Wiley, 1976.
- 251: MARCELLONI, Maurizio. "Movimentos Urbanos e Lutas Políticas na Itália". São Paulo, Espaço e Debates, ano I, n.2., (1979)1981, pgs. 101-126.
- 252: QUESADA, Gustavo. *Movimentos e Mudança Social*. Revista Ciencia e Cultura, 33, São Paulo, 1980.
- 253: TORRE, Juan Carlos. *Esquema para a Análise dos Movimentos Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, CEDEC/Ed. Paz e Terra, 1979.

NO BRASIL

- 254: ANÔNIMO. *Contribuição a História dos Movimentos Sociais na Grande São Paulo (1968-1975)*. São Paulo, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A., 1982.
- 255: BERLINCK, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classe em S. Paulo*. Petrópolis, Ed. Vozes, (1973)1975.
- 256: CARVALHO, Inaiá, CASTRO, Nadya Araujo. *Atitudes Políticas e Marginalidade Urbana; um estudo de caso*. Mimeo, SBPC, Brasília, 7/1976.
- 257: CORREA, Roberto Lobato. *Espaço e Movimentos Sociais Urbanos*. Mimeo, 1980.
- 259: OOHN, Maria da Glória Marcondes. *Reivindicações Populares Urbanas; Um estudo sobre as Associações de Moradores de São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora, 1982.

260: GRACIAREMA, Jorge. *Urbanização, Estrutura de Poder e Participação Política dos Setores Populares*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1973.

261: MOISÉS, José Alvaro, MARTINEZ-ALLIER. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão, o trem atrasou". Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/Ed. Paz e Terra, 1978.

262: PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e Marginalidade; Um estudo de caso*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1974.

263: SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

264: SINGER, Paul, BRANDT, Vinicius Caldeira, org., *São Paulo; o Povo em Movimento*. Antologia. São Paulo, CEBRAP/Ed. Vozes, 1981.

265: TELLES, Vera da Silva, BAVA, Sílvio. "O Movimento de Ônibus: a Articulação de um Movimento Reivindicatório de Periferia". São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1981.

266: WARREN, Ilse Scherer. *Movimentos Sociais; um Ensaio de Interpretação*. Rio de Janeiro, UFFS, 1983.

8. HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

270: ABREU, Capistrano. "Notas Críticas à História do Brasil de Frei Vicente do Salvador". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

271: ----- "Notas Críticas à História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen". São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1877.

272: COUTINHO, Afrânio. *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa, 1940.

273: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro*". Porto Alegre/São Paulo, Ed. Globo/Ed. USP, 1975.

274: MORENO, Diogo de Campos, sgo-mor do Estado do Brasil. *Livro Que Da Razão do Estado do Brasil*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1955.

275: ORDENAÇÕES FILIPINAS. *Ordenações e Leis do Reino de Portugal; recopiladas por mandato d'El Rei D. Felipe, o Primeiro*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1957.

276: PITA, Rocha. *História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu Descobrimento até ao de 1724*. São Paulo, Ed. da USP, 1976.

277: SALGADO, Graça, et alli. *Fiscais e Meirinhos, A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira/INL, 1985.

278: SCHWARTZMAN, Simon. *As Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1982.

279: TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay. *A Administração Manuelina*. Rio de Janeiro, Dep. da Imprensa Nacional, 1956.

280: URICOECHEA, Fernando. *Formacion y Expansion del Estado Burocratico-Patrimonial en Colombia y Brasil*. Bogotá, CEDE/Universidad de los Andes, 1977.

281: ----- *O Minotauro Imperial; Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX*. São Paulo, Difusão Editorial S.A., 1978.

II. SALVADOR

1. HISTÓRIA FÍSICA

1.1. DOS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS

FORTIFICAÇÕES

285: CAMPOS, Silva. "Fortificações da Bahia". Boletim Informativo da PMS, Salvador, abril, junho e julho de 1966.

286: COSTA, Luis Carlos Monteiro da. "Certidões de Nascimento da Fortaleza de Nossa Senhora do Pópulo" Salvador, 1954.

287: FALCÃO, Edgar Cerqueira. "Fortes Coloniais da Cidade de Salvador". Salvador.

288: FONSECA, Fernando. *Arquitetura Militar da Cidade de Salvador*. Salvador.

289: ----- "Os Dois Fortes do Mar". Salvador.

IGREJAS

290: ALVES, Marieta. "Igreja de N. Sra. da Conceição da Praia". Revista do IGHB, Salvador.

291: ----- "Igreja de N. Sra. do Pilar". Revista do IGHB, Salvador.

292: AZEVEDO, Paulo Ormindo. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Salvador, IPAC/SIC, 1975. Vol. 1.

293: BARROS, Teixeira. "Extinctas Capellas da Cidade do Salvador" Revista do IGHB, n.58, Salvador, 1930.

294: EDELWEISS, Frederico G. *N. Sra. da Conceição da Praia; a primeira igreja da cidade de Salvador e o âmbito primeiro de sua freguesia*. Salvador, Ed. Beneditina Ltda., 1971.

295: MARTINEZ, Socorro Targino. *Ordens Terceiras; Ideologia e Arquitetura*. Dissertação de mestrado. Salvador, FCCH/UFBA, 1979.

TERREIROS

296: VERGER, Pierre. "Primeiros Terreiros de Candomblé". In: *Orixás; Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo, Ed. Corrupio, 1981. Pgs.28-31.

297: LIMA, Vivaldo da Costa. "O Candomblé da Bahia na Década de Trinta". In: OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Edson Carneiro a Artur Ramos; de 4/1/1936 a 6/12/1938*. São Paulo, Corrupio, 1985. Pgs. 37-74.

298: ----- . *A família-de-santo nos candomblés Jeje-Nagôs da Bahia: um estudo de relações inter-grupais*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1977.

1.2. DO ESPAÇO URBANO

299: CORTEZÃO, Jaime. "Curso de História da Cartografia Política no Brasil". In *Os Atlas dos Teixeira, Significado Político*. Sétima aula. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco/MRE, 1949.

300: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade de Salvador*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

301: SAMPAIO, Theodoro. *História da Fundação da Cidade do Salvador*. Bahia, Typ. Beneditina, 1949. Obra póstuma.

302: SIMAS, Américo et alli. *Evolução Física de Salvador; 1549/1650*. Salvador, PMS/CEAB/UFBa, 1979. Vol. 1

303: ----- . *Evolução Física de Salvador; 1651/1800*. Salvador, PMS/CEAB/UFBa, 1979. Vol. 2

304: ----- . *Evolução Física de Salvador; 1800/1859 e 1889/1970*. Salvador, PMS/CEAB/UFBa, 1979. Vols. 3 e 4

1.3. RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX

305: AUGEL, Moema Parente. *Visitantes Estrangeiros na Bahia Ditocentista*. São Paulo, Ed. Cultrix/INL, 1980.

306: AVE-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. *Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro, INL, 1961.

307: DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Bahia, Liv. Progresso Ed., 1955.

308: FREZIER. *Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chili, du Perou et du Brésil fait pendant les Années de 1712, 1713 et 1714*. Amsterdam, 1717.

309: GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma Estada nesse País durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.

310: KIDDER, Daniel Parish, FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os Brasileiros; Esboço Histórico e Descritivo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1941.

311: LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969.

312: MAXIMILIAN, Principe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.

313: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Liv. Martins Fontes Ed., 1954.

314: SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928.

315: _____
Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

316: TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais; tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1819*. In Revista do IGHB, vol. XIX, Salvador, 1907.

317: WETHEREL, James. *Apontamentos sobre a Bahia; 1842/1857*. Bahia, 1972.

1.4. CRÔNICAS DA HISTÓRIA COLONIAL E DO SÉCULO XIX

319: AMARAL, Braz do, *História da Bahia do Império à República*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

320: AMARAL, José Álvares. *Resumo Chronológico e Noticioso da Província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500*. Bahia, Imprensa Oficial, 1922.

321: CALDAS, José Antonio. "Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimto ate o presente anno de 1759". Revista do IGHB, n.57, Bahia, 1931.

322: CERQUEIRA e Silva, Cel. Ignacio Accioli, com anotações de Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial, 1919.

323: REBELLO, Domingos Jose Antonio. "Corographia ou Abreviada História Geographica do Império do Brasil". Revista do IGHB, n. 55, Bahia, 1929.

324: VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no séc. XVIII; Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas, contidas em XX Cartas*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969. Comentários de Brás do Amaral.

1.5. DA POSSE DO SOLO URBANO

326: AUTORES DIVERSOS. *A Grande Salvador; Posse e Uso da Terra*. Salvador, CEDURB, 1979.

327: ANDRADE, Elisabeth. *A Estrutura Fundiária e o Poder Público Municipal*. Dissertação de mestrado. Salvador, FFCH/UFBa, 1978.

328: BRANDÃO, Maria de Azevedo. "O Último Dia da Criação: Propriedade e Uso do Solo em Salvador". In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

329: GOMES, Orlando. "A Enfitese no Direito Brasileiro". In: *A Grande Salvador*. Salvador, CEDURB, 1979.

2. HISTÓRIA ECONÔMICA

SÉCULO XIX

330: AGUIAR, Manoel Pinto. "Notas sobre o Enigma Baiano". Revista Planejamento", n.1, Edições CPE, Salvador, 9/1973.

331: ALMEIDA, Rômulo. "Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio". Revista Planejamento, n.1, Edições CPE, Salvador, (1951)9/1973.

332: ARAUJO, Ubiratan, SÁ BARRETO, Wanda. *A Bahia Econômico-Social*. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional; 1850-1889; A Bahia no século XIX*. Salvador, Edições CPE, 1979. Vol.1.1, pg.33-90.

333: AZEVEDO, Thales de. "A Economia Baiana em torno de 1850". Revista Planejamento, n.1, Edições CPE, Salvador, 9/1973.

334: ----- . *Povoamento da Cidade de Salvador*. Salvador, Ed. Itapuã, 1969.

335: CALMON, Francisco Marques de Goes. *Vida Econômico-Financeira da Bahia; Elementos para a História de 1808 a 1899*. Salvador, Edições CPE, (1925)1979.

336: FALCON, Gustavo Aryocara. "Salvador; Auge e Declínio de suas Elites". In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional; 1850-1889; A Bahia no século XIX*. Salvador, Edições CPE, 1979. Vol.1.1, pg.991-110.

337: ----- . "Preeminência do Capital Comercial na Economia Baiana; 1850 a 1930". In: *A Economia Baiana de 1850 a 1930; Algumas Questões*. Salvador, Edições CPE, 1981. Pgs.21-30.

338: MARIANI, Clemente. "Análise do Problema Econômico Baiano", Salvador". Revista Planejamento, n.1, Edições CPE, Salvador, 9/1973.

339: MARIO Augusto. *Comércio Português na Bahia; 1870/1930*. Dissertação de mestrado. Salvador, FCCH/UFBa.

340: MATTOSO, Katia. *Bahia; A Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX*. Salvador, Ed. Hucitec, 1978.

341: OVERBECK, William. *50 anos do Club Germania e Germanismo na Bahia*. Berlin, 1923.

342: PAMPONET, José Luiz. "Indústria". Salvador, Edições CPE, 1979. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional; 1850-1889; A Bahia no século XIX*. Salvador, Edições CPE, 1979. Vol.2, pg.243-270.

343: ----- "Origem e Evolução da Indústria na Bahia; 1850-1889". In: *A Economia Baiana de 1850 a 1930; Algumas Questões*. Salvador, Edições CPE, 1981. Pgs.31-58.

344: PHILIGRET, José Murilo. "Bancos". Salvador, Edições CPE, 1979. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional; 1850-1889; A Bahia no século XIX*. Salvador, Edições CPE, 1979. Vol.3.1.

345: -----, ARAUJO, Ubiratan Castro de. *Notas sobre a Importância da Intermediação Comercial e Financeira na Bahia (1850-1930)*. In: *A Economia Baiana de 1850 a 1930; Algumas Questões*. Salvador, Edições CPE, 1981. Pgs.7-20.

346: SÁ BARRETO, Wanda. "Finanças". Salvador, Edições CPE, 1979. In: *A Inserção da Bahia na Evolução Nacional; 1850-1889; A Bahia no século XIX*. Salvador, Edições CPE, 1979. Vol.3.1.

347: VERGER, Pierre. *Notícias da Bahia; 1850*. Salvador, Ed. Corrupio, 1981.

348: WESTPHALEN, Bach & Krohn. *Centenário; 1828/1928*. Salvador, 1928.

349: WILDBERGER, Arnold. *Notícias Históricas de Wildberger & Cia; 1829/1942*. Bahia, Typ. Beneditina, 1942.

SÉCULO XX

355: CARVALHO, Inaiá M.M. e SOUZA, Quaraci Adeodato. "A Produção Não-capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador". In *Bahia de Todos os Pobres*, pgs. 71/102. Petrópolis, CEBRAP/Ed. Vozes, 1980.

356: ----- *Sector Informal*. Título desconhecido. Salvador, SETRABES/UFBA, 1977.

357: JELIN, Elizabeth. "A Baiana na Força de Trabalho: atividade doméstica, produção simples, e trabalho assalariado em Salvador". In *Bahia de Todos os Pobres*, pgs. 167/184, Petrópolis, CEBRAP/Ed. Vozes, 1980.

358: OLIVEIRA, Francisco de. "Salvador; Os Exilados da Opulência; expansão capitalista numa metrópole pobre". In *Bahia de Todos os Pobres*, pgs. 9/22, Petrópolis, CEBRAP/Ed. Vozes, 1980.

359: SINDER, Paul. "A Economia Urbana de um ponto de vista Estrutural". In *Bahia de Todos os Pobres*, pgs. 41/70, Petrópolis, CEBRAP/Ed. Vozes, 1980.

360: PRANDI, José Reginaldo. "Trabalhadores por Conta Própria em Salvador". In *Bahia de Todos os Fobres*, pgs. 129/166, Petrópolis, CEBRAP/Ed. Vozes, 1980.

3.HISTÓRIA POLÍTICA

361: CARDOSO, Bernadeth, BARRETO, Neilto. *Falas e Mensagens dos Presidentes da Província e Governadores da Bahia; 1830/1978*. Salvador, Edições CPE, 1978.

362: PINHO, Wanderley. *Testamento de Men de Sá*. Salvador.

363: RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador, PMS, 1953.

364: ----- . *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*. Bahia, Typ. Beneditina, 1949.

4.HISTÓRIA SOCIAL

4.1.VIDA SOCIAL

365: CAMPOS, J. da Silva. "Ligeiras Notas sobre a Vida íntima, Costumes e Religião dos Africanos na Bahia" *Anais do Arquivo Público da Bahia*, vol.XXIX, Salvador, 1949.

366: ELBEIN, Juana dos Santos. *Os Nagôs e a Morte*. Petrópolis, Ed. Vozes, (1975)1980.

367: FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais Mecânicos da Cidade de Salvador*. Salvador, PMS/Museu da Cidade, 1971.

368: MOURA, Clóvis, *Rebeliões da Senzala; Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. São Paulo, Ed. Zumbi Ltda., 1959.

369: OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O Liberto; o seu mundo e os outros; Salvador 1790/1890*. Salvador, Editora Corrupio, (1979)1988.

370: PINHO, José Wanderley de Araujo. *História de um Engenho no Recôncavo; 1552-1944*. Rio de Janeiro, Liv. Zélio Valverde, 1946.

371: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil; a história do levante dos malês; 1835*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

372: RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1952.

373: RUSSEL-WOOD, A.J.R. *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. New York, St. Martins' Press, 1982.

374: SCHWARTZ, Stuart B. "The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Bahia". *Journal of Social History*, n.4, Berkeley, 1970.

375: VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. Salvador, Ed. Itapuã, 1973.

4.2. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

376: MATTEDI, Raquel M. *As Invasões em Salvador*. Dissertação de mestrado. Salvador, FFCH/UFBA, 1979.

5. FONTES ESCRITAS E IMPRESSAS

5.1. PARA ESTUDOS DE POSSE DO SOLO

380: DAMAZIO, Antonio Joaquim. *Tombamento dos Bens Imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, em 1862*. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson, 1862.

381: LIVRO DO TOMBO da Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, Prefeitura da Cidade de Salvador, 1953.

382: LIVRO VELHO DO TOMBO do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador. Bahia, Typ. Beneditina, 1945.

383: RELATÓRIO DIRETOR dos Próprios Nacionaes em relação a Bahia, 1868, extraído do cod. da Biblioteca Nacional. In FREIRE, Felisbelo. *História Territorial do Brasil*. Salvador. Vol.1.

5.2. PARA ESTUDOS DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

384: ALMANAQUE da Província da Bahia para o ano de 1873. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson & Cia, 1872.

385: ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1855. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson & Cia, 1854.

386: ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1857. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson & Cia, 1857.

387: ALMANAQUE Administrativo Mercantil e Industrial da Bahia para o ano de 1863. Bahia, Typ. de Camillo de Lellis Masson & Cia, 1863.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

RAC001:157B

Roteiro de Todos os Sinais, Conhecimentos, Fundos, Baixios, Alturas e Derrotas que ha na Costa do Brasil, desde o Cabo Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães; Luis Teixeira, entre 1573 e 1578; Reproduzido in (276)
Coutinho, Afrânio, História da América Portuguesa... Sem cópia.

RAC002:1549

Planta da cidade de Salvador, com indicação de muros e circunvalação primitivos da fundação de Thomé de Souza; Theodoro Sampaio, escala 1:2442, 1949; Reproduzida in (301)
Sampaio, Theodoro, História da Fundação ... Cópia xerox da reprodução in Mattoso, (340), pg.

RAC003:1551

Planta da cidade de Salvador em 1551; Equipe do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB), escala 1:5000, 1979; Reproduzida in (302)
Simas, Américo et alii, Evolução Física de Salvador, vol. 1. Cópia xerox da reprodução in Simas, Américo, e cópia heliográfica do original em vegetal produzido pela equipe.

RAC004:1553

Planta da cidade de Salvador no ano de 1553; Equipe do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB), escala 1:5000, 1979; Reproduzida in (302)
Simas, Américo et alii, Evolução Física de Salvador, vol. 1. Cópia xerox da reprodução in Simas, Américo, e cópia heliográfica do original em vegetal produzido pela equipe.

RAC005:1551

Planta do primeiro desenvolvimento da cidade de Salvador; Edelweiss, sem escala, 1971; Reproduzida in (294)
Edelweiss, N. Sra. da Conceição da Praia e ... Cópia xerox da reprodução in Mattoso, (340).

RAC006:1570

Planta da cidade de Salvador baseada nas informações de Gabriel Soares

Equipe do Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, escala 1:5000, 1979;

Reproduzida in (302)

Simas, Américo et alii, Evolução Física de Salvador, vol. 1.

Cópia xerox da reprodução in Simas, Américo, e cópia heliográfica do original em vegetal produzido pela equipe.

RAC007:1612

Planta da cidade de Salvador

Diogo de Campos Moreno ou João Teixeira Albernaz, escala 1:3000, 1612;

Existente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), com o códice 28.

Reproduzida no Livro que dá Razão ao Estado do Brasil

RAC008:1612

Planta da cidade de Salvador

Diogo de Campos Moreno ou João Teixeira Albernaz, escala 1:3000, 1612;

Existente na Biblioteca Municipal do Porto (ou da Ajuda), com o códice 18.

Reproduzida in (326)

RAC009:1612

Planta da cidade de Salvador

Diogo de Campos Moreno ou João Teixeira Albernaz, escala 1:3000, 1612;

Existente na Biblioteca Nacional de Paris, com o códice 19.

Reprodução desconhecida

RAC010:1630

Mapa

João Teixeira Albernaz, 1630

Existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

RAC011:1630

Mapa

D. Jerônimo de Ataíde, 1630

Existente na Biblioteca de Washington e na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores

Cópia xerox da reprodução in Pinho, Wanderley, (300) e cópia xerox da reprodução in Livro Velho ou Tombo do São Bento, (382).

RAC012:1631

Mapa

D. Jerônimo de Ataíde, 1631

Existente na Biblioteca de Washington e na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores.

Cópia xerox da reprodução in Pinho, Wanderley, (300).

RAC013:1640

Mapa

Existente no Instituto Rio Branco

RAC014:1642

Mapa

Existente no Instituto Rio Branco

RAC015:1666

Mapa

Existente no Instituto Rio Branco

RAC016:1715

Planta da Cidade do Salvador

João Masse, 1715

Reproduzida in (303) Simas, *Evolução Física de Salvador...*Reproduzida in (326) *A Grande Salvador, Posse e ...*

Cópia xerox das reproduções acima citadas.

RAC017:1730

Planta da Cidade de Salvador no ano de 1730, com informações extraídas de Rocha Pita (276)

Equipe do Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia, escala 1:5000, 1979.

Reproduzida in (303) Simas, *Evolução Física de Salvador*

Cópia xerox da reprodução acima citada.

RAC018:1777

Planta parcial da Cidade Baixa

João de Souza Castro, possível aluno de Caldas, 1777, anexa ao parecer de Caldas, em 19/11/77

reproduzida in (303) Simas, *Evolução Física da cidade de Salvador, vol. 2*

Cópia heliográfica de cópia desenhada em vegetal pela equipe do CEAB a partir do original.

RAC019: 1785

Planta Topográfica de S. Salvador

José de Azevedo Galeão, sem data

reduzida e riscada por Joaquim Segundo de Sá, Sgto., em 1785.

Sem cópia.

RAC020:1797

Planta Topográfica de S. Salvador

Joaquim Vieira da Silva, ajude. de Eng., 1797

copiada por José Joaquim Freire, 2o. ten. da Armada Real;

existente no acervo do Real Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

reproduzida in (303) Simas, *Evolução Física da cidade de Salvador, vol. 2*reproduzida in (295) Socorro, *Ideologia e Ordens Terceiras...*

Cópia xerox da reprodução in Socorro, ...

RAC021:1717

Mapa da cidade de Salvador,
Frezier, Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chili,
du Perou et du Brésil fait pendant les années de 1712, 1713 et
1714, Amsterdam, 1797.
Sem cópia.

RAC022:1796

Plano da Bahia de Todos os Santos
José Fernandes Portugal, 1796
existente no Album III da Coleção Fotográfica de Cartas, Mapas,
Plantas e Projetos referentes ao Brasil anteriores a sua
Independência, trabalho executado na seção fotográfica da Direção
dos Serviços Geográficos do Exército Português, à disposição na
Mapoteca do Estado-Maior do Exército brasileiro.
Sem cópia.

RAC023:1823

Plano do Porto da Bahia de Todos os Santos
Autoria desconhecida, 1823,
existente no Album III da Coleção Fotográfica de Cartas, Mapas,
Plantas e Projetos referentes ao Brasil anteriores a sua
Independência, trabalho executado na seção fotográfica da Direção
dos Serviços Geográficos do Exército Português, à disposição na
Mapoteca do Estado-Maior do Exército brasileiro. Tem o número 57
e está na folha 83.
Sem cópia.

RAC024:1857

Projecto para Alargar e Endireitar a Cidade Baixa da Bahia
Eng. André Prazewodowski, 1857, cuja cópia encontra-se arquivada
anexa à Falsa do Presidente da Província em 1852
reproduzida in (304) Simas, Evolução Física da cidade de
Salvador, volume não publicado,
cópia em vegetal existente na Mapoteca da SEPLAN (Secretaria de
Planejamento) da Prefeitura Municipal de Salvador.
Cópia heliográfica do original acima citado.

RAC025:1860

Mappa Topographico da Cidade de Salvador e seus Suburbios
Eng. Carlos Augusto Weill, 1860, arquivada no Museu de Nova York.
Fotografia existente na Mapoteca da SEPLAN (Secretaria de
Planejamento) da Prefeitura Municipal de Salvador.
reproduzida in (295) Socorro, Ideologia e Ordens Terceiras...
Cópia xerox da reprodução in Socorro... e cópia xerox da
fotografia acima citada.

RAC026:1862

Planta da parte da Cidade Baixa que pertenceu aos Jesuítas da
Bahia, no trecho entre o guindaste (atual Plano Inclinado
Gonçalves) e Santa Bárbara.
Damasio, Joaquim, aproximadamente em 1862
reproduzida in (380) Damasio, Joaquim, Tombamento ...
Cópia xerox da reprodução acima citada.

RAC027:1871

Planta semi-cadastral da Cidade Baixa, no trecho entre o Unhão e a igreja de S. Francisco de Paula

Eng. Hugh Wilson, 1871

cópia em xerox existente na Mapoteca da SEPLAN (Secretaria de Planejamento) da Prefeitura Municipal de Salvador
Cópia xerox da cópia acima citada.

RAC028:1871

Planta parcial da Cidade Baixa

Eng. H. Matteo, 1871

cópia em xerox existente na Mapoteca da SEPLAN (Secretaria de Planejamento) da Prefeitura Municipal de Salvador
Cópia xerox da cópia acima citada.

RAC029:1894

Planta da cidade de Salvador

Adolfo de los Rios, escala 1:5000, 1893

reproduzida in (326) Grande Salvador, Posse e ...

Cópia xerox da planta acima citada.

RAC030:

Trecho da Preguiça

Autor desconhecido, escala 1:5000, aproximadamente em fins do século XIX.

reproduzida in (326) Grande Salvador, Posse e Uso da Terra

Cópia xerox da planta acima citada.

RAC031:

Evolução Urbana de Salvador

PLANDURB

Cópia xerox de cópia heliográfica (em negativo).

REFERÊNCIAS DE VISÕES PANORÂMICAS**IC0001:1600**

Cidade de Salvador com o litoral da Preguiça

Irmão Paulo Lachenmayer, desenho em perspectiva sem escala, 1600, baseado em informações de Pinho, Wanderley extraídas do Livro Velho do Tombo do São Bento.

Reproduzida in (382), livro acima citado.

Cópia xerox da referida reprodução.

IC0002:16xx

O mais antigo frontespício seiscentista conhecido in Salvador da Bahia de Todos os Santos, Iconografia Seiscentista Desconhecida, Haia, MCMLVII, Meulenhoff & Co. N.V. Amsterdam, Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro.

Cópia xerox da reprodução in Simas, América, (303), pg.

IC0003:1758

Frontespício da Cidade de Salvador no ano de 1758
José Antonio Caldas,
reproduzida in (321) Caldas, Notícia Geral de Toda esta Capitania
da Bahia desde o seu Descobrimento até o Presente Ano de 1759;
reproduzida in (303) Simas, Evolução Física da cidade de
Salvador, vol. 2

IC0004:1801

Frontespício da cidade de Salvador
Luis Vilhena, 1798/1801
reproduzido in (32), Vilhena, Cartas Soteropolitanas...

RECONSTITUIÇÕES CARTOGRAFICAS

Croquis 1: referee à planta PT01.

PT01:1549

Freguesia da Conceição, esc. 1:4.000.
Fonte: RAC002
Observação: este croquis é parte integrante da planta PT10.

Prancha 2: referee às plantas PT 02, 03, 04 e 05.

PT02:1551

Freguesia da Conceição, esc. 1:4.000.
Fonte: RAC003

PT03:1553

Freguesia da Conceição, esc. 1:4.000.
Fonte: RAC004

PT04:1580

Freguesia da Conceição, esc. 1:4.000.
Fonte: RAC006

PT05:1630

Freguesias da Conceição e do Pilar, esc. 1:2.000.
Fontes: RAC010, RAC011 e RAC012

Prancha 3: referee à planta PT 06.

PT06:1715

Freguesias da Conceição e do Pilar, esc. 1:2.000.
Fonte: RAC016 e RAC017.

Prancha 4: referee à planta PT 07.

PT07:1777

Freguesia da Conceição, (parcial), Esc. 1:2.000.
Fonte: RAC018.

Prancha 5: referece à planta PT 08.

PT08:1801

Freguesias da Conceição e do Pilar, esc. 1:2.000.
Fonte: RAC020.

Prancha 6: referece à planta PT 09.

PT09:1860

Freguesias da Conceição e do Pilar, esc. 1:2.000.
Fontes: RAC024, RAC025 e RAC026.

Croquis 7: referece à planta PT 10.

PT10:1870

Freguesia da Conceição, esc. 1:2.000.
Fontes: RAC027 e RAC028.

Prancha 8: referece à planta PT 11.

PT11:1894

Freguesias da Conceição e do Pilar, esc. 1:2.000
Fonte: RAC029.

Croquis 9: referece à planta PT 12.

PT12:1900

Freguesia da Conceição (parcial), 1900 aprox., esc. 1:2.000.
Fonte: RAC030.

Croquis 10: referece à planta 13.

PT13

Freguesias da Conceição e do Pilar, aterros por trecho, desde o descobrimento até o ano de 1860, planta síntese.
FONTES: Pts 1 a 12.

N.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. —

Descrições.	Dimensões.						LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES.	RENDIMENTO ANNUO.
	Na rua dos Algebibes.	No becco do Garapa.	Na rua de S. Barbara.	Na rua n.º do Comm.º	No 1.º becco.	No 2.º dito			
2 Sobrado com 3 andares e 2 lojas	45 p.	23 p.					Beco do Garapa	8:000\$000	770\$000
3 Dito com 3 andares, sotão, armazem e 4 lojas	61	68 p.					Dito	20:000\$000	2:106\$000
4 Incendiada	34	39 1/2				76 p.	R. de S. Barb.ª	\$	\$
5 Sobrado com 3 andares, sotão e armazem		59		53 p.	p.		R. n. do Comm.º	12:000\$000	1:550\$000
6 Dito com 3 andares, eirado e armazem				32	61 1/2		Dita	15:000\$000	1:200\$000
7 Dito com 2 andares e 2 lojas			25		56		Caes do Lixa	10:000\$000	960\$000
8 Dito com 3 andares, agua-furtada e 1 loja		62	18				Dito	11:000\$000	770\$000
9 Dito com 3 andares e armazem				29	60 1/2		R. n. do Comm.º	15:000\$000	1:150\$000
10 Dito com 3 andares e 1 loja				29		60 1/2	Dita	11:200\$000	900\$000
11 Dito com 3 andares, sotão e armazem			30			56	R. de S. Barb.ª	12:000\$000	960\$000
12 Dito com 2 andares, agua-furtada e armazem			30		56		Dita	12:000\$000	1:000\$000
Todas em chãos proprios.									

N.ºs 13, 14, 15, 16, 17 e 18. —

CASAS	DESCRIÇÕES.	DIMENSOES.			LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES	RENDIMENTO ANNUO
		Na travessa do Guindaste.	Na rua nova do Comm.º	No becco do Garapa.			
N. 13	Sobrado de 2 andares e 2 lojas, com 3 janellas de frente	60 p	49 p		Rua nova do Comm.º fazendo quina para a travessa do Guindaste.	12:000\$	1:670\$
» 14	Dito de 2 andares e 1 loja, idem		29		Dita	7:000\$	1:030\$
» 15	Dito de 2 ditos e armazem, idem		29		Dita	8:000\$	1:120\$
» 16	Dito de 2 ditos, loja e eirado, idem		25		Dita	8:300\$	1:350\$
» 17	Dito de 2 ditos e armazem, idem		29		Dita	6:500\$	1:060\$
» 18	Dito de 2 ditos, armazem e eirado em parte collocado sobre a casa n.º 19, idem		29	60 p	Dita, fazendo quina para o becco do Garapa	15:000\$	900\$
Todas em chãos proprios.							

N.º 19, 20, 21, 22, 23 E 24. —

CASAS	DESCRIÇÕES.	LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES.	RENDIMENTO ANNUO.
N.º 19	Sobrado de 1 andar, sótão e 3 lojas com 3 janellas de frente	Rua direita do Com.º fazendo quina para o becco do Garapa	12:600\$000	1:050\$000
» 20	Dito de 1 andar e loja, Idem	Dita	8:500\$000	600\$000
» 21	Dito de 3 andares e loja, Idem	Dita	8:000\$000	550\$000
» 22	Dito de 1 andar e loja, Idem	Dita	7:000\$000	550\$000
» 23	Dito como o precedente	Dita	8:000\$000	720\$000
» 24	Dito de 2 andares e loja, Idem	Dita, fazendo quina para a travessa do Guindaste	10:000\$000	720\$000
	Todas em chãos proprios.			

N.º 25, 26, 27, 28, 29 E 30. —

CASA	DESCRIÇÕES.	DIMENSÕES.				LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES.	RENDIMENTO ANNUO.
		No becco do Garapa.	Na r. direita do Comercio.	Na rua da Louça	Na travessa do Guindaste.			
N.º 25	Sobrado de 2 andares e 2 lojas, com 3 janellas de frente em cada andar	50 p				Rua da Louça, tendo tambem uma face no becco do Garapa e outra na rua direita do Comm.º	18:000\$	1:200\$
» 26	Dito de 2 andares e 2 lojas, idem		192 p	183 p		Rua direita do Comercio e dita da Louça	12:600\$	1:130\$
» 27	Dito de 2 ditos, eirado e 2 lojas, idem					Ditas	11:000\$	1:320\$
» 28	Dito como o precedente					Ditas	13:600\$	1:290\$
» 29	Dito como o precedente					Ditas	13:600\$	1:320\$
» 30	Dito de 2 andares, eirado e 3 lojas, idem				106 p	Ditas, tendo tambem uma face na travessa do Guindaste	20:000\$	2:190\$
	Todas em chãos proprios.							

N.º 31, 32, 33, 133, 134 E 135. —

CASAS	DESCRIÇÕES.	DIMENSÕES		LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES.	RENDIMENTO ANNUO.
		Em cada frente	De uma à outra frente.			
N.º 31	Sobrado de 1 andar e 1 loja			Rua do Coberto pequeno, fazendo quina para a travessa do Guindaste dos Padres e para a rua da Louça, onde tem outra frente	13:000\$	1:400\$
» 32	Dito de 3 andares e 2 lojas			Rua do Coberto pequeno com frente tambem para a da Louça	14:000\$	840\$
» 33	Dito de 3 andares, agua-furtada e 2 lojas	32 p	62 p	Rua da Louça, fazendo quina para o becco do Garapa e para a rua do Coberto pequeno, na qual tem outra frente	18:000\$	1:320\$
» 133	Dito de 1 andar, sótão e 2 lojas			Como a da casa n.º 32	8:000\$	720\$
» 134	Dito de 1 andar e 2 lojas			Rua da Louça com frente tambem para a do Coberto pequeno	8:000\$	960\$
» 135	Dito de 3 andares e 2 lojas			Como as das casas n.º 32 e 133	10:600\$	1:220\$
	Todas em chãos proprios.					

N.º 34, 35, 36 E 37. —

CASAS	DESCRIÇÃO DE SITUAÇÕES.	LOCALIDADES.	VALORES ACTUAES.	RENDIMENTOS ANNUOS
N.º 34	Subs. de 4 andar e uma loja, com 2 portas em ...	Rua do Commercio	6:000\$000	670\$000
» 35	Dito como o precedente	Dita	6:000\$000	650\$000
» 36	Dito como o precedente	Dita	6:000\$000	650\$000
» 37	Dito como o precedente, e mais 3 portas na rua Formosa	Dita, fazendo quina para a rua Formosa	6:000\$000	750\$000

NUMEROS DAS CASAS.	VALORES.	RENDIMENTOS.	PENSÕES.	PROCEDENCIA.							OBSERVAÇÕES.
				<i>Herdadas.</i>	<i>Compradas.</i>	<i>Arrematadas.</i>	<i>Edificadas.</i>	<i>Permutadas.</i>	<i>Cedidas em pagamento.</i>	<i>Ajudicadas em execuções.</i>	
1	2:600\$	300\$									
2	8:000\$	770\$					1				
3	20:000\$	2:106\$					1				
4	\$	\$					1				
5	12:000\$	1:350\$							1		
6	15:000\$	1:200\$							1		
7	10:000\$	960\$									
8	11:200\$	770\$					1				
9	15:000\$	1:150\$									
10	11:000\$	900\$							1		
11	12:000\$	980\$							1		
12	12:000\$	1:000\$							1		
13	12:000\$	1:670\$							1		
14	7:000\$	1:080\$							1		
15	8:000\$	1:120\$							1		
16	8:500\$	1:350\$							1		
17	6:500\$	1:000\$							1		
18	15:000\$	900\$							1		
19	12:600\$	1:070\$							1		
20	8:500\$	600\$							1		
21	8:000\$	550\$							1		
22	7:000\$	550\$							1		
23	8:000\$	720\$							1		
24	10:000\$	720\$							1		
25	18:000\$	1:200\$							1		
26	12:600\$	1:130\$							1		
27	11:000\$	1:320\$							1		
28	13:600\$	1:290\$							1		
29	13:600\$	1:320\$							1		
30	20:000\$	2:100\$							1		
31	13:000\$	1:400\$							1		
32	14:000\$	840\$							1		
33	18:000\$	1:220\$							1		
34	6:000\$	650\$							1		
35	6:000\$	650\$							1		
36	6:000\$	650\$							1		
37	6:000\$	750\$							1		
38	8:200\$	876\$							1		
39	1:800\$	294\$					1				
40	8:000\$	850\$					1				
41	2:500\$	296\$									
42	3:200\$	670\$									
43	1:200\$	216\$									
44	5:000\$	560\$									
45	4:800\$	300\$									
	432:400\$	41:718\$					11				
											Queimada, e em reedificação.

	432:400\$	41:718\$		1	11	31	
46	800\$	96\$			1		
47	600\$	120\$			1		
48	800\$	91	} 8\$500		1		
49	200\$	21					
50	200\$	21					
51	900\$	14					
52	600\$	42		1			
53	800\$	400			1		
54	2000\$	210			1		
55	2400\$	200\$			1		
56	7000\$	664		1			
57	1500\$	168\$	2\$400		1		
58	250\$	36\$			1		
59	400\$	36\$			1		
60	550\$	36\$			1		
61	14000\$	1:072\$					
62	1000\$	150\$		1			
63	6500\$	500\$		1			
64	3000\$	500\$			1		
65	12000\$	840\$				1	
66	15000\$	1:700\$				1	
67	14000\$	950\$				1	
68	4500\$	500\$	4\$890		1		
69	1200\$	150\$	1\$600		1		
70	1800\$	100\$			1		
71	1500\$	120\$	2\$000		1		
72	2500\$	348\$			1		
73	2000\$	110\$			1		
74	2800\$	370\$			1		
75	13000\$	1:760\$					
76	900\$	150\$	2\$560	1			
77	1200\$	100\$	2\$000	1			
78	3600\$	280\$			1		
79	1200\$	130\$			1		
80	3500\$	300\$	1\$650		1		
81	1200\$	120\$	2\$000		1		
82	1000\$	100\$			1		
83	3600\$	350\$			1		
84	2600\$	250\$	1\$800		1		
85	11000\$	840\$		1			
86	2000\$	160\$			1		
87	4200\$	372\$	\$100		1		
88	10500\$	1:002\$		1			
89	11600\$	1:000\$				1	
90	10300\$	900\$				1	
91	8500\$	620\$		1			
92	6000\$	420\$		1			
93	1800\$	144\$		1			
94	1500\$	120\$		1			
95	1500\$	120\$		1			
96	1500\$	120\$		1			
97	8900\$	500\$		1			
98	2500\$	200\$		1			
99	800\$	8\$		1			
100	1500\$	180\$	\$900	1			
101	1500\$	200\$	\$900	1			
102	1400\$	320\$	1\$600	1			
103	8080\$	630\$				1	
104	12000\$	1:030\$		1/2		1/2	
105	2800\$	300\$		1			
106	2000\$	260\$		1			
107	2600\$	222\$		1			
108	3000\$	220\$		1			
109	11500\$	700\$		1			
110	4100\$	320\$		1			
111	4400\$	500\$		1			
112	1800\$	150\$		1			
113	600\$	84\$		1			
114	1200\$	96\$		1			
115	1000\$	80\$		1			
116	1200\$	60\$		1			
117	1000\$	86\$		1			
118	6000\$	420\$		1			
	728:880\$	68:210\$	32\$000	27 1/2	28	27 1/2	34

	72:830\$	68:210\$	32,9900	25 1/2	28	22 1/2	34			
119	0:000\$	336			1					
120	5:000\$	436			1					
121	0:000\$	436			1					
122	0:000\$	54	123,400		1					
123	0:000\$	52			1					
124	0:000\$	52			1					
125	0:000\$				1					
126	0:000\$	240	8	1						
127	3:000\$	240\$		1						
128	2:500\$	120\$								
129	1:400\$	160\$	3960							
130	1:100\$	200\$								
131	6:800\$	470\$								
132	4:000\$	240\$								
133	8:000\$	720\$								
134	8:000\$	920\$								
135	10:000\$	1:220\$								
136	2:500\$	492\$								
137	2:500\$	480\$	32,400							
138	6:500\$	620\$								
139	9:000\$	1:100\$								
140	800\$	72\$								
141	1:600\$	240\$			1					
142	3:000\$	324\$			1					
143	3:000\$	324\$			1					
144	3:000\$	430\$			1					
145	3:000\$	400\$			1					
146	3:500\$	540\$			1					
147	6:000\$	540\$			1					
148	3:200\$	260\$			1					
149	3:200\$	400\$			1					
150	3:200\$	600\$			1					
151	8:000\$	560\$			1					
152	1:200\$	144\$			1					
153	1:200\$	144\$			1					
154	10:000\$	1:012\$			1					
155	3:600\$	260\$			1					
156	750\$	200\$	2,5100	1						
157	320\$	36\$								
158	280\$	36\$	1,3440							
159	320\$	36\$								
160	3:000\$	500\$		1						
161	2:000\$	250\$			1					
162	3:800\$	140\$		1						
163	2:000\$	250\$			1					
164	1:800\$	120\$			1					
165	5:800\$	800\$			1					
166	1:600\$	492\$	1,3440							
167	1:800\$	492\$			1					
168	4:000\$	308\$			1					
169	2:500\$	200\$			1					
170	2:000\$	200\$						1		
171	2:000\$	160\$						1		
172	2:000\$	422\$						1		
173	1:000\$	250\$						1		
174	1:500\$	300\$						1		
175	4:000\$	300\$						1		
176	1:200\$	200\$	2,5500							
177	6:500\$	600\$			1					
178	2:000\$	240\$						1		
179	1:800\$	250\$						1		
180	12:000\$	2:000\$						1		
181	15:000\$	1:490\$						1		
182	20:000\$	1:670\$						1		
183	15:000\$	2:000\$						1		
184	1:000\$	120\$	1,5850	1						
185	1:100\$	144\$		1						
186	2:000\$	120\$	3,420	1						
187	4:400\$	382\$			1					
188	900\$	120\$	3,0000	1						
189	2:120\$	312\$			1					
	1,020:970\$	99:678\$	205,8330	31 1/2	40	44 1/2	42	4	11	

Em ruínas.
 Ignora-se o fo
 ro a que é
 sujeita.

